

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

TESE DE DOUTORADO

**O PROTAGONISMO E A SEDUÇÃO DO MAR E DA LAGUNA
EM MACEIÓ E O IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS NA CIDADE**



Rubens de Oliveira Duarte

Maceió

2019

Rubens de Oliveira Duarte

**O PROTAGONISMO E A SEDUÇÃO DO MAR E DA LAGUNA
EM MACEIÓ E O IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS NA CIDADE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação de Arquitetura e
Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal de
Alagoas para obtenção do grau de Doutor
em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Prof^ª. Dra. Adriana Capretz Borges da Silva Manhas

Maceió

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Marcelino de Carvalho

D812p Duarte, Rubens de Oliveira.
O protagonismo e a sedução do mar e da laguna em Maceió e o imaginário das águas da cidade / Rubens de Oliveira Duarte. – 2019.
291 f. : il. color.

Orientadora: Adriana Capretz Borges da Silva Manhas.
Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 268-291.

1. Pajuçara (Maceió, AL) - Imaginário das águas. 2. Maceió (AL) – Paraíso das águas. 3. Mundaú, Lagoa (AL). 4. Turismo e planejamento urbano. 5. Mercado imobiliário. I. Título.

CDU: 728.1(813.5)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

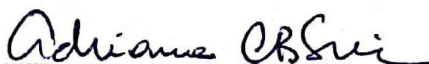
Rubens de Oliveira Duarte

**O PROTAGONISMO E A SEDUÇÃO DO MAR E DA LAGUNA
EM MACEIÓ E O IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS NA CIDADE**

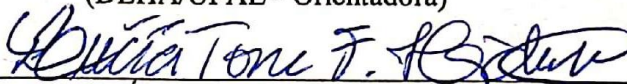
Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação de
Arquitetura e Urbanismo da Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Alagoas para
obtenção do grau de Doutor em
Arquitetura e Urbanismo

Aprovada em: 18 de março de 2019

BANCA EXAMINADORA



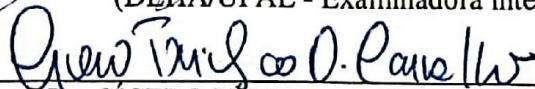
Prof.^a. Dra. ADRIANA CAPRETZ BORGES DA SILVA MANHAS
(DEHA/UFAL - Orientadora)



Prof.^a. Dra. LÚCIA TONE FERREIRA HIDAKA
(DEHA/UFAL - Examinadora interna)



Prof.^a. Dra. JOSEMARY OMENA PASSOS FERRARE
(DEHA/UFAL - Examinadora interna)



Prof. Dr. CÍCERO PÉRICLES DE OLIVEIRA CARVALHO
(IGDema/UFAI. - Examinador externo)



Prof.^a. Dra. CARMEM SILVIA MALUF
(UNIUBE - Examinadora externa)

Aos meus pais – *in memoriam*:
Anibal Duarte e Maria Firmino de Oliveira Duarte.
À família constituída: Sibeles – esposa, e Cristian e Caio – filhos.
À família de sempre – os irmãos, irmãs, sobrinhos (as), cunhados (as) ...

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua generosidade de me conceder o equilíbrio necessário para desenvolver esta pesquisa bastante motivadora.

À família, pelo apoio incondicional, em especial à Sibebe, Madileide e Chisthina Cândido.

À UFAL, pela sua condição de universidade pública e gratuita permitir a realização da busca do conhecimento e fomentar a divulgação dos saberes.

À professora Adriana Capretz, orientadora desta tese, pelo seu empenho e importantes contribuições.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, por contribuir dignamente com a formação de novos mestres e doutores.

À banca examinadora, em especial à professora Josemary Ferrare, grande incentivadora do tema desenvolvido, desde a sua participação na banca da minha pesquisa de mestrado. Aos professores Luiz Sávio de Almeida e Luiz Manoel Gazzaneo, pelas importantes contribuições como membros da banca examinadora de qualificação desta tese. Aos professores Cármem Maluf, Cícero Péricles e Lucia Tone uma afetuosa gratidão.

À professora Maria Angélica da Silva, pelas suas importantes contribuições e motivação ao tema pesquisado.

Às novas amigas construídas como aluno do doutorado e aos amigos que reencontrei.

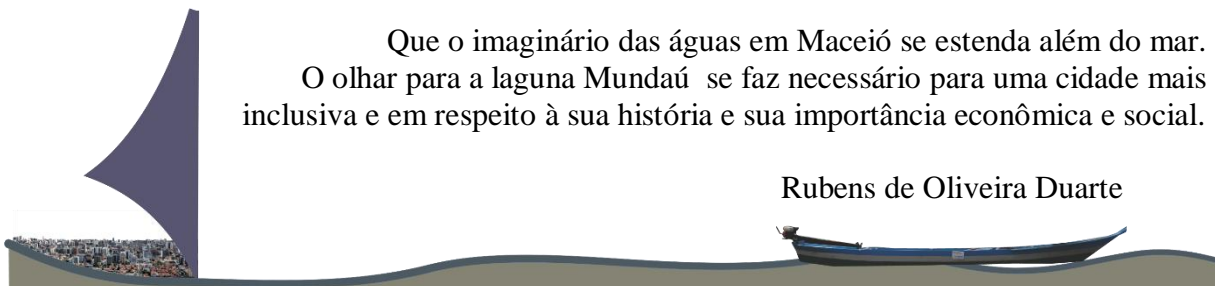
Ao Centro de Tecnologia da Ufal, onde sou professor, pelo apoio que sempre recebi e importantes amigos que conquistei.

À Mayna Laís, Gabriele Lucas, Jéssica Fagundes, Kleber Moreira, Ygor Lisboa, Cristian Lima e Caio Lima – que contribuíram com o conhecimento na edição de imagens e formatações do texto.

Àqueles que conheci ao longo desses quatro anos em decorrência da investigação empreendida, e aos que sempre contribuíram nessa minha determinação, meus sinceros agradecimentos.

Que o imaginário das águas em Maceió se estenda além do mar.
O olhar para a laguna Mundaú se faz necessário para uma cidade mais
inclusiva e em respeito à sua história e sua importância econômica e social.

Rubens de Oliveira Duarte



RESUMO

As águas de Maceió envolvem as sutilezas e complexidades na formação do espaço da cidade. Considerando a geografia e a importância dessas águas, este trabalho tem como objetivo principal investigar como o mar e a laguna desempenharam, desde o início do povoamento até os dias atuais, um papel ora de protagonismo, ora de sedução na produção do espaço local, e como isso contribuiu para a formação do imaginário das águas para a cidade. Embora atualmente a imagem veiculada de Maceió esteja fortemente associada ao mar, a pesquisa constatou que até os anos 1960, tanto o mar quanto a laguna alternaram o protagonismo e a sedução na construção do imaginário das águas na cidade. A década de 1970 representou uma transição do ver as águas em Maceió, que com o tempo passou por uma resignificação, numa combinação dos interesses econômicos voltados para o incremento do mercado imobiliário e do turismo, e fomentado pelo poder público - influenciando na produção do espaço da cidade-, e estabelecendo a costa marítima como propícia à expansão, em detrimento da região lagunar, bastante adensada e empobrecida. O procedimento metodológico escolhido investiga a hipótese levantada a partir da pesquisa qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental; da construção teórica do imaginário das águas, com Bachelard e do aporte para a História a partir do pensamento de Walter Benjamin. Como resultados tem-se que o imaginário das águas em Maceió é permeado por um simbolismo: de um lado, o mar, cada vez mais valorizado, representa o imago da sedução – próprio do litoral, e alimentado pelas estruturas do poder: as gestões públicas, o turismo e o mercado imobiliário; de outro, a laguna, também vista com seu aporte de sedução, mas refutada pelas condições socioambientais a que se acha submetida.

Palavras-chave: Pajuçara (Maceió, AL) - Imaginário das águas; Maceió (AL) – Paraíso das águas; Mundaú, Lagoa (AL); Turismo e planejamento urbano; Mercado imobiliário.

ABSTRACT

The water bodies of Maceió involve the subtleties and complexities in the formation of the city's space. Considering the geography and significance of these water bodies, this research aims to investigate how the sea and lagoon have played, since the beginning of the settlement until the present day, a protagonist or seductress role in the local space production, and how these roles have contributed to the consolidation of the collective perception of water bodies. Although Maceio's current image is strongly associated with the seacoast, this research found that until the 1960s, both the sea and the lagoon alternated the protagonism and the seduction in the construction of the imaginary of the waters in the city. The 1970s represented a transition from seeing the waters in Maceió, which over time has undergone a re-signification, in a combination of the economic interests aimed at increasing the real estate market and tourism, and fomented by the public power - influencing the production of the city space, and establishing the coast as conducive to expansion, to the detriment of the lagoon region, quite densely packed and impoverished. The chosen methodological procedure uses qualitative research, based on bibliographical and documental research; the theoretical construction of water bodies collective perception, with Bachelard; and Walter Benjamin's historical lenses. As results, the Maceio's water bodies collective perception is permeated by symbolism: on one hand the sea, increasingly valued, represents the image of seduction - the coast onwer, and fed by the structures of power: public administrations, tourism and real estate market; on the other, the lagoon, also seen with its contribution of seduction, but refuted by the socio-environmental conditions to which it is submitted.

Palavras-chave: Pajuçara (Maceió, AL) - water bodies collective perception; Maceió (AL) – Paraíso das águas; Mundaú, Lagoa (AL); Tourism and urban planning; real estate market.

LISTA DE FIGURAS

CAPA – Fotos do mar e da laguna retiradas pelo autor e manuseadas artisticamente no computador	
Figura 1 - CELMM	18
Figura 2 - Planos da cidade de Maceió: planície, terraço e tabuleiro.	19
Figura 3 - Brasão de Maceió.	24
Figura 4 - <i>Outdoor</i> publicitário: referência a Maceió como “a cidade do mar”.....	29
Figura 5 - Localização do Condomínio Laguna e sua relação com as águas.....	30
Figura 6 – Mapa de 1817 da Capitania de Pernambuco e a ocupação inicial do território alagoano.	39
Figura 7 – Mapa das lagoas de Alagoas elaborado por Carlos de Mornay em 1840.....	41
Figura 8 - Costa alagoana: uma representação de Élisée Reclus no início do século XX.	42
Figura 9 - O Complexo Lagunar.....	44
Figura 10 - Localização de Jaraguá e o Canal da Ponta Grossa na primeira metade do século XIX.....	45
Figura 11 - Maceió e suas estradas: a planta de Reclus no início do século XX.	46
Figura 12 - A Planta de 1859: aspecto geral da conformação urbana da cidade.	47
Figura 13 - Pajuçara: praia que deu origem a Maceió juntamente com Jaraguá nas primeiras décadas do século XX.	50
Figura 14 - O antigo Consulado Provincial, atual Museu da Imagem e do Som (MISA).	54
Figura 15 - O modelo colonial de urbanização em Santa Maria Madalena: Convento Franciscano e seu entorno – vista do largo para a igreja; e vista da igreja para o largo, respectivamente.	55
Figura 16 - Vista da Praça Dom Pedro II no início do século com destaque para o monumento em homenagem ao imperador.....	55
Figura 17 – “Praça dos Martírios em foto de Stuckert nos anos 50”.....	56
Figura 18 - Edificações imponentes em Jaraguá no início do século XX.....	57
Figura 19 - A pujança da Estátua da Liberdade voltada para o mar, na ambiência da Ponte de Embarque e Desembarque de Jaraguá nas primeiras décadas dos anos 1900.....	58
Figura 20 - O farol de navegação no Morro do Jacutinga.....	58
Figura 21 - Farol de navegação (em destaque): símbolo do protagonismo do mar em Maceió no início do século XX.	60
Figura 22 - Cartão-postal: Ponte de embarque e Desembarque em Jaraguá com destaque para o prédio da estação no final do século XIX e início do século XX.....	61
Figura 23 - O mar visto da cidade em vista panorâmica nas primeiras décadas do século XX.	62
Figura 24 - Praia da Avenida na segunda década do século XX: uma nova visão do mar na cidade.	62
Figura 25 - "Ponta Verde". Cartão-postal com circulação entre 1927 a 1949.	63
Figura 26 - As duas portas de entradas de Maceió em Jaraguá na segunda metade do século XIX.....	64
Figura 27 - O Consulado Provincial voltado para o espaço que deveria ser o Passeio Público de Jaraguá na segunda metade do século XIX.....	65
Figura 28 - "Provável localização do Jardim Público de Jaraguá e edificações históricas em seu entorno".	66
Figura 29 – O entorno do Jardim Público de Jaraguá com o espaço mais definido com estátuas e paisagismo na segunda metade do século XIX.....	66

Figura 30 - Praça Wanderley de Mendonça - outrora Jardim Público do Jaraguá e posterior Praça Dois Leões nas primeiras décadas do século XX.....	67
Figura 31 – A Praça Euclides Malta, atual Sinimbu, no início do século XX.	68
Figura 32 - A Praça Sinimbú entre os anos de 1914 a 1920 representada em cartão-postal, tendose à frente o Riacho Maceió.	68
Figura 33 -Ponte dos Fonseca: Porta da entrada da cidade no final do século XIX e início do século XX.	69
Figura 34 - Foto colorizada artisticamente: Riacho Maceió no seu trajeto original no início do século XX e o entorno da Ponte dos Fonseca. À esquerda o Palacete dos Machado; à direita, a “Garage Alagoana”.	70
Figura 35 - A alteração do curso do Riacho Maceió no final da década de 1940.	71
Figura 36 – O entorno da Praça Sinimbu após o desvio do Riacho Maceió segunda metade do século XX.	71
Figura 37 - Ponte dos Fonseca: no início do século XX e em 2018, respectivamente.	72
Figura 38 - Óleo sobre tela de José Paulino : “Praia de Pajuçara”, de 1956.....	75
Figura 39 - O primeiro trecho construído da urbanização da Praia da Avenida na primeira metade do século XX.	75
Figura 40 - Crianças na Praia da “Pajussara” em 1925.....	77
Figura 41 - Praça Floriano Peixoto na primeira metade do século XX.	78
Figura 42 - Clube Fênix Alagoana e sua apropriação inicial da Praça Floriano Peixoto na primeira metade do século XX.	79
Figura 43 - Coreto da Praia da Avenida nas primeiras décadas do século XX.	79
Figura 44 – A urbanização da Praia da Avenida e as construções em destaque: Posto salva-vidas, Praça Floriano Peixoto e Coreto.	80
Figura 45 - O Posto salva-vidas da praia do Sobral em 1968.	81
Figura 46 - Praia da Avenida da Paz na primeira metade do século XX: imagem positiva da cidade, ícone da modernidade local.	83
Figura 47 – A praia da Avenida na primeira metade do século XX: o azul do mar visto como “selo azul” por Ledo Ivo.	84
Figura 48 - Gogó da ema: símbolo da Maceió associado ao mar, a partir da primeira metade do século XX.	84
Figura 49 – Poços de prospecção de petróleo na década de 1930 próximos ao Gogó da Ema.	85
Figura 50 – Mosaico na calçada do Edifício Donina Carneiro, na Pajuçara, representando o Gogó da Ema.	86
Figura 51 - Praça Gogó da Ema na Ponta Verde.	87
Figura 52 – O edifício São Carlos: o primeiro prédio vertical residencial de Maceió.	88
Figura 53 – Edifício Lagoa-Mar: prédio cuja localização privilegiou a vista da laguna e do mar.	89
Figura 54 - Praça Moleque namorador construída por Sandoval Cajú.	90
Figura 55 – A Praia da Pajuçara em 1968, com vista para a Praia da Ponta Verde.	92
Figura 56 - A representação das áreas de coqueirais na região lagunar na década de 1960. ...	93
Figura 57 - A representação das áreas de coqueirais na Pajuçara na década de 1960.	94
Figura 58 – Os coqueirais na costa da cidade.....	94
Figura 59 - A escultura que deu nome à praia do Mirante da Sereia - em fotografia da década 1960.....	95
Figura 60 - "Mapa identificando o sistema de transporte lagunar no século XIX"	96
Figura 61 - Portas de entrada de Maceió pelos portos lacustres a partir do século XIX: da Levada, do Trapiche e de Bebedouro.....	97
Figura 62: Cartão-postal com data provável do início do século XX: Porto lacustre na Levada.	98

Figura 63 – Festa de Nossa Senhora da Guia, no Trapiche da Barra, na década de 1950.	100
Figura 64 - Lancha no Porto do Trapiche no século XX.	100
Figura 65 - Bebedouro no final do século XIX: Porta de entrada de Maceió.	101
Figura 66 - Construções em Bebedouro do final do século XIX e início do século XX.	103
Figura 67 - Asylo das Órfãs Desvalidas, atual Colégio Bom Conselho.	103
Figura 68 – A Casa de Saúde Miguel Couto e o antigo Asylo das Órfãs em Bebedouro, respectivamente.	104
Figura 69 - Vila Lilota: palacete em Bebedouro no início do século XX.	104
Figura 70 - Vila Amália, atual SINTEAL.	105
Figura 71 - Natal do Major Bonifácio na Praça da Matriz de Bebedouro.	105
Figura 72- Preparativos para a festa natalina em Bebedouro no início do século XX.	106
Figura 73 - Hidroavião na Laguna Mundaú.	108
Figura 74 – Maceió: <i>rum and railroads</i> : fotografia de Maceió em 1931, de Alfred G. Bukham.	110
Figura 75 – Trajeto do hidroavião na laguna Mundaú no início do século XX.	111
Figura 76 - Cena do filme “Casamento é negócio ?”: passeio na laguna em Maceió em 1933.	113
Figura 77 – Cartão-postal de 1934, intitulado “Lagôa do Norte”, do fotógrafo Antenor Pitanga.	114
Figura 78 - Antigo alojamento de tropas no Vergel do Lago durante a II Guerra Mundial. .	116
Figura 79 – “Bar das Ostras, durante os anos 1970”.	116
Figura 80 - O núcleo central de Maceió no início do século XX.	119
Figura 81 - Subúrbios de Maceió no início do século XX.	120
Figura 82 - Os povoados de Maceió no início do século XX.	121
Figura 83 – A espacialização de Maceió no início do século XX.	123
Figura 84 – “O sítio da vila de Maceió em 1800” (Tradução livre).	124
Figura 85 – O riacho Maceió em seu curso original, em planta de 1865.	124
Figura 86 - Hotel do <i>Commercio</i> em Jaraguá: o primeiro hotel instalado em Maceió entre 1870 e 1880.	125
Figura 87 - Hotel Nova Cintra: o primeiro a ser construído no Centro de Maceió em 1886.	126
Figura 88 - O Hotel Bella Vista, do início do século XX.	126
Figura 89 - Equipamentos indesejáveis em Maceió no século XIX.	129
Figura 90 - Planta de Maceió com a localização dos cemitérios da cidade construídos até a primeira metade do século XX.	130
Figura 91 - Mapa da costa leste de Maceió, de 1959.	133
Figura 92 - Mapa Topográfico de 1960.	135
Figura 93 - Mapa de Maceió em 1962.	136
Figura 94 - A expansão urbana em direção ao litoral norte de Maceió na década de 1960. ...	138
Figura 95 - Porto de Jaraguá.	148
Figura 96 – 7 Coqueiros em imagem ainda bem natural da Praia da Pajuçara nos anos 1980.	150
Figura 97 - Mapa da ocupação da costa marítima em Maceió no início da década de 1970.	150
Figura 98 - Localização das praias da Avenida e da Pajuçara, tendo-se o Porto de Jaraguá como limite entre ambas.	151
Figura 99 – A urbanização da Praia da Pajuçara em 1974.	152
Figura 100 - A Avenida Jatiúca em 1974 na ocasião da sua pavimentação: "uma estrada asfaltada em direção ao mar".	153
Figura 101 – O ideal de modernidade da urbanização da Praia da Pajuçara na década de 1970.	153
Figura 102 - Vista aérea da Praia da Pajuçara no seu período de inauguração em 1974.	158

Figura 103 - A criação do mar de Maceió na visão do artista plástico Agélio Novaes.	159
Figura 104 - Panorama das áreas valorizadas e desvalorizadas em Maceió no século XX. ..	161
Figura 105 - O Alagoinhas como lugar de eventos e festas para a elite maceioense na segunda metade do século XX.	162
Figura 106 - O Trapichão nos primeiros anos da sua inauguração na década de 1970 e sua relação de proximidade com a laguna.	164
Figura 107 – A ocupação da região do Dique-Estrada na atualidade.	166
Figura 108 - Casa rosada.	167
Figura 109 - Bairros lagunares em Maceió na década de 1970.	169
Figura 110 – Cena do filme “Joana, a francesa” de 1973: passeio na lancha “Esplanada” na laguna Mundaú.	172
Figura 111 - O Hotel Jatiúca - localização entre a lagoa da Anta e o mar.	173
Figura 112 - A Salgema nos primeiros anos da sua implantação na década de 1970: a relação da planta industrial e o meio natural.	175
Figura 113 - A Salgema e seu entorno em 1982.	176
Figura 114 - Localização da Salgema, Dique-Estrada e a extração de salmoura em Bebedouro.	177
Figura 115 - Expansão da ocupação urbana em Maceió - 1960 e 1980, respectivamente.	180
Figura 116 – Bebedouro em relação à laguna na segunda década dos anos 2000.	181
Figura 117 - Orla urbanizada do Dique-Estrada em 1989.	182
Figura 118 - Vista da laguna – no primeiro plano e, do mar – em segundo, a partir do Mirante de Bebedouro, no acesso ao bairro da Santa Amélia.	184
Figura 119 - Área prevista para a Urbanização em 2000 da Orla Lagunar. No detalhe, planta da implantação de forma parcial: do Canal da Levada ao Porto do sururu.	186
Figura 120 - Proposta da Urbanização em 2000 de espaço para serviço e lazer.	187
Figura 121 - Barraca construída na urbanização de 2000 na urbanização da Orla Lagunar. .	188
Figura 122 - obras realizadas na urbanização de 2000 na Orla Lagunar.	188
Figura 123 - Localização das portas de entrada lacustre na atualidade.	189
Figura 124 - A região da Porta de entrada de Bebedouro na atualidade.	190
Figura 125 - A porta de entrada de Bebedouro na atualidade: ocupação de toda a área por comércio e feirantes.	190
Figura 126 - A Porta de entrada de Bebedouro no início do século XX e na atualidade.	191
Figura 127 – O entorno da Porta de entrada do porto da Lancha do Trapiche na atualidade.	191
Figura 128 – O Porto da Levada na atualidade.	192
Figura 129 - A espacialidade atual que representa o entorno de onde existiu o hidroavião. .	193
Figura 130 - Planta de Maceió com divisão por bairros no século XXI.	197
Figura 131 - Os maiores e os menores IDHMs da RM de Maceió (2010).	203
Figura 132: Os novos paradigmas da apropriação do mar na cidade nos anos 2000.	205
Figura 133 - Ocupação da margem da laguna na Orla Lagunar de Maceió.	211
Figura 134 - A área de abrangência do Projeto "Maceió de Frente pra lagoa".	212
Figura 135 – Sede do Instituto Manda Ver, na Orla Lagunar de Maceió, no Vergel do Lago.	216
Figura 136 - Cartaz publicitário do documentário Saneamento trágico - o abandono da Orla Lagunar de Maceió, de 2018.	219
Figura 137 – Cena do documentário Saneamento trágico, de 2018: enchente na Levada, proveniente da falta de saneamento.	219
Figura 138 - A Pajuçara nos anos 2000: “Praia da Pajuçara e Av. Silvio Viana”	221
Figura 139: Regiões turísticas de Alagoas.	222
Figura 140 - Mapa das esculturas inseridas na orla marítima de Maceió entre 2014 e 2018.	224

Figura 141: Eu amo Maceió: escultura, implantada em 2014, em homenagem ao bicentenário da cidade.....	225
Figura 142: Paulo Gracindo: homenagem de Maceió, em 2015, em escultura de bronze em tamanho natural.	225
Figura 143: A sereia do mestre Zezito: a nova atração turística da Pajuçara a partir de 2017.	225
Figura 144 - Monumento à Jangada Independência, inaugurado em agosto de 2018, na Orla da Ponta Verde.	226
Figura 145 – Poseidon, escultura à beira-mar de Riacho Doce, erguida em 2018.	228
Figura 146 - Monumento Colibri, implantado em 2018, em homenagem aos corretores de imóveis.	228
Figura 147 - Esculturas do Circuito Alagoas Feita a Mão implantadas em 2018.	229
Figura 148 – Localização dos empreendimentos imobiliários na região do tabuleiro a partir do século XX.	231
Figura 149 - Residencial Riviera da Lagoa: a exploração da vista da laguna como marketing de venda.	232
Figura 150 – Mirante Clube Estratégia, empreendimento em construção que tem como proposta a vista panorâmica da parte baixa da cidade, do mar e da laguna.	232
Figura 151 - O Mirante Clube Estratégia visto da laguna, no bairro do Vergel do Lago.....	233
Figura 152 - Mapa de setorização para pesquisa imobiliária.	235
Figura 153 - Planta Genérica de Valores de Terrenos de Maceió.	237
Figura 154 - A Ponta Verde num detalhe da PGVT.	241
Figura 155 - O mapa da distribuição da pobreza em Maceió.	248
Figura 156 - A área atingida pelo abalo sísmico no Pinheiro.....	250
Figura 157 - "Falhas geológicas que passam pelas minas de salgema".	251
Figura 158 - Poços de extração de salgema na região que compreende o Pinheiro e a planície lagunar.	252
Figura 159 - Reportagem em destaque no jornal <i>Gazeta de Alagoas</i> em 2019.	253
Figura 160 - Praia do Pontal da Barra. Lagoa Mundaú com passeio das 9 Ilhas e Ponte Divaldo Suruagy – cartão-postal disponível em 2018.....	263

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição das fontes pesquisadas	34
Tabela 2 - Obras realizadas pela Prefeitura de Maceió entre 1980 e 1986	144
Tabela 3 - Elementos paisagísticos implantados na urbanização da Pajuçara em 1974	154
Tabela 4 – Os problemas da região marítima segundo matérias do jornal <i>Gazeta de Alagoas</i> antes da urbanização da Pajuçara	156
Tabela 5 - Publicações do Jornal de Alagoas sobre os problemas e potencialidades de áreas de Maceió externas à Pajuçara em 1974	157
Tabela 6 - Plantas e projetos da década de 1980 arquivados na SEMINFRA	194
Tabela 7 – Espécies apresentadas como “árvores” para a escolha da árvore símbolo de Maceió	198
Tabela 8 - Concentração populacional dos bairros de Maceió	202
Tabela 9 - Obras a serem realizadas pelo Programa de Requalificação Urbana e Ambiental da Orla Lagunar de Maceió	213
Tabela 10 - Arte urbana inserida na orla marítima de Maceió entre 2014 e 2018.	223
Tabela 11 – Zonas ou trechos da PGVT em Maceió com valores em UFR	238
Tabela 12 - Os valores dos terrenos em UFR nas regiões marítima e lagunar	239
Tabela 13 - Valor do m ² de terrenos nas regiões marítima e lagunar	242
Tabela 14 - Valores comparativos do metro quadrado de terrenos entre a PGVT e o mercado imobiliário	244
Tabela 15 - Valores médios de imóveis novos e usados em Maceió em 2016	246
Tabela 16 - Valores de terrenos na região marítima e lagunar em 1974	247
Tabela 17 – Cronologia do imaginário das águas em Maceió	260

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Valor médio em UFR do metro quadrado de terrenos das regiões marítima e lagunar a partir da PGVT.....	241
GRÁFICO 2 – Valor médio do m ² de terrenos nas regiões marítima e lagunar em Maceió em 2018 a partir de pesquisa no mercado imobiliário	244

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA - Avaliação de Impactos Ambientais
ANA – Agência Nacional de Águas
ANM - Agência Nacional de Mineração
APA – Área de Preservação Ambiental
APA – Arquivo Público de Alagoas
ADH – Atlas do Desenvolvimento Humano
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNH - Banco Nacional de Habitação
CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas
CELMM - Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba
CETUR - Conselho Estadual de Turismo
CNP - Conselho Nacional de Petróleo
COHAB - Companhia Habitacional Popular de Alagoas
COMURB – Companhia de Urbanização de Maceió
CPC - Companhia Petroquímica de Camaçari
CREA-AL – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas
CRECI-AL – Conselho Regional de Corretores de Imóveis -Alagoas
EMATUR - Empresa Alagoana de Turismo
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FJP – Fundação João Pinheiro
IABS - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
IMA – Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas
INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ITB – Instituto Théo Brandão
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Minc – Ministério da Cultura
MISA – Museu da Imagem e do Som
MPT - Ministério Público do Trabalho
Mtur - Ministério do Turismo
MPV – Movimento Pela Vida
OAM – Organização Arnon de Mello
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento
PCA - Polo Cloroquímico de Alagoas
PGVI - Planta Genérica de Valores de Imobiliários
PGVT - Planta Genérica de Valores de Terrenos
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A
PRI - Plano de Reassentamento Involuntário
PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
Produban - Banco do Estado de Alagoas
RM – Região Metropolitana
RUA - Residência Universitária de Alagoas
Salgema – Salgema Indústrias Químicas S.A
SEDET – Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
SEDETUR - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo
SMCCU - Secretaria Municipal de Controle do Convívio Urbano
SEMEC – Secretaria municipal de Economia
SEMED - Secretaria Municipal de Educação e Desportos de Maceió
SEMINFRA - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanização
SEMPLA - Secretaria Municipal do Planejamento e do Desenvolvimento
SGB - Serviço Brasileiro de Geologia
SINTEAL - Sindicato dos Professores do Estado de Alagoas
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEP – Unidade Especial de Preservação
UFABC - Universidade Federal do ABC

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

USO - Clube dos Oficiais Americanos

UFR – Unidade Fiscal de Referência

URB - Companhia de Urbanização de Maceió

USP – Universidade de São Paulo

VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 MAR E LAGUNA ALTERNANDO O PROTAGONISMO: DOS PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO ATÉ O FINAL DA DÉCADA DE 1960	39
1.1 Nuances do protagonismo do mar e da laguna em Maceió: do porto natural de Jaraguá às portas de entrada para a cidade	48
1.1.1 A descoberta do mar em Maceió como lugar de contemplação e lazer	72
1.1.2 O protagonismo da laguna como porta de entrada lacustre	95
1.2 O estigma de se viver próximo às águas e a segregação social herdada do Urbanismo Sanitarista em Maceió	117
2 A “SEDUÇÃO” DO MAR E SEUS REFLEXOS NO IMAGINÁRIO URBANO DE MACEIÓ A PARTIR DA DÉCADA DE 1970 ATÉ O FINAL DO SÉCULO XX	141
2.1 A urbanização da Pajuçara e o incremento do turismo	147
2.2 O descaminho de uma sedução: a perda de representatividade e o novo simbolismo da laguna em Maceió	168
2.2.1 A Salgema e a construção do Dique-Estrada: significados da nova paisagem lagunar	173
2.2.2 A região lagunar a partir da década de 1980.....	179
2.2.3 A região marítima a partir da década de 1980.....	193
3 MACEIÓ DO SÉCULO XXI: DO MAR! E A LAGUNA?	197
3.1 Os projetos e ações que norteiam as intervenções de melhoria da região marítima e da laguna no século XXI.....	203
3.1.1 A região marítima	203
3.1.2 A região lagunar	206
3.2 O protagonismo e sedução do mar e da laguna na atividade turística em Maceió a partir dos anos 2000	220
3.3 O mercado imobiliário e a especulação entre o mar e a laguna	229
3.4 Parâmetros econômicos da valorização/desvalorização do mar e da laguna na cidade.....	233
3.4.1 A pesquisa a partir da Planta Genérica de Valores de Terrenos.....	236
3.4.2 Qual o valor de mercado dos terrenos nas regiões marítima e lagunar na atualidade?	241
3.4.3 Revista Exame	245
3.4.4 De 1974 a 2018: registro de valorização e desvalorização	246
3.5 Da Salgema ao Pinheiro: o drama de um bairro	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
REFERÊNCIAS	268

INTRODUÇÃO

Assim, outros trabalhos poderão ser desenvolvidos a partir desta dissertação, buscando-se compreender, por exemplo, as diferenças existentes da apropriação do espaço e da paisagem entre a Orla Lagunar e a orla marítima da cidade de Maceió — pesquisa que pode ser empreendida porque, na mesma cidade, essas duas orlas têm ocupações distintas. Uma análise, também da apropriação do espaço e da paisagem, poderá ser realizada entre a Orla Lagunar e alguma situação similar existente em outra cidade, buscando-se as relações entre tais ocupações. (DUARTE, 2010, p. 157).

Essa afirmação, do autor desta tese, encerrou a sua dissertação de mestrado em 2010 — “Orla Lagunar de Maceió: apropriação e paisagem (1960-2009)”. Concluída aquela etapa de pesquisas e reflexões sobre Maceió a partir da laguna Mundaú, criou-se um hiato entre o que havia sido produzido e o que poderia ampliar-se sobre o tema. Na verdade, não era um ponto final, mas estabeleciam-se reticências que abriam possibilidades de novas experiências sobre o assunto e a cidade.

A alternativa de estudar a relação do mar e da laguna com a produção do espaço urbano local foi, desde o início, a intenção de continuidade da pesquisa, por questões práticas, de identificação e operacionais. Aprofundar mais o conhecimento sobre Maceió era também muito motivador. O amadurecimento das discussões junto ao Programa de Pós-Graduação, professores e colegas e, em especial, à orientadora, foi muito proveitoso e esclarecedor. Entre tantas possibilidades, voltar um olhar para o espaço urbano a partir dos seus principais cursos d’água — o mar e a laguna — foi um percurso natural. Chegar à temática específica foi o resultado de toda uma trajetória pessoal, da formação como arquiteto e urbanista, da relação com essas águas — algo que o leitor poderá compreender melhor após a conclusão da leitura final do trabalho.

Maceió, capital do estado de Alagoas, é uma cidade com 511 km² e um pouco mais de um milhão de habitantes — 1.029.129, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em agosto de 2017. O estado apresenta, de acordo com o IBGE na mesma data, 3.375.823 habitantes, sendo Maceió a cidade de maior concentração populacional em função do seu *status* de sede administrativa do estado e lugar de maior oportunidades de emprego, renda e condições de vida.

A cidade é banhada pelo oceano Atlântico, forma ao sul uma restinga¹, definida de um lado pelo mar, e do outro pela laguna Mundaú². Esta laguna integra o Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), que compreende, segundo a definição da Agência Nacional de Águas – ANA (2006, p. 5), “um sistema de corpos aquáticos naturais formado por duas lagoas, a Mundaú e a Manguaba, canais de acesso, várias ilhas e uma parte estuarina comum a ambas as lagoas”, conforme mostra a Figura 1. A primeira possui 23 quilômetros quadrados e a segunda, 34.

Figura 1 - CELMM



Fonte: Google Earth. Imagem Landsat (2014), com edição do autor.

Geograficamente, o território da cidade compreende três planos, conforme mostra a Figura 2: uma região ao nível do mar e da laguna, onde se encontra a restinga, formando uma planície; o terraço de Maceió ou terraço do Centro, na área do centro comercial da cidade e parte deste bairro; e a região mais elevada em relação ao nível do mar, denominada tabuleiro (LIMA, 2010). Para Altavilla (1967, p. 101), “A natureza modelou, através, dos ciclos geológicos, seus três planos: – o planalto, (...) o centro resultante da erosão da terra vermelha

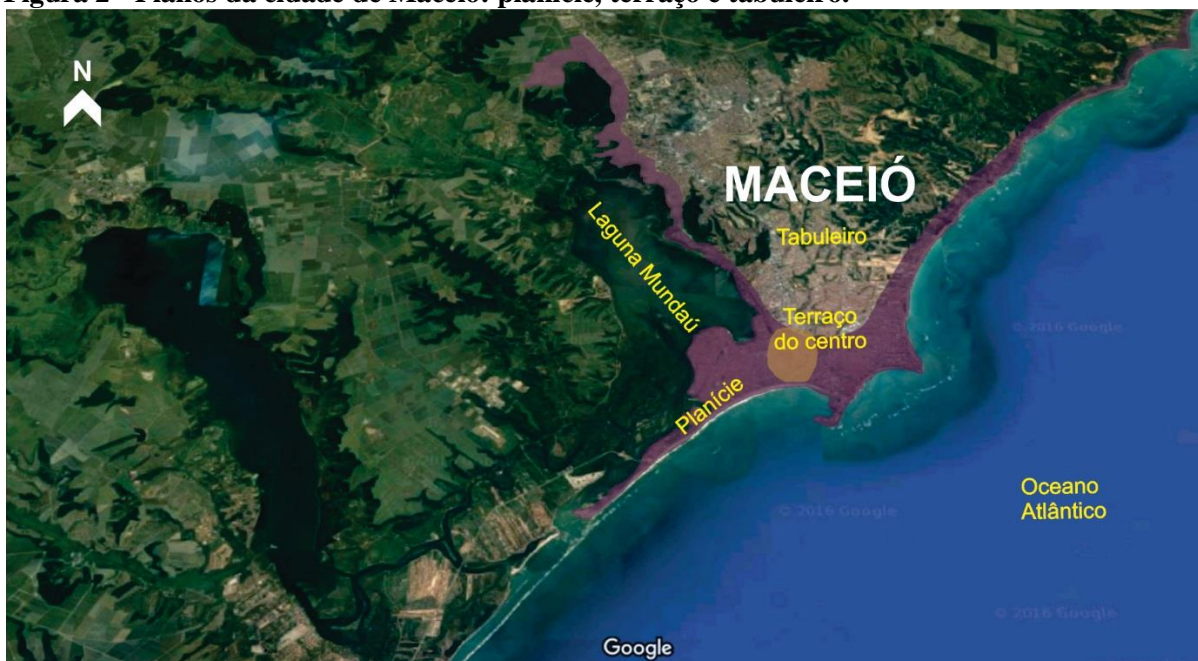
¹ As restingas são depósitos de areia que criam um ambiente com vegetação própria, formando “barreiras que bloqueiam a foz dos rios ou separam lagoas do mar, ora com sucessão de cordões arenosos com relevo pouco acidentado, ora campo de dunas, entre outras” (SALLES, 1993, p. 38).

² Lagoa e laguna são corpos d’água que se diferenciam pela existência de ligação da segunda com o mar, com “uma fonte de produtividade biológica vinculada à abundância de nutrientes de origem oceânica e continental” (LIMA *et al.* In: ARAÚJO, 2004, p. 269). O senso comum, como também documentos oficiais, denomina a laguna Mundaú de “lagoa” – nomenclatura que será usada neste trabalho apenas em referências utilizadas, como forma de se empregar o termo cientificamente correto. Este emprego errôneo é bastante usual no Brasil, a exemplo do que ocorre também com a laguna da Jansen, em São Luís, no Maranhão, conhecida como lagoa, segundo o artigo de COELHO (2002).

do alto e a faixa litorânea ou praieira”. Entrementes, para o senso comum, os dois primeiros formam a cidade baixa ou a parte baixa da cidade, e o tabuleiro é a parte alta ou cidade alta.

O sítio histórico que originou Maceió encontrou lugar nesta condição geográfica de restinga. Isto proporcionou uma espacialização muito próxima dessas massas d’água, e uma população coabitando com um exuberante ecossistema, composto de praias, ilhas, manguezais, dunas e fauna específicas. A povoação inicial se deu a partir da inter-relação dessas águas, tendo-se o mar e a laguna como protagonistas, e proporcionando ao longo dos anos um imaginário de sedução entre a população e essas águas. A relação física, no entanto, ocorria de uma forma bem diferente de como se encontra a cidade na atualidade em relação à sua condição geográfica inicial: “Há muitos e muitos anos eu [Maceió] era apenas uma faixa de terra cercada pelo mar e pelas lagoas Mundaú e Manguaba” (ALMEIDA; DANIEL, 2007, p. 3).

Figura 2 - Planos da cidade de Maceió: planície, terraço e tabuleiro.



Fonte: Google Earth. Imagem Landsat (2014), com edição do autor.

Esse processo de protagonismo e sedução estabeleceu nuances próprias nos vários momentos de desenvolvimento da cidade de Maceió. Neste trabalho, o termo “nuance” será aplicado de acordo com Holanda (1986, p. 1.203), como a “diferença delicada entre coisas do mesmo gênero”. Desta forma, a pesquisa sobre o mar e a laguna no contexto urbano de Maceió compreenderá os detalhes implícitos, às vezes de forma tênue – que refletem a dinâmica do espaço da cidade –, encontrados, por exemplo, na História, em obras de ficção, em composições musicais, em poemas e fotografias, buscando-se o protagonismo ou a sedução em relação a esses espaços. A dimensão simbólica da cidade, definida por Lefebvre (2001, p. 70), pelos

elementos que “simbolizam o cosmo, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado”, comporá também o elenco da pesquisa.

Entende-se por protagonismo “o processo de protagonizar, de ser o protagonista, o figurante principal de uma apresentação (SIGNIFICADO..., 2017). Essa definição, com uma essência voltada ao ato humano, é apropriada em relação à cidade também para expressar o sentido etimológico da palavra derivada do grego, e que se origina de *protos* – igual a principal, primeiro – e *agonistes* – lutador, competidor.

Esse conceito, usado para definir as cidades como personagens ativos da sua história e construção, é utilizado por autores como Soja (2008), Vale (2007) e Vaz (2004). Ferreira (2001), catedrático de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), escreve o seu artigo como parte da produção da pesquisa intitulada “Património Urbano, Espaço Público e Protagonismo das Cidades. As Metrópoles de Lisboa e do Porto no dealbar do século XXI” – projeto de investigação coordenado por ele e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, de Portugal, que denota a importância do protagonismo urbano na discussão das cidades atuais.

No Brasil, o emprego desse conceito pode ser encontrado no debate em geral do tema urbano, como o levantado por instituições como a TV Brasil (2017) ou em eventos importantes como o Fórum Nacional “Um Projeto para as Cidades do Brasil”, realizado em São Paulo, em 2018 (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2018).

O protagonismo de Maceió é relevante desde a origem do seu povoamento, quando o mar e a laguna nortearam a ocupação inicial. O mar foi importante como porta de entrada dos corsários e saqueadores europeus, o que levou a Coroa portuguesa a perceber a necessidade de povoar a região que deu origem a Maceió (ALTAVILLA, 1967). Por outro lado, a laguna foi importante como elo entre o mar e o interior da então porção sul da capitania de Pernambuco (CAVALCANTI, 1998).

Complementarmente ao protagonismo, a sedução será tomada nesta tese como “um conjunto de qualidades e características que despertam em outrem simpatia, desejo, amor, interesse etc.” (MARCONDES FILHO, 2014). Nesse sentido, a água, como elemento constituinte do espaço habitado local, rebusca-se de algo além do seu caráter geográfico formado pelo mar, rios, laguna e canais que despertam um magnetismo, um fascínio. Bachelard (1977, p. 17) expressa um pensamento que permeia esse sentido para a cidade: “a água nos

aparecerá como um ser total: tem um corpo, uma alma, uma voz”. E complementa: “A água convida-nos à viagem imaginária” (IDEM, p. 137).

Bachelard (1977, p. 1) reporta-se ao imaginário como forças imaginantes, movidas pela novidade ou pela forma:

As forças imaginantes da nossa mente desenvolvem-se em duas linhas bastante diferentes. Uma encontram seu impulso na novidade; divertem-se com o pitoresco, com a variedade, com o acontecimento inesperado.

A imaginação que elas vivificam tem sempre uma primavera a descrever. Na natureza, longe de nós, já vivas, elas produzem flores.

As outras forças imaginantes escavam o fundo do ser; querem encontrar no ser, ao mesmo tempo, o primitivo e o eterno. Domina a história. Na natureza, em nós e fora de nós, elas produzem germes; germes em que a forma está encravada numa substância, em que a *forma é interna*.

O imaginário é assim resultado da imaginação, de algo idealizado. Bachelard (1977, p. 126) aponta que “a princípio ele tem uma necessidade de uma presença mais próxima, mais envolvente, mais material”. No entanto, afirma que “suas raízes profundas e nutritivas” não se encontram nas imagens visualizadas, porém em elementos que não são percebidos visualmente, mas que vão formar a essência da imaginação – como resultado do que cada um vai associá-la à sua vivência, à sua realidade e expectativas. O imaginário aparece como um elemento que identifica, que leva a uma distinção, a um diferencial, e povoa o pensamento das pessoas, formando essa imagem.

Laplantine e Trindade (2003) definem imaginário como “a faculdade originária de pôr ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção”. A imagem se forma com base na percepção real do objeto e reforça o imaginário pelo estímulo perceptual “transfigurado e deslocado, criando novas relações inexistentes do real (...) carregada de afetividade e de emoções criadoras e poéticas” (IDEM, n. p.).

A imagem, por sua vez, “indica algo que, embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece” (JOLY, 2005, p. 13).

Nesse sentido, o imaginário das águas em Maceió será desenvolvido neste trabalho como algo que buscará fomentar essa particularidade da cidade enquanto *lócus* de riachos, rios

– e em particular, e objetivamente, pela presença da laguna e do mar. Pode-se afirmar a construção da imagem de Maceió, ao longo do seu percurso histórico, como um lugar das águas. Antecipou-se a isso o imaginário que se evidenciou sobre o território alagoano, nos primórdios do seu povoamento.

A formação deste imaginário remetida à sua condição natural particular relacionada às águas levou à denominação do estado de Alagoas. Isso mostra a força do elemento natural “lagoa” para a origem do nome do estado, como lembra Ferrare (2014, p. 216): “Convém frisar também que o topônimo Alagoas – alusivo à expressão “Há lagoas”, nomeou todo o território que correspondia à parte sul da Capitania de Pernambuco, quando se transformou em capitania independente e passou a designar o estado, no advento da República”.

Esta denominação provém das 17 lagoas existentes no território alagoano, com destaque para a Mundaú e a Manguaba, “pela extensão, proximidade da capital, número de pessoas envolvidas, produtividade e problemas, ambientais e sociais” (SALLES, 1993, p. 55), formando, segundo Menezes (2014, p. 17), “um dos mais importantes ecossistemas aquáticos do Brasil”. Daí a importância das lagoas na formação da imagem do estado e, em particular, na ocupação inicial de Maceió.

Lima (1950, p. 2) nesse contexto, assim descreve a influência das águas no território alagoano:

A TERRA em muitos pontos ainda está sendo conquistada pelo mangue. A água é tão presente que batiza em verdade não só as pontes mas os logradouros, as cidades, os engenhos. (...) E aí está que a água dá nome às coisas e dá de-comer ao povo.

O topônimo Maceió também é decorrente da geografia do sítio inicial da cidade e desse contexto: “de origem indígena, designa alagadiço e, conforme Houaiss³, lagoeiro no litoral” (ANDRADE, 2013, p. 81). Almeida e Daniel (2007, p. 3), numa linguagem infantojuvenil, assim falam da origem do nome da cidade: “Havia também uma verde floresta e nela habitavam pessoas que foram chamadas de índios. Esses índios, assim que me viram [o sítio que deu origem à cidade], deram-me o nome de *Maça-i-ok*, *Massayó* ou *Massayá*, que significa ‘o que tapa o alagadiço’”. A referência a esse lagoeiro e alagadiço denominava o riacho cuja foz alcançava o mar na área inicial do povoamento – o riacho Maceió, posteriormente – no século XX, rebatizado de riacho Salgadinho.

³ Antônio Houaiss: dicionarista brasileiro.

Para Ivo (2004, p. 40), essa origem define “em sua topografia os nomes de água: Levada, Trapiche da Barra, Ponta da Terra, Vergel do Lago, Bebedouro, Poço, Riacho Doce, Pontal da Barra”, nomeando bairros da cidade. E Lima (1950, p. 2) completa: “Nomes de água em logradouros da capital: Poço, Levada, Cambona, Bebedouro, quando não exprimem a água que ainda ontem existia sob o Aterro de Jaraguá, Aterro do Cemitério etc...”.

O antropólogo pernambucano Gilberto Freyre descreveu o alagoano como “uma gente quase anfíbia”, ressaltando a intrínseca relação do povo com suas águas, seja das lagoas e lagunas, seja do mar, canais, riachos ou rios. Essa descrição inspirou Dirceu Lindoso em seu estudo da cultura alagoana, que a destacou logo no prefácio de “Interpretação da província: estudo da cultura alagoana” (LINDOSO, 2015, p. 11).

Capitaneada pelo conceito de cultura, segundo Lindoso (2015), essa interpretação de Gilberto Freyre reforça a relação e influência das águas na construção das relações sociais e do espaço local. Para o autor, a cultura é resultado de “um *continuum* de temporalidades sociais”, sendo percebida pela linguagem dos signos e símbolos, produzidos como “fenômeno social”, como um processo ao longo do tempo (IDEM, p. 26).

Maceió é assim uma cidade que cresceu “imprensada entre lagoa e mar” (JAMBO, 2011, p. 181). Medeiros e Ferrare (2010, p. 2) afirmam ser a água “o elemento definidor da morfologia urbana da cidade”. Essas águas definiam o sítio originário de Maceió e criavam uma planície litorânea com grandes áreas alagadiças e sujeitas a enchentes cíclicas. Esta formação geográfica foi sendo transformada com mudanças que ocorreram principalmente a partir do século XIX, com aterros de áreas alagadas e cursos d’água, mudanças dos percursos de rios, retificação de canais e aterro de parte da laguna, além da incorporação de ilhas ao território da cidade (DUARTE, 2010).

Os rios, riachos e canais fazem parte historicamente da conformação urbana de Maceió, e não têm um papel de evidência na cidade atual, enquanto espaços representativos do imago local, apesar da sua importância em vários momentos da trajetória urbana da cidade. Em boa parte do tempo, estiveram associados a mangues, pântanos e áreas alagadiças, ou representavam obstáculos para o deslocamento da população, criando barreiras ao trânsito das pessoas.

Na linha do tempo de Maceió, o protagonismo – ou repulsa – por um e por outro sempre foi uma constante, praticamente criando-se uma situação de equilíbrio até a década de 1960. Mesmo com a valorização do mar acentuada a partir da década seguinte, isso não representou

um resultado único em toda a extensão da costa, como resposta às diferentes apropriações que ocorreram ao longo da planície marítima na cidade.

Não por coincidência, o brasão e a bandeira de Maceió, criados em 1962 pelo médico e folclorista Théo Brandão, utilizam como referências todas as águas da cidade e seus elementos existentes no imaginário local: a restinga – a faixa branca; o riacho Maceió – a onda em vermelho; o coqueiral – as folhagens verdes nas laterais; o mar – a faixa verde; e a laguna – a azul (ITB, 1995) (Figura 3).

Se até a década de 1970 o mar e a laguna formavam o que se pode classificar, segundo Tuan (1980, p. 108), como “as mais intensas experiências estéticas da natureza” em Maceió, a partir de então, essas experiências tomaram outro rumo.

As mais intensas experiências estéticas da natureza possivelmente nos apanham de surpresa. A beleza é sentida, como contato repentino com um aspecto da realidade até então desconhecido; é a antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou o sentimento afetivo por lugares que se conhece bem (IDEM, p. 108).

Figura 3 - Brasão de Maceió.



Fonte: Estado de Alagoas (s.d.).

De modo oposto, a imagem da laguna vem ao longo dos anos sendo diminuída em sua importância no imaginário urbano local, discriminada como região marginalizada. Contribuem para isso sua alta densidade demográfica e a baixa renda, precarizadas pela desigualdade na cidade e pela distribuição de infraestrutura, conforme Alencar (2007); e de acordo com pesquisas apresentadas pelo Atlas de Desenvolvimento Humano (ADH) para a região metropolitana de Maceió, na segunda década dos anos 2000, apresentando a região da laguna como uma área com baixos indicadores sociais (ATLAS..., 2015).

A cidade chegou ao século XXI com uma concentração de renda que propicia uma grande diferenciação entre as duas regiões. A região marítima, embora não se apresente de forma homogênea em sua forma de ocupação e distribuição de renda, compõe-se de 15 bairros, com uma população de quase 134.000 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, de 2010, estando quatro deles dentre os de maior concentração de renda de toda a capital, apresentando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) bastante elevado, de 0,956, numa escala que vai até 1.

A região lagunar é composta de 8 bairros, com uma população com cerca de 117.000 habitantes. A renda per capita está entre as mais baixas da cidade, com o IDH bastante abaixo daquela região – 0,563. Juntas, as duas regiões alcançam em torno de 27% da população da cidade⁴.

Nessa direção, a Maceió real, segundo o imaginário urbano da cidade, iniciou um processo crescente de transformação a partir da década de 1970, com novos conceitos sobre o espaço marítimo e lagunar. Uma relação que só poderá ser reestabelecida se a população compreender a relevância para a cidade desses ecossistemas naturais a partir do conhecimento das potencialidades de ambos e, desta forma, identificar nuances de sedução da cidade tanto pelo mar quanto pela laguna, considerando-se o valor simbólico que os dois representam para Maceió.

O imaginário urbano atua como referencial constante para a construção da cidade real, para a percepção e conseqüente reformulação de imagens e conceitos de seus habitantes, num processo interativo em que cidade e homem se moldam. A cidade real pode ser considerada como a materialização de uma condição imaginária, que se transforma – e a transforma continuamente (IWATA, 2001, p. 1).

O autor, nascido em Maceió e morador da região lagunar, onde viveu a infância, a adolescência e sua vida adulta inicial, presenciou e vivenciou essas transformações urbanas locais no âmbito do protagonismo e da sedução do mar e da laguna nas últimas décadas. A opção de seus pais em se instalar no bairro do Vergel do Lago, na região lagunar, quando migraram do interior do estado para a capital em 1960, é um testemunho da relação da cidade de então com as suas águas.

⁴ O bairro do Pontal da barra e do Trapiche da Barra fazem parte das duas regiões, assim, a quantificação da sua população para efeito de cálculo, foi dividida por dois para compor cada uma.

Apresentou-se também como opção de moradia da família o bairro da Jatiúca, na região marítima. No entanto, a visão que estabeleceram da cidade fez que eles compreendessem um imaginário de favorecimento da região da laguna sobre a marítima naquela ocasião, pela sua proximidade com o Centro, o comércio e serviços existentes na cidade. Normande, T. (2000, p. 5) afirma que nessa década, o bairro era considerado distante do Centro, sem infraestrutura urbana, pouco habitado e com “grandes extensões de áreas alagadiças”, como também ocorria nos bairros lagunares, não despertando o interesse de moradores de média e alta renda. Era, portanto um *habitat* de famílias pobres, como o daqueles que se instalavam no Vergel do Lago⁵.

O mar era lugar da burguesia, concentrada na praia da Avenida – a praia central urbanizada da cidade. A região sul constituía a área de expansão urbana; já o Trapiche era considerado “ambiente de pescadores”. O espaço escolhido na época pelas famílias abastadas eram os sítios da Pajuçara. A laguna ainda desempenhava a função de transporte, ligando a capital ao interior de Alagoas, e constituía fonte de alimentos e de sustento para as famílias de baixa renda.

Os moradores não tinham necessariamente uma relação com o mar ou a laguna por morarem nestas regiões. O ambiente lagunar não fazia parte do cotidiano de quem não tinha uma relação direta com a laguna – como os moradores que moravam no interior dos bairros: o caso do autor ou daqueles que não desenvolviam atividades de pesca, por exemplo. Por sua vez, a sua presença e importância faziam parte da construção do imaginário local.

Normande, T. (2000, p. 140) menciona uma relação de semelhança de atitude da população pobre da Jatiúca de então com o mar: “A praia quase não era utilizada enquanto lazer por parte da população, a não ser para os homens que, às vezes, juntavam-se em turmas e iam jogar futebol, ou em passeios eventuais das mulheres para comprar peixes aos pescadores”.

A motivação do autor de pesquisar e estudar essas águas na cidade sob o viés do protagonismo, da sedução e do imaginário materializou-se a partir do seu questionamento e da inquietação como arquiteto e urbanista – diante da vivência como morador de Maceió num período em que houve uma quebra de paradigma entre o que estava estabelecido como

⁵ Em 1960 Maceió era uma cidade ainda muito voltada para o bairro do Centro. O bairro do Vergel do Lago apresentava também uma ocupação inicial, como uma extensão da Levada e da Ponta Grossa. A Jatiúca, por sua vez, dava início à sua ocupação pelo interior do bairro – distante do mar, era considerado um lugar longínquo –, tendo-se o Centro como referência. Desta forma, a opção da família, mesmo com condições de fixar moradia naquele bairro, uma vez que tinha laços familiares em ambos os lugares, foi instalar-se mais próximo ao Centro, onde estabeleceu um pequeno comércio e dispunha de um deslocamento mais facilitado.

imaginário local e como se passou a ver estas importantes referências espaciais na atualidade. Como morador da cidade – e não mais morador da região lagunar, nem também da região marítima – há mais de vinte anos, busca um distanciamento do objeto de estudo, embora o envolvimento com o tema seja algo intrínseco à condição de pesquisador e de alguém inquieto à procura de respostas para as questões levantadas pela pesquisa. Essa sua proximidade com o tema de estudo – uma vez que esta pesquisa é um encontro seu com a sua história – obriga à cautela descrita por Dias⁶ (2017, p. 39): “operar em constante vigilância epistêmica, considerando que toda distração pode incorrer no suposto congelamento dessa invenção do ‘outro’ por um olhar romântico, paternalista...”.

Uma atitude parcial no olhar do objeto recai no contexto de reflexividade de Giddens (1991, p. 43), para quem “todos os seres humanos rotineiramente ‘se mantêm em contato’ com as bases do que fazem como parte integrante do fazer – determinando uma monitoração reflexiva da ação”.

Apesar de, a partir da modernidade, esta relação entre a vida cotidiana e o passado continuar a existir, sua significação não define mais o presente. Tal fato deve ser observado cuidadosamente na apropriação da historiografia. Assim, deve-se perseguir como atitude de pesquisa a relação epistêmica, sem a distração levantada por Dias.

A dissertação de mestrado desenvolvida pelo autor marcou o início da pesquisa e da análise dessas questões, ampliadas na presente tese. O trabalho teve como objetivo “estudar as transformações da paisagem da Orla Lagunar de Maceió no período compreendido de 1960 a 2009, investigando como se deu a apropriação do espaço nesse período” (DUARTE, 2010, p. 16). Representou a elaboração de uma pesquisa acerca daquela área da cidade até então não concebida.

A partir dessas percepções, foi criada a hipótese para a tese segundo a qual, embora atualmente a imagem veiculada de Maceió esteja fortemente associada à orla marítima, até os anos 1960, tanto o mar quanto a laguna alternaram o protagonismo e a sedução na construção do imaginário das águas na cidade. A década de 1970 representou uma transição do ver as águas em Maceió, que com o tempo passou por uma ressignificação, numa combinação dos interesses econômicos voltados para o incremento do mercado imobiliário e do turismo, e fomentado pelo

⁶ Trabalhos de mapeamento de referências culturais no Agreste alagoano para a construção da primeira etapa do Inventário de Referências Culturais de Alagoas seguindo a metodologia do INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais) proposta pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, finalizado em 2017.

poder público - influenciando na produção do espaço da cidade-, e estabelecendo a costa marítima como propícia à expansão, em detrimento da região lagunar, bastante adensada e empobrecida.

Uma questão se impõe: por que as intervenções na região lagunar tiveram um caminho tão diferente na conformação urbana da cidade, se comparadas à apropriação da sua costa marítima e à conseqüente valorização de suas adjacências, com investimentos direcionados para a região marítima? As questões no desenvolvimento desta tese podem suscitar algumas respostas: (1) os objetivos para a apropriação da costa marítima foram bastante diferentes daqueles que envolveram as intervenções na região lagunar com um olhar voltado para o turismo; (2) a perda de função de transporte da laguna; (3) o processo de adensamento e empobrecimento da região da laguna na cidade e a crescente valorização da região do mar. Isso reforça a afirmação de Maricato⁷ (2007, p. 169) sobre o espaço urbano como não sendo este “apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica”.

A diminuição da sedução pela laguna, dada a ressignificação do seu entorno, que perdeu símbolos antes valorizados pela população – o hidroavião, o Bar das Ostras, as lanchas para passeios em localidades de Marechal Deodoro (Bica da Pedra e Broma), o sururu, entre outros –, acendeu também a sedução pela praia na segunda metade do século XX, com novos ícones atribuídos ao mar – o Gogó da Ema e os “Sete Coqueiros”, por exemplo.

A partir de então, consolidou-se a imagem de Maceió como “cidade do mar” (Figura 4), um estereótipo que pelo “peso das palavras”, segundo Augé (1994, p. 88), “não cava um fosso entre a funcionalidade cotidiana e o mito perdido: ela cria a imagem, produz o mito e, ao mesmo tempo, o faz funcionar”. Esta visão pode não representar um consenso entre os moradores, mas é significativa como elemento representativo para os habitantes locais e os visitantes, pela força que a mídia e a publicidade exercem na opinião pública, e os usufrutos que os empresários, o poder público e a elite local conquistam com esta situação.

⁷ Ermínia Terezinha Menon Maricato: arquiteta e urbanista, doutora em Arquitetura e Urbanismo, pesquisadora com grande atuação na representação política e no estudo das questões urbanas do Brasil nas últimas décadas. Lecionou na Universidade de São Paulo (USP) de 1977 a 2010, sendo atualmente professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), membro de conselhos editoriais e do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo (CNPQ, 2018 a).

Figura 4 - *Outdoor* publicitário: referência a Maceió como “a cidade do mar”.



Fonte: Autor (2016).

Conforme afirma Sarmiento (2002, p. 228), os turistas veem a cidade com uma visão global, como “o lugar tropical” que pode ser encontrado em qualquer outra parte do mundo, e não algo exclusivo de Maceió. Cria-se assim uma imagem que não identifica o lugar por suas particularidades – sua cultura, seu cotidiano –, apesar de se tentar criar uma imagem dominante de Maceió como o “Paraíso das Águas”. Dá-se o uso da imagem, nesse caso, como uma metáfora. Segundo Joly (2005, p. 22): “A imagem ou a metáfora também pode ser um procedimento de expressão extremamente rico, inesperado, criativo e até cognitivo, quando a comparação de dois termos (explícita e implícita) solicita a imaginação e a descoberta de pontos comuns insuspeitados entre eles”.

A imagem de Maceió como lugar tropical não é recente; esta visão era extensiva também à região lagunar no início do século XX. No entanto, a cultura do mar limitou essa relação na cidade, curvando-se à criação de uma imagem voltada quase exclusivamente para as praias. Em 1927, Mário de Andrade, em passagem pela cidade, já confirma essa afirmação:

Através de imagens marcadamente tropicais: a riqueza de verdes do mar, o corpo voluptuoso de tom jacarandá de um nadador que se aproxima do navio, o gradeado dos coqueirais, sua arquitetura sincera, o ponche de maracujá, o sururu⁸ das lagoas, os guaiamuns “do azul mais lindo que jamais não vi” (ANDRADE, 2015, p.382).

⁸ Molusco contido dentro de uma concha, presente nas lagoas e lagunas do Estado, de nome científico *mytella falcata*, inicialmente denominado *mytella charruana*. Ocorre em todos os continentes, com espécies variadas, recebendo outros nomes Brasil afora: marisco, marisco preto, marisco das pedras, bacucu e ostra de pobre (COUTINHO *et al.*, 2014).

Nesta direção, Lima (1997, p. 98) expressa um sentimento que parece perpassar os tempos no imaginário local, numa comparação entre mar e laguna em Maceió, destacando a relação de proximidade de um com a outra, mas, ao mesmo tempo, buscando nos seus aspectos físicos a diferença acentuada entre ambos, carregada de preconceito em relação aos habitantes da região lagunar: “Vizinho da lagoa, comunicando-se pela barra sempre agitada, roncava o mar com suas praias alvas feito gente limpa. A lagoa usava a roupa sempre suja, as margens escuras ensombradas de mangue, carcomidas de buracos de caranguejo”.

Por outro lado, como parte dessas nuances de sedução, observa-se a recente valorização econômica da região de restinga e do CELMM com a implantação de condomínios de luxo na região da laguna, na Ilha de Santa Rita, localizada no município vizinho de Marechal Deodoro. De fácil acesso à capital alagoana e compondo a sua região metropolitana, o Condomínio Laguna (Figura 5) se insere como extensão da malha urbana sul da cidade, com excelente infraestrutura e apelo à preservação da natureza, contrariando a já consolidada visão preconceituosa em relação à moradia próxima à área de mangue na região.

Figura 5 - Localização do Condomínio Laguna e sua relação com as águas.



Fonte: Google Earth. Imagem Landsat (2018), com edição do autor.

Neste contexto, a laguna Mundaú, que limita uma das confrontações do condomínio, parece ser um diferencial do empreendimento imobiliário. Ao contrário do que acontece na maior parte da laguna em Maceió, o local enaltece a paisagem pela orla ali preservada: aqui a

laguna aparece como um “atrativo” para a valorização do local, enquanto, em outros casos, ela é o que causa a “desvalorização”. Um píer exclusivo do condomínio possibilita o uso de lanchas e *jet skies* pelos moradores de alto poder aquisitivo, transformando a paisagem em local privado e de construções de elevado padrão.

Os incorporadores do condomínio fizeram exatamente como a população que ocupou ilegalmente as várzeas de rios e lagoas país afora. O lago Paranoá em Brasília é um exemplo. Lúcio Costa o idealizou com uma escala bucólica, que se comporia de grandes áreas livres em sua orla, preservando uma ocupação pública. Nessa concepção, os bairros residenciais não foram colocados no seu entorno, buscando-se sua preservação, segundo Santos (2008, p. 91):

A proposta de uma Orla intacta, no entanto, perdeu espaço para uma Orla construída [inicialmente com assentamentos informais da população pobre, antes da inauguração da cidade – e posteriormente, nos anos 1980, com condomínios irregulares da classe média]. Esta se fez (...) ao sabor das oportunidades do mercado imobiliário, não possibilitando espaço em uma ocupação baseada em alguma ordem projetual.

Objetivos

As sutilezas e complexidades que envolvem as práticas espaciais são abundantes na sociedade, segundo Harvey (1992, p. 201):

Como elas estão estreitamente implicadas em processos de reprodução e transformação das relações sociais, é preciso encontrar alguma maneira de descrevê-las e de fazer uma generalização sobre o seu uso. A história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções. Além disso, todo projeto de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura de transformação das concepções e práticas espaciais e temporais.

As águas de Maceió envolvem essas sutilezas e complexidades na formação do espaço da cidade. Considerando-se a geografia e a importância dessas águas, este trabalho tem como objetivo principal investigar como o mar e a laguna desempenharam, desde o início do povoamento até os dias atuais, um papel ora de protagonismo, ora de sedução, na produção do espaço local, e como isso contribuiu para a formação do imaginário das águas para a cidade. Nesse percurso, a repulsa a ambos também comporá a investigação, que se estendeu, como recorte temporal, até o final de 2018, quando a pesquisa se deu por encerrada.

Objetivos específicos

a) Pesquisar a influência da produção dos agentes públicos e privados que formam e divulgam este imaginário das águas para a cidade – por meio de cartões-postais, almanaques históricos, filmes, da literatura, da música, da televisão, da *internet* e da pesquisa bibliográfica e documental;

b) investigar a relação do mar e da laguna, passando pelo urbanismo higienista, pela construção das orlas marítimas e outros condicionantes; e o papel do turismo a partir da década de 1970 na formação do imaginário da cidade como o “Paraíso das Águas”;

c) entender e discutir as influências dos agentes transformadores da produção do espaço da cidade nos momentos de resignificação dos elementos naturais laguna ou mar, e sua exploração pelo mercado imobiliário local, por meio de bibliografia e material empírico, buscando compreender o papel desses agentes nessa transformação.

Metodologia

Para a análise dessas questões, o procedimento metodológico escolhido fará a investigação da hipótese levantada, a partir da pesquisa qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica, e da pesquisa documental, conforme esclarecem Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 6) sobre ambas as metodologias:

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias.

Optou-se por se empreender esta pesquisa tomando-se como base as duas metodologias, pela possibilidade de ampliação da investigação e da análise que o material bibliográfico sobre o tema possibilita, e pela vastidão de material encontrado além da produção acadêmica e científica, como filme, fotografias e publicações em jornal e na mídia, por exemplo.

Nesta direção, este trabalho se apoiará no pensamento de Walter Benjamin como referencial metodológico, buscando a partir da visão dele reconstruir a história de Maceió,

contada a partir do mar e da laguna – para quem o registro dos acontecimentos deve levar em consideração tanto os pequenos fatos ocorridos quanto os de maior dimensão, uma vez que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1987, p. 223).

O verdadeiro método benjaminiano, portanto, não é “o” método, mas sim o reconhecimento de que a criação de novos objetos de estudo, campos de pesquisa, esferas de interesse implica, mais do que a aplicação escolástica de fórmulas “eternamente tiradas dos cânones, a paralela (e isomórfica) elaboração de novos métodos. Ideia ainda mais antecipadora, porque é próprio da nossa cultura – e particularmente da comunicação visual – uma produção sempre mais rápida e compulsiva dos objetos comunicativos, que não podem mais ser interpretados segundo os velhos esquemas, mas sobre os quais é preciso dirigir as capacidades criativas de um novo método, adequado ao objeto – e não a si próprio, de uma forma auto-referencial (...) É o próprio objeto que destrói o velho aparelho conceitual e, simultaneamente, requer dele a produção de um novo que, mesmo inserindo-se num conceito epistemologicamente dado, exige a “reinvenção” de princípios e de perspectivas, de olhares e narrações (CANEVACCI, 1993, p. 108).

Em oposição ao materialismo histórico, que ignora o *continuum* dos fatos históricos e vê o passado como estanque e imobilizado, a doutrina benjaminiana lança mão de elementos antes não aceitos, como ruínas, fotos, resquícios que são como fios de Ariadne no labirinto da memória, com a proposição de escritura de uma nova história, apontando não só os vencedores, mas os bens culturais advindos daqueles que não representam a classe dominadora.

Walter Benjamin empenhou-se em difundir uma anti-história, questionando a história que se coloca no seu papel de retratar a “verdade” sob o ponto de vista do triunfalismo dos vencedores. Contestava também a visão de tempo que era passado pela historiografia materialista – considerado linear, homogêneo e vazio –, o que implicava, segundo o seu pensamento, resultados previsíveis, com possíveis omissões de fatos (FERRARE, 1996).

A pesquisa buscou fontes científicas – produções acadêmicas (artigos, dissertações e teses) e da área de conhecimento em geral sobre o tema estudado. Complementarmente, utilizou-se também de trabalhos não científicos vindos da literatura, do cinema e das expressões artísticas. A Tabela 1 faz uma síntese dessas duas instâncias do trabalho, embora não possa relacioná-las completamente dada a vastidão utilizada. Tem-se no entanto com esse repertório pesquisado, resultados diferentes, mas que se inter-relacionam na construção do tema trabalhado.

Tabela 1 – Composição das fontes pesquisadas

Fontes científicas	
Autor(es)	Obra(s)
Jackson Ronie Sá-Silva, Cristóvão Domingos de Almeida e Joel Felipe Guindani Walter Benjamin	Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológica
Massimo Canevacci Josemary Omena Passos Ferrare	Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura A cidade polifônica A Preservação do patrimônio histórico: Um RE-pensar, a partir da experiência da Cidade de Marechal Deodoro Sandoval Caju - além do conversador. A cidade Marechal Deodoro: do projeto colonizador português à imagem do “Lugar Colonial” “Jardim público do Jaraguá”, porta de entrada de Maceió no século XIX e XX
José D’Assunção Barros Edward W. Soja	História, região e espacialidade Postmetrópolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones
Milton Santos	Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia
Denis Cosgrove	A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas
Silvio Soares Macedo	Quadro do paisagismo no Brasil Paisagismo Brasileiro na Virada do Século: 1990-2010 Parques Urbanos no Brasil
Lúcia Maria Sá Antunes Costa Kalina Vanderlei Silva e Marciel Henrique Silva	Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras Dicionário de conceitos históricos
Fontes não científicas	
Autor (es)	Obra (s) / Categoria
Jorge de Lima	Calunga (Romance)
Ledo Ivo	Ninho de Cobras (Crônicas)
Graciliano Ramos	Angústia (Romance)
Toni Cavalcante	Maceió antiga (Fotografia)
Guilherme Rogato	Casamento é negócio? (Filme)
Agélio Novaes	A criação do mar de Maceió (Arte plástica – tela)
Edson Nery de Fonseca	Banho salgado e banho inglês (Exposição em museu - Texto adesivado sobre parede)
Instituto Memória Musical Brasileira	Minha sereia (Letra de música)
Assistel Turismo Distribuidora	Praia da Pajuçara e av. Silvio Viana (Cartão postal)
Cacá Diégues	Joana Francesa (Filme)
Japson M. Almeida Filho	Japson Almeida: fragmentos de um olhar (Fotografias)

Fonte: autor.

Buscar-se-á também nos princípios da Geo-História um embasamento teórico, porquanto ela “estuda precisamente a vida humana no seu relacionamento com o ambiente

natural e com o espaço concebido geograficamente” (BARROS, 2006, p. 36), numa lógica da inseparabilidade da história e da geografia, sendo o espaço urbano resultado do fenômeno histórico-socioespacial, segundo Soja (2008, p. 36):

Enquanto processo urbano, a cidade envolve outras qualidades dinâmicas que derivam do seu papel e da conformação do espaço urbano e da construção social do urbanismo, uma contextualização e uma especialização da vida social em seu sentido mais amplo, planejada e imbuída de intencionalidades políticas, que se encontra em constante evolução (Tradução livre).

História, por sua vez, é um conceito em constante mutação, para o qual não há o consenso de uma definição fechada, ora vista como ciência, ora como arte. Desde o Iluminismo no século XVIII até a Nova História, no século XX, o seu sentido varia ao longo do tempo. Foi vista pelo viés da representação do progresso do homem; como a reprodução do fato, da verdade; até a aceitação de não se buscar uma resposta única para o seu significado, de acordo com Silva e Silva (2006), para quem o importante é como se trabalha o seu conceito quando da sua aplicação.

O conceito de paisagem será necessário para a compreensão do lugar. Dois autores serão importantes para se alcançar este objetivo: Milton Santos e Sílvio Soares Macedo. O primeiro, um dos principais representantes da geografia crítica, com inúmeras publicações e estudos sobre o espaço, contribuirá significativamente com o trabalho, tendo entre as obras publicadas: *Pensando o espaço do homem*, de 1986, e *Metamorfose do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*, de 1991.

Santos (1991, p. 63) conceitua paisagem como tudo o que é visto e percebido pelo homem, sendo definida pela limitação da sua visão. Afirma: “A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. (...) A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão”. É o resultado das experiências de uma sociedade sobre determinado lugar, por meio da história, dos conflitos e das intervenções.

O homem como agente importante de transformação da paisagem é capaz de moldá-la às suas necessidades, apropriar-se, qualificá-la, requalificá-la, conservá-la ou abandoná-la. Ela é dinâmica, e suas permanências, adições e subtrações revelam a recíproca relação entre ambos.

O espaço pode ser conceituado como “o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade” (SANTOS, 1991, p. 73). Tal afirmação

explica a permanência da paisagem e a instantaneidade da espacialidade, como um momento, algo sempre em constante modificação, em movimento.

Nesta direção, Cosgrove (1998, p. 98) afirma que “a paisagem, de fato, é uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual”. E ressalta que há uma íntima relação da paisagem com a cultura, “com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da terra e com a sua composição”.

A composição da paisagem nas cidades forma a paisagem urbana, de diferentes configurações e morfologia. Absorve o fenômeno da busca do homem de adequar as condições e oportunidades vivenciadas pela sociedade e conciliar o espaço às necessidades e possibilidades sociais.

Paisagem urbana significa a paisagem das cidades, correspondente à porção de território ocupada formalmente pelas instalações urbanas, ruas, quadras, casario, fábrica e espaços livres, tanto privados como públicos, praças, parques etc (MACEDO, 2012, p. 54).

“Paisagem e cidade estão destinadas a uma permanente relação de cumplicidade” (COSTA, 2006, p. 11). Esta relação aparece no desenho urbano e nas relações de fruição do espaço. Pode ser resultado de um planejamento da paisagem ou resultar de uma ocupação espontânea. Esta relação de cumplicidade pode denotar caminhos aceitáveis para um segmento da sociedade, e ser indesejado para outro, como resposta a conflitos inerentes aos diversos agentes que compõem o espaço urbano.

Autores que exploram a temática das águas em Alagoas

Da literatura de ficção, alguns autores se destacam quanto ao tema do mar e da laguna com a cidade. O livro *Calunga*, de **Jorge de Lima**, lançado em 1935, mostra o cotidiano vivenciado pelos moradores da região da laguna no início do século XX e o ambiente hostil ao qual eles se submetem.

Lêdo Ivo, no seu livro *Ninho de Cobras*, de 1973, tem como ambiente a Maceió da primeira metade do século XX, vista na estória de uma raposa que adentra a cidade; a partir daí, transversalizam-se casos que permitem contextualizar a urbanidade da cidade de então e suas águas.

Graciliano Ramos, renomado escritor alagoano, escreveu *Angústia*, que se passa também na Maceió da primeira metade do século XX. O personagem principal, Luiz da Silva, é morador do Centro. Na sutileza do texto pode-se entender a cidade a partir da relação com suas águas.

Além do trabalho de pesquisadores e estudiosos sobre Maceió, fontes recentes também exploram o tema das águas, como a publicação *A cada lata: a Extração do Sururu na lagoa Mundaú – Alagoas*, de autoria de Coutinho *et al.*, de 2014; ou os textos da jornalista Morena Melo Dias para a revista *Graciliano*, com o artigo “Entre o mar e o mangue” (Dias, 2015). Nesta direção, em formato jornalístico, a TV Pajuçara⁹ apresentou uma série de reportagens de Thiago Correia, dividida em quatro episódios, intitulada “Sururu: a cadeia produtiva da miséria”, de 4 a 7 de abril de 2017, com o objetivo de desnudar a miséria das pessoas envolvidas na produção do sururu, incluindo o trabalho infantil praticado na atividade.

Pesquisa empírica – levantamento de dados

Para fundamentar as discussões e avaliações da pesquisa – das questões relacionadas com a produção do espaço mais recente da cidade, notadamente após a década de 1970, período a partir do qual se desenvolveram ações que definiram o perfil da cidade atual –, foram feitas visitas a órgãos públicos municipais gestores do planejamento urbanístico, desenvolvimento de projetos, fiscalização e controle de obras da cidade, com o objetivo de levantar dados e materiais referentes ao período estudado.

As secretarias municipais que atuam diretamente com o planejamento e a ordenação da cidade, no período mais recente, funcionaram até o final de 2016 como órgãos separados. A partir desse ano, foram agrupadas numa única pasta, denominada Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET)¹⁰. Esses órgãos públicos reúnem projetos de interesse para esta tese.

⁹ Pajuçara será um vocábulo escrito com duas grafias diferentes neste trabalho: com “ç” ou com “ss”, de acordo com a vigência da ortografia no Brasil ou as preferências explicitadas pelo senso comum ao longo da história.

¹⁰ A SEDET reuniu as funções da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLA) e da Secretaria Municipal de Controle e Convívio Urbano (SMCCU). A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanização (SEMINFRA) continuou com a mesma sigla, sendo contudo alterada a sua denominação para Secretaria Municipal de Infraestrutura, com funções semelhantes às que desenvolvia anteriormente.

A pesquisa nestes órgãos se fez necessária porque eles possuem arquivos de peças gráficas de obras executadas ou planejadas para Maceió, embora o arquivamento não tenha sido feito de forma eficiente ao longo dos anos. Muito do que foi produzido não pode mais ser encontrado.

Duas outras particularidades da tese – o turismo e o mercado imobiliário – contaram com pesquisas pertinentes ao tema e uma ampla investigação para a composição do trabalho. O turismo será abordado pela relevância que alcançou em Maceió, a partir da década de 1970, quando o poder público passou a investir nessa atividade como uma potencialidade econômica e toda uma rede formada especialmente pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e pela Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRAS), colaborando para a valorização apenas da orla marítima. Isso levou a uma nova postura em relação às suas águas como imaginário local, tendo-se na pesquisa documental e bibliográfica as fontes principais a serem consultadas.

Por ter sido o mercado imobiliário um agente definidor na produção da cidade de Maceió nas últimas décadas, em particular com o advento do turismo, é fundamental investigar como essas duas atividades se complementam na construção da imagem de Maceió como o “Paraíso das Águas”, numa concepção do mar como o elemento representativo deste paraíso imaginário. O mercado imobiliário é uma atividade presente nas cidades brasileiras, e em particular nas cidades de médio e grande porte. Sua atuação define a produção do espaço urbano, com interesses baseados na especulação e uma ação seletiva que prioriza os lugares de maior valor de venda.

É evidente que o século atual apresenta um cenário bem definido em relação ao mar e à laguna em Maceió, motivado por tudo o que ocorreu na cidade a partir da década de 1970. Contudo, apesar da preocupação de se amenizar os problemas urbanos relacionados à costa marítima ou de se promover este ambiente cobiçado na cidade, também existem propostas de solução e alternativas para se resolver os problemas que afetam a região lagunar, procurando amenizar os seus efeitos. Claro que cada vez com um maior grau de dificuldade para uma resolução definitiva, dada a inoperância dos gestores públicos ao longo dos anos em relação ao lugar, o que acarreta altos custos financeiros e de capital social.

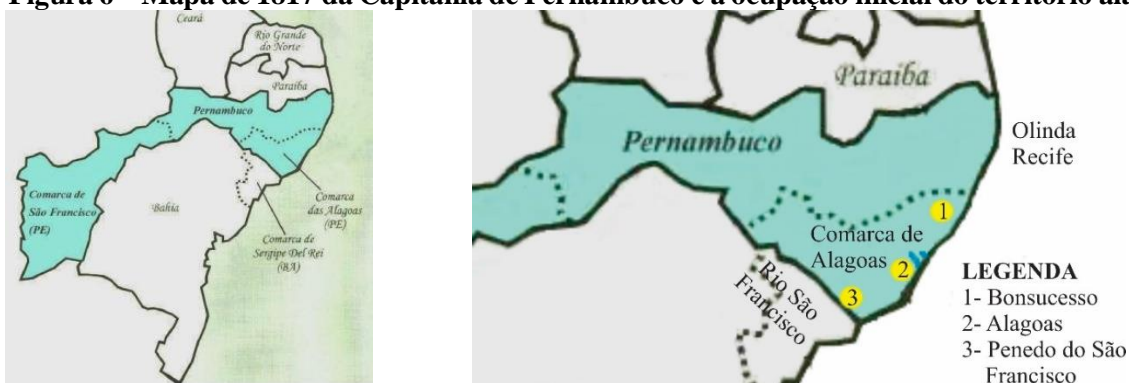
1 MAR E LAGUNA ALTERNANDO O PROTAGONISMO: DOS PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO ATÉ O FINAL DA DÉCADA DE 1960

Esta seção aborda o protagonismo do mar e da laguna em Maceió desde a ocupação do sítio inicial até a década de 1960. O recorte temporal se justifica pelo fato de o mar e a laguna terem mantido nesse período uma importância similar no imaginário da cidade. Ambos desempenhavam o duplo protagonismo nos primeiros séculos da ocupação; ou a repulsa – no final do século XIX e início do século seguinte, resultado do urbanismo higienista, que afastava a população do contato com as águas urbanas (mar, laguna e rios).

O protagonismo de ambos ocorreu também no século XX, quando, mesmo com a implantação da orla da praia da Avenida, a região lagunar mantinha um papel de importância na cidade e eram igualmente objetos de sedução, demonstrado pela exploração da bela vista obtida pelo primeiro prédio residencial construído à beira-mar, ou pelo desfrute do restaurante Bar das Ostras, às margens da laguna Mundaú, no bairro do Vergel do Lago.

A ocupação inicial do território alagoano, na segunda metade século XVI, ainda compoendo parte da Capitania de Pernambuco, deu-se em três polos (Figura 6): Penedo, Porto Calvo, e Alagoas do Sul, respectivamente em 1570, 1590 e 1591/ 1611¹¹ (FERRARE, 2014). Esta última recebeu o nome de Madalena do Sumaúma, Vila de Santa Maria Magdalena da Alagoa do Sul, Alagoas do Sul, Cidade das Alagoas, Cidade de Alagoas e Alagoas (IDEM). Foi a primeira capital da província, denominada de Marechal Deodoro após a proclamação da República.

Figura 6 – Mapa de 1817 da Capitania de Pernambuco e a ocupação inicial do território alagoano.



Fonte: ABI-RAMIA (2016), com edição do autor.

¹¹ Ferrare (2014) explica que há divergências entre os historiadores a respeito do início do povoamento do polo de Alagoas do Sul – se 1591 ou 1611, datas baseadas em escrituras públicas daquele sítio em favor de Diogo de Melo Castro.

Esta ocupação do território alagoano, que correspondia a mais de um terço da extensão de Pernambuco (COSTA, 1967), deu-se como uma forma de luta da Coroa portuguesa pelo domínio das terras descobertas, contra três inimigos: inicialmente, os índios e as nações europeias, por meio dos corsários e armadores, na região de Alagoas e Penedo; depois, os escravos que fugiram e ocuparam a serra da Barriga, na região de Bonsucesso (MARROQUIM, 1922). O mar era o caminho de chegada dos contrabandistas e o meio de saída da riqueza existente: o pau-brasil.

Em 16 de setembro de 1817 ocorreu a emancipação política de Alagoas, creditada por historiadores como uma recompensa a Alagoas por sua não participação na Revolução Pernambucana – movimento separatista que pretendia a independência de Pernambuco de Portugal¹².

Costa (1967) aponta que neste ano, em período anterior à emancipação, havia oito vilas no território de Alagoas, com cerca de 100 mil habitantes, e elenca as qualidades da Comarca (IDEM, p. 39):

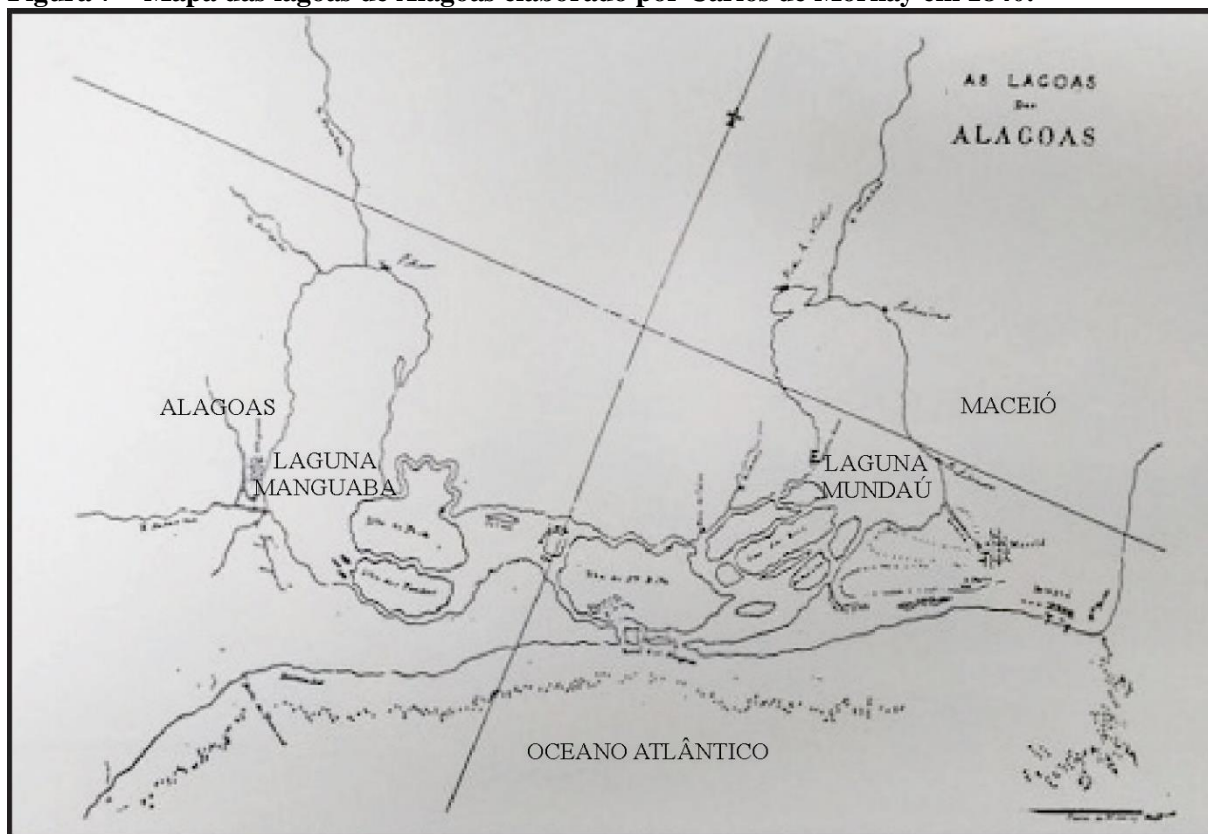
A sua indústria açucareira, base de sua economia e riqueza de sua população, exercitava-se em cerca de duzentos engenhos. A vida agrícola prosperava ainda pela cultura do algodão, do fumo, da mandioca, de vários cereais. Havia uma intensa exploração da sua riqueza vegetal – em madeiras de construção civil e naval, em plantas resinosas e tinturiais, oleaginosa e têxteis. Seus campos povoavam-se de gados vários e eram fonte de riqueza da população e do território. Seu comércio era vasto e próspero. Seus homens representativos da mesma mentalidade dos de Recife [a capital da capitania].

A ocupação de Alagoas do Sul foi influenciada diretamente pela presença da lagoa do Sul em seu território, atual laguna Manguaba, e sua interligação por rios e canais com a lagoa do Norte, atual laguna Mundaú¹³, demonstrando o papel de protagonismo do complexo lagunar existente na região e sua influência, junto ao mar, para a formação de Maceió. Tanto que em 1840 o primeiro governador de Alagoas, Francisco de Mello Póvoas, encomendou ao engenheiro Carlos de Mornay um primeiro levantamento do que viria a ser conhecido, a partir do século XX, por Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (Figura 7).

¹² Esse fato é contestado por Costa (1967), que afirma que a Revolução Pernambucana apenas precipitou o que naturalmente iria acontecer.

¹³ Até o início do século XX, a denominação dessas lagunas aparece em alguns documentos e na literatura diferentemente da atualidade, chamando-se uma com o nome da outra, em alguns casos, o que acontece em Lima (1997), quando cita uma passagem na laguna Mundaú, em Bebedouro, bairro de Maceió, denominando-a de lagoa Manguaba, tal a inter-relação física de uma com a outra. Contudo, elas sempre foram distintamente nomeadas desde a cartografia seiscentista portuguesa.

Figura 7 – Mapa das lagoas de Alagoas elaborado por Carlos de Mornay em 1840.



Fonte: Marques (1987), com edição do autor.

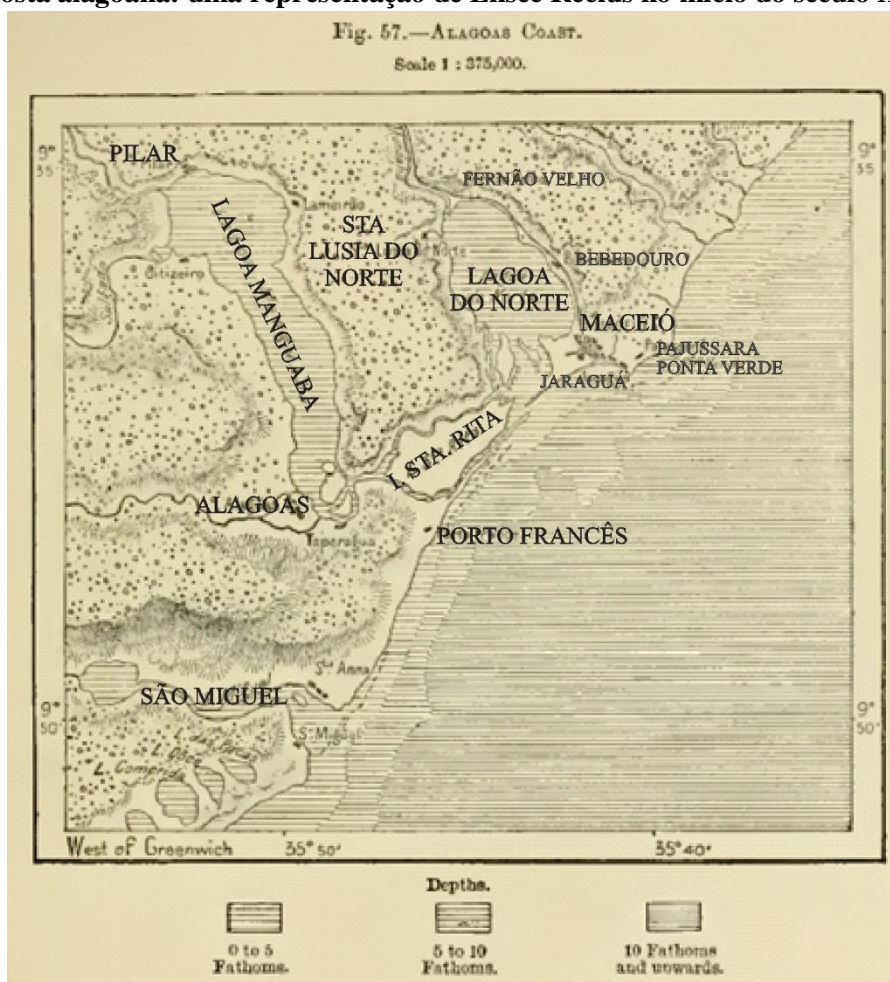
No final do século XX, outra referência a esse complexo é evidenciado por Élisée Reclus, importante geógrafo francês do século XIX, fundador das bases da “geografia social”, cuja obra tem o homem-meio como objeto dos seus estudos (ZAAR, 2015, p. 2), resultante do conhecimento de vários países que conheceu, incluindo o Brasil. Na sua obra “Amazônia e La Plata”, descreve assim Maceió:

A região ocidental do estado de Pernambuco e toda a região de Alagoas (as "Lagoas") estão compreendidas na bacia do S. Francisco, mas Maceió, capital desta última, fica em uma península entre o mar e uma das lagoas a partir da qual o Estado toma seu nome. A Lagoa do Norte, como esta bacia é chamada, recebe o Rio Manguaba, enquanto a lagoa Manguaba, mais ao sul, é alimentada por um dos inúmeros canais com o nome geral de Parahyba (Tradução livre de RECLUS, s.d., p. 149)¹⁴.

¹⁴ Do texto original: The western scetion of the state of Pernambuco and the whole of Alagoas (the "Lagoons") are comprised within the S. Francisco basin. But Maceió, capital of the latter, stands on a península between the sea and one of the lagoons from which the State takes its name. The Lagoa do Norte, as this basin is called, receives the Rio Manguaba, while the Manguaba lagoon farther south is fed by one of the numerous streams bearing the general name of Parahyba.

No mapa intitulado “Costa alagoana”, Reclus evidencia as principais referências geográficas da época em relação ao entorno de Maceió e do complexo lagunar, estendendo-se até a cidade de São Miguel dos Campos, referida como S. Miguel, formando uma visão geral da região. Apresenta as “lagoas” do Norte e Manguaba, a ilha de Santa Rita e as lagoas próximas a S. Miguel. Destaca Jaraguá e o “Porto do Francês”. Refere as principais localidades existentes: Maceió, Alagoas, “Santa Lusía do Norte”, Pilar e São Miguel. Em Maceió, identifica Jaraguá, Pajussara, Ponta Verde, Bebedouro e Fernão Velho. Em relação ao mar, delimitou faixas de profundidade do oceano – até cinco braças (equivalente a 9,14 m), de cinco a dez braças (equivalente a 18,29 m), e acima de dez braças. Sua representação demonstra um conhecimento do território (Figura 8).

Figura 8 - Costa alagoana: uma representação de Élisée Reclus no início do século XX.



Fonte: Reclus (s. d., p. 140).

É importante relacionar os pontos mais significativos que compreendem o complexo lagunar, e daí se entender a sua importância para a região e, em especial, para Maceió: as localizações de Alagoas (Marechal Deodoro), Maceió e cidades vizinhas; a localização do porto

do Francês e do porto de Jaraguá; a laguna Manguaba, a laguna Mundaú e o oceano Atlântico; os canais de ligação entre as lagunas; os vales e rios que formam as suas bacias hidrográficas – os rios Sumaúma e Paraíba do Meio – da laguna Manguaba; e o rio Mundaú, que forma a laguna Mundaú e se limita com três cidades: Maceió, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco, com uma área de 27 km². A Manguaba banha Alagoas e Pilar e tem uma área de 42 km². Nessa direção, uma perspectiva elaborada por Lima (2010) dá uma visão do complexo lagunar de forma mais compreensível (Figura 9).

Se, de um lado, o mar assume importância para Maceió pela presença do porto natural, por outro, o conjunto das águas existentes no interior do território, formado por rios, canais e pela laguna Mundaú, também representam um protagonismo na história local pela sua função de ligação da região das lagunas, na capital Alagoas, com o porto de Jaraguá (Cavalcanti, 1998).

Para Altavilla (1967), as povoações iniciais de Alagoas do Sul e de Penedo se deram longe do mar, porque este não representava um meio de subsistência necessária a seus habitantes. Só depois, pelas facilidades do comércio e escoamento da produção, sua proximidade foi vista como uma opção. Nesta direção, Pedrosa (1998, p. 19) afirma:

Como cada época é uma época, naqueles anos distantes as praias não pareciam atrativas e nelas não se encontrava beleza alguma nem refrigério. Ao contrário, as pessoas se fixavam mais no interior, em busca de terras doces e férteis do massapê para o plantio da cana, numa paisagem mais verde e fresca, amplas matas e córregos limpos. E fixavam-se em Porto Calvo, Penedo, Santa Madalena e Santa Luzia, em torno dos engenhos e fazendas por ali espalhados.

Ferrare (2014) aponta assim o distanciamento de Alagoas do Sul do mar – cerca de oito quilômetros, onde existia o porto do Francês ou porto dos Franceses, pelos seguintes fatores: a necessidade de interiorização do povoamento; a rede de drenagem composta pela lagoa Manguaba, rio Sumaúma e canais; a defesa contra o contrabando do pau-brasil, sem uma exposição direta dos habitantes locais; a sua posição estratégica, favorável ao escoamento da produção açucareira dos engenhos da região até o porto de Jaraguá.

Maceió tem então a ocupação inicial do seu sítio influenciada diretamente por sua localização entre o mar e a laguna. O mar é o *locus* do porto natural de Jaraguá, por onde escoava a produção do interior da província, cujo caminho era feito pela laguna, tendo como ponto principal de partida a capital Alagoas.

Figura 9 - O Complexo Lagunar



Fonte: Lima (2010, p. 59), com edição do autor.

O protagonismo das águas de Maceió neste contexto pode ser compreendido pelas duas obras mais importante para a cidade, de acordo com Cavalcanti (1998): o desenvolvimento de Jaraguá ao lado do porto, e a construção do canal da Ponta Grossa, na região da laguna. O primeiro constituiu um importante bairro na região marítima, e o outro, um importante ponto de atração da cidade, no final do século XIX. Para a autora, estas ocorrências representaram as mais importantes transformações do espaço em Maceió entre 1820 e 1841 (Figura 10).

Figura 10 - Localização de Jaraguá e o Canal da Ponta Grossa na primeira metade do século XIX.



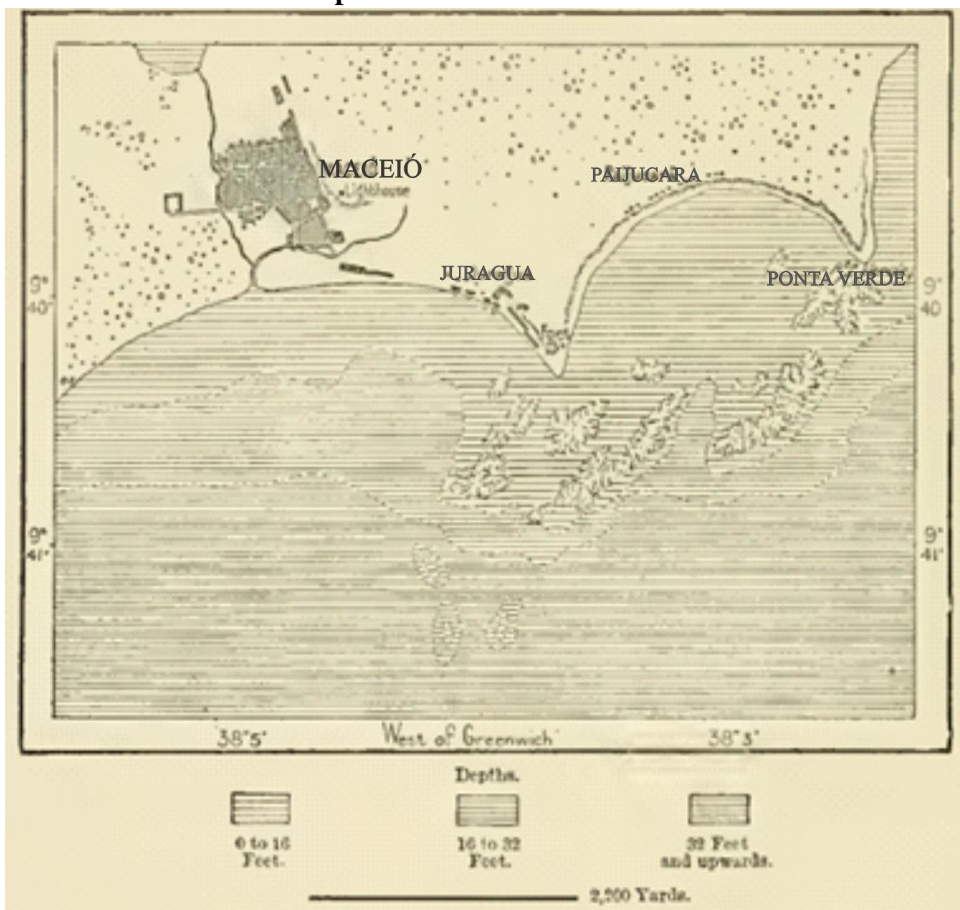
Fonte: Cavalcanti (1998, p. 64), com edição do autor.

Neste período, a cidade compunha-se de dois bairros: um núcleo central, Maceió, e um núcleo portuário, Jaraguá, separados pelo riacho Maceió, presentes na planta de Reclus (s.d.), do final do século XIX, intitulada “Maceió e suas estradas” (Figura 11). A sua representação não faz nenhuma referência à laguna Mundaú, que aparece discretamente na parte superior esquerda da imagem. Não há a denominação do oceano; sua preocupação está em descrever a sua profundidade e delimitá-la no desenho. As principais localidades apresentadas são: Maceió, “Juragua”, “Paijucara” e Ponta Verde. Entre Jaraguá e a Ponta Verde ele deixa bem clara a representação do que chamou de “uma cadeia de recifes” (IDEM, p. 150).

O texto que embasa a planta, escrito entre 1876 e 1894, fala da espacialização da cidade, das condições do porto, dos produtos de exportação, da ferrovia existente de Maceió até o vale do Mundaú; do vale do Paraíba, da produção dos municípios que compõem esses vales e da antiga capital. Neste contexto, mostra uma admiração pela cidade, e um conhecimento do seu meio físico e de sua dinâmica:

Aqui, a agradável cidade de Maceió com o seu subúrbio de Juragua está sombreada com bosques e avenidas em que se misturam o encontro africano com o coqueiro indiano (...) Pequenos vapores viajam regularmente aos riachos e à vizinha Lagoa Manguaba entre as cidades de Maceió e Pilar. No último lugar, eles enviam o algodão trazido para a costa das plantações circundantes (Tradução livre de RECLUS, s.d.)¹⁵.

Figura 11 - Maceió e suas estradas: a planta de Reclus no início do século XX.



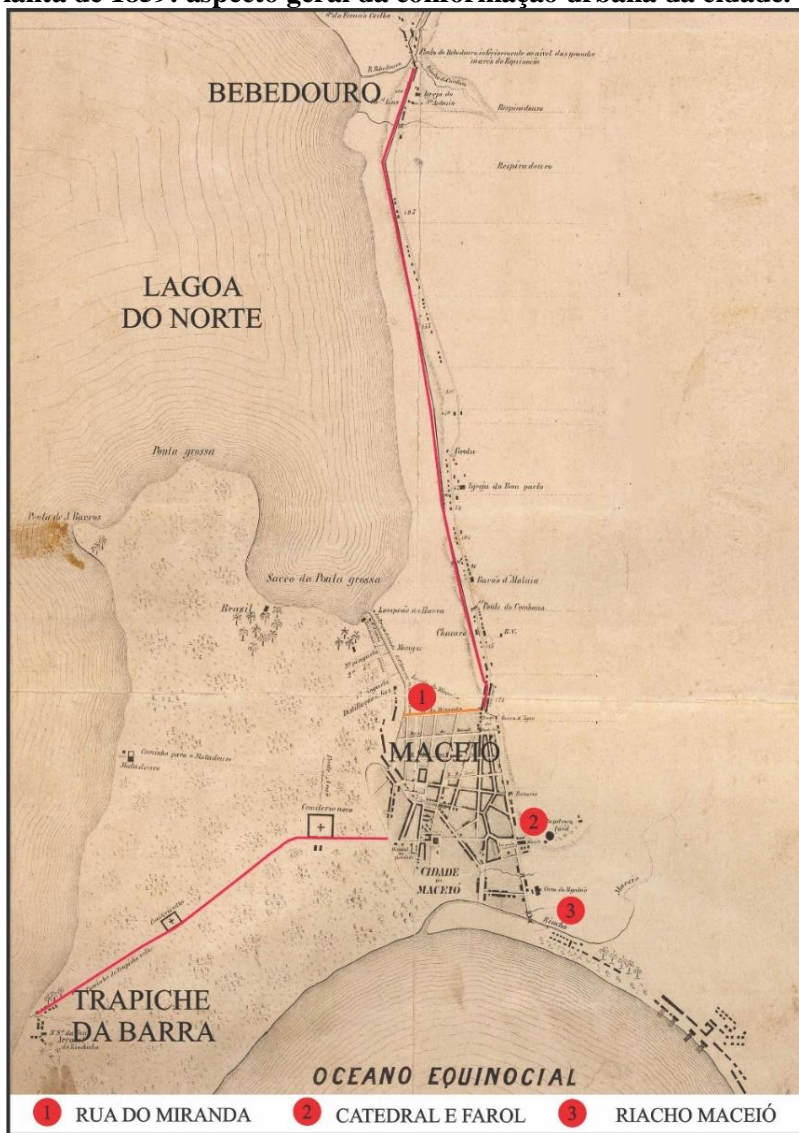
Fonte: Reclus (s.d., p.150).

Outra representação da cidade encontra-se na “Planta e nivelamento para o encanamento do Riacho Bebedouro à cidade de Maceió”, de 1859, com o objetivo de traçar o abastecimento de água para a cidade, a partir de Bebedouro. Nesta tese, essa representação gráfica será denominada de “Planta de 1859”, para a simplificação da sua nomenclatura. A planta mostra o

¹⁵ Texto original: Here the pleasant town of Maceio with its suburb of Juragua is shaded with groves and avenues in which are intermingled the African date with the Indian coconut palm (...) Small steamers ply regularly on the creeks and the neighbouring Lake Manguaba between the towns of Maceio and Pilar. At the latter place they ship the cotton brought to the coast from the surrounding plantations.

núcleo urbano principal formado por poucas ruas enquadradas entre a rua do Miranda – atual rua do Sol – e o riacho Maceió, e aponta os bairros de Bebedouro e do Trapiche da Barra ainda em sua formação inicial, com caminhos que se mostravam definidos por vias a partir de Maceió (Figura 12).

Figura 12 - A Planta de 1859: aspecto geral da conformação urbana da cidade.



Fonte: Agenda A (2016), com edição do autor.

A “Planta de 1859” identifica a lagoa do Norte e o oceano Equinocial (Atlântico) e apresenta outro protagonismo do mar na cidade: o farol de navegação, construído nas imediações da igreja Matriz (da Catedral), implantado a partir de 1856 no morro do Jacutinga, lugar que depois originaria o atual bairro do Farol.

O mar e a laguna foram praticamente complementares desde o século XIX até a década de 1960. Compreende esse período, desde o início do novo século, a afirmação do Nordeste

como região, em oposição ao que existia como referente geográfico – o Norte e o Sul, da divisão territorial que se fazia do Brasil, agrupando-se os estados em duas grandes regiões, tendo-se como limite a Bahia. O Nordeste iniciava um discurso regionalista, que procurava se contrapor ao Sul do País, na busca de criar sua identidade própria (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

O imaginário das águas se reflete no hino da cidade, oficializado em 1978. A letra de Carlos Moliterno e a música de Edilberto Trigueiros enaltecem as paisagens naturais, numa abordagem bucólica e poética.

És, Maceió, ativa e majestosa
Feliz nascente entre a lagoa e o mar (...)

(...) São tuas praias belas e formosas
De um tom de prata, deslumbrante e raro.

E desse alvorecer das madrugadas
De Ponta Verde às curvas do Pontal
Os coqueiros e as velas das jangadas
Dão-lhe um vigor de tela natural.

1.1 Nuances do protagonismo do mar e da laguna em Maceió: do porto natural de Jaraguá às portas de entrada para a cidade

Ivo (1980) faz uma síntese do início do povoamento de Maceió, a partir de 1611, quando Manoel Antônio Duro recebeu oitocentas braças de terra do alcaide-mor da capital da Província, estabelecendo-se na região que constitui o sítio inicial da futura vila. Construiu então a primeira casa de telha, na Pajuçara, ainda em 1609, segundo Carvalho (2015).

Ivo (1980) descreve a geografia do lugar – formada por um plano ao nível do mar – compreendendo alagadiços; um intermediário onde existia um engenho de açúcar denominado Massayó e a capelinha de São Gonçalo, que se limitava com o tabuleiro, formando um terceiro plano. E destaca a relação do mar na formação do espaço local (IDEM, p. 81):

E decerto esse engenho de açúcar nascera em função do mar-oceano que, na enseada, se foi mudando em porto, a princípio clandestino, atraindo os corsários franceses, permitindo o embarque de açúcar sem que a sanha dos dizimeiros lhe aumentasse o preço e estimulando o comércio dos açorianos que foram possivelmente os primeiros povoadores dos alagadiços e tabuleiros e no começo se interessaram pela mineração e buscaram ouro.

A costa marítima brasileira apresentava então a fragilidade em relação aos ataques dos corsários, comprometendo o povoamento de suas regiões lindeiras. Altavilla (1967) afirma que a ocupação inicial de Maceió ocorreu devido à necessidade de uma proteção direta desta porção sul de Pernambuco àqueles saqueadores, principalmente os franceses, que contrabandeavam o pau-brasil existente e utilizavam o mar como forma de acesso à região.

D. Pedro II, rei de Portugal no século XVII, ordenou que esta faixa do litoral fosse povoada para se combater tal ação. Brandão (2013, p. 22) ressalta a qualidade do clima e do solo do território alagoano, a “natureza opulenta, rica de espécies vegetaes, tendo uma fauna copiosa”. E complementa:

E para cúmulo de nossa fortuna, ella [a terra alagoana] ressaltou logo ás vistas cúpidas dos piratas francezes que aqui vinham fazer as suas sangraduras, e dos exploradores que, de motu-proprio ou por ordem real, se destinavam a conhecer a terra descoberta em 1500.

A efetiva ocupação do sítio se daria, no entanto, a partir da construção do engenho Massayó, em 1708 (CARVALHO, 2015). Altavilla (1967, p. 101) reforça, todavia, que o povoamento inicial da cidade ocorreu em função da proximidade com o mar, evidenciando a sua importância na ocupação do sítio, na “encantadora enseada de Jaraguá, exposta à exuberância do sol nordestino”. E justifica: “foi providencialmente construída dentro daquela recomendação de Santo Tomás de Aquino ao Rei de Cipro, atinente à edificação de uma cidade que deveria ter ‘boa exposição ao sol’ (...)”.

A produção açucareira dos banguês existentes em toda Alagoas firmou-se como a mais importante atividade econômica por longo tempo. “Excetuado Penedo, cuja fundação se iniciou como arraial fortificado, e em parte Atalaia¹⁶, os demais núcleos populacionais das Alagoas nasceram e cresceram em derredor dos engenhos de fabricar açúcar” (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p. 25). Diégues Júnior (2006), Carvalho (2015), Lindoso (2015) e boa parte dos pesquisadores da história de Alagoas creditam a instalação do engenho Massayó como a origem da cidade. Costa (2001, p. 12) enfatiza: “Uma verdade, porém, é inconteste. A célula *mater* do povoado foi o engenho com a sua ermida de S. Gonçalo, que existiram na atual praça D. Pedro II [no Centro de Maceió]”.

Almeida (2011, p. 25), no entanto, atenta para a importância de Jaraguá na origem de Maceió e sua evidência ainda no século XVIII: “fundeadouro por excelência, com a Pajuçara

¹⁶ Cidade situada a 48 km de Maceió.

mantendo durante longo tempo uma posição alternativa de aportamento, especialmente frente à qualidade dos ventos”, o que viria a imprimir a importância de Maceió como “resposta aos laços de envolvimento do grande capital, a consolidar suas relações em todo o mundo” por meio da exportação, principalmente do couro, do algodão e do açúcar (Figura 13). Questiona a importância do engenho, por não representar um peso na economia local – pois funcionava, provavelmente, apenas como um produtor de rapaduras – e o seu desaparecimento naquele século não ter deixado vestígios na “memória urbana”, representando “um marco sem lembrança”. Categoricamente, afirma: “Maceió não se originou de um engenho: Maceió destrói um engenho de almanjarra por ter a função econômica de centro de serviços” (ALMEIDA, 2016).

Figura 13 - Pajuçara: praia que deu origem a Maceió juntamente com Jaraguá nas primeiras décadas do século XX.



Fonte: Campello (2011, p. 163).

Fortes e Ferrare (2014) apontam a importância da proteção e do conhecimento da costa marítima entre os séculos XVI e XIX pela Coroa portuguesa, como forma de combater as nações estrangeiras no tocante a invasão e contrabando, além da necessidade de se garantir as condições de utilização de portos de forma segura. Reforçam as qualidades da enseada de Jaraguá e da Pajuçara nesses quesitos. Nessa direção, em 1820 foram construídos os fortes de São João e de São Pedro, nas imediações dessas localidades, para a proteção da vila de Maceió (CARVALHO, 2015).

Cavalcanti (1998), por sua vez, afirma que o povoamento inicial de Maceió se deu a partir de 1673, por ordem do vice-rei, com o objetivo de ocupar, proteger a região e também coibir o contrabando de bois. O porto de Jaraguá era então o melhor porto natural para a exportação destes animais, com destino ao porto do Recife.

Maceió nasceu como distrito da vila de Alagoas. Porém, teve a sua “certidão de batismo” apenas, segundo Tenório (2011, p. 28), em 1815, quando foi elevada a vila, recebendo sete léguas de costa marítima da faixa de território que ocupava, com uma população aproximada de 5 mil pessoas.

A presença do mar como definidor desta ocupação inicial sobrepõe-se à presença da laguna em alguns momentos, sendo esta associada à função de transporte e à capital. Fortes e Ferrare (2014, p. 7) referem-se a Maceió como a “vila marítima”, e a Alagoas como a “cidade lagunar”. Enfatizam ainda a função de “estrada” hídrica, que a faixa litorânea entre o porto dos Franceses e de Jaraguá desempenhou neste período, “que fazia circular população e mercadorias” entre as duas localidades. Para Barros (1991), Maceió é a vila litorânea onde se encontra o burgo litorâneo, o burgo marinho; e Alagoas, a vila lacustre, que representa o velho burgo.

Fortes (2018, p. 311) sintetiza assim a motivação para a consolidação de Maceió como vila:

Foi o comércio marítimo portuário, a partir dos fluxos que atravessavam esses lugares, que os agregou sob a função portuária para dar origem à vila portuária marítima no século XIX. Esta foi batizada com o nome tupi do curso d’água e teve como sede administrativa o “coração” da vila, o largo da capela de Nossa Senhora dos Prazeres, que passou a ser a matriz, espaço mais adequado sob o ponto de vista do projeto colonizador português, no platô intermediário. O sítio original estava próximo ao canal lagunar à boca das Alagoas, estando ligado a ele pela estrada do Trapiche da Barra, e ao porto, ainda que separada pelo rio Massayó exigindo-se sua travessia. A vila se interligava, portanto, aos pontos estratégicos de escoamento das mercadorias, que geravam o comércio marítimo, fonte do seu desenvolvimento.

A condição natural de porto e a função de lugar de serviços, atendendo à demanda do capital, foram fundamentais para o estabelecimento de Maceió e sua transformação em cidade e capital da província em 1839. Corroborar esta afirmação Tenório (2009, p. 38); para ele, o “privilegiado porto natural” foi o “veículo condutor” desta mudança.

Marroquim (1922, p. 85) apresenta um discurso proferido na Assembleia Legislativa por Agostinho da Silva Neves, presidente da província, em 3 de dezembro daquele ano, em defesa pela transferência da capital para Maceió. Sua fala torna evidente o protagonismo do mar neste episódio histórico:

Um de vós, Senhores, não haverá, examinando esta questão pelo lado dos interesses públicos, que não reconheça que a villa de Maceió, pela sua posição marítima e topographica, é de todos os pontos da província, aquella que melhores condições reúne para ser a capital, e assento da administração.

Collocado no centro da província, na borda de um porto vasto, capaz de entreter relações de commercio com todas as partes do mundo, ella mesmo servindo hoje de centro a todo o commercio interior e marítimo mais importante, assento das duas repartições mais interessantes que fazem parte da administração, alfândega e thesouraria, a villa de Maceió é hoje, pela natureza das cousas, o ponto principal da Presidência.

A transferência da capital para Maceió foi alicerçada por Mello Póvoas, desde 1818, segundo Altavilla (1967). Ele criou uma base para estruturar a vila em detrimento da capital Alagoas. Entre outras ações, estabeleceu a Alfândega em Jaraguá, melhorou o acesso a Maceió e proibiu a navegação irregular no porto do Francês.

Barros (1991) enfatiza as diferenças existentes entre as duas localidades quanto às questões físicas, a favor de Maceió. Enquanto Alagoas tinha uma área urbana de 1 km² e o seu porto distava 15,5 km do seu centro urbano, com bastante dificuldade de acesso e sujeita a inundações, Maceió possuía uma área urbana com 3 km², e o seu porto já tinha uma estrutura em seu entorno, com um acesso à área central da vila e menos obstáculos físicos. A vila praieira contava ainda, segundo sua análise, com uma possibilidade maior de expansão do seu território, de acordo com as condições topográficas de ambas.

Almeida (2016) afirma que o declínio da antiga capital estava ligado à estrutura senhorial dos engenhos, presa à produção escravocrata; enquanto os interesses dos comerciantes de Maceió – principalmente os ingleses –, tinham como base a atividade de serviços, ligada à exportação e ao capital estrangeiro. Isso culminou com a transferência da Tesouraria Provincial e o seu cofre para Maceió. A transferência significou, na sua visão, “um pacto do capital comercial” que conciliou interesses do sistema de produção com o político. Cumpria-se a vocação de Maceió como “praça de negócios” – que a destinou aos serviços, modernizando Jaraguá com esse objetivo.

Altavilla (1967) justifica os fatos como resultantes do diferente perfil da população das duas localidades: “era fatal a decadência da meritória cidade colonial, aonde a facilidade de subsistência ia moderando a vida de seus habitantes e os tornando desambiciosos, enquanto Maceió ia sendo moirejada por uma população progressista e diligente” (IDEM, p. 53).

A respeito de Maceió, ressalta a sua localização geográfica e sua condição de navegação:

É natural que a vila praieira, em contato com a navegação de longo curso, com os meios de comunicação e com o incremento que lhe dera Póvoas, fosse prosperando a olhos vistos, em detrimento à capital provinciana, afastada sete léguas da costa (IDEM, p. 52).

Enquanto os maceioenses vislumbravam a mudança da capital para Maceió, os alagoenses¹⁷, por sua vez, refutavam a possibilidade de perder o referido posto. Como consequência, um movimento sedicioso naquela cidade, com o objetivo de coibir tal acontecimento, ocorreu a pouco menos de um mês antes da oficialização da transferência da capital. Esse fato, além dos demais já expostos, contribuiu significativamente para Maceió ascender à condição de cidade e capital da província em 9 de dezembro de 1939, com inauguração oficial pelo Governo das Alagoas no dia 16 seguinte (BARROS, 1991).

As construções desse período foram substituídas na cidade que se fundara por novos padrões de edificações, em estilos arquitetônicos que vigoravam no país – o neoclássico e posteriormente, o ecletismo. Não ficaram registros que a representem (MENEZES, 1970, p. 14):

A cidade não dispõe, infelizmente, de edificações que permitam figurar sua fisionomia como antiga vila, ou mesmo como cidade que se transformava em capital da Província. Os núcleos que poderiam ter subsistido se resumem a exemplares isolados, em meio a construções novas ou descaracterizadas, e mesmo êsses têm marchado inexoravelmente – por falta de uma preservação sistemática – para a destruição ou para o destino melancólico das remodelações que virão amesquinhá-los.

Com a transferência da capital, a cidade se revestiu de uma nova arquitetura, como resposta ao seu novo *status*. Ela “se preparou, se vestiu urbanisticamente na sua feição. [...] O estilo arquitetônico que estava em voga era o neoclássico. Então as principais edificações começaram a ser com ascendência neoclássica e automaticamente foi progredindo o ecletismo. [...] Era um estilo de arquitetura mais sério, mas sóbrio, talvez...” (FERRARE, 2011). Nesse contexto, Jaraguá se situava como o polo exportador, transformando-se na verdadeira praça de comércio de Maceió, desbancando a área do Centro, onde estava a administração política e o comércio local. Dessa forma, constitui-se também no *locus* de imponentes construções no período.

¹⁷ Denominação dada aos moradores da capital Alagoas.

O antigo Consulado Provincial é um exemplo dessa mudança, conforme a Figura 14. Em estilo neoclássico, localizado em Jaraguá, logo na chegada da ponte de embarque e desembarque, após a sua “modernização” para o estilo eclético, recebeu mais um pavimento e passou a abrigar a antiga Recebedoria Estadual. Atualmente funciona na edificação o Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA).

Figura 14 - O antigo Consulado Provincial, atual Museu da Imagem e do Som (MISA).



(a)



(b)

Fonte: (a) Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA (s.d).
(b) Portal de Arquitetura Alagoana (2017).

Um estilo de arquitetura que se alinhava com a nova ordem econômica local, baseada numa burguesia mercantil formada por exportadores de açúcar e de madeiras de construção naval, ao tempo que importavam produtos manufaturados. Eram principalmente portugueses, que junto com ingleses, italianos e alemães, desenvolviam a atividade comercial e de agiotagem, e aos poucos foram associando-se ao capital fundiário existente na região, colocando Maceió como o principal centro urbano da Província (LINDOSO, 2015).

As duas cidades representam dois modelos diferenciados de urbanização: Santa Maria Madalena ou Alagoas representou o modelo colonial de urbanização, ainda de profundo conteúdo rural; e Maceió, por sua vez, representa o modelo de urbanização imperial, onde já se revela de um modo nítido a hegemonia, depois absoluta, das formas urbanas de cultura sobre as formas rurais (IDEM, p. 44).

Esses modelos diferentes de cidade são evidenciados pela influência do desenho urbano francês em Maceió. O entorno das igrejas exemplifica essa diferenciação. O convento franciscano de Santa Maria Madalena é voltado para um largo, com casas e ruas organizadas a partir deste (Figura 15); já as grandes igrejas de Maceió aparecem com a praça à frente,

seguindo os moldes franceses de desenho urbano, como a catedral de Nossa Senhora dos Prazeres e a igreja dos Martírios, ambas no Centro.

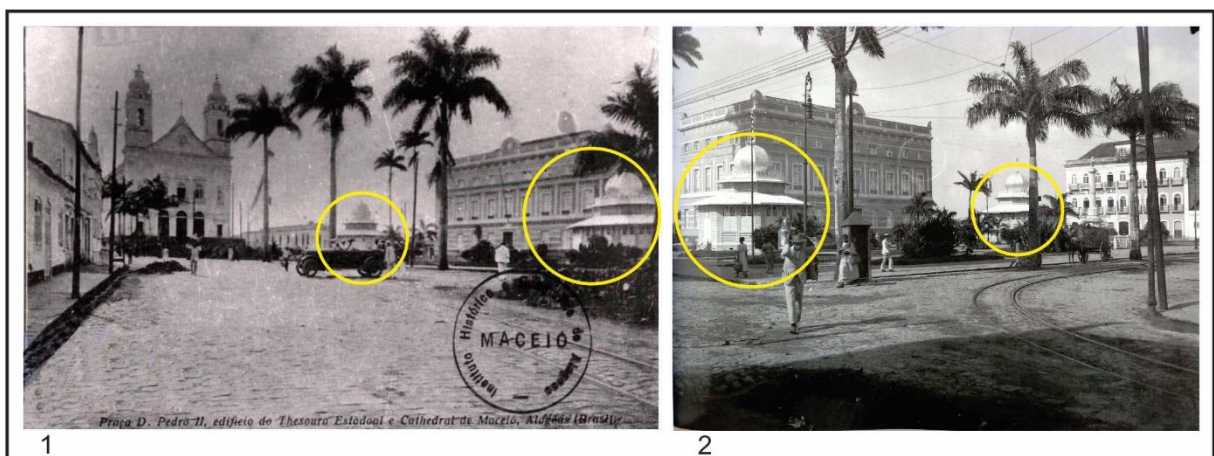
Figura 15 - O modelo colonial de urbanização em Santa Maria Madalena: Convento Franciscano e seu entorno – vista do largo para a igreja; e vista da igreja para o largo, respectivamente.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA (s.d.).

A igreja da Catedral localiza-se na praça da Matriz ou Praça da Catedral, onde em 1861 foi implantado um monumento em homenagem ao imperador Dom Pedro II. Com essa construção o lugar passou a receber o seu nome. A partir da escadaria da igreja, no início do século XX, reconhece-se um conjunto arquitetônico formado pela igreja e edificações históricas como o Palacete da Assembleia Legislativa e o sobrado do Barão de Jaraguá (LEÃO, 2010) (Figura 16).

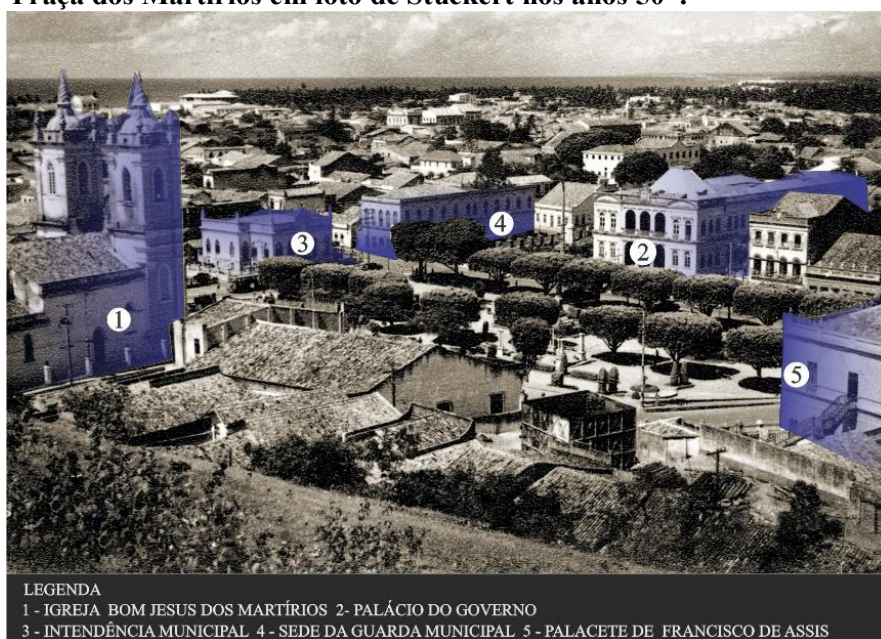
Figura 16 - Vista da Praça Dom Pedro II no início do século com destaque para o monumento em homenagem ao imperador.



Fonte: (1) IHGAL, s.d.; (2) Silva e Lima, 2018, s. p.

A praça dos Martírios recebeu esse nome com a construção da igreja Bom Jesus dos Martírios, em 1881. Do alto do mirante Samuel Lira, observa-se o panorama de Maceió na década de 1950, e o desenho francês da praça, simétrico, numa paisagem com referências no modelo europeu, abrigando as edificações tipicamente urbanas e republicanas (Figura 17). Destacam-se o Palácio do Governo, de 1902, e a Intendência Municipal, de 1910 (AMARAL, 2009). Outras edificações, no entanto, compõem o espaço: a sede da Guarda Municipal, onde funcionou posteriormente uma agência do Banco do Estado de Alagoas (Prohuban), e o palacete de Francisco de Assis, transformado no atual Museu Pierre Chalita (TICIANELI, 2015 b).

Figura 17 – “Praça dos Martírios em foto de Stuckert nos anos 50”.



Fonte: Ticianeli, 2015b, com adaptações do autor.

Outras construções imponentes foram inseridas também em Jaraguá. Entre elas, a Alfândega, nas primeiras décadas do século XIX; o Banco de Alagoas, no início do século XX; e o Palácio do Comércio, que depois passou a ser conhecido como o prédio da Associação Comercial, de 1928 (Figura 18).

A importância econômica de Jaraguá é evidenciada não só pela presença das construções administrativas ligadas diretamente à atividade comercial, mas também pelo valor simbólico alcançado pelo lugar. A estátua da Liberdade, implantada na Praça Dois Leões em 1904 – uma réplica dos monumentos homônimos de Nova Iorque, de 1886, e de Paris, de 1889 –, representa a pujança do poder ali estabelecido.

Lessa (2011) reconhece a inserção de tal elemento no espaço público como um “símbolo construído”, que teve como ideia “expressar um liberalismo conservador, mas de qualquer forma aberto à incorporação econômica das massas, ao progresso da indústria, à ciência, ao

racionalismo e ao comércio mundial”, no modelo daqueles países que construíram inicialmente as suas estátuas da Liberdade.

Figura 18 - Edificações imponentes em Jaraguá no início do século XX.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA (s.d.).

Afirma que naquele início de século, os senhores de engenho e usineiros já não representavam uma hegemonia econômica de Alagoas – a riqueza era comandada e ficava em sua maior parte com a burguesia comercial de Jaraguá. “Era uma Alagoas liderada pelo espaço urbano” (IDEM). Nessa lógica, a escolha do lugar para a sua implantação representou a força do poder econômico naquele contexto, que se sobrepôs aos espaços públicos do Centro, voltados para o poder político.

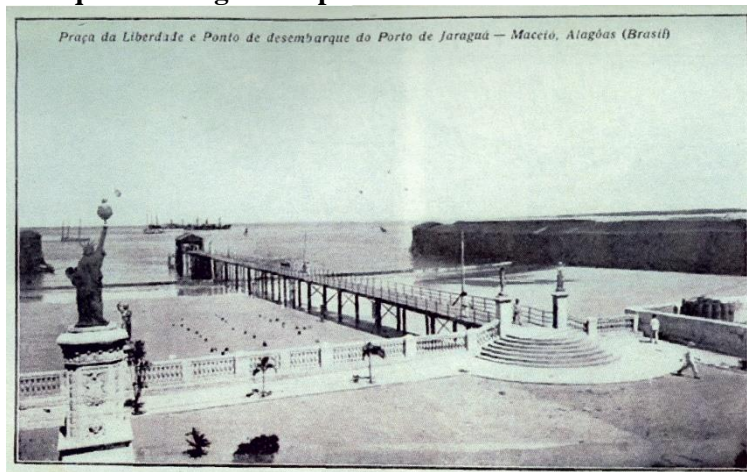
A representatividade simbólica da Estátua da Liberdade se encontrava também no sentido em que sua produção coube ao mesmo escultor de suas estátuas-irmãs, Frédéric Auguste Bartholdi.

Com a reforma da ponte de embarque e desembarque de Jaraguá em 1912, ela foi transferida do seu lugar inicial e afixada em frente ao mar, por trás do prédio do Consulado Provincial, compondo a ambiência do Jardim Público de Jaraguá. A sua implantação impõe uma imponentia do lugar quanto à sua importância comercial na cidade, uma reverência à força do capital que Jaraguá representava, a marca de um elo entre Maceió e o comércio exterior. Entre 1920 e 1924, um postal intitulado “Praça da Liberdade e o ponto de desembarque do porto de Jaraguá” mostra uma imagem panorâmica do lugar com uma vista do mar, demonstrando a importância deste contexto urbano para a cidade (Figura 19).

Nessa conjuntura, Jaraguá representava a pujança comercial, consolidada a partir da primeira metade do século XIX, com suas construções imponentes; o mar reforçava o caráter laboral do lugar. Na segunda metade deste século, no entanto, o “morro do Jacutinga”, no seu ponto mais alto, estabelecia uma relação de maior proximidade dos moradores com o mar, por meio da construção de um farol de navegação no ano de 1856, pela sua interferência no

cotidiano da cidade – condição que perduraria até outubro de 1950 (Figura 20), quando foi demolido e um novo foi construído no bairro do Jacintinho.

Figura 19 - A pujança da Estátua da Liberdade voltada para o mar, na ambiência da Ponte de Embarque e Desembarque de Jaraguá nas primeiras décadas dos anos 1900.



Fonte: Campello (2011, p.143).

Figura 20 - O farol de navegação no Morro do Jacutinga.



Fonte: Leite Júnior, 2004, p.27.

Fortes (2011, p. 33) explica o motivo para a implantação do farol naquele lugar:

Portanto, no século XIX, o morro do Jacutinga, por sua vocação natural, em cota elevada e fronteiro à cidade, configurou-se como solução para o sistema de comunicação e defesa de Maceió, pois proporcionava ampla visão do ancoradouro de Jaraguá e da malha urbana de Maceió.

O farol tornou-se um dos símbolos locais, por ter sido instalado logo após um dos limites da cidade de então, interferindo sobremaneira na área urbana por meio do alcance da luz que irradiava, tendo sido o primeiro a funcionar com luz elétrica, segundo Leite Júnior (2004, p. 29), que assim o descreveu:

No dia 1º de julho de 1856, nascia o farol. Abriu o seu único olho circular, à maneira dos Ciclopes mitológicos, habitantes do tenebroso Tártaro, e velejou os ares, com o seu duplo jato de luz. Girando a oeste do planalto sobranceiro à cidade, seu aparelho era de terceira ordem, catadióptrico dos chamados de curto eclipse. Fogo fixo e variado por brilhos, luz de cor natural, elevada a 60m sobre o nível da preamar, podendo ser vista a vinte milhas em tempo claro. No intervalo de 120 segundos, deixava observar as seguintes fases: uma luz bela de cor natural por 72 segundos, um eclipse e 16 segundos, uma luz muito brilhante, vermelha, aumentando de intensidade por doze segundos, seguindo-se outro eclipse durante 22 segundos.

O farol iluminava a cidade à noite – “A luz vermelha do farol espalhava-se pelo telhado. Um minuto depois não era vermelha, era branca (...). As luzes do farol mudavam de minuto a minuto, branca, vermelha, branca, vermelha” (RAMOS, 1975, p. 78 e p. 108).

No romance *Ninho de Cobras*, Lêdo Ivo reporta-se ao farol como guardião da cidade, tendo-se de um lado o mar, e de outro, a laguna.

E, enquanto a torre troncônica do farol, em sua brancura de mandioca, guardava a porta do mar-oceano lavada pelas ondas palpitantes, Maceió dormia o seu sono de carvão, abaixo ou acima, aquém ou além dos sóis inumeráveis e do assoprar do vento, dos estaleiros avariados e dos rios cabedais, dos fogos-de-santelmo pousados como grandes mariposas tatalantes sobre os mastros dos navios e dos telhados cor de estrume, das casas de farinha e dos currais de peixe, dos cantos dos galos surpreendidos pelas auroras aborrecidas e das ilhetas negras das lagoas (IVO, 1980, p.150).

E tinha um alcance além dos seus limites, distante, na laguna, como descreve Lima (1997, p.133) no romance *Calunga*: “A canoa de Lula vogava em plena lagoa, na escuridão lambida de instante a instante pelo facho branco e vermelho do farol do Jacutinga”.

Esta relação do farol com o cotidiano de Maceió e adjacências remetia à sua importância para além de uma construção que se destacava no entorno de onde se encontrava inserido, porquanto passou a pertencer ao imaginário da cidade, conforme aponta Fortes (2011, p. 52):

Do farol como marco paisagístico da cidade e domínio humano do morro e da sua representatividade para o universo urbano de Maceió, é possível dizer que já estava introduzida a sua condição de monumento da cidade no século XIX, pois era um edifício a ser consagrado como obra de engenharia e dominava a paisagem com expressividade, ao mesmo tempo em que era considerado feito grandioso para o desenvolvimento de Alagoas. Além do mais, começava a ser construída a sua relação com a memória coletiva do maceioense, na medida em que era referência para a população de um espaço que começava a se consagrar como sendo de sua apropriação, o *morro do Pharol*.

O morro do *Pharol* ou a “ponta da montanha sobranceira à cidade, conhecida pelo Alto do Jacutinga”, como descreveu Costa e Cabral (2016, p. 182), abrigou aquele equipamento que se tornou, sem dúvida, um símbolo da cidade e que fortaleceu o imaginário local em relação ao mar, reproduzindo no cotidiano dos moradores uma presença permanente do mar por meio do controle da navegação feito pela sua iluminação. Uma imagem tomada do mar em direção ao morro mostra-se bastante expressiva e enfatiza a relação do farol e da igreja Matriz como construções que se destacavam na cidade de então, e o mar como elemento integrado da paisagem urbana (Figura 21).

Figura 21 - Farol de navegação (em destaque): símbolo do protagonismo do mar em Maceió no início do século XX.

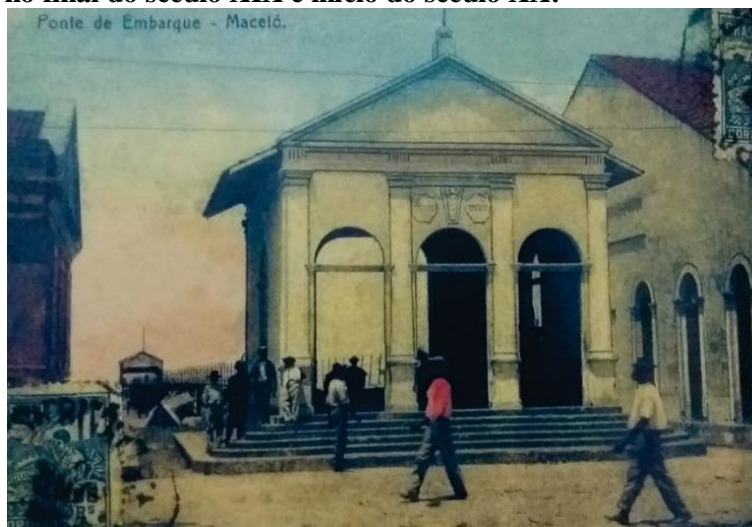


Fonte: Silva e Lima, 2018, s. p.

Neste contexto, a importância dessas águas se dava pela função de transporte que elas desempenhavam, diminuindo as distâncias e estabelecendo relações de convivência e comércio entre as populações. Tenório (2009, p. 49) afirma: “a navegação nas lagoas do Norte e do Sul e no litoral constituem o símbolo da tecnologia moderna dos transportes”. Dessa forma, dois pontos positivos do período em Maceió, ambos ligados diretamente ao papel de protagonismo da laguna e do mar, são evidenciados: a navegação a vapor – na laguna e no mar –, e a ponte de ferro de embarque e desembarque, em Jaraguá (Figura 22).

A condição de porto natural que a cidade tinha determinou a grande importância do mar para a cidade. A navegação conferia o protagonismo que pode ser observado pela quantidade de empresas nacionais e estrangeiras presentes nesta atividade no início do século XX, com seus vapores e navios (COSTA; CABRAL, 2016). A implantação da ferrovia na década de 1880 completa a tecnologia dos transportes em Maceió.

Figura 22 - Cartão-postal: Ponte de embarque e Desembarque em Jaraguá com destaque para o prédio da estação no final do século XIX e início do século XX.



Fonte: Tenório (2009, p. 32)

O ancoradouro natural de Jaraguá representou, segundo Tenório (2009), um papel relevante para o desenvolvimento do comércio exterior, apesar de se localizar entre a Bahia e Pernambuco. Isso permitiu, na década de 1870, a criação de um comércio direto com a Europa para o escoamento da produção local, principalmente açúcar, algodão e carne.

A importância desse porto natural para Maceió se confunde com a história de várias outras cidades da costa brasileira. Nesta direção, Cardoso (1940), acerca da relação da cidade do Recife com o seu porto, afirma: “A história do Recife, como a de quase todas as cidades que se fundaram à margem das rotas oceânicas, é, no seu início, a história de um porto”.

Segundo Campello (2011), que fez um estudo sobre os cartões-postais em Maceió, a imagem construída no início do século XX por meio dos cartões-postais exaltava apenas as “construções notáveis” do ideário republicano. A pesquisadora explica que só a partir de 1910, sem muita recorrência, o mar passou a ser mostrado em foto panorâmica (Figura 23). Em 1911, da mesma forma, o mar reaparece no cartão-postal denominado “Ponte de embarque”, numa fotografia tirada a partir do continente.

Nesta nova visão do mar no imaginário local, o olhar se volta para as praias da Pajuçara e da Avenida. Embora com pouca recorrência, praticamente como um caso isolado em todo o levantamento dos cartões-postais feito por Campello (2011), o registro fotográfico revela um novo olhar para Maceió. O imaginário do mar parece ter levado a uma nova forma de representação da urbe local; ele não se apresenta mais distante do território, porém integrado a este, como se passasse a existir o início de uma apropriação do espaço, uma integração sua com

a população, entre as construções e o seu entorno. Dessa maneira, a praia da Avenida emoldura o cenário do casario cujas fachadas se voltam para o mar e representa a presença do oceano no cotidiano local, como uma demonstração que ele não estava mais sendo visto apenas como um limite da cidade, uma zona de fronteira entre o habitado e a água (Figura 24).

Figura 23 - O mar visto da cidade em vista panorâmica nas primeiras décadas do século XX.



Fonte: Campello (2011, p. 95).

Figura 24 - Praia da Avenida na segunda década do século XX: uma nova visão do mar na cidade.



Fonte: Campello (2011, p. 148).

Segundo Campello (2011), a partir de 1927 as edificações perdem sua representatividade e dão lugar à paisagem das ruas, praças, vistas panorâmicas e cursos d'água da cidade. Entre as 45 publicações, no entanto, registraram-se agora apenas uma da praia da "Pajussara" e duas da Ponta Verde, num claro sinal de distanciamento ainda da sociedade em relação às praias. Enaltece-se a sua beleza natural, compondo um cenário, uma imagem (Figura 25).

Figura 25 - "Ponta Verde". Cartão-postal com circulação entre 1927 a 1949.



Fonte: Campello (2011, p. 163).

Durante a Segunda Guerra, Maceió se inseriu no conflito pela necessidade de proteção da sua costa. Instalou-se na cidade uma base militar americana para patrulhamento aéreo e defesa do litoral (PEDROSA, 1998, p. 137):

O Grupo aquartelou-se de improviso no velho prédio da Fábrica Santa Margarida, Rua Sá e Albuquerque com Mato Grosso, quase na Avenida da Paz e bem em frente da Fábrica de Mosaicos de Paulo Pedrosa, despontando para os largos espaços da praia, onde os soldados faziam exercícios de campo, colocavam seus canhões em posição, construía trincheiras e instalavam teodolitos, pranchetas de tiro, balizas, fios de telefone, em constantes vozes de comando, apitos, toques de corneta, desfiles, disparos de festim.

Portas de Entrada

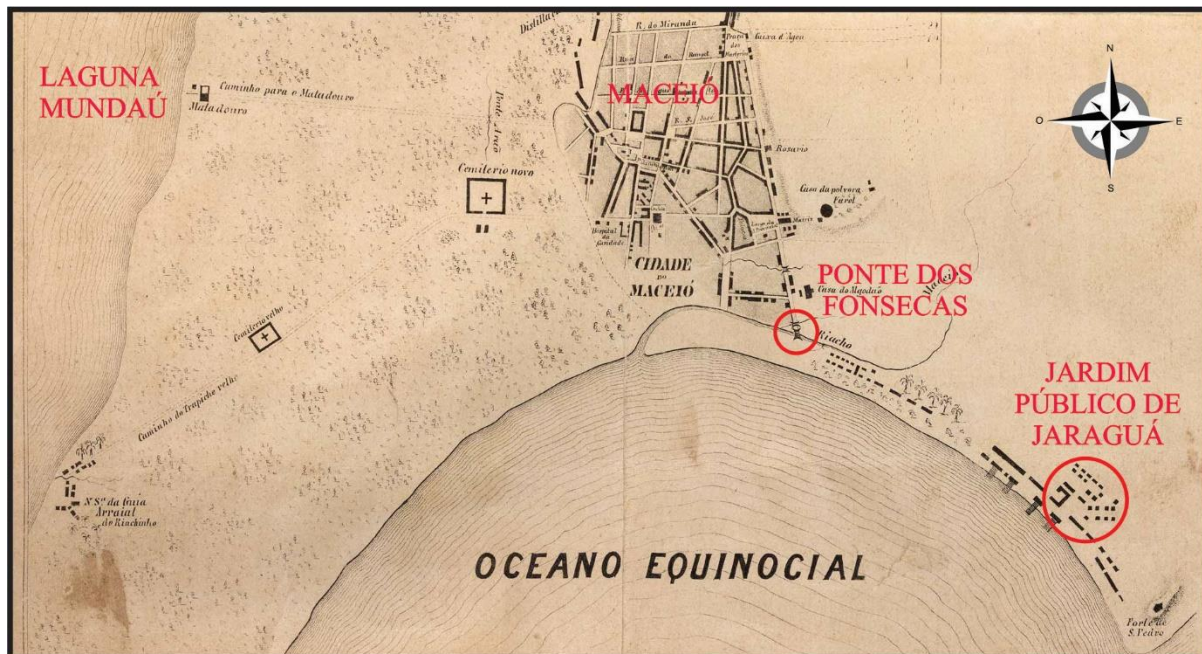
O protagonismo do mar se estabelece também pelas duas portas de entrada da cidade em Jaraguá no século XIX, configurando-se como dois pontos nodais: o Jardim Público de Jaraguá e a ponte dos Fonseca. Enquanto o primeiro se localizava no núcleo da localidade mercantil, ladeado pela vida urbana e o comércio exterior, a outra marcava o caminho para Maceió, o núcleo central da cidade (Figura 26).

Jaraguá estabelecia o primeiro contato dos que chegavam por via marítima à cidade. Esse estereótipo de porta de entrada para Ferrare e Leão (2014) está representado pelo Jardim Público de Jaraguá, implantado, segundo Costa e Cabral (2016), em 1869, nas imediações da ponte de embarque (Figura 19).

Não há uma precisão da extensão deste jardim, embora as pesquisadoras identifiquem como resquícios deste espaço a atual praça Dois Leões, situada à frente da igreja Nossa Senhora Mãe do Povo. Há divergências de documentos do século XIX quanto à sua localização exata,

que citam a praça Nossa Senhora Mãe do Povo em frente à igreja, e a praça Wanderley de Mendonça, atual praça Dois Leões.

Figura 26 - As duas portas de entradas de Maceió em Jaraguá na segunda metade do século XIX.



Fonte: Agenda A (2016), adaptado pelo autor.

O espaço servia à população não só para o lazer, mas para a distribuição de água, mediante pagamento, por meio de um chafariz construído no seu interior. No início do século XX, a precariedade do lugar levou à sua demolição; em substituição foi construída a praça Wanderley de Mendonça, que passou posteriormente a ser conhecida por Dois Leões (FERRARE; LEÃO, 2014).

A Figura 27 mostra o Consulado Provincial antes de ter se tornado Recebedoria Pública. À sua frente se encontra o espaço de uma praça – provavelmente o Passeio Público de Jaraguá, ainda no seu período inicial. A área cercada com gradis ilustra a descrição feita por Ferrare e Leão (2014), de um lugar que tinha horário para visitação e fechamento para limitar os acessos.

A construção cuidadosa do Jardim de Jaraguá demonstrava a cidade que se queria mostrar. Fora o segundo jardim público implantado na cidade¹⁸, em um lugar de destaque, rodeado pelas construções que representavam a economia mercantil, as atividades portuárias e de grande importância religiosa, sendo a ponte de embarque composta de uma ambiência

¹⁸ O primeiro Jardim Público construído em Maceió – o Jardim do Palacete da Assembleia –, foi implantado, segundo Ferrare e Leão (2014), nas proximidades do palacete homônimo, no Centro, na atual Praça Dom Pedro II.

imponente, que marcava o primeiro contato físico de quem chegava a Maceió. Outras construções como a igreja de Nossa Senhora Mãe do Povo, o Consulado Provincial, atual MISA e o Banco de Londres – importante instituição financeira da época – formavam o entorno (Figura 28).

Figura 27 - O Consulado Provincial voltado para o espaço que deveria ser o Passeio Público de Jaraguá na segunda metade do século XIX.



Fonte: Acervo do IHGAL (s. d.).

A Figura 29 mostra a bilheteria da Ponte de Embarque, logo ao lado do antigo Consulado Provincial, que viria a ser a Recebedoria Pública (atual MISA). Aqui a praça já aparece definida, com as estátuas e paisagismo.

O Jardim Público de Jaraguá encontra-se em decadência no início do século XX, sendo utilizado por animais e pessoas marginalizadas, consideradas vagabundas pela sociedade local. Neste período, Maceió passava por um processo de modernização, como resposta à busca de novas experiências dos seus moradores influentes, os quais procuravam construir uma nova imagem da cidade após o advento da República. Isso refletia diretamente nas mudanças de hábitos da população e na concepção do uso e da construção do espaço público (LEÃO; FERRARE, 2016).

Nesse contexto, as praças foram alvo de investimentos pelo poder público. Entre 1900 e 1920, na gestão da família Malta, conhecida como Era Maltina, os jardins públicos passaram por uma mudança de conceito – com a retirada de cercamentos e a intenção de se criar um cenário que formasse a ideia de “progresso moral” e de “adiantamento moral”, nos moldes europeus. Nessa postura de “aformoseamento” do espaço público, o Jardim de Jaraguá foi o primeiro a ser reformado, com o projeto elaborado por Rosalvo Ribeiro, um importante artista de Alagoas, com formação no Rio de Janeiro e em Paris (IDEM).

Figura 28 - "Provável localização do Jardim Público de Jaraguá e edificações históricas em seu entorno".



- 1-Igreja N. Sra Mãe do Povo;
- 2-MISA(Antigo Consulado Provincial);
- 3-Praça Bom Jesus dos Navegantes;
- 4-Praça Wanderley de Mendonça (Praça dois Leões);
- 5-Praça Dezoito de Copacabana;
- 6-Ponte de embarque de Jaraguá.

Fonte: Adaptado de Ferrare e Leão (2014).

Figura 29 – O entorno do Jardim Público de Jaraguá com o espaço mais definido com estátuas e paisagismo na segunda metade do século XIX.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA (s.d.).

Com a reforma, passou à denominação de praça Wanderley de Mendonça. Posteriormente, as esculturas em ferros de leões, implantadas no projeto, levaram à atual toponímia – praça Dois Leões (FERRARE; LEÃO, 2014) (Figura 30).

Figura 30 - Praça Wanderley de Mendonça - outrora Jardim Público do Jaraguá e posterior Praça Dois Leões nas primeiras décadas do século XX.



Fonte: Ferrare e Leão, 2014.

Com a construção do porto de Jaraguá em 1940¹⁹ e a extinção dos serviços de transporte de passageiros, o Jardim Público de Jaraguá perdeu a sua função de porta de entrada da cidade.

Se o Jardim Público de Jaraguá se notabilizou como o primeiro contato com a cidade de quem chegava a Maceió pelo mar, outra porta de entrada se formalizou no final daquele século como o cartão-postal do que se pode denominar da marcação do acesso à cidade propriamente dita, onde se estabeleciam as relações sociais, administrativas e comerciais, marcada pela imponência apresentada pela região compreendida da ponte dos Fonseca, na praça Sinimbu, que antes se chamava Euclides Malta – por onde passava o riacho Maceió em direção ao mar. “Na verdade era uma espécie de solene entrada leste e simbolicamente atravessava um riacho” (ALMEIDA, 2011, p. 34). Essa praça formava uma ambiência ligada às águas – nesse caso, o riacho e o mar. A Figura 31 mostra um lugar bastante frequentado, com edificações representando a modernidade do início do século, pela presença das platibandas e um espaço com tratamento urbanístico no modelo clássico europeu.

¹⁹ Apesar de Jaraguá ter uma importância como ancoradouro em Maceió, o porto definitivo e com infraestrutura capaz de efetuar com melhor desempenho suas atividades só foi inaugurado nesse ano - serviços que se previa desde 1875 (ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ, 2017).

Figura 31 – A Praça Euclides Malta, atual Sinimbu, no início do século XX.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA (s.d.).

O imaginário de porta de entrada se dava por essa região representar a ligação dos dois núcleos principais da cidade. O lugar é representado por várias imagens da época, de forma bucólica e com uma conformação urbana que passa a ideia de controle da paisagem, em oposição à cidade construída e civilizada perto dali, no platô do Centro. A Figura 32, com a praça já denominada de Sinimbu – o que se deu em 1908 (FREITAS *et al.*, 2016) –, enquadra uma fotografia retirada a partir do mar, mirando a cidade, onde se podem observar edificações importantes como a Catedral e o farol de navegação, formando o fundo da cena.

Figura 32 - A Praça Sinimbú entre os anos de 1914 a 1920 representada em cartão-postal, tendo-se à frente o Riacho Maceió.

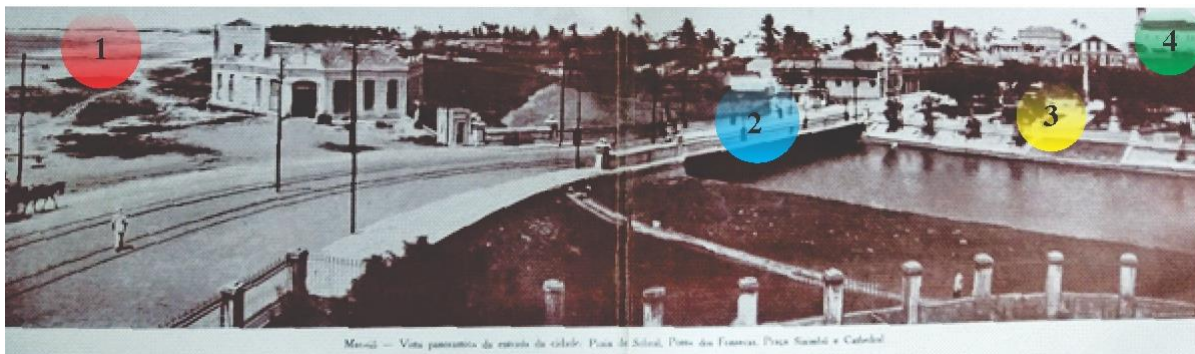


Fonte: Campello, 2011, p. 123.

A Figura 33 apresenta a ponte dos Fonseca sobre o riacho Maceió, cuja legenda, exibida no almanaque *Terra das Alagoas*, assim identificava a área: “Maceió – Vista panorâmica da entrada da cidade: Praia do Sobral, Ponte dos Fonseca, Praça Sinimbu e Catedral”

(MARROQUIM, 1922, s.n.). Este conjunto compunha a praia do Sobral, que viria a ser posteriormente parte da praia da avenida da Paz – à esquerda da imagem.

Figura 33 -Ponte dos Fonseca: Porta da entrada da cidade no final do século XIX e início do século XX.



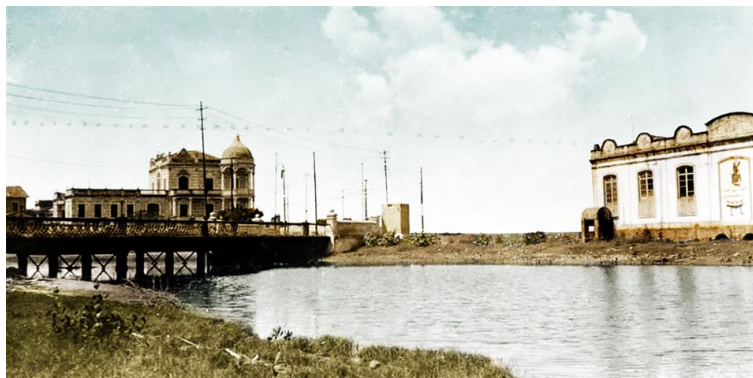
1- PRAIA DO SOBRAL 2 - PONTE DOS FONSECA 3 - PRAÇA SINIMBÚ 4 - CATEDRAL
Fonte: Marroquim (1922, s.n.), com edição do autor.

A ponte dos Fonseca representou uma das principais realizações da gestão da Província nos anos 1870, pela ligação definitiva que se criava entre Jaraguá e Maceió. O economista Cícero Péricles explica que a sua construção deu uma nova dinâmica à cidade, estreitando a relação entre aqueles bairros (DIAS, 2015). Esta ponte foi destruída em 1924 por uma enchente e reconstruída em concreto, segundo Pedrosa (1998), no Governo Costa Rego, entre 1924 e 1928.

A geografia do lugar limitava a continuidade da rua, que acompanhava a orla marítima, cuja urbanização fora iniciada nas primeiras décadas do século XX, denominada praia da avenida da Paz. Ela ligava os dois bairros e tinha o riacho Maceió como um obstáculo natural – via que já constava nos registros de Leal (1923), entre a rua Sá e Albuquerque e a ponte dos Fonseca, onde se situava o antigo aterro de Jaraguá. Este riacho originário da região do tabuleiro chegava à planície num trajeto perpendicular até o mar, e antes de alcançar esta ponte, tornava-se paralelo à praia, encontrando o “Palacete dos Machado”²⁰, exuberante construção de estilo eclético, construída no final do século XIX, um marco local. Daí seguia o restante do percurso, indo ao encontro do mar (Figura 34). Esta formação criava uma grande faixa de areia na região logo após a ponte, onde fora construída a “Garage Alagoana”.

²⁰ Este palacete possui denominação na literatura pesquisada com grafia tanto “dos Machado” como “dos Machados”.

Figura 34 - Foto colorizada artisticamente: Riacho Maceió no seu trajeto original no início do século XX e o entorno da Ponte dos Fonseca. À esquerda o Palacete dos Machado; à direita, a “Garage Alagoana”²¹.



Fonte: Carvalho (s.d.).

A materialização de Jaraguá como porta de entrada de Maceió alcançou o século XX. As investidas visando aproximar o bairro ao Centro, com a eliminação dos obstáculos físicos e a facilitação dos acessos, proporcionou uma relação de proximidade da população com o mar, reforçando uma nova visão do imaginário local e fortalecendo o protagonismo do mar na cidade.

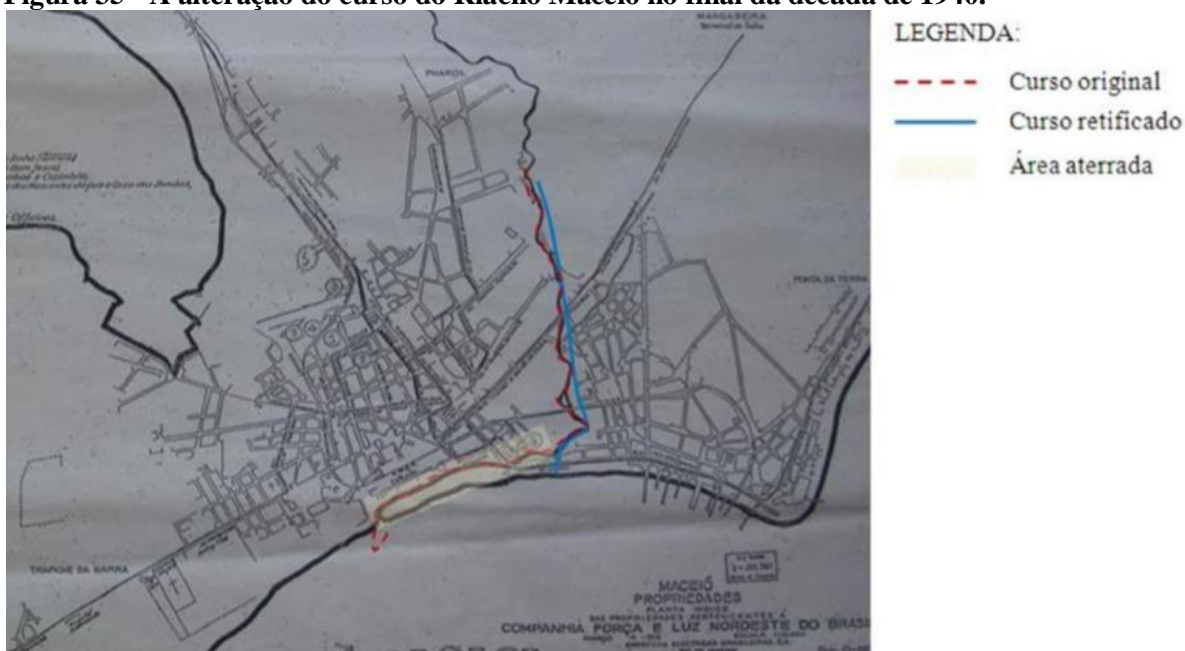
Entre 1947 e 1948, o riacho Maceió foi retificado, segundo Barros *et al.* (2014), como meio de expansão da cidade e em resposta à modernização e à imponência vigentes nas cidades em desenvolvimento. Teve o seu trajeto final alterado, desaguando no mar, num percurso perpendicular à praia, antes da ponte dos Fonseca, modificando toda a configuração urbana da região e permitindo a urbanização da praia da Avenida, a partir deste trecho, conforme mostra a Figura 35.

A iniciativa possibilitou novos acessos de Jaraguá ao Centro, com sinalização para uma nova leitura e interpretação do espaço, integrando urbanisticamente o mar à cidade, consolidando o costume do banho de mar e permitindo uma nova conformação urbana da planície marítima.

A relevância da entrada de Maceió marcada pelo entorno da praça Sinimbu e da ponte dos Fonseca deixou de existir com o aterro da área correspondente ao riacho, transferindo-se a imponência da paisagem local para a orla criada, com um novo papel que aquela intervenção urbana desempenhou na cidade naquele momento e nas décadas seguintes (Figura 36).

²¹ A escolha desta foto colorizada se deu por a foto original não ter sido localizada, mas o ângulo representado da imagem ser bastante expressivo para a identificação do lugar, diferente de outras imagens encontradas. Deve-se considerar que a proposta artística do colorido, no entanto, pode fugir à realidade do lugar, mas a qualidade da informação do conjunto, valida a sua inserção neste trabalho.

Figura 35 - A alteração do curso do Riacho Maceió no final da década de 1940.



Fonte: Barros, Santos e Grupo SobreUrbano (2014).

Figura 36 – O entorno da Praça Sinimbu após o desvio do Riacho Maceió segunda metade do século XX.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA (s.d.).

A estrutura de ligação do mar com o Centro continua existindo fisicamente até os dias atuais, porém não cumpre mais sua função de ponte, uma vez que não mais existe o corpo d'água passando embaixo dela. A Figura 37 mostra como ela era e quais condições se encontra na atualidade, passando despercebida na paisagem, já que das suas características iniciais resta tão só a balaustrada de concreto, e o aterro do seu entorno não mais a identifica pela função original. O lugar que já foi bastante representativo em Maceió, nas últimas décadas se tornou um espaço público abandonado pelo poder público, sem o devido cuidado que deveria ter. A ponte que fora um elemento de destaque, que definia umas das portas de entrada da cidade, atualmente é um símbolo da relação de apatia do maceioense com a sua história.

Figura 37 - Ponte dos Fonseca: no início do século XX e em 2018, respectivamente.



Fonte: Silva e Lima (2018, s.n.); Portal de Arquitetura Alagoana (2018), respectivamente.

1.1.1 A descoberta do mar em Maceió como lugar de contemplação e lazer

O mar na história da humanidade como *locus* de contemplação é um fenômeno que foi amadurecendo ao longo da existência humana e encontrou uma ambiência favorável no século XVI, na França, quando os poetas Théophile, Tristan e Saint-Amant começaram a perceber a paisagem da praia e a remeter e propagar os sentimentos e prazeres relacionados a este ambiente. Anteriormente, na época clássica, o mar era visto pelo imaginário coletivo como um mistério divino, um “instrumento de punição” representado pela catástrofe do dilúvio de Noé, que levava a uma repulsa quanto a uma aproximação e convivência dos homens (CORBIN, 1989).

Outras passagens bíblicas também reforçam um temor pelo mar, criando um simbolismo que aumentou o distanciamento da população em relação aos oceanos, a partir do século XV na Europa, num imaginário de monstros e de ambiente demoníaco, caótico e de desordem, de acordo com Corbin (1989). Neste contexto, “a literatura antiga apresenta o mar – e depois o oceano Atlântico – como um lugar enigmático por excelência; faz dele o teatro privilegiado do sofrimento do sábio” (IDEM, p. 21). No Brasil do início do século XX, ainda como reflexo desse simbolismo, segundo Azevedo (1984), acreditava-se que o mar não era batizado, mas pagão – conformando um ambiente sagrado. Isso fazia as pessoas evitá-lo.

Na Idade Média há uma diferença na manifestação em relação a este espaço – o litoral é mais apreciado do que o próprio mar, mas evocam-se sempre aspectos negativos, como lamentos, naufrágios e abismos. A praia é vista como “receptáculo dos excrementos do mar” (IDEM, p. 23). A imagem do litoral é nefasta, associada ao “itinerário marítimo da peste negra,

e mais as contravenções dos piratas, sem esquecer as dos saqueadores de naufrágios, dos contrabandistas e bandidos das praias” (IDEM, p. 24). Contribui também para esta visão negativa o romance de Robinson Crusóé, que retrata o mar como um ambiente hostil e temerário.

As navegações marítimas, no século XV representam também um caráter negativo devido à insalubridade que reinava nas embarcações, “lugar maléfico por excelência” de proliferação dos miasmas e pela exposição a doenças provocadas por longos períodos de travessia (CORBIN, 1989, p. 26). Até o século XVII, banhar-se no mar ou no rio “era uma distração imoral, própria do povo sem educação” (IDEM, p. 71), o que adiou por muito tempo essa prática na cultura ocidental.

Azevedo (2004, p. 31) afirma que no início do século XX, no Rio de Janeiro, então capital do país, a praia passava despercebida para a população. Uma famosa revista desse período, *Kosmos*, tinha como representação da paisagem “as florestas, as quedas d’água, as cachoeiras, as cascatas, os açudes”. Da mesma forma, o livro *Por que me ufano de meu país*, lançado em 1900 e adotado oficialmente como material didático no Brasil, apresentava como referenciais paisagísticos as florestas virgens, os rios, o firmamento, as riquezas do subsolo e o clima.

Fazendo o elogio da baía da Guanabara, em 1903, Damasceno Vieira transcreve trechos de viajantes célebres, Ferdinand Denis em *Le Brésil*, Auguste de Saint Hilaire em *Voyage au Brésil*, Charles Darwin em *Voyage d’un naturaliste* e Paul Gaffarel na *História du Brésil français*, em que nenhum desses escritores, encantados com a beleza da região, se refere às suas praias (IDEM, p.32).

Ramos (2009), por sua vez, aponta a fruição das praias no Brasil a partir do pioneirismo do Rio de Janeiro no início do século XX, apesar de afirmar a existência de estudos que apresentam estes hábitos junto aos nativos do país já no período da descoberta. A consolidação desta fruição iniciou-se, segundo ele, com a moda do banho salgado, importado da Europa com fins terapêuticos. A implantação de linhas de bondes nas principais cidades litorâneas do país, com destinação às praias – como ocorreu em Maceió –, também foi muito importante para esta prática, uma vez que permitia o acesso ao mar com maior facilidade. Isto direcionou “a influência exercida pela consolidação do imaginário [da cultura do mar]” e marcou “o início da especulação imobiliária da orla brasileira”, firmando definitivamente a fruição como algo que foi incorporado à cultura das cidades costeiras (IDEM, p. 50).

Iwata (2001) afirma que o mar no Brasil teve inicialmente uma importância econômica e estratégica, ligada aos portos e à proteção das cidades. O banho era visto como uma atividade profilática, de promoção à saúde. A exposição ao sol não era bem-vista pela elite, que preferia a pele pálida, o que a diferenciava dos trabalhadores que se expunham ao sol no trabalho. Isso influenciou as vestes para o banho, inicialmente cobrindo todo o corpo. Gradativamente, os trajes de banho foram diminuindo e a exposição ao sol foi sendo associada à função estética. A vocação balneária se estendeu às demais cidades brasileiras, a partir do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX. Até o final do século XIX e nas primeiras décadas do novo século, replicava-se assim em Maceió o mesmo comportamento que ocorria no restante do país em relação ao mar.

Nesta época, a praia ainda não existia enquanto tal, ou seja, o banho de mar e a convivência nas areias não tinham sido ainda incorporados no cotidiano do coletivo da população, como opção de lazer e ponto de encontro, exceto em momentos específicos como o da festa de Bom Jesus dos Navegantes. O mar era a paisagem e o belo, mas era principalmente o lugar dos negócios, dos currais, dos peixes, dos trapiches e das embarcações: a referência de entrada e saída da cidade (NORMANDE, T., 2000, p. 65).

O imaginário de Maceió associado à praia manifesta-se também no início do século XX por meio das artes plásticas, nas telas do pintor alagoano José Paulino de Albuquerque Lins, a quem Gusmão (2010) credits um pioneirismo na representação da paisagem local e uma ruptura com os cânones presentes na pintura em Alagoas até então. Anterior à sua produção pictórica, a manifestação artística pela representação visual foi precedida no final do século anterior por Rosalvo Alexandrino Caldas Ribeiro, considerado o primeiro pintor alagoano. Sua produção, no entanto, foi muito influenciada pelos padrões europeus, sem nenhum vínculo com a representação do ambiente local. Já a obra de José Paulino reforça o protagonismo do mar na Maceió do século passado, tornando-se o tema mais presente no seu trabalho. De certa forma, esta atitude alimentava uma nova visão da cidade em relação à sua costa litorânea (Figura 38).

Segundo Diegues Júnior (1981), a nova visão da praia na cidade será intensificada a partir de 1927, com a abertura da avenida da Paz e a urbanização que se estendeu dos primeiros trapiches de Jaraguá até a ponte dos Fonseca, num primeiro momento (Figura 39). A urbanização se revestiu de importância para o imaginário local, por ser a primeira orla contínua construída na cidade, afirmando o sentimento de urbanidade e modernidade, que ia se desvelando país afora. Com o advento do automóvel, a abertura de avenidas passou a representar o padrão de urbanização das cidades. Nessa intenção, a avenida da Paz formatava

um contexto de modernização de Maceió e inseria o mar nesse novo estereótipo urbano; sua praia urbanizada aliava-se aos interesses da elite local, representada pela ascensão econômica.

Figura 38 - Óleo sobre tela de José Paulino : “Praia de Pajuçara”, de 1956.



Fonte: Gusmão (2010, p. 111).

Figura 39 - O primeiro trecho construído da urbanização da Praia da Avenida na primeira metade do século XX.



Fonte: Domínio público (s.d.).

Neste mesmo ano Mário de Andrade já enaltece a cor do mar da cidade, numa reverência à sua beleza, animado com o mar, após destratar a cidade:

O mar tem uma riqueza de verde, maior que Copacabana [em referência à praia símbolo do Brasil em 1927]. E então quando vistos de terra os verdes seccionam-se retos com essa liberdade plástica da natureza que os pintores dela têm vergonha de imitar porque... não é natural (ANDRADE, 2015, p. 265).

Pedrosa (1998) credita a denominação deste logradouro – avenida da Paz – a uma homenagem ao término da Primeira Guerra Mundial. Neste interstício, ITB (1995), no entanto,

registra a construção de menos de cem metros de meio-fio no local em 1928, como um dos feitos do prefeito de então; só entre 1930 a 1933 dá-se a continuação da via.

Apesar da relevância da urbanização, não há referência a este acontecimento em um importante semanário impresso da época, de postura crítica, pelo menos até novembro de 1930 – o denominado O Bacurau, que se considerava ora como “Orgam anti-político, meio social e humorístico”, ora como “Orgam ultra social, anti-político e humorístico”²². Provavelmente a repercussão da obra não tenha tido muita importância ou visibilidade em seu momento inicial. Mesmo o “Almanach d’O Bacurau para 1927”, edição de 1926, que reunia num único volume uma quantidade maior de informações em relação ao que constava em cada exemplar dos semanários dos últimos cinco anos, não assinalou a abertura da nova via ou a previsão de qualquer outra construção para o local.

Esta urbanização certamente sofreu influência direta do que ocorria em toda a década de 1920 nas principais capitais do litoral nordestino – Recife, Salvador, Fortaleza e Natal. Nesta década caracterizada como o período de inserção das praias como elemento de urbanização destas cidades, Recife, que “à época encabeçava o processo de modernização do espaço urbano no Nordeste”, construiu pioneiramente entre 1922 e 1926 uma avenida com cinco quilômetros de extensão à beira-mar (PEREIRA, 2012, p. 89).

Se naquela capital a produção de um novo espaço mostrava uma dinâmica diferente de Maceió por questões ligadas às diferenças econômicas e políticas dos dois estados, cabe uma observação quanto à ousadia de também se construir na cidade obra de tal envergadura, guardando-se as devidas condições entre ambas, dados os problemas urgentes da população diante das questões sanitárias da cidade e da saúde da população. Este período destaca importantes intervenções urbanas nas principais cidades brasileiras, quando “o poder público ocupou-se da construção de um imaginário urbano moderno, criando espaços símbolos” (GAMBARRA-SOARES; COSTA, 2012). Nas cidades litorâneas, esses espaços estavam sempre associados à descoberta do mar.

Gambarra-Soares e Costa (2012) referem-se a esse espaço símbolo quando da construção do Parkway da Lagoa, em João Pessoa: “uma avenida com 50 metros de largura, partindo do Parque Sólon de Lucena 1 em direção a leste, apontando o caminho de

²² Havia certa irreverência na forma de comunicação do semanário, a exemplo de pequenas chamadas que eram escritas ao longo das páginas: “Bom ou mau ‘O Bacurau’”; “Quem enganar ‘O Bacurau’ não é filho de casal”; “Intrigar-se com O BACURAU é bancar o besta. Victor Hugo” (PACHECO, 1930).

desenvolvimento em direção ao mar”, que representou a ligação da lagoa existente no Centro, ao mar, distante cerca de sete quilômetros.

De certa forma, a ação proativa do poder público local de prover uma urbanização na orla marítima favoreceu o gosto pelo mar na cidade relacionado à sua função de lazer. Pacheco (1925a, p. 3) aponta que já em 1925 havia um hábito pelo banho de mar ao amanhecer do dia na cidade, e discorre em seu texto sobre a instituição dos “banhos vesperaes” – à tarde – em Jaraguá, por três importantes personalidades da época: “Dizem elles que as abluções da tarde são mais aconselháveis para a saúde”. Essa sensação leva ao que Bachelard (1997, p. 151) designa como “o sonho de renovação sugerido por uma água fresca. Mergulha-se na água para renascer renovado”.

Ainda nesse ano, Pacheco (1925, p. 1) apresenta uma fotografia de E. A. Lallemand de quatro crianças na praia com o título evocativo “Toilettes de Verão – As delícias da Pajussara”, para a qual descreve “Original grupo de banhistas da formosa praia da Pajussara”. Essa mesma imagem é reproduzida no “Almanach d’O Bacurau para 1927”, quando se faz novamente alusão ao banho de mar (Figura 40), na qual se observa que este hábito já se fazia presente nas principais praias da cidade.

Figura 40 - Crianças na Praia da “Pajussara” em 1925.



Fonte: Pacheco (1926, p. 100).

Nesta direção, Diégues Júnior (1981, p. 213) descreve o fenômeno que denomina de “invasão das praias”, na metade da década de 1930, como sendo a procura dos moradores pela praia da “Pajussara” e pela avenida da Paz, principalmente no verão. A construção de uma “avenida moderna”, segundo ele – referindo-se à urbanização da Praia da Avenida –, também

contribuiu com este fenômeno, melhorando o acesso ao local e despertando uma nova imagem do mar para a cidade.

Inicialmente a urbanização da praia da Avenida se estendeu até a praça Floriano Peixoto, ao lado da ponte dos Fonseca, com o riacho Maceió ainda passando abaixo dela, paralelo ao mar. Juntamente com um coreto implantado nas suas proximidades, constituiu-se como uma das referências da paisagem.

A praça Floriano Peixoto foi construída no lado oposto ao mar, onde existiu a “Garage Alagoana”. A proposta paisagística deste espaço se caracterizava pela linha projetual paisagística definida por Robba e Macedo (2003, p. 56) como Linha Clássica, concebida segundo a *tríade clássica básica* – “caminhos dispostos em cruz [1], conduzindo a um estar central [2] marcado por um ponto focal”, e um passeio perimetral [3], definindo uma simetria e uma geometrização do espaço. Nas principais cidades do país, já estava em curso a linha projetual denominada de Romantismo, desde 1862²³, mas no imaginário local os cânones clássicos ainda se achavam bastante arraigados. Com certeza, este espaço representou uma pujança na paisagem e provavelmente uma ousadia que reforçou o imaginário do mar na cidade (Figura 41).

Figura 41 - Praça Floriano Peixoto na primeira metade do século XX.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA (s.d.).

No espaço correspondente à antiga praça Floriano Peixoto, ainda na primeira metade do século XX, foi construído o Clube Fênix Alagoana, numa permuta do uso público do solo pelo uso privado, que passou a ser um dos principais lugares de lazer particular da cidade por grande parte do restante do século (Figura 42).

²³ Ano da reforma do Passeio Público do Rio de Janeiro, marco do Romantismo no Brasil, segundo Robba e Macedo (2003, p. 77).

Figura 42 - Clube Fênix Alagoana e sua apropriação inicial da Praça Floriano Peixoto na primeira metade do século XX.



Fonte: Almeida (2012).

Este clube nasceu em 1866, denominado Clube Carnavalesco Fênix Alagoana, uma associação recreativa com representantes da aristocracia local composta por pessoas influentes, como comerciantes, advogados e industriais. A sede inicial funcionou na residência do seu fundador, um capitão de navios mercantes. Na terceira década do século XX, transferiu-se para o lugar onde se encontrava a “Garage Alagoana”, e posteriormente ocupou todo o espaço da praça, sendo ampliado depois com a construção de um ginásio esportivo com 1.200 m² de área de construção e capacidade para 3 mil pessoas (LIMA JÚNIOR, 1956 b), resistindo até a atualidade.

O coreto, “de toscas colunas coríntias de corpo liso”, foi construído segundo Leite Júnior (2004, p. 131), na urbanização da praia da Avenida, em 1927, quando foram implantados 22 postes de ferro e 46 bancos de cimento (Figura 43).

Figura 43 - Coreto da Praia da Avenida nas primeiras décadas do século XX.

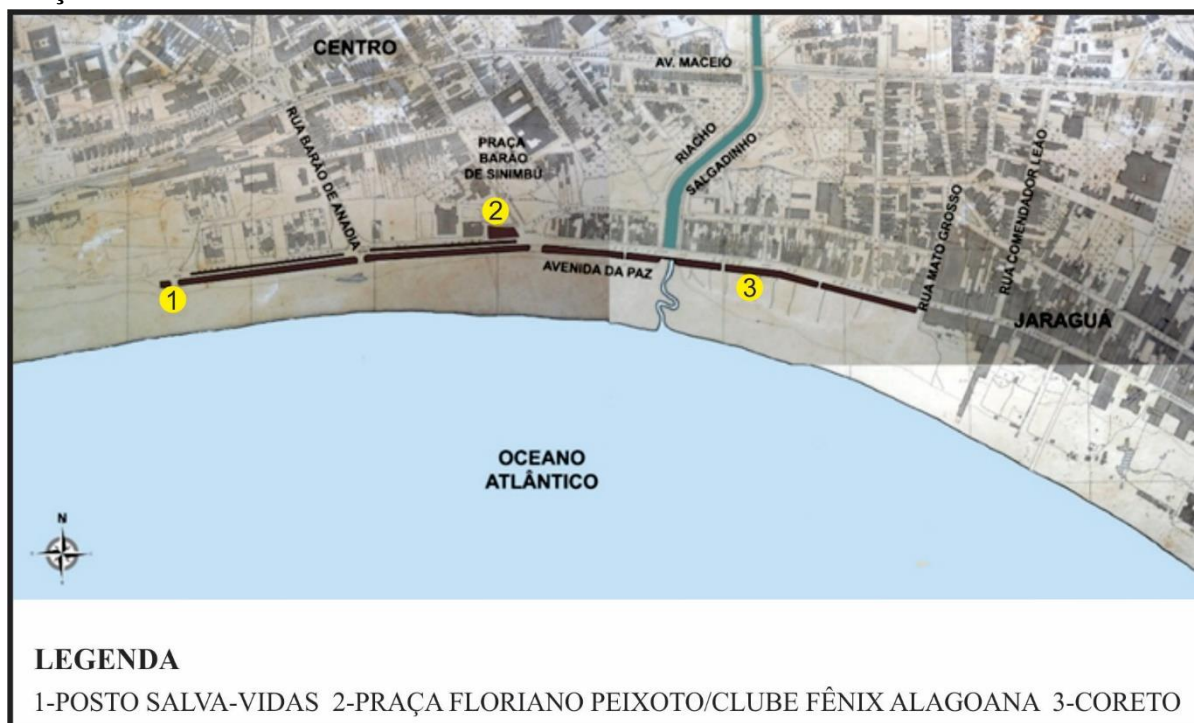


Fonte: Cavalcante (2012).

A configuração final da urbanização, nessa nova visão urbana, constituiu-se de um passeio ajardinado ao longo de toda a sua extensão, paralelo à avenida, que, a certa altura, passou a ter um canteiro central, mesmo que estreito, criando duas pistas para automóveis.

A orla se estendeu até as imediações da praia do Sobral com o passar dos anos. Um posto salva-vidas foi implantado na extremidade do passeio, nessa praia, já na direção do Trapiche da Barra, na segunda metade do século. A Figura 44 mostra a área já com o riacho Maceió retificado (riacho Salgadinho); e a localização da praça Floriano Peixoto, do coreto e do posto salva-vidas.

Figura 44 – A urbanização da Praia da Avenida e as construções em destaque: Posto salva-vidas, Praça Floriano Peixoto e Coreto.



Fonte: Planta de Maceió de 1960 (1960), com edição do autor.

O posto salva-vidas era uma construção em concreto que tinha como objetivo promover a segurança dos banhistas contra afogamentos (Figura 45). Se realmente desempenhou a função para a qual se destinara na sua implantação, já no final do século XX, passou a ser uma construção a que os governantes da cidade já não davam o devido uso e importância. Não pela ausência do perigo que o mar representa no seu entorno, mas pela redução de banhistas no local e outros fatores operacionais de gestão de pessoal para o serviço, bem como pelo desrespeito ao patrimônio histórico e à memória da cidade.

Figura 45 - O Posto salva-vidas da praia do Sobral em 1968.



Fonte: Almeida Filho *et al.* (2015, s.n.).

Todas essas transformações ocorridas junto ao mar em Maceió do início do século XX levam a crer que já na década de 1920 o banho de mar parecia estar consolidado na cidade. Uma peça publicitária de “O Bacurau” (PACHECO, 1930, p. 4), aponta para esta afirmação:

O nosso amigo Arthur Bulhões, alto comerciante estabelecido nesta praça, pede-nos para chamarmos a atenção dos Snrs. banhistas, para o seu lindo *mallot* usado a título de propaganda nos banhos matinaes na praia da Avenida da Paz.
A elegante pecinha foi confeccionada sob medida, podendo elle proprio encarrega-se receber encomendas.
Não deixem de admirar as sungas do Bulhões.

A publicação expressa os novos hábitos, em relação ao banho de mar, incorporados à cidade. Maceió, no entanto, ainda se dissociava aos poucos da sua condição de pequena capital, com costumes e princípios muito provincianos. Entrementes, cidades de maior porte do país já haviam consolidado o banho salgado há certo tempo, a exemplo do Recife e do Rio de Janeiro. Feijão (2013) afirma que no Rio de Janeiro isso já estava estabelecido desde o final do século XIX. A fruição da praia deu origem, assim, às casas de banhos, estabelecimentos que funcionavam para que as pessoas pudessem ter privacidade para a troca da roupa a ser usada na

praia. Não foi encontrado registro de que essas casas tenham existido em Maceió. No Recife há um fato curioso relacionado a essas instalações, de acordo com Fonseca (1949):

Conta-se que um inglês chegou certo dia ao Recife e dirigiu-se à Casa de Banhos. Levava pequena sunga, pois os britânicos se libertaram mais cedo que nós do puritanismo vitoriano. Houve protesto dos demais frequentadores e o súdito de sua Majestade Britânica teve que vestir a roupa de baeta. Nas outras vezes que voltou ao balneário, não o chamaram mais pelo nome: ficou para sempre conhecido como Sr. Adão.

A Maceió pacata dos anos 1930 pode ser reconhecida na matéria publicada pela Casa Ramalho (1938a, p. 14 e 15), intitulada “Maceió aos domingos”. Pela interpretação dada ao texto, Maceió estava, provavelmente, ainda se libertando daquela reação dos frequentadores da Casa de Banho do Recife. A rotina da cidade se encontrava vinculada ao culto religioso católico e às missas dominicais, como uma parte obrigatória da programação do final de semana. O lazer se fazia presente nos passeios de bonde, nas seções de cinema, nos passeios nas praças e no jogo de bilhar. O banho de mar aparece também como um hábito local, o que mostra que a população já frequentava as praias para o banho, porém com os padrões morais ainda bem definidos – “homens antigos e respeitáveis”, logo cedo; e os jovens, moças e rapazes, a partir das oito horas da manhã.

No mês seguinte, matéria do mesmo mensário, intitulada “O convite das praias” (CASA RAMALHO, 1938b), mostra já nesta década a descoberta do mar em Maceió para o lazer. Evidencia um hábito frequente e costumeiro da população, e destaca o gosto pelas praias como forma de contato com a natureza:

As praias estão chamando as meninas bonitas. E as meninas bonitas estão carregando os homens para o mar. (...) Pajussara está repleta de gente boa. É o bairro mais povoado no verão (...) É a tentação das praias, do contato livre com a natureza. É a moléstia da época, a epidemia que está atacando a sociedade fina de Maceió.

(...) Ninguém pode fugir ao apelo das ondas. É um apelo desesperado e constante.

(...) Aos domingos, a cidade transplanta-se para as praias. Desde cedo os bondes carregam os que gostam do mar.

(...) Os mais precavidos vão somente a passeio. Mas vão. Ninguém ousa contrariar o chamado do mar.

Ivo (1980, p. 74) ressalta também a beleza da praia da Avenida em *Ninho de Cobras*, romance contextualizado na primeira metade do século XX, num diálogo entre dois personagens da história: “É uma paisagem admirável. No Nordeste não há iguais. E pessoas viajadas, que conhecem o estrangeiro, garantem que temos as mais belas praias do mundo. Veja que céu azul”. Os personagens que circulam num bonde que percorria um trecho na avenida à beira-mar mostram uma empatia dos moradores da cidade pelo lugar, numa relação de admiração e respeito. É compreensível esta imagem construída pela população. Isto se dava pela representatividade que o espaço alcançava junto aos moradores, fruto do pioneirismo da urbanização, algo novo na vida cidadina local, e por simbolizar um ícone da modernidade, fomentando o protagonismo e a sedução do mar na cidade (Figura 46). Esse olhar para o mar é destacado ainda por Ivo (2004, p. 39), em suas crônicas do livro *Confissões de um poeta*, onde o autor apresenta a sua empatia com o lugar (Figura 47).

Figura 46 - Praia da Avenida da Paz na primeira metade do século XX: imagem positiva da cidade, ícone da modernidade local.



Fonte: Tenório e Dantas (2009, p. 94).

O oceano que eu sempre via longe, quando o bonde dobrava a curva do farol, está agora perto de mim (...) Quem nasce aqui, e respira desde a infância um aroma de açúcar, vento, peixe e maresia, sente que o oceano próximo cola em todas as coisas e seres um transparente selo azul (IVO, 2004, p. 39).

A relação da população com o mar na cidade, nas décadas seguintes, estende-se além do espaço construído da praia da avenida da Paz: o imaginário da cidade com o mar se reveste de sedução também pela presença de um coqueiro (*Cocos nucifera*) que nascera à beira-mar e se tornara um símbolo local – o Gogó da Ema –, um marco na paisagem local. Pela citação de

Lima Júnior (2014, p. 167), “o Gogó da Ema era um coqueiro torto, existente no sítio do Chico Zu, na Ponta Verde, desde há cerca de quarenta anos” (Figura 48).

Figura 47 – A praia da Avenida na primeira metade do século XX: o azul do mar visto como “selo azul” por Ledo Ivo.



Fonte: Domínio público (s.d.).

Figura 48 - Gogó da ema: símbolo da Maceió associado ao mar, a partir da primeira metade do século XX.



Fonte: Tenório e Dantas (2009, p.114).

Não há dados precisos de quando o Gogó da Ema nasceu e passou a ser percebido pela população, embora Luís Veras Filho, historiador alagoano, afirme que tenha sido em meados dos anos 1910 (FIGUEIREDO, 2011). Como certo se tem que ele veio a tombar em julho de 1955.

Ticianeli (2015 a) explica que havia poços de perfuração de petróleo na Ponta Verde na década de 1930, bem próximos ao coqueiro (Figura 49). Atribui a sua queda à construção do porto de Jaraguá, quando na ocasião houve mudanças de correntes marinhas, com avanço do mar, e cita o engenheiro Vinicius de Maia Nobre como defensor dessa justificativa.

Figura 49 – Poços de prospecção de petróleo na década de 1930 próximos ao Gogó da Ema.



Fonte: Ticianeli (2015a).

Tudo leva a crer que a sua importância simbólica só foi absorvida pela população por volta da década de 1940, fato levantado por Veras Filho (1991), que observa que Moreno Brandão, autor de “Vade-mecuum do turista em Alagoas” escrito em 1937, não faz referência a ele em seu trabalho, entendendo que até então ele não existisse como símbolo da cidade.

Da mesma forma, os cartões-postais pesquisados por Campello (2011), com data até 1934, não lhe fizeram nenhuma referência. Porém, o alcance simbólico do Gogó da Ema – que dentre muitas representações visuais, consta o mosaico representado na calçada do Edifício

Donina Carneiro, na Pajuçara²⁴ (Figura 50) – impacta até hoje o imaginário local, reforçando a relação do mar com a cidade.

Figura 50 – Mosaico na calçada do Edifício Donina Carneiro, na Pajuçara, representando o Gogó da Ema.



Fonte: Alagoas... (2012, p. 92).

Outra homenagem foi feita pela Prefeitura Municipal de Maceió, por meio da construção, em 1996, de uma praça que recebeu o seu nome, à beira-mar da Ponta Verde, nas proximidades de onde existiu o coqueiro. Além de construir um espaço de lazer, foi erguido um monumento ao Gogó da Ema, de autoria da arquiteta Eurídice Lobo Rocha Leão, numa linguagem contemporânea, “fugindo do figurativismo” (BERGAMINI, 2009, p. 138). A praça construída (Figura 51) é uma das representantes do paisagismo contemporâneo da cidade e foi elencada como tal por Robba e Macedo (2003).

²⁴ Prédio construído na avenida beira-mar da Ponta Verde – Avenida Dr. Antônio Gouveia, 397.

Figura 51 - Praça Gogó da Ema na Ponta Verde.



Fonte: Autor (2018).

Em 1960²⁵ foi concebido o primeiro edifício vertical de habitação unifamiliar de Maceió, com projeto de Walter Cunha, o Edifício São Carlos. Constituiu-se como um marco referencial, localizado na praia da Avenida, conforme descreve Silva (1991, p. 157) (Figura 52):

Situado a beira-mar, o edifício São Carlos apresenta-se solto no lote, cuja área livre serve apenas de estacionamento. (...) Todos os apartamentos usufruem plenamente da paisagem do mar e do movimento do porto. Por medida de projeto ou de coincidência, esta visão é muito bem aproveitada. À medida que se sobe os andares, mais e mais o azul do mar e os grandes navios penetram na sala de estar, e se fazem visão primeira ao se entrar no apartamento. Este espaço ampliado pela paisagem compõe-se com os outros cômodos de dimensões mais modestas (...). A contribuição de Walter Cunha^[26] aponta no horizonte da capital e no visível das paisagens observáveis dos diversos mirantes da cidade.

A opção de localizar o edifício São Carlos à beira-mar fez proliferar nos anos seguintes tais edificações na orla marítima, desfrutando da paisagem, infraestrutura e localização. “As intervenções urbanas privilegiaram bastante este espaço, com sucessivas intervenções, ampliações e reformas que o tornaram objeto de desejo do maceioense e dos que dele podem usufruir – área de cobiça, representação de *status* na sociedade e de prestígio” (DUARTE, 2014).

²⁵ Data da aprovação do projeto (SILVA, 1991).

²⁶ Walter Cunha foi um atuante arquiteto em Alagoas nas décadas de 1950 e 1960. Projetou os primeiros prédios com mais de seis pavimentos de Maceió: edifício Breda, a sede do Banco Econômico da Bahia e o edifício São Carlos.

Figura 52 – O edifício São Carlos: o primeiro prédio vertical residencial de Maceió.



Fonte: Autor (2016).

O Lagoa-Mar foi o segundo edifício residencial vertical de Maceió (Figura 53). O seu nome sugestivo relaciona-o às paisagens mais significativas da cidade de então – o mar e a laguna. Ele foi localizado distante dessas paisagens, mas com o objetivo de desfrutá-las por meio das vistas, pela sua localização nas proximidades do antigo farol do Alto da Jacutinga. Tratava-se de um prédio para pessoas de alto poder aquisitivo, que fora “construído em local privilegiado do Farol, contemplado por bela vista das paisagens naturais da cidade” (SILVA, 1991, p. 103). Construído em 1968, nele moraram “importantes políticos e personalidades da região, como governadores, usineiros e ex-presidente da República” (CAVALCANTE, 2015, p. 26).

A construção de edifícios verticais em Maceió se caracterizou pela proposta moderna das edificações e do espaço urbano. Entre 1961 e 1964 Maceió teve como prefeito Sandoval Caju, que construiu ou reformou várias praças, ampliando a influência modernista na cidade e criando uma nova urbanidade local. Foi tão relevante a sua atitude que recebeu a alcunha de o “Prefeito das praças” (ITB, 1995, p. 152). Segundo Veras Filho (1991), na sua administração foi elaborado um plano de gestão para o turismo em Maceió, resultando na construção de museus, na criação de um calendário turístico e outras ações, que começaram a despertar a importância desta atividade para a cidade. Sua gestão teve cunho populista e autopromotora de sua imagem por meio de equipamentos construídos nas praças; procurou popularizar a grafia

“S”, escrita em pisos ou colocada em desenhos de bancos ou como composição decorativa de brinquedos e equipamentos. Justificava a sua iniciativa como forma de propagar Maceió como a “Cidade-Sorriso”. No entanto, sabia-se da sua clara intenção de firmar a inicial do seu nome cidade afora, justificando assim a sua atitude: *“No banco, sente-se. Na esquina, siga. Na escada, suba. No sanitário, sirva-se”* (SILVA, 1991, p. 246).

Figura 53 – Edifício Lagoa-Mar: prédio cuja localização privilegiou a vista da laguna e do mar.



Fonte: Autor (2016).

O “Prefeito das praças” construiu 36 novas praças na cidade e reformou 22 existentes. Atuou em toda a área urbana privilegiando o espaço público, com praças ainda muito importantes na cidade na atualidade – praça do Centenário, praça Sinimbu e parque Gonçalves Ledo, por exemplo. Boa parte do total ocorreu na região lagunar, onde edificou 12 dos novos espaços no bairro da Ponta Grossa. Dentre elas encontram-se as praças Guedes de Miranda, Santa Tereza e a Onze Nacional. A mais “emblemática” – a praça Moleque Namorador –, foi erguida em homenagem a um jornalista bastante conhecido em Maceió nas décadas de 1930 e 1940 – Armando Veríssimo Ribeiro (SANDOVAL..., 2011) (Figura 54).

Exímio passista, [Armando] vencia fácil os concursos de frevo durante o carnaval. A Praça Moleque Namorador se transformaria no principal quartel general do frevo na capital alagoana. Enquanto a elite maceioense se divertia em clubes como a Fênix, o povão pulava ao som de bandas de frevo do Recife (IDEM, p. 35).

Figura 54 - Praça Moleque namorador construída por Sandoval Cajú.



Fonte: Sandoval... (2011).

A consolidação da Arquitetura Moderna como fruto de uma vontade de se construir uma nova cidade baseava-se no modelo de modernidade que se apresentava no país e na região Nordeste, cujo anseio realçava a vontade de se desprender da urdidura dos estados que se intitulavam como componentes da região Sul e que viam e reconheciam o antigo Norte – composto pelos estados localizados acima da Bahia – como artificial (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Em Maceió, no entanto, essa busca encontra, principalmente na paisagem do mar, o lastro de apoio dessa nova ordem. Gradativamente esse imaginário vai se fortalecendo na cidade, aproximando-se dos novos valores culturais do país em relação ao mar – “a cultura da praia”, conforme afirma Azevedo (2004, p. 57):

A praia produz uma cultura, um modo de viver, mesmo uma ética pelos quais muitos pautam a existência e as cidades costeiras orientam seu crescimento. Estas se prolongam e desenvolvem predominantemente em tal sentido e fazem sua propaganda turística, enquanto as administrações municipais, à custa de dispendiosos investimentos, capricham em modernizar e tornar mais atraentes as suas orlas, para que as populações próprias e os turistas sejam induzidos a frequentar esses logradouros e aí consumirem o que se oferece à venda e ao uso, dando acrescida renda aos municípios.

Segundo Bachelard (1977, p. 193), “a água [do mar, neste caso] é a senhora da linguagem fluida, da linguagem sem brusquidão, da linguagem contínua, continuada, da linguagem que abranda o ritmo, que proporciona uma matéria uniforme a ritmos diferentes”.

Tuan (1980, p. 131) explica esse gosto pelo mar e a atração que as pessoas sentem pelas orlas marítimas, buscando justificativa na interação do homem com o meio ambiente, numa relação de acolhimento:

Não é difícil entender a atração que exercem as orlas marítimas sobre os seres humanos. Para começar, sua forma tem dupla atração: por um lado, as reentrâncias das praias e dos vales sugerem segurança; por outro lado, o horizonte aberto para o mar sugere aventura. Além disso, o corpo humano, que normalmente desfruta apenas do ar e da terra, entra em contato com a água e a areia. A floresta envolve o homem em seu recesso fresco e sombrio; o homem no deserto está totalmente exposto e sofre escoriações pelo sol brilhante e é repellido pela dureza da terra. A praia também é banhada pelo brilho direto e refletido da luz do sol, porém a areia cede à pressão, penetrando entre os dedos do pé e a água recebe e ampara o corpo.

Fotografias de Maceió (ALMEIDA FILHO *et al.*, 2015) ilustram a praia da Ponta Verde ainda com características bem naturais, com um denso coqueiral em 1960. No final desta década – em 1968, algumas imagens de sua autoria mostram uma densa ocupação das praias da Avenida e da Pajuçara por banhistas, percebendo-se o gosto da população pelo banho de mar (Figura 55).

Ainda nesta década o coqueiral tinha uma grande representatividade na paisagem de Maceió e definia características bem naturais do litoral e o ar tropical que se delineava na cidade. Sua extensão pode ser observada no Mapa Topográfico de 1960. Esse mapa foi produzido pela Prefeitura Municipal de Maceió em folhas tipo cartão, no formato de 55cm x 70cm, na escala 1-2000, que juntas totalizavam o território de então. Coube à SMCCU, que foi absolvida pela SEDET, arquivar o que restou do material ao longo dos anos.

Na elaboração da dissertação de mestrado, Duarte (2010) conseguiu agrupar as folhas necessárias para montar a área de estudo correspondente à Orla Lagunar. A identificação dos coqueirais dessa região está na Figura 56, representados no referido mapa, onde se observa a vastidão de coqueiros na parte territorial da cidade e nas ilhas adjacentes.

Em pesquisa de campo para catalogar a região marítima e lagunar atual, pouco do material foi encontrado, visto que boa parte se perdeu de lá para cá, em decorrência de um

arquivamento descompromissado por parte daquela Secretaria. Um recorte deste Mapa mostra a expressividade daquela vegetação. A Figura 57 mostra a área correspondente à praia da Pajuçara até o encontro com a Ponta Verde, composta pela montagem de três folhas. Uma quarta folha não foi encontrada. No espaço ocupado por ela, complementou-se o contorno da cidade, delimitando-se também a área com a predominância dessa vegetação, de acordo com a literatura sobre a região. A colorização da área de coqueirais dá uma dimensão dos sítios que formavam o lugar, ainda sem uma ocupação urbana. A Figura 58 apresenta uma parte dessa costa, destacando-se essa grande quantidade de coqueiros na paisagem.

Figura 55 – A Praia da Pajuçara em 1968, com vista para a Praia da Ponta Verde.

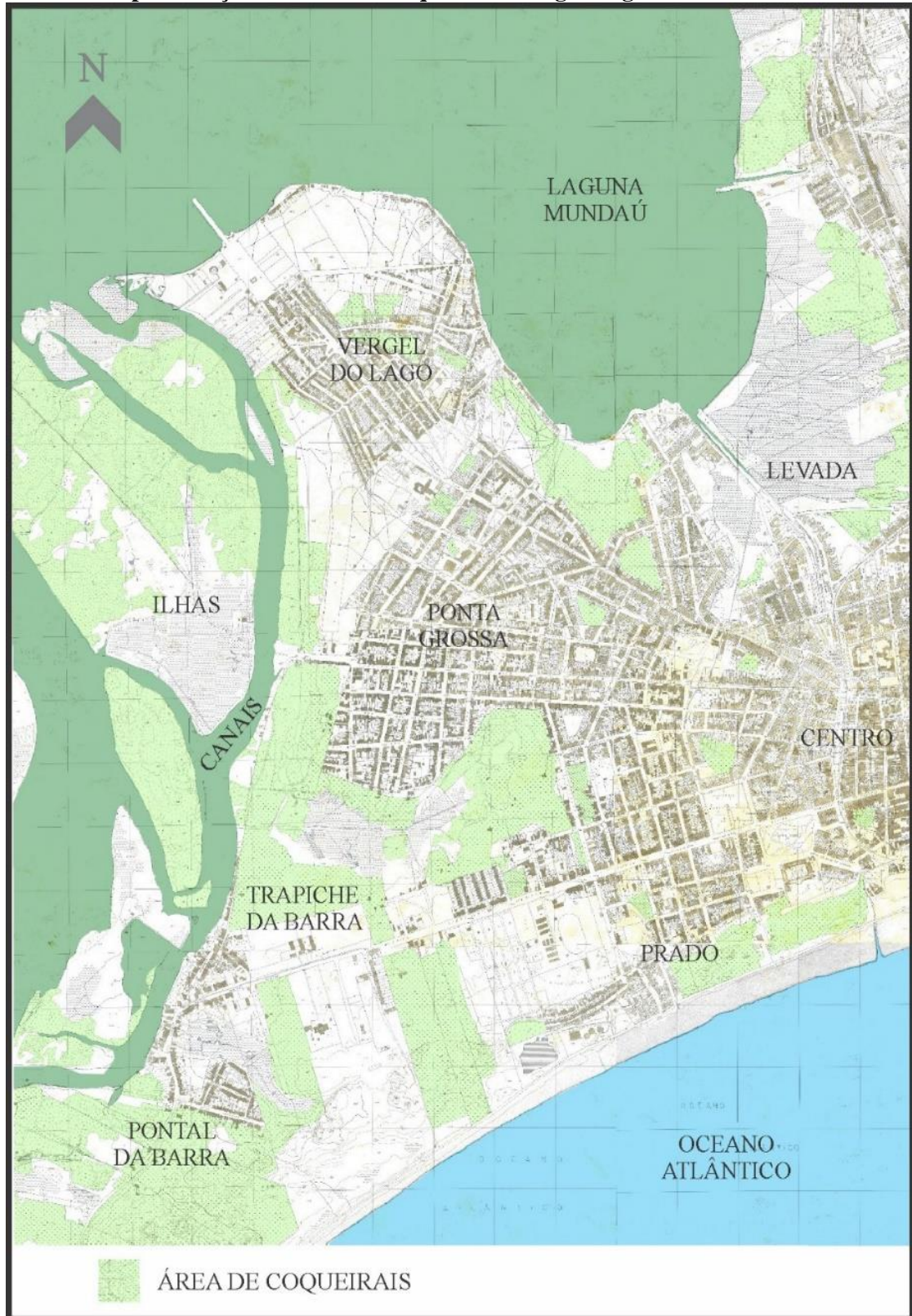


Fonte: Almeida Filho *et al.* (2015, s.n.).

Em 1962, um novo símbolo relacionado ao mar foi criado na cidade – a construção da escultura de uma sereia, em uma praia localizada ao norte da cidade, distando 13 quilômetros do Centro (Figura 59). O governador de então, Luiz Cavalcante, encomendou-a ao artista e escultor pernambucano José Corbiniano Lins (AGENDA A, 2018). A escultura foi implantada sobre uma faixa de arrecifes existentes no local. Sua localização notabilizou o lugar como uma área de banho bastante procurada pela população. O lugar se caracteriza como uma praia de mar aberto, com fortes ondas e risco de afogamento. Os arrecifes, por sua vez, formam uma barreira de proteção das marés e proporcionam banhos tranquilos e seguros. A notoriedade da sereia deu nome à praia e fortaleceu o imaginário do mar na cidade, com uma grande aceitação

da população e dos visitantes, fortalecendo o ambiente tropical representado pela ambiência do mar e de seus vastos coqueirais.

Figura 56 - A representação das áreas de coqueirais na região lagunar na década de 1960.



Fonte: Mapa Topográfico de 1960 (1960), com edição do autor.

Figura 57 - A representação das áreas de coqueirais na Pajuçara na década de 1960.



Fonte: Mapa Topográfico de 1960 (1960), com edição do autor.

Figura 58 – Os coqueirais na costa da cidade.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA (s.d.).

Figura 59 - A escultura que deu nome à praia do Mirante da Sereia - em fotografia da década 1960.



Fonte: Almeida Filho *et al.* (2015, s.n.).

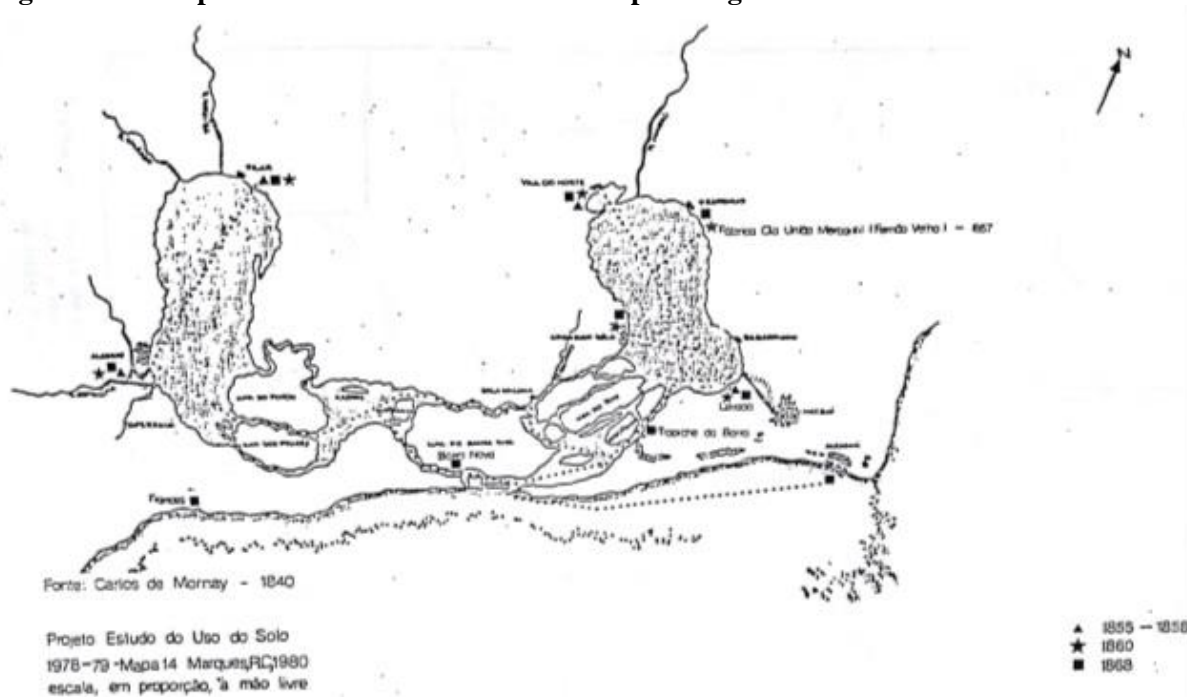
1.1.2 O protagonismo da laguna como porta de entrada lacustre

A função de transporte proporcionou também à laguna o papel de porta de entrada de Maceió no século XIX e primeira metade do século XX. Esta relação ocorria pela ligação da cidade às povoações do interior da província, como pontos de chegada de pessoas e mercadorias. Isto foi fundamental para o seu papel de protagonismo no contexto urbano.

O serviço de navegação comercial iniciou-se nas lagunas Mundaú e Manguaba oficialmente ainda no século XIX. Marques (1987, p. 121) apresenta o “Mapa identificando o sistema de transporte lagunar no século XIX”, produzido por Carlos de Mornay em 1840 (Figura 60), onde se identifica o início do transporte na laguna Mundaú, partindo da Levada, a partir de 1855.

Costa e Cabral (2016) credita o início da navegação comercial ao ano de 1868, saindo do porto do Trapiche e se estendendo até a cidade do Pilar; extinguiu-se em 1902. Depois ele é refeito entre Maceió e Marechal Deodoro, tendo-se as lanchas como o meio de transporte lagunar.

Figura 60 - "Mapa identificando o sistema de transporte lagunar no século XIX"



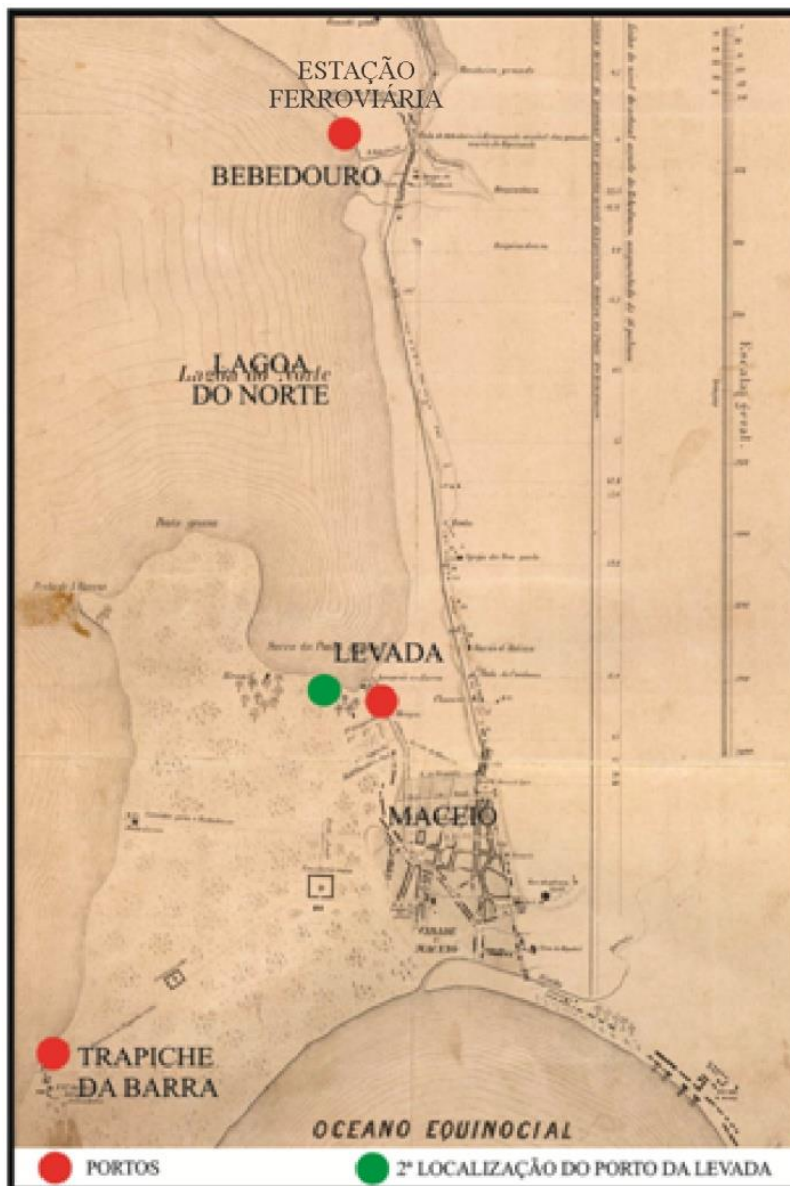
Fonte: Marques (1987, p.121).

Três portos desempenhavam este papel, em localidades denominadas como arrabaldes, fora do núcleo central conhecido como Maceió: o da Levada, o do Trapiche e o de Bebedouro. Cavalcanti (2012, p. 91) aponta a existência de outros portos na cidade: o de Fernão Velho; o “porto da Cega”, em Bom Parto; e outro no povoado Carrapato, no norte da laguna, próximo à divisa de Maceió e Satuba. Posteriormente, o porto da Levada passou a ocupar uma nova área da laguna, com uma nova configuração, até os anos 2000 (Figura 61).

Esses portos representavam pontos nodais da cidade, pontos de convergência da população, de chegada e de partida. Especialmente não há mais resquícios desses portos na cidade e os lugares onde se encontravam não lhe fazem nenhuma referência na atualidade.

A Levada é um bairro que teve sua ocupação inicial a partir do século XIX entre a laguna e o núcleo urbano inicial de Maceió, o atual bairro do Centro. A sua condição geográfica, de região entrecortada por canais, e de áreas alagadiças, denominou o local e, segundo Cavalcanti (2012, p. 58), proporcionou-lhe um “caráter de marginalidade”, pelos preceitos do Urbanismo Higienista: “Na medida em que o sítio geográfico apresenta condições adversas à ocupação, em função dos terrenos alagadiços, ele se torna menos valorizado enquanto local de moradia por parte da parcela mais abastada da população maceioense” (IDEM).

Figura 61 - Portas de entrada de Maceió pelos portos lacustres a partir do século XIX: da Levada, do Trapiche e de Bebedouro.



Fonte: Agenda A (2016), com edição do autor.

O porto da Levada

Ao mesmo tempo que suas águas representavam uma desvalorização do lugar, o porto da Levada (Figura 62) no século XIX e início do século XX desempenhou um papel importante para a cidade, pela sua proximidade com o núcleo urbano central, por meio do canal da Levada, que se estendia da laguna até as imediações do Centro. Isto permitia uma facilidade para as relações comerciais entre Maceió e as cidades do interior, e inicialmente também motivou a fixação da população de baixa renda na ocupação do lugar. O desenvolvimento do comércio no local e as transformações das áreas alagadas com aterros e implantação de melhorias do espaço

físico, entretanto, proporcionaram uma nova ocupação por uma classe privilegiada para moradia, trabalho e lazer, entre as décadas de 1930 a 1980, levando a uma nova configuração do bairro e sua conjugação direta com o Centro (NASCIMENTO, 2008).

Figura 62: Cartão-postal com data provável do início do século XX: Porto lacustre na Levada.



Fonte: Silva e Lima (2018, s. p.).

Este porto caracterizava-se como uma importante porta de entrada da cidade, de pessoas e mercadorias: “por muitos anos se constituiu como um importante ‘braço’ da lagoa, que se estendia até a área do mercado público”, local onde se realizavam festejos. Foi inaugurado em 1912, segundo o Museu da Imagem e do Som (DUARTE, 2010, p. 30).

O porto do Trapiche da Barra

O Trapiche da Barra, situado na porção sul de Maceió, cresceu a partir da laguna em direção ao Centro. Em 1850 era considerado um pequeno povoado, distante de Maceió (ALMEIDA, 2011). Cavalcanti (1998) aponta a importância do porto do Trapiche, naquele povoado, pelo seu papel de acolhimento da produção das cidades situadas às margens da região lagunar, e da distribuição dele até o porto de Jaraguá pela estrada do Trapiche da Barra.

A pesquisadora identificou no Plano de 1859 – Planta da cidade de Maceió – a capela Nossa Senhora da Guia, nas margens do canal do Trapiche. Segundo o Portal de Arquitetura Alagoana (2015b), há uma questão sobre quem surgiu primeiro, se o porto lacustre ou a capela.

Almeida (2011), por sua vez, aponta que desde 1868, entrou em operação a partir daquele porto um serviço de navegação a vapor. Partia do Trapiche com dois destinos: Santa Luzia do Norte, passando por Coqueiro Seco, e Pilar, com passagem por Alagoas. Destaca a

importância da navegação nas lagunas, como “instrumento considerado essencial para o desenvolvimento e requisito para a recomposição econômica do espaço em função das águas, e são elas que relocalarão Maceió” (IDEM, p. 28). Acompanhou o serviço de navegação, a implantação de trilhos que conduziam por meio de locomotivas e vagões passageiros e mercadorias, interligando o Trapiche ao Jaraguá, a laguna ao mar – para escoamento da produção dos vales do Mundaú e do Paraíba: “A embarcação de maior porte era Jaraguá, comportando cerca de 150 passageiros, 1/3 dos quais seriam de proa; seguia-se o Alagoano, com capacidade para 80 passageiros. O Manguaba poderia transportar 80 e, finalmente, o Leopoldina chegava a 30” (IDEM, p. 30).

A beleza do lugar, sua importância para o turismo, a admiração pelo modo de vida do povo e o respeito às suas limitações e trabalho são desenvolvidos em texto de 1939 (DIÉGUES JÚNIOR, 1981, p. 216):

É aí [Trapiche da Barra] que se toma a lancha para a antiga capital: Alagoas. O passeio da lagoa, partindo daí – passeio que nenhum bom turista deve perder – oferece uma paisagem rica de cores, através do variado conjunto de aspectos humanos e físicos da natureza. [...] a paisagem da lagoa tem qualquer coisa de vivo e de agitado; não é natureza morta. Um cenário quieto e morno colorindo a existência de uma gente que não sabe bem o que é a vida; de meninos barrigudos, nuzinhos, queimados pelo sol, de homens de calças arregaçadas, sem camisa, de mulheres preparando a massa puba para o cuscuz, o bolo doce, o pé-de-moleque, ou dedilhando os bilros nas almofadas de rendas; outras ainda colhendo frutas com os filhos escorados nos quartos. [...] É todo um mundo que proporciona a visão das lagoas. As águas, as árvores, os homens, os meninos, os animais se juntam, vivendo num contato simples: simples e humano.

Essa espacialidade representava uma importante porta de entrada de Maceió, com concentração de festejos. A Figura 63 mostra uma foto de 1952, com uma estrutura de pórtico que demonstra o alcance da festa de Nossa Senhora da Guia, a converter aquele ambiente lagunar numa área importante e de visibilidade na cidade.

Esta sedução se embestia também do contexto no qual a cidade estava inserida, cuja laguna era ainda a via de acesso a muitas cidades do interior do estado. No transporte lagunar se vivenciava o cotidiano dos passageiros que o utilizavam no dia a dia, segundo Veras Filho (1991, p. 68), nos anos 1970, “com brigas de marido e mulher, os namoros, as crianças barrigudinhas chorando inconsoláveis, etc.” (Figura 64).

Figura 63 – Festa de Nossa Senhora da Guia, no Trapiche da Barra, na década de 1950.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA (s.d.).

Figura 64 - Lancha no Porto do Trapiche no século XX.



Fonte: História de Alagoas (2015b).

O Porto de Bebedouro

Bebedouro, onde se encontrava uma das portas de entrada da cidade, originou-se como um dos povoados mais antigos da capital, aonde os muleiros que vinham do interior da província com produtos de consumo e de exportação em direção a Maceió ou ao porto de Jaraguá paravam para descansar e beber água (CAVALCANTI, 1998). Lemos (2003, p. 13) aponta que no local ocorria a confluência dos riachos Luís da Silva, Perus e Cardoso, sendo aí construída uma ponte de madeira em 1836, que consolidou o caminho das pessoas e da produção que partiam do vale do Mundaú, no interior da província, até o porto de Jaraguá.

Lemos (2003, p. 25) afirma que esse caminho já existia desde quando Maceió fora elevada à vila – “a estrada para o Sul, que seguia o curso do Mundaú, às margens do qual se encontravam os sítios Bebedouro, Flechal, Carrapato [atual Rio Novo], Goiabeiras, Tombador,

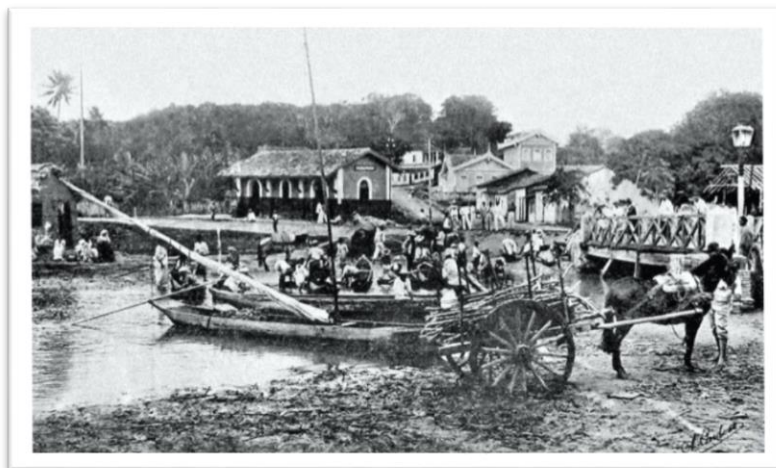
Fernão Velho, entre outros”, alcançando a parte central daquela localidade, onde se encontrava a atual igreja de Santo Antônio, na praça Lucena Maranhão. Essa via foi denominada posteriormente de avenida Mutange (DIÉGUES JÚNIOR, 1981) e atualmente recebe o nome de avenida Major Cícero de Góes Monteiro.

A movimentação de pessoas atraiu inicialmente palhoças, casas mais simples e o comércio de alimentos ao local, ocorrendo posteriormente uma ocupação por pessoas de grande poder aquisitivo. O lugar passou a ser conhecido como “ponte de Bebedouro” ou “passagem de Bebedouro”, e se consolidou “como porta de entrada para Maceió” (IDEM, p. 25), tal a sua importância.

Em 1884 foi inaugurada a Estação de Bebedouro, que interligava a linha férrea que partia de Jaraguá em direção ao Recife (GIESBRECHT, 2016), e conjuntamente com a ligação de Maceió com aquele arrabalde, por meio de bondes, consolidou este trajeto e aquela localidade na cidade, ampliando a dinâmica do porto lagunar existente. Dessa maneira, a laguna se fazia presente na rotina local e era percebida como um elemento importante da paisagem urbana, do final do século XIX ao início do século XX. Registram-se duas portas de entrada em Bebedouro: uma pela laguna, por meio do transporte lacustre, e a outra por terra, pela ferrovia da *Great Western*. A Figura 65 mostra o lugar de embarque de canoas formando um espaço único com a Ponte de Bebedouro e a estação do trem.

Lima Júnior (1956 a) reforça a importância da laguna, no início do século XX, pela sua função de transporte e de produção da pesca. Afirma que em frente à Estação da *Great Western* atracavam as canoas, e que peixe, sururu e ostra faziam parte da alimentação da população da época.

Figura 65 - Bebedouro no final do século XIX: Porta de entrada de Maceió.



Fonte: MISA (s.d.).

Mário de Andrade esteve em Bebedouro em 1927, e assim registrou sua passagem e a apreciação que fez do sururu: “Vamos ao Bebedouro, bem no alto, contemplar as Alagoas, Butantã de Maceió. Não, o Butantã de Maceió, é o sururu provado numa tigelada, a bordo, mais sublime do mundo. Que suavidade meiga no açúcarado da carne rija e sadia” (ANDRADE, 2015, p. 202). Ainda na cidade ele cita sua ida a um restaurante alemão onde se serviu também de sururu, acompanhado de camarão, ponche de maracujá e salada de frutas, mostrando a popularidade daquele prato na culinária local.

A laguna era vista como lugar de trabalho. A literatura em geral não relata o banho como opção de lazer. A prática de banhar-se se dava nos banhos de bica, provenientes de nascentes ou riachos, que existiam em vários sítios da região. Paurílio (1938, p. 15) em sua crônica refere-se assim às águas da laguna:

Uma canoa sonolenta convida a um passeio a lugares aprazíveis, onde há banhos sadios, ar puro, frutas saborosas e liberdade. Para os que não querem saltar, basta o balouço da canoa, o vento morno nas faces e os coqueiros enfeitando a paisagem. Mas a maior poesia é conhecermos o batismo de águas correntes que nos vão limpar de todas as impurezas da cidade.

Dessa forma, a paisagem lagunar estava presente no cotidiano da cidade também como meio contemplativo. O centro do povoado não estava voltado diretamente para a laguna, que mesmo tão próxima, apresentava certa distância, embora formasse o contexto local: “Pela ladeira do Calmon [nas imediações da igreja de Santo Antônio], de onde se avistava a praia da lagôa Mundaú ou do Norte, em cujas águas refletia a lua cheia, descia um grupo boêmio...” (LIMA JÚNIOR, 1956 a, p. 48).

As construções existentes na via que partia dali em direção ao Centro – o Asylo das Órfãs Desvalidas, atual Colégio Bom Conselho; a atual edificação onde se encontra a Casa de Saúde Miguel Couto; a Vila Lolita – o palacete do Sr. Francisco Leão; e a Vila Amália – criavam, e permanece até os dias atuais, uma barreira física e visual da paisagem. Essa conformação urbana agregava a aristocracia e privatizava o acesso à laguna, estando todas de costas para ela, seguindo o pensamento higienista de negação das águas e lugares alagadiços (Figura 66).

O Asylo das Órfãs Desvalidas representava, juntamente com a estação do trem, um dos prédios institucionais ali presentes. Fora construído em 1877, após a Guerra do Paraguai,

para acolher as filhas de combatentes mortos, transformado posteriormente no Colégio Bom Conselho (Figura 67).

Figura 66 - Construções em Bebedouro do final do século XIX e início do século XX.



Fonte: Google Earth. Imagem Landsat (2018), com edição do autor.

Figura 67 - Asylo das Órfãs Desvalidas, atual Colégio Bom Conselho.



Fonte: Autor (2017).

A Casa de Saúde Miguel Couto encontra-se localizado ao seu lado, ocupando também um grande terreno (Figura 68).

Figura 68 – A Casa de Saúde Miguel Couto e o antigo Asylo das Órfãs em Bebedouro, respectivamente.



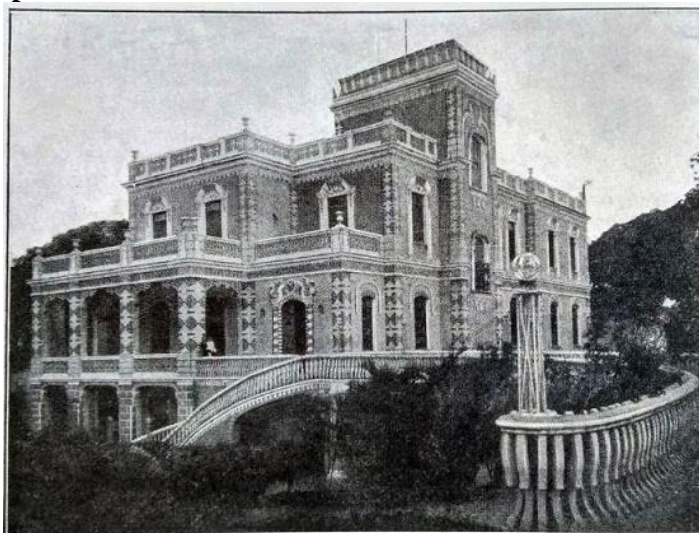
Fonte: Autor (2017).

Os casarões abrigavam residências da aristocracia maceioense: cónsules – da Inglaterra e da Bolívia, empresários, industriais, políticos, comendador, juiz de direito, entre outras importantes personalidades da época (LEMOS, 2003), e definiam marcos referenciais da cidade. A vila Lolita integra essas construções em destaque (Figura 69).

A construção que abrigava a Vila Amália, a partir de 1966, passou a sediar o atual Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (SINTEAL) (TICIANELI, 2015c) (Figura 70).

A aristocracia convivia com os moradores locais pela ocorrência no bairro de festejos populares importantes capitaneados por um respeitável personagem do local, o major Bonifácio Magalhães da Silveira; pelo trânsito de passageiros dos trens e frequentadores do porto lacustre; pelo comércio existente; pela pesca e comercialização do sururu – que permitiam a inserção da laguna na dinâmica daquele ambiente que formava um importante núcleo urbano em Maceió.

Figura 69 - Vila Lilota: palacete em Bebedouro no início do século XX.



Fonte: Marroquim (1922, p. 106).

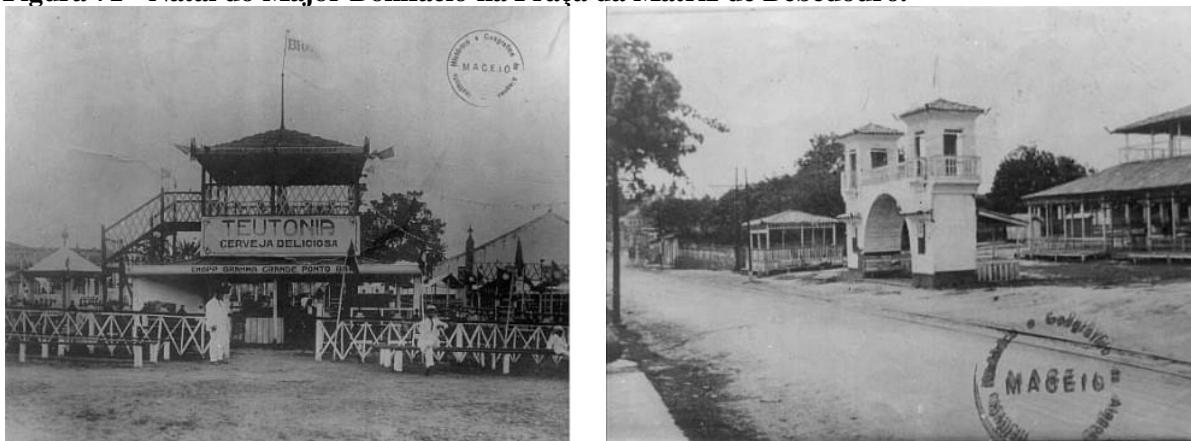
Figura 70 - Vila Amália, atual SINTEAL.



Fonte: Autor (2017).

As festividades natalinas possuíam uma estrutura que atraía pessoas de toda a cidade, que alugavam casas no local para acompanhar os festejos, dada a distância do povoado em relação aos demais locais da cidade (Figura 71). Lima Júnior (1956 a) acentua a imponência desta festa, colocando-a em nível de importância a outras realizadas no país: a de Belém, no Pará – a do Círio de Nazaré; a de João Pessoa, na Paraíba – a dos Neves; a de Recife, em Pernambuco – a do Carmo; e a de Salvador, na Bahia – a do Senhor do Bomfim.

Figura 71 - Natal do Major Bonifácio na Praça da Matriz de Bebedouro.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA (s.d.).

A Figura 72 mostra o bonde de Bebedouro em primeiro plano, a praça da Matriz de Santo Antônio com a igreja ao fundo, em época de festividade de Natal, com estrutura para as festas providenciada pelo Major Bonifácio, retratando um grande evento na cidade, com grande apelo popular.

Figura 72- Preparativos para a festa natalina em Bebedouro no início do século XX.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA (s.d.).

Esta centralidade de atividades atraiu também, segundo Lemos (2003), uma população pobre que ocupou a periferia daquele espaço e se apropriou da encosta com a construção de casas na área do sopé do tabuleiro. Ramos (1975, p. 11) descreve uma passagem do personagem principal de *Angústia* pelo bairro, o que indica que esta ocupação estava consolidada já no início do século XX. Relaciona ao ambiente ali existente, com casas incrustadas no tabuleiro, pela população pobre; e parte da laguna apropriada pela burguesia: “E nem percebo os casebres miseráveis que trepam o morro, à direita, os palacetes que têm os pés na lama, junto ao morro, à esquerda”.

Bebedouro conseguia reunir palácios e casebres ao mesmo tempo. Permitia negar a laguna, mas a tinha presente no seu dia a dia também, por sua função contemplativa, de transporte e de fonte de alimento e renda. Era lugar da aristocracia, e no entanto abrigava pessoas pobres “que instalavam suas moradias nas margens alagadas das encostas que separava a estreita nesga de terra dos tabuleiros, transformando-se em um dos bairros mais pobres da cidade” (NORMANDE, T., 2000, p.67).

Entretanto, a pesquisadora afirma que em 1950, Bebedouro já era um bairro que perdera o seu encanto diante da visão da aristocracia local, para quem já não havia mais cobiça nem valor. A burguesia migrara para áreas onde foram implantadas infraestruturas urbanas, e consideradas salubres – o Alto da Jacutinga; e aquelas que passaram a ter influência direta da praia – o Centro, Jaraguá e Pajuçara. Este fenômeno sinaliza uma direção da preferência da classe dominante pelo mar em detrimento da laguna, com reflexos que se evidenciarão nas décadas seguintes.

Nesse ínterim, a região lagunar manteve a sua importância em Maceió. Nos anos 1920, uma novidade despontou na cidade: em 1925 a aviação aérea dá os seus primeiros passos, com o início de obras para o primeiro campo de pouso para aeronaves. Os estudos iniciais apontaram o Vergel do Lago como o lugar mais apropriado, pela possibilidade de comportar os hidroaviões. A preparação do terreno chegou até a ser iniciada, mas efetivamente o campo de pouso instalou-se na região do tabuleiro (História de Alagoas, 2017).

O transporte de uso coletivo, que antes só chegava à capital por via hídrica – pelo mar ou laguna –, passou a dividir espaço com o transporte aéreo. Com o hidroavião ou avião d'água, a laguna se transformou na nova porta de entrada da cidade, como *locus* do acontecimento, desempenhando um papel de protagonismo na cidade.

A primeira passagem do hidroavião pela cidade, em 1923, foi um fato histórico, e posteriormente passou a integrar a paisagem lagunar com a inserção de uma escala comercial. Este evento, em 30 de janeiro daquele ano, foi assim relatado com entusiasmo por Sant'ana (1966, p. 17):

Hidro-avião 'Sampaio Corrêa-II' que nesse dia amerissou²⁷ nas águas da Lagoa Mundaú, ou do Norte. Segundo cronista do Jornal de Alagoas, "ao aparecer a aeronave sobre os coqueirais da Ponta Verde, os sinos das Igrejas entraram a bimbalar com o coro dos apitos das embarcações surtas no porto e do fononar dos automóveis; a emoção de toda a gente que presenciou o empolgante espetáculo foi indescritível". Depois da amerissagem, Pinto Martins, Walter Hintone John Wilshunssen dirigiram-se à Capitania do Porto, onde registraram a chegada da grande aeronave. A noite aos pilotos e aos jornalistas que acompanhavam o raid-New York-Rio de Janeiro, iniciado a 17 de agosto de 1922, foi oferecido um jantar no Clube Fênix Alagoana...

Vale ressaltar a importância do hidroavião na época para o mundo, como uma nova conquista para as nações e um desafio incalculável. E nesse mesmo ano acontece a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, partindo de Lisboa até o Rio de Janeiro em 30 de março, pilotado pelos portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Foi uma iniciativa de interesse nacional dos dois países, bem apropriada para a comemoração do centenário da Independência do Brasil, e possibilitava “criar e patentear novos métodos de navegação e de viver uma enorme aventura de repercussões internacionais” (CORREIA; ARAÚJO, s.d.).

²⁷ Do verbo amerissar: pousar sobre a água.

Maceió se inseriu nesse contexto, concomitante à efervescência dos acontecimentos. No ano de 1930, ano de sua criação, a companhia aérea Panair²⁸ inicia voos comerciais entre o Rio de Janeiro e Fortaleza, tendo Maceió como uma das nove cidades do trajeto, com um público de grande poder aquisitivo, pelo alto custo dos serviços (DIAS, 2014).

Ivo (1980, p. 148) fala assim dos hidroaviões e da sua relação com a laguna e o mar: “Um dia um avião da Aeropostale cruzou o céu de Alagoas, na conquista do Atlântico Sul – e à noite as suas luzes eram sonoras estrelas errantes entre constelações sedentárias. (...) Os hidroaviões começaram a descer na lagoa Mundaú, sobrevoando os mangues e os navios podres”.

Após a passagem do hidroavião, a cidade passou a receber voos comerciais, utilizando-se do píer de concreto construído na laguna, no Vergel do Lago. Veras Filho (1991, p. 39) se refere a este local como o primeiro “aeroporto” da cidade. Uma imagem apresentada por Dias (2014) mostra um detalhe do local, ao qual se refere como hidroporto (Figura 73).

Figura 73 - Hidroavião na Laguna Mundaú.



Fonte: Figura à esquerda: Veras Filho (1991, p. 39).
Figura à direita: Fonte: Dias (2014, p.106).

Esse protagonismo da laguna decerto alimentava também uma sedução da população pelo ambiente lagunar, corroborando a postura de admiração de Diégues Júnior (1981, p. 216) em relação àqueles acontecimentos:

²⁸ A Panair do Brasil funcionou até 1965; era a maior empresa aérea do país. A toponímia derivou do nome da maior empresa aérea americana Pan Am (Aviação Comercial, 2017), uma junção de Pan com *air*, do inglês. A presença desta companhia na laguna demonstra a importância do hidroavião na região lagunar e resultou na denominação de uma das mais antigas ruas do bairro do Vergel do Lago – a Rua Panair –, cuja pronúncia oral da palavra é dita pelos moradores da forma como se escreve em português, e não como se fala no idioma que a originou, mostrando o distanciamento deste transporte para a população em geral no período, e por muitos no Brasil.

Na Levada amerissam os aviões, de modo que o viajante que chegar a Maceió pelos ares tem um encontro pitoresco com a cidade: através da lagoa. É um gosto ver aquilo lá de cima, é um labirinto d'água, a que não faltam o colorido dos coqueirais, os mangues extensos, os goiamuns pela areia, e os pescadores apanhando sururu em suas canoas.

O papel da laguna como “aeroporto” e sua relação com o campo de pouso construído na região do tabuleiro, foi fundamental para direcionar o crescimento da cidade para o Alto do Jacutinga com a abertura de uma estrada na parte alta da cidade - a atual avenida Fernandes Lima²⁹. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, essa avenida foi asfaltada para permitir um melhor acesso entre as duas bases militares instaladas nesses locais (NORMANDE, T., 2000).

A nova avenida era o símbolo do "progresso" e crescimento urbano de Maceió, apropriada para as novas formas de parcelamento do solo, adequadas ao desenvolvimento capitalista/industrial, à utilização do automóvel como meio de transporte, ao traçado retilíneo e ortogonal de ruas e quarteirões, em contraposição às estreitas e tortuosas vielas dos bairros mais antigos da cidade. Além disso, a existência de grandes glebas ainda desabitadas, um clima fresco e arejado, longe dos mosquitos e das áreas "insalubres" das baixadas, possibilitava a comercialização de grandes lotes para a construção de casas modernas, com jardins e quintais espaçosos, situando o bairro em primeiro lugar, deixando para trás o tradicional Bebedouro, frente à preferência da burguesia (NORMANDE, T., 2000, p. 69).

Apesar desse protagonismo da laguna enquanto base de chegada e partida do hidroavião, o papel de sedução pelo mar de Maceió ficou registrado pela câmera do capitão Alfred G. Bukham, em 1931, piloto de um hidroavião da Pan American Airways (BUKHAM, 1931). Bukham nasceu em Londres em 1897 e se notabilizou no início do século XX por seu pioneirismo na fotografia aérea por todo o mundo (BUKHAM, 1933), e em 1931, em passagem pelo Brasil, representou a costa marítima de Maceió, imprimindo o seu olhar sobre a paisagem local numa fotografia intitulada *Maceió: rum and railroads* (Figura 74). A imagem capturada mostra a cidade anterior à construção do atual Porto de Jaraguá, e a existência de diversos cais naquele bairro e na Pajuçara – de onde partia o escoamento da produção do açúcar. O texto que acompanha sua fotografia faz referência à aguardente produzida pela destilação do açúcar e à

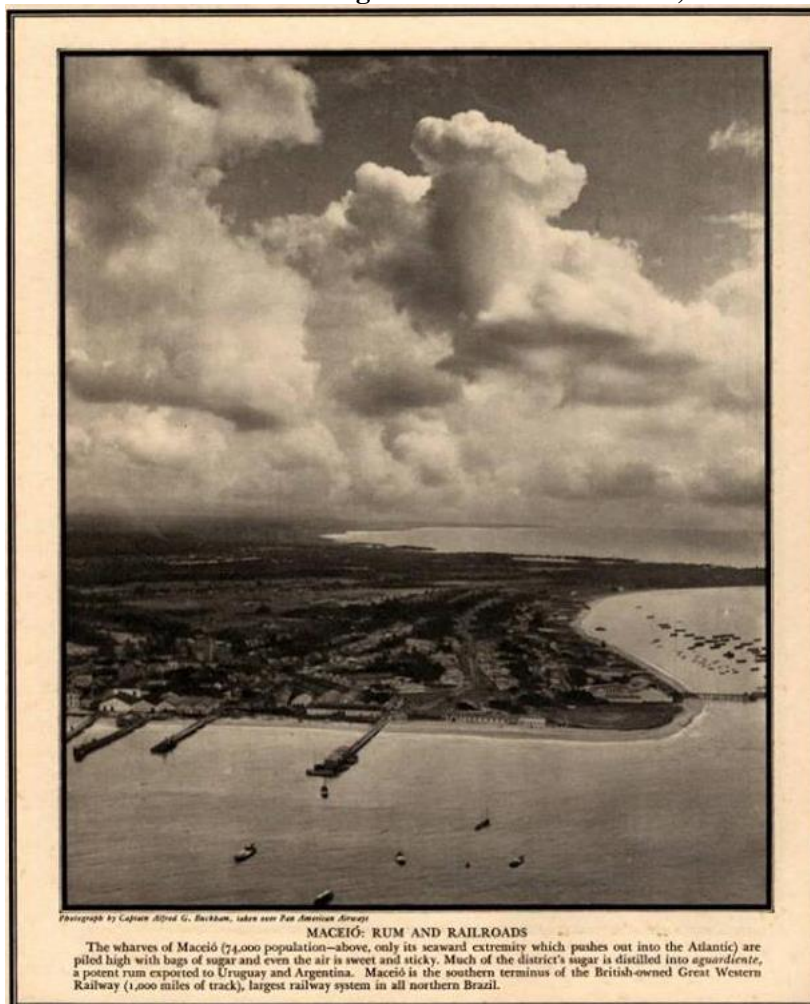
²⁹ Essa avenida se constituiu ao longo do tempo como a principal via de acesso à cidade, mantendo sua importância, nesse sentido, até os dias atuais. Além de ter sido um vetor do crescimento no sentido norte, é uma das principais entradas de Maceió.

ferrovia da *Great Western Railway* na cidade. A ênfase ao açúcar é dada quando Bukham se refere ao cais de Maceió e diz que até o ar da cidade é doce e pegajoso:

Maceió: rum e ferrovias

Os cais de Maceió (com mais de 74.000 habitantes, apenas a extremidade marítima que empurra para o Atlântico) empilham sacolas altas de açúcar e até o ar é doce e pegajoso. Grande parte do açúcar do distrito é destilado em aguardente, um potente rum exportado para o Uruguai e a Argentina. Maceió é o terminal sul da *Great Western Railway* (1.000 milhas de trilha) de propriedade britânica, o maior sistema ferroviário em todo o norte do Brasil (Tradução livre de BUKHAM, 1931)³⁰.

Figura 74 – Maceió: rum and railroads: fotografia de Maceió em 1931, de Alfred G. Bukham.



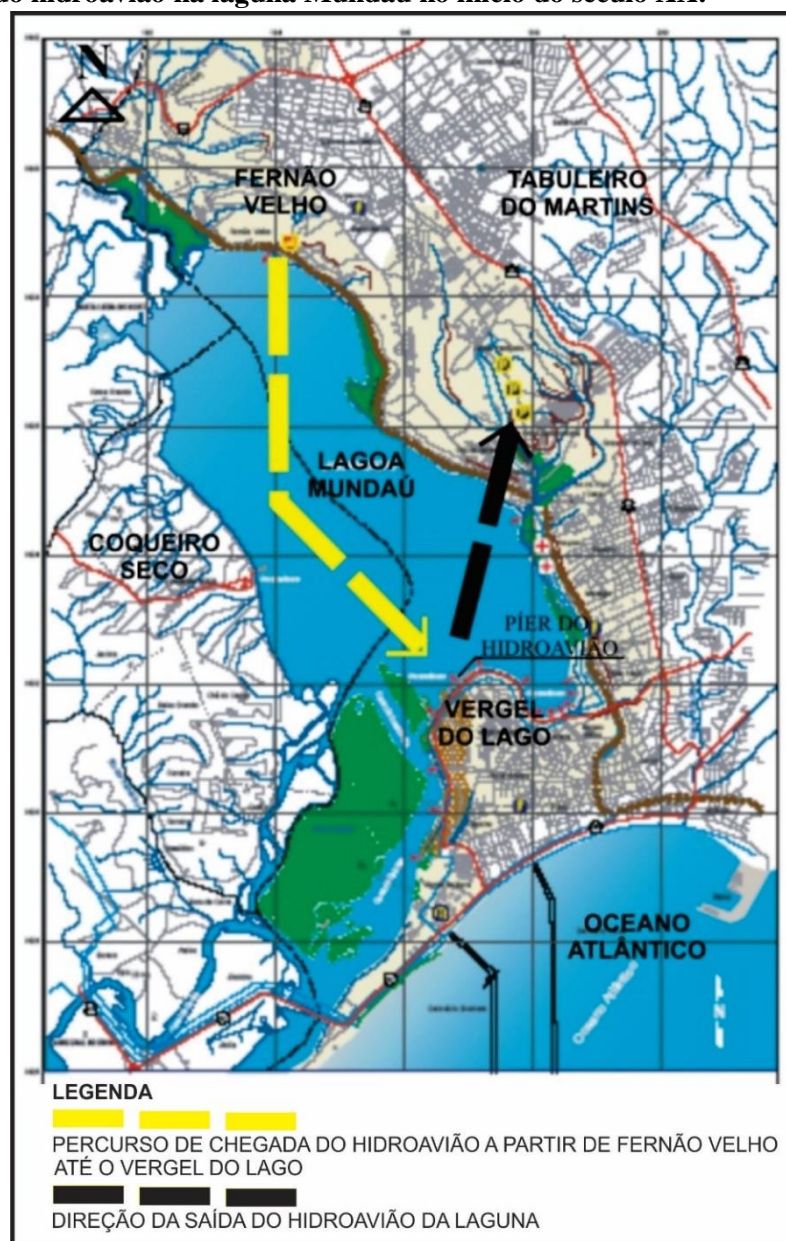
Fonte: Bukham (1931).

³⁰ Texto original: Maceió: rum and railroads

The wharves of Maceió (74.000 population - above, only its seaward extremity wich pushes out into the Atlantic) piled high bags of sugar and even the air is sweet and sticky. Much of the district's sugar is distilled into *aguardente*, a potent rum exported to Uruguay and Argentina. Maceió is the southern terminus of the British-owned Great Western Railway (1.000 miles of track), largest railway system in all northern Brazil.

Apesar dessa representação do mar por Bukham, a expressividade da laguna era uma realidade. Duarte (2010) reconstituiu, a partir de entrevista realizada com um morador antigo do bairro de Bebedouro, o percurso feito por aquele avião nas suas águas (Figura 75). Pelo relato, percebe-se o quanto deveria ser singular o contato do viajante com a paisagem lagunar, dado o percurso do hidroavião na laguna compreender uma extensão considerável. O entrevistado afirmou que não existia nenhuma infraestrutura de apoio aos passageiros, apenas uma pequena construção para a administração dos serviços, o que mostrava a precariedade da cidade como um todo e o pequeno grau de exigência dos consumidores da época quanto a uma excelência dos serviços.

Figura 75 – Trajeto do hidroavião na laguna Mundaú no início do século XX.



Fonte: Duarte (2010, p.32).

Com o hidroavião a laguna não significava mais apenas um limite físico da cidade, mas uma via hídrica também, de forma diferente da que ocorria em relação aos portos do Trapiche da Barra, Levada e Bebedouro.

Fortes aspectos simbólicos em relação às águas de Maceió são encontrados em Jorge de Lima. No seu texto “Minhas Memórias”, transcrito parcialmente de “Obra Completa” por Dias (2014, p. 87), o autor ressalta a sua relação pessoal com a terra, as lagoas e o mar, donde se pode avaliar a busca da justiça social do personagem Lula Bernardes e sua relação com o lugar, como um sentimento de respeito e desejo de mudanças:

O ilustre, o façanhoso, o protagonista desse meu conto [Calunga] é em verdade, em carne e osso, a terra, são as lagoas, de Manguaba e Mundaú. Ninguém mais meus irmãos. Vivi esses estirões de terra mangueada, aningada, massapeada, vivi com os pés no chão entre laguna e mar, em raiz de mangue, em água salobra, mestiçada como cambembe, eu aluviônico, eu baixo, eu terra.

Pode-se afirmar que não havia só a imagem de insalubridade e pobreza passada pelo ambiente que cercava a laguna. Ela não chegava a representar um índice de “riqueza”, mas era uma grande fonte de alimentos para um número representativo de moradores à sua volta. Existia também uma sedução da população pelo aspecto bucólico do seu meio natural, uma atração pela sua paisagem e uma valorização pela questão da sobrevivência.

Ramos (1975, p. 69), por meio do protagonista do romance *Angústia*, exalta a beleza e sedução da laguna, quando este expressa o desejo de morar no Farol para apreciar a vista do alto: “Se eu possuísse aquilo [cem contos de réis], construiria um bangalô no alto do Farol, um bangalô com vista para a lagoa. Sentar-me-ia ali, de volta da repartição, à tarde, como Tavares & Cia., Dr. Gouveia e os outros, contaria histórias à minha mulher, olhando os coqueiros, as canoas dos pescadores”.

O aspecto bucólico da paisagem lagunar apreendido pela população da primeira metade do século XX em Maceió, pode ser visto também no filme de 1933 “Casamento é negócio?”, de Guilherme Rogato. Trata-se de um longa-metragem com filmagem local, “considerado uns dos filmes mais importantes que foram produzidos em Alagoas. Sua sinopse relata a história de um espião norte-americano que vem a Maceió com a missão de destruir uma companhia de petróleo que estava localizada em Riacho Doce, bairro localizado na zona norte da capital alagoana” (História do cinema brasileiro, 2014).

Na trama, os protagonistas fazem um passeio pela laguna. Marcam de se encontrar “na velha ponte do Trapiche da Barra”. Já a bordo de uma canoa, o artista principal declara para a sua pretendente: “Vai ver agora um dos mais belos presentes que a natureza nos deu, a nós, alagoanos. A lagôa Manguaba!³¹ Com as suas águas tranquilas e piscosas, e seus coqueirais poéticos, e suas canôas sonolentas... (...) Olhe!!! Pontal da Barra” (CASAMENTO..., 1933) (Figura 76). Essa fala é uma demonstração da sedução que a cidade sentia pela laguna naquele período e que alimentava o imaginário da população de um lugar associado fortemente à natureza. Destacam-se duas observações nesse sentido: quando o personagem a ela se reporta como presente da natureza – numa leitura do valor maternal daquele lugar, e quando a relaciona à fonte de vida – quando se refere às suas águas piscosas –, adjetivação utilizada para descrever a existência de uma grande quantidade de peixes.

Figura 76 - Cena do filme “Casamento é negócio ?”: passeio na laguna em Maceió em 1933.



Fonte: Casamento... (1933).

Apesar de o mar já fazer parte do imaginário dos moradores de Maceió, a laguna foi escolhida como o *locus* da representação da cidade na produção do filme. Decerto, a infraestrutura de transporte existente, que possibilitava uma diversificação de meios de locomoção na laguna – a canoa, os barcos a motor ou as grandes embarcações de transporte de passageiros e cargas – favoreceu esta escolha.

Nesse momento, o mar era visto como local de trabalho dos pescadores ou das embarcações para fora do estado. Provavelmente, a laguna representava uma natureza mais

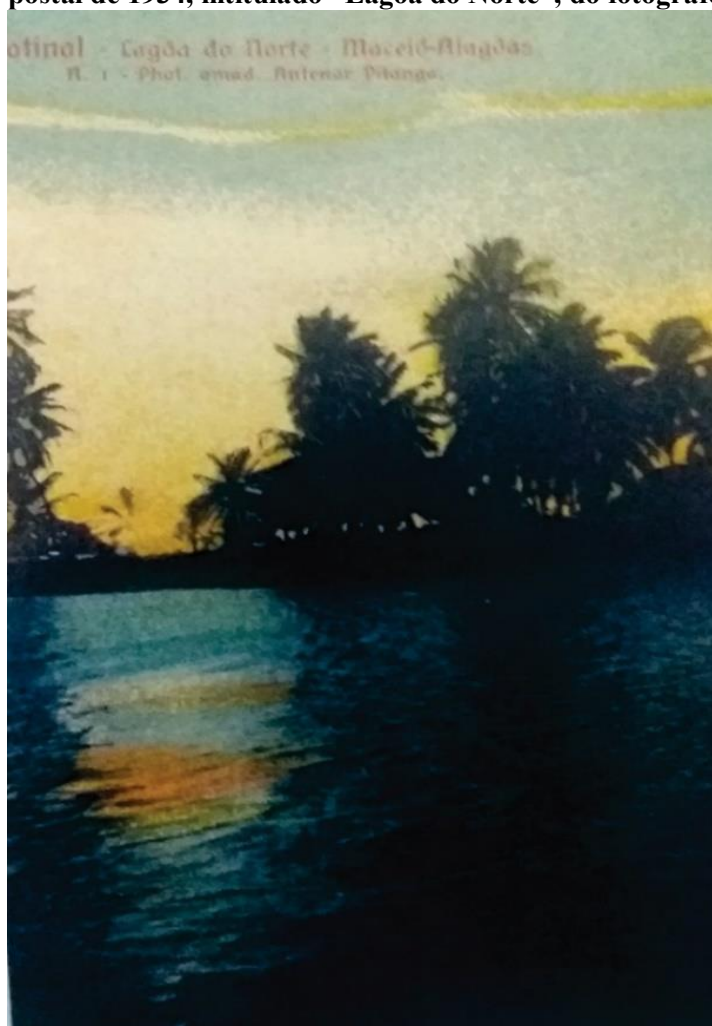
³¹ Esta passagem na laguna Mundaú, referenciada como Manguaba, representa um equívoco da escrita da fala em relação à denominação real da laguna que banha Maceió.

possível de se dominar; propiciava pescas mais fáceis, menos temerosas do que no mar, e passava mais confiança quanto à obtenção dos alimentos.

A cena representa uma passagem romântica, e a sensação de paz passada pelo ambiente pode ter influenciado a escolha. A água aparece nesse contexto como “um modelo de paz e de silêncio (...) Parece que para bem compreender o silêncio, nossa alma tem necessidade de ver alguma coisa que se cala; para estar certa do repouso, ela precisa sentir perto de si um grande ser natural que dorme” (BACHELARD, 1977, p. 199).

Nessa direção, uma imagem da laguna de 1934, representada num cartão-postal da época, retrata esta relação de admiração e respeito, apresentando uma paisagem matinal, representada com o cuidado de valorizar os elementos naturais, o silêncio e a sedução do lugar (Figura 77).

Figura 77 – Cartão-postal de 1934, intitulado “Lagôa do Norte”, do fotógrafo Antenor Pitanga.



Fonte: Campello (2011, p.180).

O respeito à laguna, pela sua capacidade produtiva, está presente na literatura da época. A lama, própria do seu solo, vista como algo indesejado, fora referenciada por Altavilla (1938,

p. 9) no poema “Pescador de sururu”. Desta vez, no entanto, ela aparece de forma poética, sendo enaltecida pela sua importância para o pescador.

O canoeiro içou a vela branca
E deslizou sobre a água verde da lagoa.
Na caiçara, parou.
Mergulhou.
Trouxe as mãos cheias de lama.
Encheu daquela lama e canoa
E voltou para casa
Trazendo pão e luz.

O’ pescador de sururu da minha terra:
Não acharias terra alguma no universo,
Mesmo com pérolas de fama,
Onde Deus depusesse sabiamente
Alegria e conforto em simples lama.

O protagonismo da região lagunar durante a Segunda Guerra Mundial ocorreu pelas instalações construídas na Levada, na área onde atualmente se encontra o bairro do Vergel do Lago, segundo afirma Pedrosa (1998; 2004), devido à concentração dos militares no local.

Pedrosa (2001, p. 108) justifica a presença dos americanos na defesa da cidade, porque “era evidente para os marinheiros que a Marinha do Brasil estava desatualizada e incapaz de assumir efetivamente a defesa de nosso litoral”. Nessas circunstâncias, foi autorizada a construção de depósitos e instalações com esse objetivo no bairro, sendo transformados posteriormente em moradia (Figura 78). Como consequência dessa presença militar, a principal via do bairro do Vergel do Lago, de acordo com a Lei 440, de 24 de setembro de 1955, recebeu a denominação de Avenida Monte Castelo, que segundo Lima Junior (1981), é uma homenagem à conquista das tropas brasileiras em Monte Castelo, na Itália.

Ainda nesta década, a laguna desempenha um papel de protagonismo e sedução, com a inauguração em 1945, segundo Veras Filho (1991), do restaurante Bar das Ostras. Este empreendimento teve uma grande representatividade na gastronomia de Maceió e se diferenciava pela excelência da sua culinária regional, com destaque para os pratos com receita à base de camarão. Sem dúvida, a localização no bairro do Vergel do Lago, à beira da laguna, num lugar que atraía a população pela sedução do ambiente lagunar, representava o protagonismo desse ambiente na cidade, contribuindo para o seu sucesso, apesar de não ter sido o fato preponderante para tal (Figura 79).

Figura 78 - Antigo alojamento de tropas no Vergel do Lago durante a II Guerra Mundial.



Fonte: Autor (2010).

Figura 79 – “Bar das Ostras, durante os anos 1970”.



Fonte: Majella (2016, p. 55).

O restaurante passou a ser um ponto de sedução da cidade, que atraía, por meio da qualidade dos seus pratos, a população de alto poder aquisitivo e os turistas para a região lagunar, cuja paisagem peculiar complementava o fetiche do empreendimento.

O camarão do Bar das Ostras tornou-se o mais famoso prato da culinária alagoana do século XX. A receita foi criada por Oscarlina, chef de cozinha e proprietária do restaurante; por mais de meio século, encantou os clientes alagoanos e os turistas com seus dotes culinários. O governador Teotônio Vilela, no dia 12 de julho de 2012, assinou o ato normativo sobre o registro como Patrimônio Imaterial. A documentação para o registro como Patrimônio Imaterial do Camarão Alagoano do Bar das Ostras foi entregue pela indústria Sococo, ao adquirir da família os direitos de propriedade. Na solenidade realizada no Palácio República dos Palmares, tornou-se pública a receita, antes guardada como um segredo de família (MAJELLA, 2016, p. 55).

O Bar das Ostras saiu da beira da laguna nos anos 1990, provavelmente buscando uma melhor localização, uma vez que, com a implantação do Dique-Estrada, a desvalorização do lugar influenciou negativamente no negócio. Foi instalado no Trapiche da Barra, e posteriormente, na Jatiúca. Mas não conseguiu manter o sucesso que inicialmente tivera, fechando definitivamente (MAJELLA, 2016).

1.2 O estigma de se viver próximo às águas e a segregação social herdada do Urbanismo Sanitarista em Maceió

O século XIX apresenta uma singularidade na construção do espaço urbano brasileiro: a experiência da Concepção Higienista, que fora inicialmente aplicada na Europa a partir do século anterior, no controle da insalubridade e da proliferação de doenças nas suas cidades.

Beguín (1991) apresenta as cidades da Inglaterra do século XIX como o *locus* daquele ambiente insalubre e causador de doenças. As causas apontavam a falta de condições de moradia e de saneamento como os pontos centrais da questão, associados à pobreza da população e ao desconforto das habitações. No entanto, já no século XVIII, as cidades europeias buscaram mecanismos para o combate destes problemas, com a regulação de comportamentos e o emprego de tecnologias disponíveis, que podem ser entendidas pelo afã de organizar a casa e o seu entorno de forma salubre, tendo como exemplo a aplicação das seguintes medidas: “drenar a água estagnada responsável pela umidade das habitações, distribuir água pura a domicílio e organizar a evacuação das águas servidas, tornar mais eficazes os métodos de limpeza de ruas e coleta do lixo, garantir uma circulação tão livre quanto possível do ar e da luz” (IDEM, p. 35).

Por sua vez, no Brasil, aquele cenário se apresenta neste período, e se estende por um maior tempo, pelas condições políticas e econômicas desfavoráveis para a sua solução e implantação de alternativas favoráveis à sua dizimação. A imagem do país no século XIX era a de um “país empestado e insalubre”, segundo Andrade e Monteiro (2013, p. 50), em decorrência das condições de precariedade da saúde dos seus habitantes, das doenças existentes e das condições ambientais:

Além do estado de saúde da população, as condições de vida entre outras causas contribuíram para essa visão. A maior parte da população livre vivia em habitações pequenas, úmidas e escuras, mal construídas ao rés-do-chão, sem ventilação, sem fossas e latrinas e a escrava, amontoada e encarcerada em senzalas. Tais ambientes se tornaram propícios ao adoecimento, acrescidos do lançamento de águas servidas, lixo e matérias fecais em valas abertas, rios, lagoas e mar ou mesmo nas ruas, geralmente inundáveis pelas chuvas, que contaminavam direta e indiretamente poços e fontes de abastecimento d’água.

Cabe neste contexto o que Beguin (1991, p. 34) observou sobre a pobreza da população – vista por setores públicos – como fator de permanência destes ambientes indesejados já no final do século XVIII. Ele associava esta condição não só à proliferação de doenças, mas à formação negativa do caráter, confirmando “as relações entre pobreza, a falta de higiene e a doença, entre o desconforto e as formas diversas de ilegalidade e de imoralidade”.

Esse pensamento alimentava a Concepção Higienista, que procurava melhorar as condições precárias das cidades. Maceió, dadas as suas condições geográficas, como cidade marítima e coligada a riachos, canais e à laguna Mundaú, com imensas áreas pantanosas e de mangues, correspondia aos requisitos do higienismo, pela exuberância da natureza, considerada nociva e prejudicial para a saúde da população, ao tempo que se mostrava ineficaz em lutar contra a pobreza da população e alimentava o pensamento apresentado por Beguin.

A insalubridade, vista segundo a visão dos higienistas, pela presença dos miasmas e das condições de higiene, não era um fenômeno exclusivo de Maceió, e difere do conceito atual de insalubridade, associada aos lugares sem infraestrutura, como saneamento ou abastecimento de água potável, ou lugares sujeitos a fatores que favoreçam a doença, como áreas alagáveis. As condições insalubres existiam também em cidades desenvolvidas de então, como Recife e Rio de Janeiro (DUARTE, 2010, p. 34).

A indiferença em relação à paisagem composta pelas águas representava um cenário de luta para vencer o meio ambiente, visto como nocivo. Nesse contexto, o julgamento higienista, em relação às águas da cidade, aparece como injúria, segundo o pensamento de Bachelard (1997, p. 145) – “corresponde antes a uma análise psicológica da repugnância que à análise objetiva de uma matéria”:

Como se vê, a impureza, aos olhos do inconsciente, é sempre múltipla, sempre abundante; tem uma nocividade polivalente. Por isso se compreenderá que a água impura possa ser acusada de todos os malefícios. Se para a mente consciente ela é aceita como mero símbolo do mal, como símbolo externo, para o inconsciente ela é o objeto de uma simbolização ativa, totalmente interna, totalmente substancial. A água impura, para o inconsciente, é um receptáculo do mal, um receptáculo aberto a todos os males; é uma substância do mal.

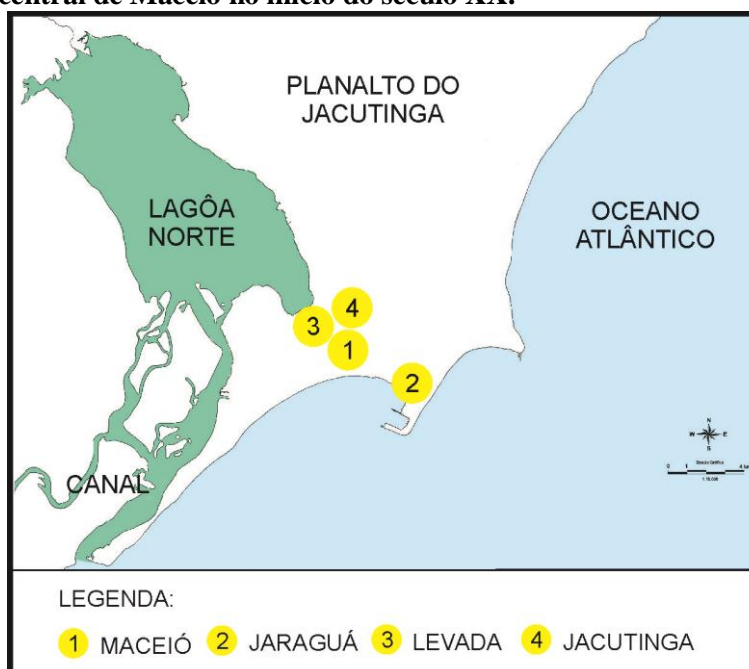
Se, de um lado, parte da população de Maceió via com repugnância o contexto geográfico associado à laguna, por outro, outra parte dos moradores encontrava no lamaçal das

suas águas o alimento, definindo-se uma contradição de posições – ora o bem, ora o mal. Assim, a repulsa ocasionada pela Concepção Higienista levava a uma repulsa do meio lagunar; já o sustento econômico e a nutrição da vida encontravam na laguna o amparo e acolhimento.

O morador da cidade que tirava o seu sustento ou se relacionava diretamente com a laguna, pode ser entendido dentro da afirmação de Benjamin (1987, p. 228): “O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida”. Assim, Maceió despertou para o século XX como “uma aldeia grande”, segundo Lima Júnior (2014, p. 155), com a cidade enquadrada nos princípios do Higienismo, buscando combater os males a ele creditados, ao tempo que se empenhava em se firmar como uma cidade próspera.

Para se compreender a distribuição espacial no contexto do início do século XX, buscou-se em Costa e Cabral (2016) a conformação da cidade que apresentava quatro bairros como núcleos do território – Maceió, atual Centro; Jaraguá; Levada e Jacutinga, atual Farol. Esses bairros mostram a importância do mar e da laguna no período para a cidade, tendo tais espaços resultado dessa relação de convivência e interação da população com os serviços e atividades relacionadas a ambos. Os quatro compunham uma relação de proximidade, delimitando o núcleo urbano principal (Figura 80).

Figura 80 - O núcleo central de Maceió no início do século XX.



Fonte: Autor.

Essas divisões e denominações geográficas não são unânimes entre os autores, a exemplo de Tenório (2009, p. 31), que define como os três principais bairros da cidade no

período – Jaraguá, Maceió e o Trapiche da Barra. Ele aponta esses lugares como o *locus* das melhorias de Maceió a partir da segunda metade do século XIX, acompanhando as transformações do Império até as primeiras décadas do século XX. E destaca principalmente Jaraguá como “vitrine privilegiada” da cidade (IDEM, p. 33).

Outros seis bairros atuais que não se encontravam nestes limites geográficos eram denominados de subúrbios³² – Poço, Mangabeiras, Bom Parto, Mutange, Trapiche e Bebedouro. Nos entremeios do texto, denominam também os subúrbios de arrabaldes, e daí, outro bairro aparece: Pajuçara.

Essas denominações caracterizam povoações fora do núcleo central da cidade, todas localizadas na planície lagunar e/ou marítima, formando três direções: ao sul, o Trapiche da Barra; a leste o Poço, Mangabeiras e Pajuçara; e ao norte, Mutange, Bom Parto e Bebedouro (Figura 81). É importante ressaltar a importância do Trapiche e de Bebedouro como lugares consolidados no contexto local pelos seus portos lacustres. Pedrosa (1998) classifica a Pajuçara e o Poço como arrabaldes pertencentes a Jaraguá, subentendendo-se que esta categorização e compreensão do território não acontecia de forma precisa e clara, como ainda ocorre atualmente.

Figura 81 - Subúrbios de Maceió no início do século XX.

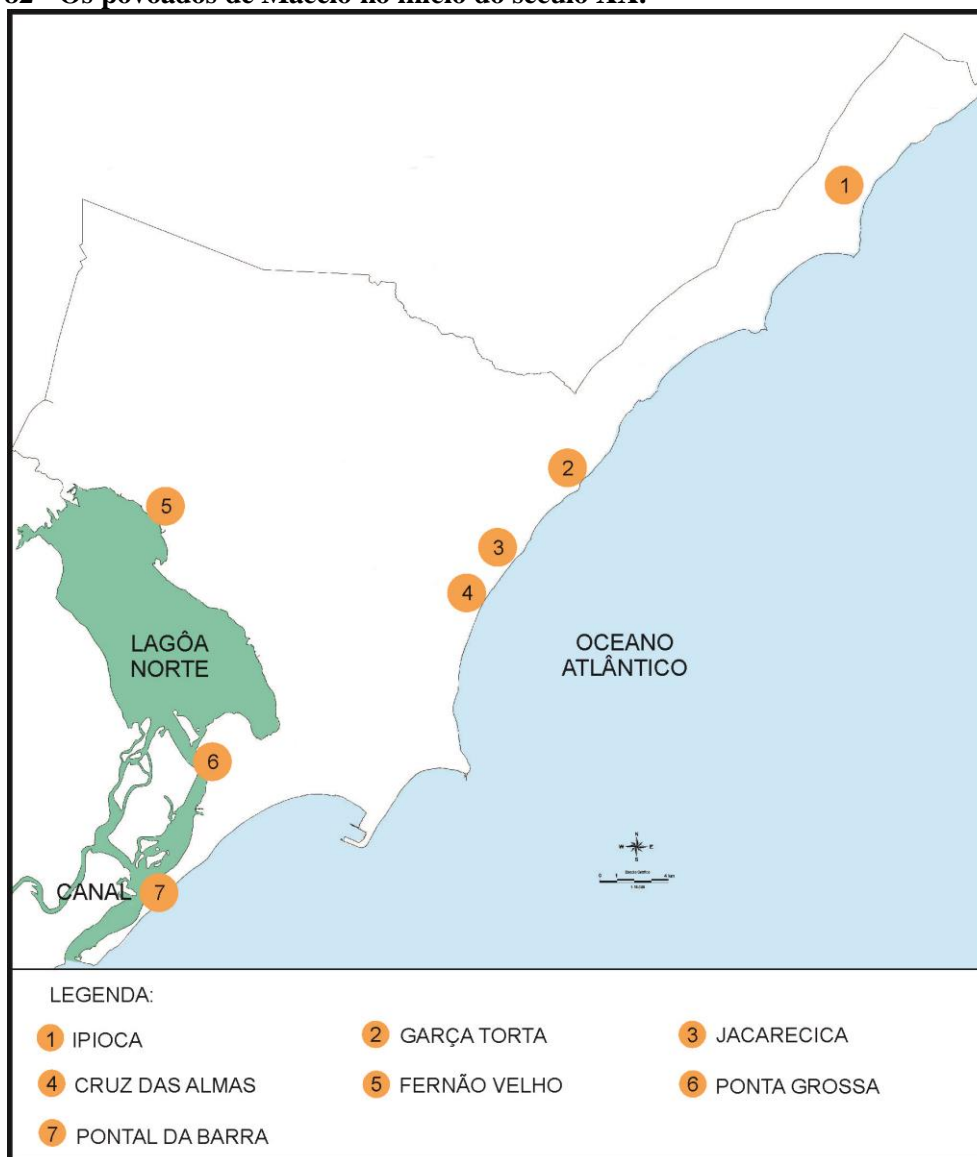


Fonte: Autor.

³² Conceito este bem diferente do que se entende na atualidade, de cunho pejorativo.

Outros sete bairros atuais encontram-se, naquele período, na condição de povoados: Ipioca, Garça Torta, Jacarecica e Cruz das Almas – acompanhando a costa marítima ao norte da cidade; e Fernão Velho, Ponta Grossa e o Pontal da Barra, às margens da laguna Mundaú. Estes três últimos, com características bem diferenciadas e sem contiguidade entre si (Figura 82).

Figura 82 - Os povoados de Maceió no início do século XX.



Fonte: Autor.

Fernão Velho, distante do Centro 12 quilômetros, localiza-se às margens da parte norte da laguna Mundaú, onde abrigava a fábrica de tecelagem e fiação de algodão - Companhia União Mercantil, fundada em 1857, e fora instalada uma vila operária (MARROQUIM, 1922).

O povoado cujo cotidiano se dividia entre a laguna e a vida fabril foi assim descrito por Andrade (2015, p. 266), em passagem por Maceió em 1927, num dia de domingo, quando

aconteciam a feira semanal: “O pessoal se espraia na areia clara vendendo coisinhas mansas, cornimboques, cerâmicas recém-nascidas, frutas, e os guaiamuns do azul mais lindo que jamais não vi. Um azul sem céu, feito de vários azuis, azuis humanos, natureza-morta, aliás viva, pra (sic) desgraçar o melhor colorista”. A fala resume o seu sentimento em relação à espacialidade da laguna e a sua admiração pelo que chamou a “Maceió por dentro”, revelando a sedução que a região lagunar despertava no período àquela que se denominava o “turista aprendiz”.

A Ponta Grossa era um bairro nascente interligado à Levada, local do mercado público da cidade. E o Pontal da Barra, situado entre a laguna e o mar, abrigava estaleiros nos quais se construía barcas. A laguna Mundaú ainda era conhecida como lagoa Norte ou do Norte. A cidade tinha como limite ao sul o canal da laguna, e ao norte o planalto do Jacutinga, para onde se estendeu o bairro do Farol. No total, Maceió possuía no início do século XX quatro bairros, sete subúrbios e sete povoados (Figura 83).

Cavalcanti (1998) apresenta Maceió no início do século XIX plenamente associada aos recursos naturais, situação que permanecia no início do século XX. Nesse sentido, todas as águas eram evitadas pela postura de repulsa do Urbanismo Higienista. Os pântanos se estendiam pela planície em grandes extensões, estando presentes em toda a faixa de ocupação de Maceió de então, e representavam para a população uma ameaça à saúde, influenciando diretamente a conformação urbana da cidade (Figura 84).

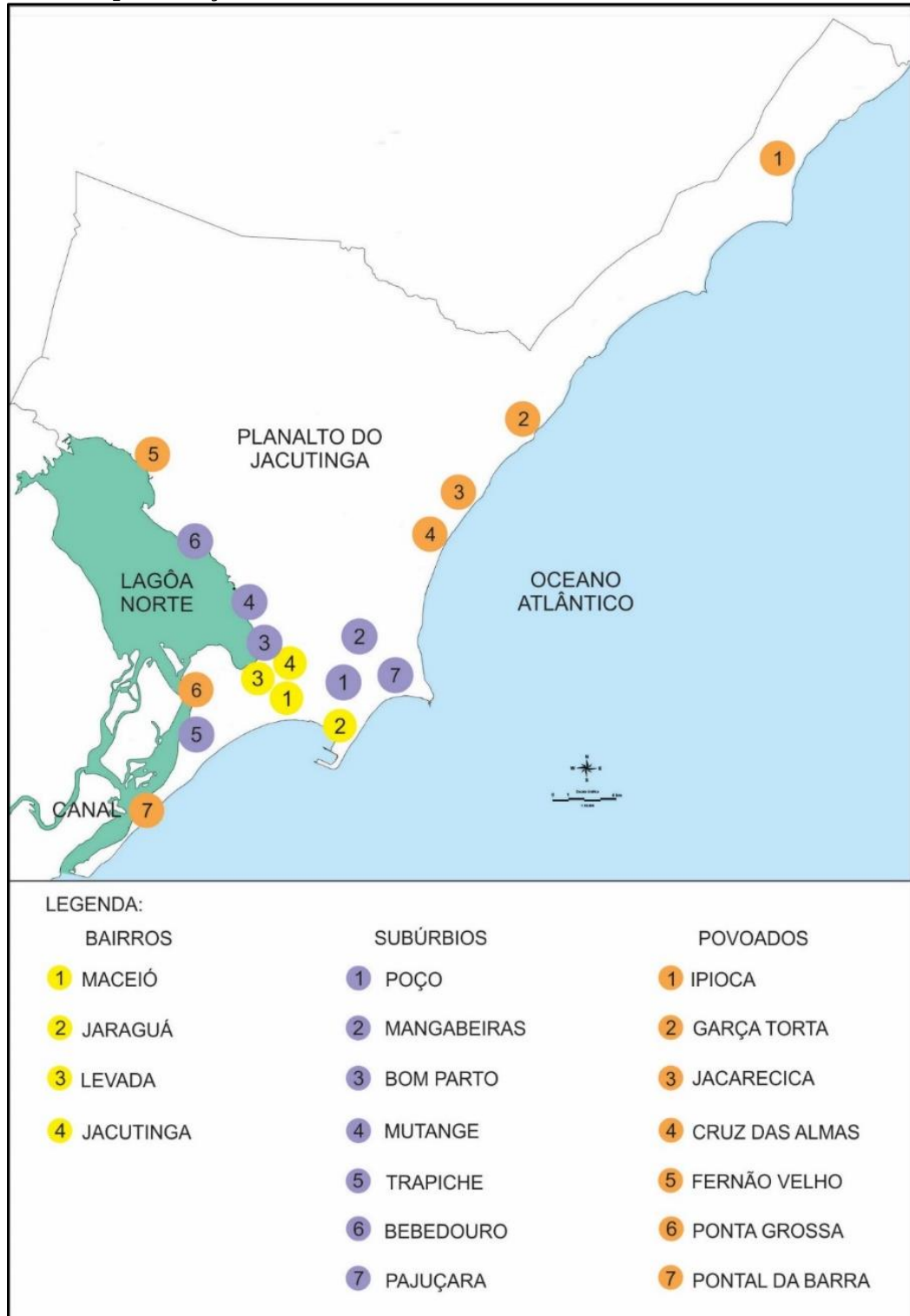
Segundo Lynch (1997, p. 1), “A cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos de tempo”. Em Maceió, a paisagem lagunar e a marítima foram se transformando ao longo da evolução da cidade. Santos (1991) afirma que a paisagem não tem nada de fixo, ela está em constante movimento e representa as transformações pelas quais passa o lugar. Assim aconteceu com estas paisagens em Maceió: transformações significativas e estruturais, uma forma expressiva de domínio do homem sobre a natureza.

A ocupação inicial e o crescimento das relações da população desenvolvidas entre o mar e a laguna e suas águas empreenderam uma conformação urbana que viabilizou a formação do centro urbano na região, levando, na segunda metade do século XIX, conforme afirma Villaça (2001), a uma urbanização que procurou transferir para a cidade as atividades antes realizadas em casa, transformando as relações de consumo.

A drenagem das águas era uma prerrogativa para vencer os obstáculos provenientes dessa geografia e permitir o escoamento da produção até o porto. A expansão da cidade, no

entanto, encontrava uma barreira física no caminho: o riacho Maceió, que influenciava diretamente nessa dinâmica econômica (BARROS *et al.*, 2014) (Figura 85).

Figura 83 – A espacialização de Maceió no início do século XX.



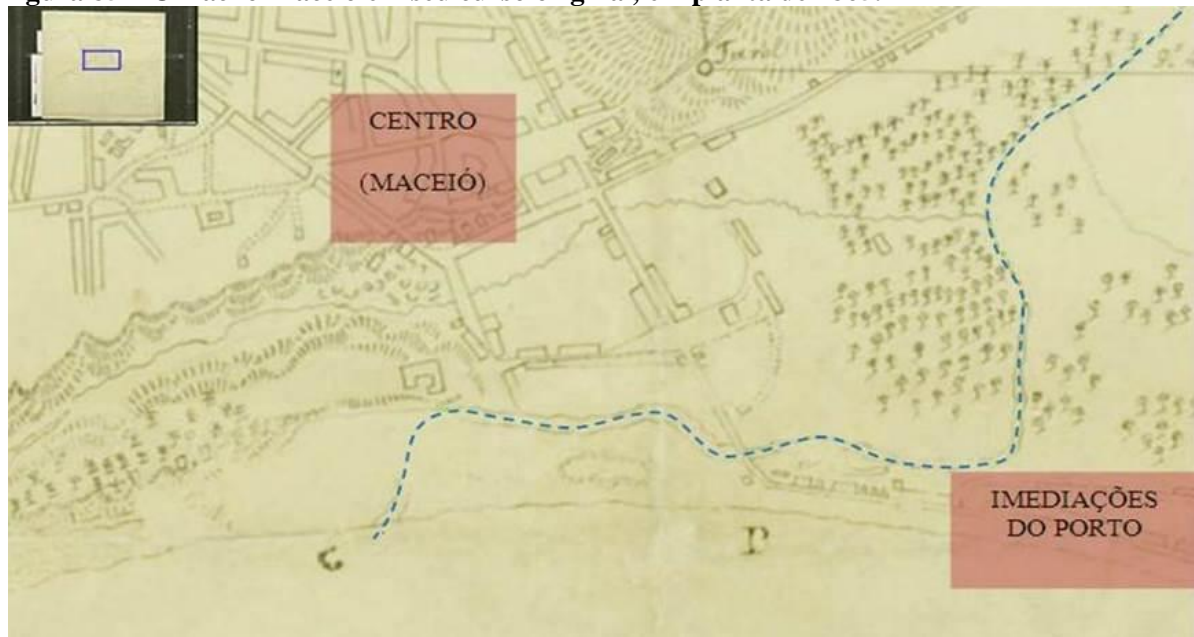
Fonte: Autor.

Figura 84 – “O sítio da vila de Maceió em 1800” (Tradução livre).



Fonte: Cavalcanti (1998, p. 64), com edição do autor.

Figura 85 – O riacho Maceió em seu curso original, em planta de 1865.



Fonte: Barros *et al.* (2014).

Costa (2006, p. 10) mostra que as relações das cidades brasileiras com os rios sempre se deram permeadas por conflitos, que se materializam na ocupação das suas margens por habitações informais ou irregulares e pelo acúmulo de lixo e esgoto. “Ao longo dos anos, cidades e rios têm travado muitos embates, principalmente através de enchentes periódicas. Cidades invadindo as águas, e águas invadindo cidades – situações pendulares, cíclicas, geradas

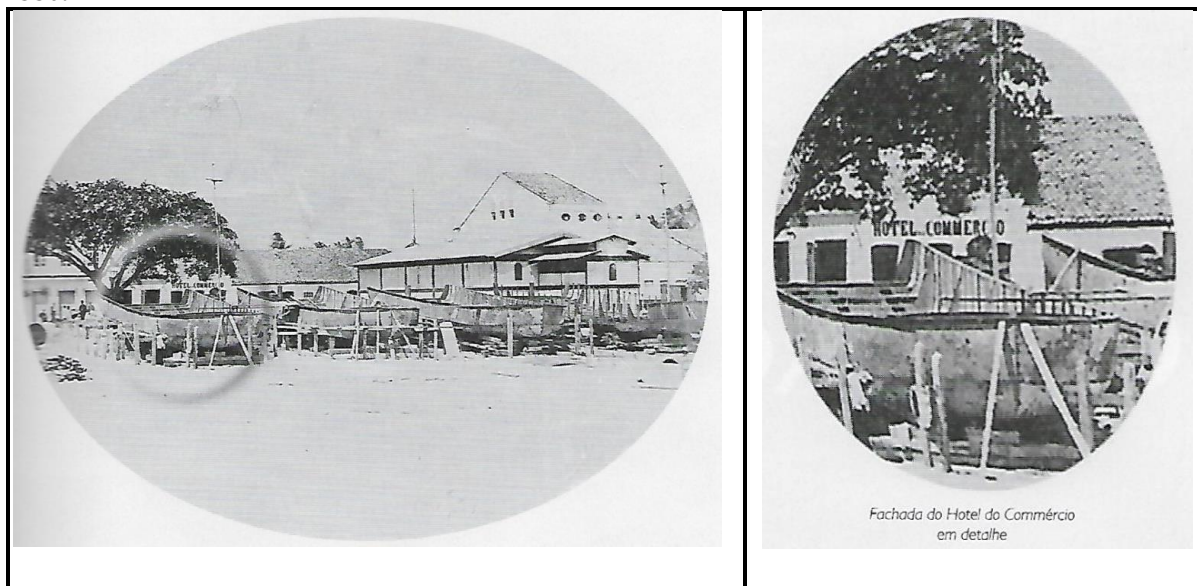
a partir de antigos conflitos entre os sistemas da cultura e os sistemas da natureza” (IDEM, p. 10).

Se os “sistemas da natureza” criaram uma relutância permanente da população de Maceió em relação às suas águas, o seu desfrute necessário como lastro para deslocamentos internos ou externos e o lugar como fonte de produção de alimentos ou ambiente de moradia fizeram a população se render à geografia vista como nociva e insalubre.

A situação geográfica do centro da cidade, um platô situado em altitude entre a planície e o tabuleiro, fez as atividades administrativas e as principais atividades comerciais e sociais desvincularem-se em princípio da vizinhança das águas que a cercavam, principalmente a da laguna e do mar. Apesar da forte influência das águas para o contexto inicial da cidade, o Centro – ou a Maceió propriamente dita, como assim era chamada a área central – conseguiu desvencilhar-se da proximidade desses importantes componentes aquáticos.

Jaraguá, no entanto, possuía uma relação bem direta com o mar. Entre 1870 e 1880, instalou-se o primeiro hotel da cidade – o Hotel do *Commercio*. Bulgarelli (2012, p. 33) afirma que ele “ficava bem diante da praia, separado por uma rua, a da Alfândega, onde pescadores já construíam pequenas embarcações, nesse caso, bem provavelmente, alvarengas” (Figura 86).

Figura 86 - Hotel do *Commercio* em Jaraguá: o primeiro hotel instalado em Maceió entre 1870 e 1880.



Fonte: Bulgarelli (2012, p. 33).

O Centro, no entanto, concentrou os mais importantes estabelecimentos de hospedagem do final do século XIX e início do século XX. O Hotel Nova Cintra, de 1886, foi o pioneiro, sendo o segundo a ser construído em Maceió (Figura 87). Localizou-se na Rua 15 de Novembro,

atual rua do Sol, e foi seguido pelos hotéis Universal, da Maria Pimenta, Petrópolis e o Central, implantados nas proximidades da praça dos Palmares e da rua Barão de Anadia, onde estavam a Boca de Maceió e a Estação Central (IDEM).

O Hotel Universal passou a ser Petrópolis, e a partir de 1923 deu lugar a um ícone de Maceió na segunda década do século XX – o Hotel Bella Vista (Figura 88). Leite Júnior (2004, p. 113) assim o descreve: “Possuía um pretensioso estilo arquitetônico, onde se misturavam o neoclássico com conotações de influência árabe, detalhes evocativos da arte oriental – terraços suspensos, cibórios e abóbadas extravagantes”.

Figura 87 - Hotel Nova Cintra: o primeiro a ser construído no Centro de Maceió em 1886.



Fonte: Silva e Lima (2018, s.n.).

Figura 88 - O Hotel Bella Vista, do início do século XX.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA (s.d.).

O Hotel Bella Vista, juntamente com os hotéis Lopes e Palmares, no Centro, e os hotéis Atlântico e do Palacete dos Machados, na praia da Avenida, são classificados por Pereira (2011)

como exemplares da Arquitetura Eclética³³. Esses hotéis foram construídos em Maceió a partir da mudança da capital, em 1839. Representaram uma tendência de se reproduzir os padrões europeus, principalmente o francês, do início do século XIX. O ecletismo colocava-se como uma inovação para a época, dada a expressividade da sua proposta arquitetônica, que caminhava *pari passu* com o que se procurava estabelecer dentro da representação da Maceió enquanto nova capital. Na linguagem de Menezes (1970, p. 14), “assume proporções extravagantes: é a época das construções bizarras, de uma linguagem prolixa, onde se mesclam soluções híbridas de provável intenção mourisca”.

Não obstante as conquistas positivas alcançadas pela nova posição política de Maceió no estado, como a luz elétrica e bondes puxados a burro – reconhecidos pela população como um sinal de prosperidade –, os problemas de saúde pública e a pobreza do século XIX perpassaram o novo século e alcançaram a população, que contava 38.412 habitantes em 1901 (LIMA JÚNIOR, 2014).

O apogeu das construções imponentes nas áreas valorizadas da cidade, e até a aproximação de importantes edificações em relação às águas locais, contrapunha-se às regiões pobres ou afastadas, corroborando o pensamento higienista. Este impôs distância às áreas relacionadas às águas na cidade, ou procurou – o que se colocava como prática na época – o afastamento dos “focos dos miasmas”, tentando sanear estes locais com aterros, mudanças do leito ou a retificação do curso d’água. Como resultado, os corpos aquáticos foram bastante desprestigiados na conformação urbana de Maceió, tornando os canais caminhos de esgoto a céu aberto, sendo emblemática a situação do riacho Salgadinho, que deságua na praia da Avenida, resultado de desvio, canalização e retificação do antigo riacho Maceió, conforme já mostrado na Figura 40.

Segundo Andrade (2013, p. 131), Alagoas na década de 1880 caracteriza-se como uma província cuja população sofria com “febres intermitentes, doenças respiratórias, digestivas e varíola”, mostrando uma população fragilizada pela doença e sem uma assistência eficiente: as condições de tratamento destas enfermidades eram precárias e insuficientes para combatê-las.

³³ Este prédio foi inicialmente construído para ser uma residência. Na primeira década do século XX passou a pertencer à família Machado – daí a denominação por que ficou conhecido. Em 1951 inauguraram-se suas atividades como hotel. Depois foi utilizado com restaurante e, em 1963, foi desapropriado, passando a pertencer à Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Primeiro abrigou a Residência Universitária de Alagoas (RUA) e, a partir de 1977, o Museu de Antropologia e Folclore Théo Brandão – conhecido popularmente como Museu Théo Brandão (PEREIRA, 2011).

Essa situação atingia inevitavelmente Maceió. A crise da saúde pública estava associada à precariedade das condições de higiene da cidade, e a dinâmica local era a luta contra essas moléstias. As águas presentes no espaço urbano, cuja infraestrutura para tratar os doentes era precária, eram vistas como lugar de insalubridade e sob uma ótica pejorativa, e a forma como a cidade se apropriava dos lugares que compunham o seu entorno reforçava este pensamento. Como exemplo, nas grandes epidemias, foram criadas enfermarias provisórias em Jaraguá para uso como depósitos de cadáveres, assim como enfermarias provisórias e asilos de loucos, numa clara indiferença em relação ao mar na cidade (ANDRADE; MONTEIRO, 2013). No início do século XX, o mar era visto como lugar de despejo de dejetos, de acordo com Lima Júnior (2014), fazendo parte da rotina local e conforme citação de Falcão (2013, p. 22):

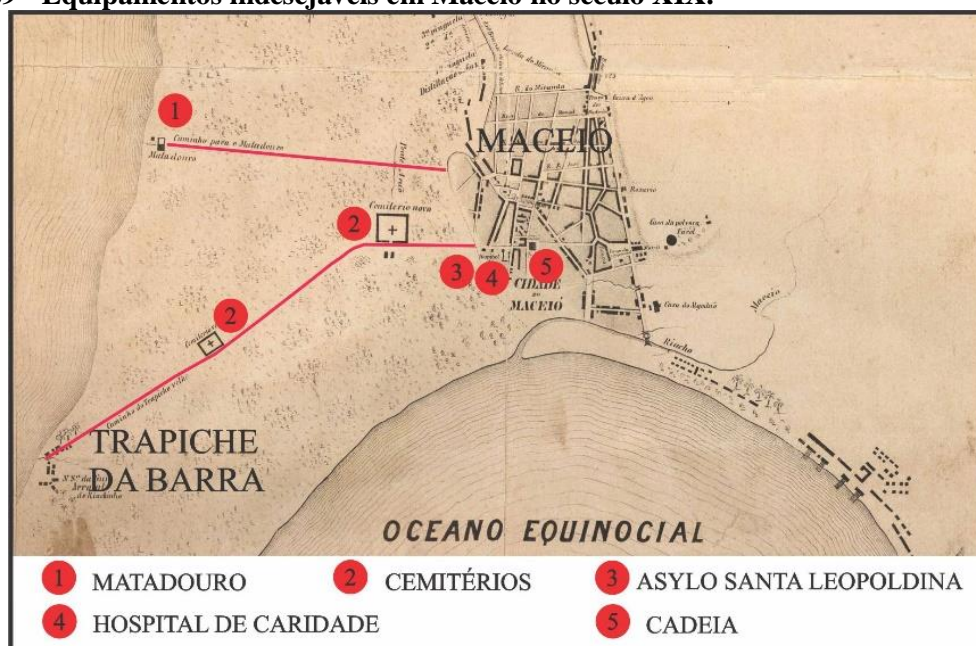
No final do século 19 e primórdios do século 20 era notório que a tradicional cadeia, fronteira ao quartel de polícia e asilo de mendicidade não possuía instalações sanitárias. Era de todos conhecido, o desfile escandaloso de presos, toda manhã, escoltados rigorosamente em demanda à praia do Sobral, trazendo à cabeça, barris para lançamento de fezes...

Essa postura em relação ao mar e às águas tornou a região compreendida entre o entorno de Maceió e a laguna o *locus* dos equipamentos urbanos indesejáveis a partir do século XIX, com a implantação de construções como o matadouro municipal às margens da laguna; cemitérios no caminho do Trapiche da Barra; o Asylo Santa Leopoldina; o Hospital da Caridade – atual Santa Casa de Misericórdia de Maceió – e a cadeia (Figura 89).

Como os inúmeros mangues eram partes integrantes desta região (Levada, Cambona, Ponta Grossa e Sobral), ela consolidou-se como área de habitação popular pouco valorizada da cidade. Aí, situaram-se os campos para enterro de animais, cemitérios³⁴, asilos (de mendigos e alienados), hospital, mercado e demais atividades “insalubres”, “perigosas” e depreciativas do espaço urbano, segundo indicações contidas em diferentes relatórios, almanaques e códigos de postura da cidade. É evidente a segregação que estes equipamentos impunham pois o preconceito com que eram vistos era enorme (CAVALCANTI, 2002, p.4).

³⁴ A localização de cemitério em áreas suburbanas próximas a lagoas era uma prática disseminada nos anos oitocentistas, a exemplo do Rio de Janeiro, com o cemitério São João Batista, implantado nas proximidades da lagoa Rodrigo de Freitas (CHAVES, s.d.).

Figura 89 - Equipamentos indesejáveis em Maceió no século XIX.



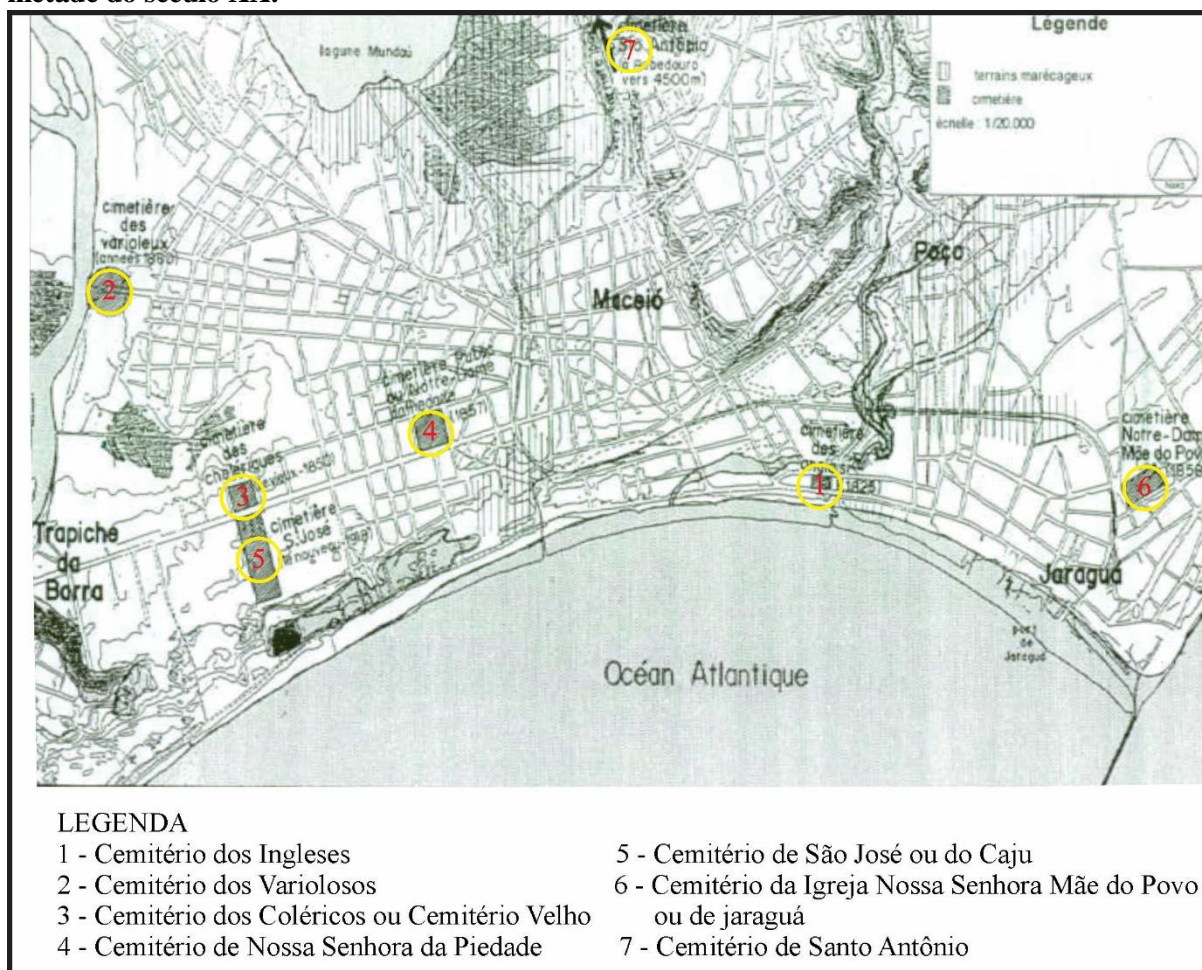
Fonte: Agenda A (2016), com edição do autor.

Os cemitérios ocuparam a mesma região e estiveram bem próximos do mar (Figura 90). O primeiro – o dos Ingleses –, destinado aos habitantes britânicos da vila, fora implantado em torno de 1825 em Jaraguá, e o dos Variolosos, em 1880, à beira da laguna no Trapiche da Barra. Outros três foram implantados no caminho deste bairro, na via que parte do Centro até ele: o Cemitério dos Coléricos ou Cemitério Velho, em 1850; o de Nossa Senhora da Piedade, em 1857, e o de São José ou do Caju, em 1918. Em Jaraguá outro cemitério foi construído em 1858, um pouco mais distante das águas – o da igreja Nossa Senhora Mãe do Povo ou Cemitério de Jaraguá. Compunha ainda esse cenário o cemitério de Santo Antônio, em Bebedouro (CAVALCANTI, 1981).

Na conformação urbana entre o mar e a laguna, Monteiro (2015) mostra uma cidade que inicia o novo século enferma e que chega à sua segunda década infestada por doenças de grande gravidade para a época: a opilação ou amarelão, o impaludismo e o mal de Chagas – a ancilostomíase, a malária e o tripanossomíase americano, respectivamente.

Tenório (2011, p. 35) aponta esse grave quadro social como resultado da segregação existente no período e reflexo do poder da casa-grande, ainda presente na sociedade, e às condições precárias das moradias por toda a cidade, como na Pajuçara e Ponta da Terra – região praieira, nas margens da laguna e em Bebedouro.

Figura 90 - Planta de Maceió com a localização dos cemitérios da cidade construídos até a primeira metade do século XX.



Fonte: Cavalcanti (1998, p. 181).

Próximo às áreas de movimento da Levada, Jaraguá ou do Centro, em cortiços, galpões de madeira subdividindo internamente entre numerosas famílias que superlotam os cubículos e brigam por qualquer motivo. Gente sofrida, mestiça, descendente de escravos e índios, precocemente envelhecida, que lava e faz biscates para sobreviver. Eles são os clientes habituais do Asilo de Mendicância, as vítimas das altas taxas de mortalidade e doenças mentais. Pagavam pesado tributo a enfermidades como tuberculose, varíola, cólera, gripes; uma delas, a espanhola, trazida dos campos de batalha da Europa, dizimou milhares de maceioenses (IDEM, p. 35).

Lima (1977), em seu romance *Calunga*, que se passa no início do século, apresenta uma cidade ainda muito relacionada com a laguna, pela sua função de produção de alimentos – pela pesca do sururu; de transporte; e de paisagem presente no dia a dia. Essas doenças fazem parte do universo de seus personagens, que lutam permanentemente contra

a nocividade do meio. Ele descreve a região que compreende a laguna, em Maceió e adjacências, como lugares alagados e sujos, numa relação inóspita da população com o cotidiano local, para o uso laboral, e associa a lama da laguna, e ela própria, à sujeira, à insalubridade e à pobreza, muito embora tratasse da laguna (lagoa) como simbologia e analogia a mãe que alimenta, porém “mãe-porca”:

Um bando de meninas estava àquela hora, cedinho, metido na água porca, apanhando o de-comer. A lama grudava-se nas pernas. (...) A lagoa dava seu banho negro naqueles corpos miseráveis. Nas margens, umas sobre as outras, as pequenas ondas quebravam, orlando-se do debrum lamoso. A lagoa era a mãe que alimentava todo o mundão da Manguaba (...) Mãe-porca. Ninguém conhecia, porém outra mais limpa nem mais feiticeira. (...) Eram felizes dentro de tão grande infelicidade. Ignoravam outros ares mais puros, outro ambiente que não fosse o da lama, e viviam sem nenhuma revolta, sem nenhum outro desejo (LIMA, 1977, p.97).

Esta visão da laguna como um elemento nocivo à saúde é compartilhada por Brandão (2001), que apresenta as condições de moradia junto a esta como agravante para as doenças. Indica o clima e as condições do ambiente – pântano, mosquitos, falta de higiene dos moradores, alimentação miserável, alcoolismo e desvio moral – como agravantes das condições sociais, corroborando Beguin (1991). Numa visão preconceituosa, estabelece uma diferença entre o morador das margens dos canais e lagoas e o morador do “alto das colinas”, referindo-se ao primeiro como caboclo – de descendência indígena –, e ao outro como moderno civilizado. Afirma: “Por isto é que o rebento social é uma raça depauperada, batida pelo paludismo, inchada pelas lombrigas e pelo *anchylostomum* existentes na água de beber, atacada de moléstia do fígado e do baço, e de anemias pavorosas. O homem da nossa região é um espectro ambulante” (BRANDÃO, 2001, p. 142). Desta forma, apresenta o habitante da região das lagoas e da laguna como um ser doente, frágil e vítima do meio, da pobreza. Esta visão negativa da região pode ainda ser vista na associação feita por Ramos (1975, p. 9 e 10) do sururu com uma vida estúpida, de pobreza, à qual ele denomina “vida de sururu”.

Ramos (1975, p. 156) descreve também as condições bastante negativas de um bairro da periferia do Centro, na região da laguna, relacionando a pobreza e a miséria da população ao ambiente:

O bairro era uma desgraça: mato nas calçadas, lixo, cães soltos, um ou outro maloqueiro vadiando à porta de quitandas miseráveis. As casas sujas, muito riscadas com letras a carvão profundamente revolucionárias (...) Mas não se via gente. Apenas maloqueiros cochilando, alguns mendigos, crianças barrigudas e amarelas. O resto devia estar no trabalho: os homens nas oficinas, nos estribos dos bondes da Nordeste, nos quartéis, em todo os infernos que há por aí; as mulheres lavando roupa, amando por dinheiro, preparando a comida ruim e insuficiente. Os filhos roídos pelos vermes, seriam vagabundos mais tarde, dormiriam ao meio-dia nas portas das bodegas (...) muitos agora tiritavam, batendo os dentes como porcos caítus, na maleita que a lama da lagoa oferece aos pobres.

Numa descrição de Lula Bernardes, protagonista de *Calunga* (LIMA, 1997, p. 19), a visão da relação das pessoas com a laguna e com a região ocorre como algo degradante, tendo-se como cenário a laguna Mundaú, no trecho da cidade de Satuba, vizinha de Maceió, onde se avistava a capital. Resulta de um estado de miséria e da dependência dos recursos que a terra e a laguna propiciavam no início do século:

Os casebres, os mocambos, meiáguas abriam-se e a mesma população esmolambada saía pras olarias, pra lagoa do Sururu, colher molusco, tarrafejar, tirar o pão de dentro daquelas águas lamacentas. O coqueiral imenso cobrindo léguas e léguas, circulando as margens dos dois grandes lagos [lagoa do Norte e lagoa do Sul], invadindo as praias do mar (...)

Mulheres, meninos, moços, velhos corcundinhas lá iam pro barro, lá iam pra lama, operários que trabalhavam com o chão como os outros trabalham em outros planos, com outros materiais.

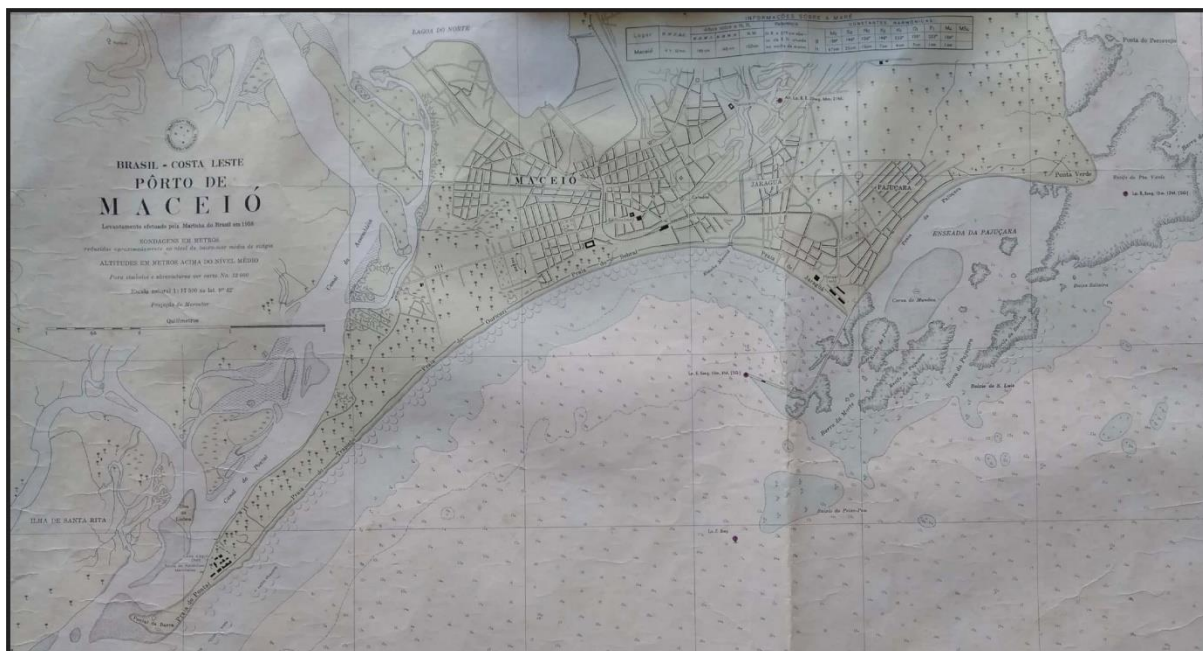
Aquele era bem o plano mais baixo do trabalho. O mais antigo e primitivo também. Há quantos séculos multidões igualmente miseráveis mergulhavam na grande lagoa catando de-comer ou argamassavam suas arquiteturas, suas taipas, seus fornos de assar tijolo ou assar suas comidas, muitas vezes comidas e cacaria indo parar nos estômagos vazios dos miseráveis, devoradores da própria mãe-terra que os vira nascer e que os matava depois de amarelão!

As décadas de 1950 e 1960 conformam uma cidade que se distingue daquela da virada do século pelo que representou a descoberta do mar como lugar de contemplação e lazer, pelo advento da busca de uma “modernização” da cidade, e pelo afastamento, aos poucos, das limitações impostas pelo Pensamento Higienista.

Três registros cartográficos de Maceió ilustram a cidade nessas décadas e conformam uma visão da ocupação espacial: o mapa intitulado “Brasil – Costa Leste Pôrto de Maceió” (MARINHA DO BRASIL, 1959); o Mapa Topográfico de 1960 (DUARTE, 2010) e o Mapa de Maceió de 1962 (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1962). São mapas parciais.

Informações contidas no primeiro mapa apontam a sua primeira publicação em 1939, com uma segunda edição de 1959, a partir de um levantamento efetuado pela Marinha do Brasil no ano anterior. Foi um trabalho parcial que se deteve na planície maceioense, englobando a baixada sul da cidade e a planície marítima, do Pontal da Barra até as imediações do atual bairro da Jatiúca (Figura 91).

Figura 91 - Mapa da costa leste de Maceió, de 1959.



Fonte: Marinha do Brasil (1959).

Sua importância está em mostrar a extensão da cidade por meio do seu traçado urbano. Os limites de um traçado contínuo se estendem a partir do Centro a leste para a Levada, a Ponta Grossa e o Prado; e a oeste para o Farol e o Poço. O Jaraguá e a Pajuçara são dois bairros que apresentam uma contiguidade, interligados ao Centro pela via litorânea que cruza o riacho Maceió já com o seu novo traçado.

É uma cidade ainda concentrada nesses bairros. A ocupação nos demais ainda é incipiente. O bairro do Trapiche da Barra tem um traçado em função das atividades do porto do Trapiche e do acesso ao cemitério. O Vergel do Lago apresenta as suas vias em direção do píer do hidroavião e ao Bar das Ostras. A orla representada se inicia na “praia do Pontal” e alcança a Ponta Verde. Nesse trajeto encontram-se as praias do Trapiche, do Ouricuri, do Sobral, de Jaraguá e da Pajuçara – na “Enseada da Pajuçara”.

Toda a área de expansão da cidade – Vergel do Lago, Ponta Grossa, Trapiche da Barra, Pontal da Barra, Ponta Verde e adjacências –, é recoberta por coqueirais, conforme representação gráfica do mapa, já representada parcialmente nas figuras Figura 56 e Figura 57.

O Mapa Topográfico de 1960 representa a planície lagunar na porção sul da laguna na cidade (Figura 92). Este mapa mostra a região lagunar e da restinga como áreas ainda em expansão na cidade, cujo adensamento urbano se irradia do Centro em direção ao Vergel do Lago, ao Trapiche da Barra e a Bebedouro. A laguna tem ainda a sua margem preservada com pouca ocupação, o que denota um protagonismo na cidade com a sua função de transporte e a sedução da sua paisagem. As suas condições de habitabilidade são bastante questionadas e associadas à sua condição geográfica e social. Ao mesmo tempo, elas estão muito imbricadas com o Centro, como uma extensão física e de relação direta de convivência dos seus moradores. A margem litorânea, ao sul, ainda se encontra sem moradias, com o Pontal da Barra, isolado da cidade, entre a laguna e o mar.

O terceiro mapa mostra a cidade a partir da Levada em direção a leste³⁵, com os lugares ainda com as denominações conhecidas do início do século, o que permite entender que até então permaneciam essas toponímias: lagoa do Norte; Maceió, em relação ao Centro; e Jacutinga, atual Farol (Figura 93). Apresenta as praias do Sobral, de Jaraguá, da Pajuçara e da Jatiúca, apesar de não indicar os respectivos bairros. A “Mangabeira”, provavelmente em referência ao que pode ter levado ao nome do atual bairro das Mangabeiras, não corresponde à atual localização desse bairro na atualidade. Ele se encontra entre a Ponta Verde e a Jatiúca.

Maceió se estende ao norte em direção ao Tabuleiro do Martins; nesse percurso se encontram o Quartel do 20º BC, o Hospital do Açúcar, e logo depois, uma ocupação inicial do bairro do Canaã. O riacho Maceió, identificado como um rio, divide a cidade leste da sua porção oeste. De um lado, Maceió e o bairro da Levada; do outro, os bairros ou localidades do Poço, “Mangabeira”, Cruz das Almas e Jacarecica.

A expansão da cidade se dá em direção ao litoral norte, com um caminho em barro, de acordo com a legenda do mapa, que contorna a enseada da Pajuçara e segue até a Mangabeira – atualmente aí se encontra o bairro de Ponta Verde, alcançando o Poço. Daí, pela antiga estrada do Poço, seguia-se em direção ao bairro de Cruz das Almas e chegava-se à praia da Jatiúca,

³⁵ O mapa original foi disponibilizado pelo professor Umbelino Oliveira de Andrade, da Universidade Federal de Alagoas, do acervo da sua disciplina Cartografia, com a preservação de anotações à caneta feitas sobre ele. Dentro da folha encontrada, na escala 1-50.000, Maceió não se encontra representada totalmente, dado às normas de representação cartográfica não abrangerem toda a cidade numa única folha. O seu complemento não faz parte do acervo do professor, nem foi localizado por meio de outra fonte. A dificuldade de se encontrar tais documentos justifica a sua inserção no trabalho, na composição de análise do espaço.

onde se localiza a lagoa da Anta. A ocupação urbana se dá até as imediações do lugar onde foi construída a praça Lions³⁶, na Pajuçara. Daí para diante, há amplas áreas de sítios (Figura 94).

Figura 92 - Mapa Topográfico de 1960.



Fonte: Duarte (2010, p. 35).

³⁶ Essa praça foi construída na gestão do prefeito Divaldo Suruagy, no período de fevereiro de 1966 a fevereiro de 1970 (ITB, 1995).

Figura 93 - Mapa de Maceió em 1962.



Fonte: MINISTÉRIO DA GUERRA (1962), com edição do autor.

A costa urbana para aí na cidade de então, dando-se prosseguimento ao delineamento de uma região marítima setorizada em três partes: a central, a baixada sul e a baixada norte³⁷. A primeira compõe-se dos bairros localizados na área central da planície – o Centro e Jaraguá. A segunda forma a planície litorânea, compreendida pelos bairros do Prado, à beira-mar; do Trapiche da Barra e Pontal da Barra, entre o mar e a laguna; e daqueles que estão à margem da laguna – Ponta Grossa, Vergel do Lago e Levada. A costa que forma a baixada norte inicia-se a partir da Pajuçara e segue até Ipioca, no sentido norte do litoral na cidade.

A área marítima central está consolidada pela presença do porto em Jaraguá e pela praia da Avenida, representando um símbolo de modernidade para Maceió. A baixada sul é um eixo de crescimento da cidade em direção ao Trapiche da Barra. E a baixada norte inicia um processo de ocupação na região ainda ocupada por sítios, contígua à sua área urbana, que Normande, T. (2000, p. 95) considera como a “grande novidade, sob o ponto de vista da produção do espaço urbano” – os primeiros loteamentos surgidos na década de 1950, num total de oito empreendimentos –, reconfiguram o modelo de produção do espaço da cidade. Entre eles, o primeiro à beira-mar da cidade, localizado a partir das proximidades da atual praça Lions, com 40 quadras e 449 lotes.

Essa especulação retrata a expansão urbana que se voltava para o local e continuou acentuada na década seguinte, os anos 1960, como reflexo de uma nova fase econômica do Nordeste, denominada por Carvalho (2018, p. 26) de integração produtiva. Essa nova etapa se deu com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1960, até a sua extinção em 2000, visando diminuir as desigualdades da região em relação às demais regiões brasileiras, proporcionando “altas taxas de crescimento, decorrentes das transferências de capital estatal para projetos de infraestrutura e investimentos do setor privado, o que expandiu e transformou sua estrutura produtiva”, proporcionando uma expansão percebida do Nordeste.

O mar se apresenta com um crescente protagonismo. Embora evitado em décadas recentes pelo urbanismo higienista, faz surgir dois contrapontos antagônicos bem claros nos anos 1960 na área central marítima de Maceió. Eles estão localizados à beira-mar – Jaraguá e praia da Avenida – e guardam uma pujança particular na cidade: o primeiro, pela qualidade do espaço que ali procurou se produzir no século XIX; e o segundo, pela transformação da sua orla, no início do século XX. Tais fatores fecham esse ciclo temporal com as transformações

³⁷ Essas duas últimas, referenciadas assim por Normande, T. e Andrade (2001).

pelas quais passaram – seja no realinhamento do uso de Jaraguá como o principal baixo meretrício da cidade, seja na consolidação da orla da praia da Avenida como nova área de especulação urbana.

Figura 94 - A expansão urbana em direção ao litoral norte de Maceió na década de 1960.



Fonte: MINISTÉRIO DA GUERRA (1962), com edição do autor.

A função portuária de Jaraguá gerava uma intensa rotatividade de pessoas no início do século XX, ligadas à atividade, o que se intensificou com a inauguração do porto em 1940. Além das firmas ali estabelecidas, outros estabelecimentos faziam o bairro ter uma dinâmica urbana bastante movimentada: os bancos e órgãos públicos, a Escola de Aprendizes Marinheiros, as sedes de diversos jornais, o Hotel Comercial; os clubes recreativos – o Clube dos Oficiais Americanos (USO), posterior Clube Fênix Alagoana, e o Jaraguá Tênis Club.

Soma-se a isso a presença de pescadores, de uma população de baixa renda que foi se fixando no lugar, e as pessoas de fora do estado e do país – os americanos, que passaram a frequentar o bairro durante o período da Segunda Guerra Mundial, concorreram para o estabelecimento do lugar como a principal área de prostituição da cidade (PEDROSA, 1988).

Não era por mais nem por menos que Jaraguá tinha um aspecto desagradável. Muito progresso, muita mudança, muita gente trabalhando junta e confinada, trapicheiros, estivadores, barceiros no porto, escriturários, comerciantes grandes e pequenos, funcionários aduaneiros, biscateiros, cocheiros e cobradores, carroceiros, raparigas da vida e seus fregueses, os vagabundos de rua, os desocupados e facadistas, viajantes e marinheiros querendo viver o início do século, como se tudo agora fosse diferente e prazenteiro, que tinha de ser gozado com sofreguidão (IDEM, p. 70).

Além de lugar de trabalho, Jaraguá se caracterizava como *locus* da boemia, o que o tornava um bairro diferenciado e sempre em atividade: de dia e de noite, o trabalho; à noite, as festas, o prazer. Os sobrados passaram a ser ocupados pelas chamadas “pensões”, onde as mulheres se prostituíam segundo uma hierarquização espacial que atendia a todo o tipo de clientela, desde políticos e comerciantes até empregados da mais simples função, estendendo-se pelas ruas do entorno e pelas mais simplificadas habitações.

Jaraguá era ponto de encontro dos mundos, como de resto todos os cantos portuários. Era a velha tradição da boemia, como se frequentar a zona fosse componente indispensável da masculinidade maceioense. E não era a posição social e econômica ou o cargo que impediam a tradição da Rua da Lama ou Rua do Capim, no centro da Cidade, e de outros locais da boemia. Pelo contrário, parecia até uma forma de mostrar poder e independência encontrar-se descontraidamente com pessoas importantes, e com elas se nivelar, pelo menos uma vez por semana e sair-se um pouco da sizudez dos matrimônios petrificados pelo costume e pela religião. E o faziam aos grupos, amigos do peito, pessoas engraçadas e cheias de personalidade, tipos muitas vezes diferentes, alguns grotescos pelos modos de andar e de conversar, predispostos à alegria. Eram políticos, fazendeiros, funcionários, tenentes e capitães do Exército, despachantes, telegrafistas, comerciantes, promotores, médicos, advogados, professores, contadores, agiotas (PEDROSA, 1998, p. 158).

Essa característica particular de Jaraguá o levou, ao longo das décadas iniciais do século XX, a uma situação de degradação, pois ali se encontrava uma área da cidade que não era bem-

aceita por parte da população maceioense, principalmente as senhoras que moravam nas redondezas e precisavam passar pelo bairro em seus deslocamentos para o Centro. Em decorrência da pressão social para mudar aquele cenário estabelecido, que perdurou por mais de cinquenta anos, em 1969 “a região dos bordéis” ali localizada foi transferida impositivamente pelo estado para o bairro do Canaã, na parte alta da cidade (ANDRADE, 2005, p. 96).

A transferência estigmatizou o bairro com uma imagem negativa. Essa imagem estendia-se em direção ao Centro, com a poluição da praia da Avenida, decorrente do desvio do riacho Salgadinho, na década de 1940, fazendo-o desaguar naquela praia. Isso proporcionou o carreamento de lixo e sujeira levados pelo riacho e, posteriormente, o lançamento no seu curso d’água de dejetos e esgotos pela companhia de água e saneamento do estado (ANDRADE, 2005).

A partir da década de 1960, no entanto, na região da praia da Avenida, nas proximidades do Centro, e em direção ao Trapiche da Barra, estabelecia-se uma nova relação com o mar. A iniciativa privada buscava na paisagem do mar a sedução para o projeto de modernidade em voga no país, caracterizando-se a oposição de um espaço em relação ao outro: a praia da Avenida *versus* Jaraguá e o riacho Salgadinho, iniciada com a construção do edifício São Carlos, constituindo-se um novo olhar para aquela região da cidade.

2 A “SEDUÇÃO” DO MAR E SEUS REFLEXOS NO IMAGINÁRIO URBANO DE MACEIÓ A PARTIR DA DÉCADA DE 1970 ATÉ O FINAL DO SÉCULO XX

O período inicial das mudanças em Alagoas que antecede a década de 1970 foi marcado pelo advento da ditadura militar em 1964 no país. No estado e em Maceió, isso reforçou as forças conservadoras da política, associadas ao poder central e ao sistema produtivo. A eleição indireta para governadores e prefeitos de capitais levou à permanência no poder de políticos situacionistas nas duas décadas do governo ditatorial, estabelecendo-se uma “modernização conservadora” (CARVALHO, 2015, p. 304). Este período se caracteriza como:

Uma fase de crescimento econômico e o fortalecimento da máquina estadual, convivendo com os piores indicadores sociais e de concentração de renda. A economia recebeu, nas duas décadas do regime militar, fortes investimentos federais em sua agroindústria (como o Proálcool), na infraestrutura (estradas, telefonia etc.), na indústria química (Salgema) e no setor de serviços (hotelaria); mas, no plano social, o balanço aponta um quadro de pleno fracasso no enfrentamento do subdesenvolvimento regional de um modelo que não melhorava os indicadores sociais nem gerava mobilidade social (IDEM, p.204).

Maceió foi *locus* desse cenário de transformações – com obras de infraestrutura urbana formalizando o modelo social existente – com a criação de novos espaços públicos e a consolidação de áreas que contribuíram para a permanência da pobreza e favoreceram os novos interesses, motivados pela nova visão dada ao turismo, com a urbanização da praia da Pajuçara, em 1974, e pela nova perspectiva econômica imaginada com a implantação da Salgema Indústrias Químicas S.A. (Salgema), em 1976. As transformações alcançadas a partir daí na baixada norte da cidade tiveram uma participação efetiva do estado, que para Normande, T. (2000, p. 102) operou em três níveis:

Através da incorporação imobiliária com a construção de Conjuntos Habitacionais e financiamentos de casas isoladas pela COHAB (Companhia Habitacional Popular de Alagoas), órgão executor do Sistema Financeiro de Habitação e do BNH (Banco Nacional de Habitação); com investimentos na implementação de infra-estrutura, abertura e melhoria de vias de acessos, o que resulta na preparação da área para sua exploração econômica e novos investimentos de capitais como o imobiliário e o turístico.

Esse processo levou à criação da imagem de Alagoas como o “Paraíso das Águas” a partir da década de 1970, como *marketing* turístico e divulgação de suas belezas naturais, tendo como atrativo principal um importante elemento representativo de suas águas: o mar, um corpo d’água que se estende por 230 km de extensão e 15 cidades.

A região das lagoas ainda fazia parte desse imaginário, mas viu iniciar um processo de transformação a partir dos investimentos feitos na Pajuçara, com a clara pretensão de ser criada ali a nova imagem da cidade. Matéria de página inteira publicada no *Jornal de Alagoas* (CANALS...,1974), no mês seguinte à inauguração da urbanização, destaca os canais e as lagoas como diferencial para uma efetivação do turismo no estado e questiona por que essa região não estava sendo incluída na nova atividade:

Se perguntasse ao turista: - que tal a praia da Pajuçara? – Ele imediatamente diria: espetacular, “fora de série”. E realmente, ele não estaria dizendo nada mais do que a verdade. Mas, se esse indivíduo, que vive a buscar novas paisagens, o contato direto com a natureza, percorresse a Zona dos Canais, ele nos indagaria: - Por que o turismo não veio até aqui? – E mais ainda: - Tanta beleza, e qual a razão da sua não exploração? Daí, simplesmente, teríamos de dizer-lhe que o motivo principal se prende à falta de interesse dos empresários da terra e seus receios em investir naquela região.

Esta seção abordará as nuances do protagonismo e da sedução em Maceió, ora pelo mar, ora pela laguna, num novo momento da cidade: inserida num contexto de obras, ações e novos costumes, que conduziriam os moradores num processo que culminaria em uma visão diferenciada em relação ao mar e à laguna quanto ao que ocorria até a década de 1960.

Terá como recorte temporal o período entre a década de 1970 – período de transição para esta nova fase – e a última década do século XX. Nessa passagem do imaginário local em relação ao mar e à laguna, cabe mostrar o protagonismo e a sedução de ambos na cidade, presentes na obra de Costa (1970, p. 75):

Maceió é privilegiada pelo céu cor de safira, é guarnecida pela beleza do mar, onde o luar cultua praias românticas balizadas de farfalhentos cocais; sua lagoa canta uma poesia lírica nas águas tranquilas de seus igarapés matizados de exuberantes coqueirais.

No início da década de 1970, a cidade ainda estava se expandindo a partir do Centro, em direção aos antigos bairros de Bebedouro e Trapiche, consolidando a região lagunar. A planície litorânea se estendia em direção ao Trapiche, no sul, e a norte, até a Pajuçara. A partir do Centro, alcançava-se Poço, Jatiúca, Mangabeiras e Cruz das Almas. O Farol se consolidava em direção ao Tabuleiro do Martins, até a Gruta de Lourdes. As famílias desfavorecidas economicamente se apropriavam, para ali se estabelecer, dos espaços dos vales existentes no relevo da cidade – denominadas localmente de grotas –, das encostas e das áreas de mangues ou alagadiças.

A implementação das importantes ações na cidade, que influenciaram diretamente as mudanças, está diretamente ligada às gestões comprometidas diretamente com o poder central e dele dependentes. Essa relação se estende durante toda a vigência do regime ditatorial até a última gestão do último prefeito eleito de forma indireta, José Bandeira de Medeiros, de 1983 a 1986, em efetivação de programas e projetos captados na administração da esfera federal.

A urbanização da praia da Pajuçara, valorizando o mar como *locus* do lazer e cartão-postal de Maceió, e a implantação da Salgema na região sul da cidade redirecionam o uso do solo urbano na cidade. Como consequência da implantação da Salgema, deu-se a execução do Projeto Dique-Estrada na laguna Mundaú. Este projeto juntamente com aquela urbanização foram as principais obras na configuração urbana da cidade entre 1970 e 1986. O primeiro alterou significativamente a importância da laguna em Maceió; o segundo definiu uma nova relação da cidade com o mar.

A Tabela 2 apresenta as obras executadas pelo município neste interstício, com intervenções por toda a cidade. A concentração dos serviços encontra-se principalmente no Centro, nos bairros da região marítima, nos bairros lagunares e no Farol. Essas obras se caracterizam: a) pela consolidação da expansão urbana: construção da avenida Durval de Góes Monteiro, no Tabuleiro, em 1970, dando continuidade à avenida Fernandes Lima; urbanização da Pajuçara, em 1974; b) pelas obras de infraestrutura: conservação de vias públicas, construção de rede de galerias pluviais, saneamento e urbanização de favelas; c) pela manutenção e construção de praças e transformações dos espaços públicos, como a construção de calçadas no Centro e urbanizações na orla marítima; d) pela construção de novos equipamentos urbanos: mercado público, estações de transportes; e d) pela reconfiguração urbana: Projeto Dique-Estrada, construção de ponte e viaduto.

A importância da urbanização da Pajuçara reside na clara intenção de se inserir Maceió como destino turístico no cenário nacional, fazendo expandir a apropriação da costa marítima

em direção ao litoral norte da cidade e possibilitando investimentos públicos e privados no seu entorno (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, 1975).

Tabela 2 - Obras realizadas pela Prefeitura de Maceió entre 1980 e 1986

Período	Prefeito	Obra executada
1970	Henrique Equelman	- Construção da avenida Durval de Góes Monteiro, Tabuleiro do Martins.
1971	Juvêncio Calheiros Lessa	- Praça em Riacho Doce; - reforma de praças em Jaraguá: Raiol e Dois Leões, em frente à igreja; - conservação de vias públicas.
1971 a 1975	João Rodrigues Sampaio Filho	- Urbanização da praia da Pajuçara; - asfaltamento de todas as ruas centrais da cidade; - rede de galerias pluviais; - reforma das praças do Centro; - construção de praças nos bairros.
1975 a 1979	Dilton Falcão Simões	- Drenagem e remoção do canal da Levada, onde construiu um novo mercado público – o Mercado da Produção; - ponte sobre o vale do Reginaldo; - viaduto na via Leste-oeste, interligando a parte leste da cidade às praias; - calçadão nas ruas do Comércio e Lourenço de Albuquerque, no Centro; - urbanização da avenida Duque de Caxias.
1979 a 1982	Fernando Affonso Collor de Mello	- Pavimentação da avenida Leste-oeste; - urbanização da avenida Assis Chateaubriand e praias da Ponta Verde e Jatiúca; - implantação do Dique-Estrada.
1982 a 1983	Corintho Onélio Campelo da Paz	- Urbanização da praça Santa Rita de Cássia, no Farol; - drenagem superficial em ruas de Bebedouro; - execução de meio-fio e linha d'água em sete ruas no Farol; - construção das primeiras estações de transportes coletivos de Maceió; - construção da estação central de transportes coletivos urbanos, no parque Rodolfo Lins, na Levada.
1983 a 1986	José Bandeira de Medeiros	- Urbanização das favelas do Bolão (Farol), Grota do Cigano (Jacintinho) e Ouricuri (Prado); - asfaltamento e calçamento em paralelepípedos de diversas ruas da cidade; - construção do sistema de tratamento de esgoto das praças Lions (Pajuçara) e 13 de maio (Poço); - construção de galerias de águas pluviais no Stella Maris (Jatiúca) e Mangabeiras.

Fonte: ITB (1995).

Vasconcelos (2017, p. 84) afirma que “A década de 1970 prenunciou uma etapa de desenvolvimento e modernização do território turístico de Maceió”. Esta função turística

utilizada como “argumento social” (BARROS, 1998) contribuiu para o fortalecimento da cultura da praia, materializando-se o turismo marítimo como expressiva identidade local.

Entretanto, a opção da gestão pública pela baixada norte como área a ser consolidada por essa identidade não se deu à revelia dos acontecimentos que antecederam a urbanização da Pajuçara. Normande, T. (2000) especula que havia um interesse imobiliário pela área a partir da sua intensa ocupação por loteamentos e da consolidação do local com moradias. Aponta três ocorrências que comprometem a baixada sul para tal, favorecendo o sucesso da nova área da cidade: a construção do emissário submarino, na praia do Sobral; a implantação da Salgema; e a balneabilidade da praia da Avenida, comprometida pela poluição do riacho Salgadinho.

Neste contexto, Maceió ainda era uma cidade cujo bairro do Centro desempenhava uma grande importância urbana, concentrando as principais atividades administrativas e comerciais, de acordo com este fenômeno que ainda se fazia presente na maioria das cidades brasileiras. Contudo, com o direcionamento da cidade para as praias, a criação de novas vias e facilidades de acessos, a inauguração do primeiro *shopping center*, em 1989, Maceió inicia-se no processo de coabitação com novas centralidades, denominadas por Villaça (2001, p. 293) de *subcentros*. Estes são “aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços, que não o centro principal”, e atendem a um número menor de pessoas, mas com o alcance de toda a cidade.

Como explicam Scocuglia, Chaves e Lins (2006), no Nordeste dos anos 1970, “as antigas áreas centrais vão gradativamente perdendo seu valor funcional e se consolidando um investimento em infraestrutura e de capital imobiliário que desloca grande parte do desenvolvimento da cidade em direção ao litoral”. A influência do Centro na dinâmica da cidade diminuiu com o passar dos anos, o que contribuiu para que as regiões marítima e lagunar fossem aos poucos deixando de coabitar imbricadas no contexto urbano, quando novos acontecimentos criaram um distanciamento e uma diferenciação entre elas.

Nesse contexto, o cineasta alagoano Celso Brandão produz entre os anos de 1975 e 1989 cinco películas, cuja ambiência se passa no CELMM e na região do entorno. O seu olhar se reveste de grande importância para se compreender o espaço lagunar com “a identificação das mudanças e permanências do Complexo Estuarino Mundaú Manguaba” (VIRGÍNIO, 2017, p. 152).

Virgínio (2017) atenta para a representação pelo cineasta da relação da população com as lagoas, ora de forma implícita, ora explicitamente: a relação de vizinhança do espaço onde se passam as narrativas, a questão da sobrevivência, a pesca do sururu, a pobreza, o ambiente

natural, a dependência do homem com o meio são elementos que caracterizam o protagonismo e a sedução das lagunas, registram essas temporalidades e ensejam uma reflexão sobre a relação das cidades com suas águas, de Maceió com a laguna Mundaú.

Ocorreram assim, entre a década de 1970 e a de 2000 ações que reconfiguram o espaço tanto da área marítima quanto da lagunar, proporcionando uma nova visão sobre esses lugares – e consequências que se desdobraram a partir daí – o que será visto nesta seção.

A partir da década de 1970, segundo Macedo (1999, p. 72), “as áreas para pedestres e os calçadões de praia constituem-se talvez nas grandes novidades do período, na perspectiva da introdução de nova modalidade de espaços livres” no país.

Nesta direção, a urbanização da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, concebida em 1970 por Roberto Burle Marx, inaugurou o calçadão de praia como uma solução paisagística, fato que proporcionou um novo olhar das populações das principais cidades costeiras do Brasil em relação às suas praias urbanas, o que influenciou na criação de novas orlas urbanizadas Brasil afora.

Macedo e Sakata (2003, p. 145) reportam-se à Copacabana como “o mais emblemático projeto paisagístico da orla brasileira”. Outra intervenção importante aconteceu também no mesmo período, afirma Macedo (1999, p. 75), na orla da praia de Iracema, em Fortaleza. Segundo ele, um “projeto emblemático, diferente do de Copacabana (...). O desenho do piso, ricamente elaborado, convida ao passeio e ao estar, facilitando o desenvolvimento de múltiplas atividades de lazer, como uma feira tradicional de artesanato, no período noturno”.

O fenômeno da descoberta do mar pelas cidades litorâneas brasileiras foi crescente por todo o século XX. João Pessoa, capital da Paraíba, passou por uma situação semelhante à de Maceió em relação à valorização do mar em detrimento a outro importante curso d’água presente no contexto urbano – no caso, o rio Sanhauá, que originou a ocupação daquela cidade a partir do século XVI.

Raynaud (2006, p. 149) aponta a negação do mar em João Pessoa no período em que a cidade permaneceu “durante três séculos e meio ‘presa’ ao rio e de ‘costas’ para o mar”, dada a importância do rio pela sua função de entrada da cidade, a estabelecer uma relação de atividades administrativas e comerciais no seu entorno. Com a abertura da via de acesso ao mar a partir de 1928 e a sua pavimentação em 1954, esta situação se inverteu: o rio Sanhauá passou a ser negado pela cidade, resultando no declínio do centro histórico onde se situava, e em sérios

problemas ambientais e sociais, consequência direta da descoberta do mar como “principal atividade de lazer da população” (IDEM, p. 152).

O novo olhar para as praias como atrativo turístico foi construído a partir de 1971, com a posse do governador Afrânio Salgado Lages e o seu desejo de enfatizar o turismo em Alagoas. Nesse mesmo ano, o BNB encabeçou uma campanha de promoção do turismo no Nordeste. A partir daí, o estado se valeu das potencialidades das paisagens locais para divulgar a cidade como “o Novo Caribe”, incluindo a laguna no repertório local divulgado como atrativo (VERAS FILHO, 1991, p. 77). Isso levou à inauguração da primeira barraca de praia da cidade, o “Bar Navau”, e do primeiro restaurante com boate da cidade, o “Whisky... Zito”, ambos na praia da Avenida. Com a criação da Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR), a urbanização da Pajuçara e a reestruturação hoteleira, instituiu-se formalmente o turismo na cidade.

2.1 A urbanização da Pajuçara e o incremento do turismo

No Brasil, o turismo se fortaleceu apenas no século XX, em 1908, a partir da construção do Hotel Avenida, no Rio de Janeiro, o pioneiro no país (ARAÚJO, 2014). Para Tenório (2009, p. 39), o início do desenho do conceito de turismo em Maceió surgiu com a introdução dos cartões-postais na cidade, no início daquele século, o que suscitou uma grande importância para a difusão das belezas naturais do estado, “pois além de conhecer as belezas famosas de outros lugares do Brasil e do mundo, o postal despertou a sensibilidade do alagoano para as nossas paisagens e atrativos”.

Veras Filho (1991, p. 35) credita o início do turismo na cidade ao final do século XIX até a década de 1920. Neste período existiam dois cassinos na cidade com “belíssimas coristas vindas da Europa, quase sempre da França, da Polônia e da Itália”. Aliado a isso, a cidade “vivia o seu maior apogeu literário”, sendo o ambiente de nomes que se tornariam grandes representantes da literatura e da cultura nacional, como Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda e Jorge de Lima.

Afirma ainda a importância do porto de Jaraguá para o turismo da cidade (Figura 95), pela sua condição de exportador e importador dos principais produtos produzidos e consumidos na cidade, e a sua consequente movimentação de navegação nacional e estrangeira. O fato é que a população não percebia as belezas naturais existentes, consideradas “meros ‘anexos’ do

cotidiano, sem que se vislumbassem, com raras exceções, um pouco, sequer, a ‘jazida’ litorânea e lacustre de que éramos dotados” (IDEM, p. 21).

O turismo começou mesmo a ser sistematizado em Maceió no final da década de 1950, quando uma lei municipal de 1958 estabeleceu mecanismos de controle para esta atividade: “instituiu o Serviço de Turismo de nossa prefeitura, destinando-o a promover o turismo em nossa capital, através da divulgação de belezas naturais e de motivos paisagísticos, de orientação e facilidades aos visitantes, de fornecimento de informações, de organização de excursões, passeios a locais pitorescos, e centralizar as atividades diretamente ligadas ao turismo” (IDEM, p. 42).

Figura 95 - Porto de Jaraguá.



Fonte: Administração do Porto de Maceió (2017).

Depois desta lei, iniciativas na esfera pública estruturaram a política do turismo nas várias instâncias do poder: o primeiro Plano Turístico para Maceió, em 1961; a criação do Conselho Estadual de Turismo (CETUR), em 1966, vinculado à Secretaria de Planejamento; e a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), em 1968.

Mas estas ações não foram suficientes para a estruturação do turismo em Maceió, segundo Veras Filho (1991), que elenca a campanha negativa de jornais do Sudeste contra o Nordeste, desestimulando o turismo na região; a improvisação nas ações locais em relação à atividade; a falta de estrutura viária do estado e a carência de leitos na cidade como fatores decisivos para isso.

Uma ressalva deve ser feita em relação à primeira questão: o Brasil ainda estava dando os passos iniciais para o reconhecimento do Nordeste como região, com sequelas da divisão afirmada por Albuquerque Júnior (2011) do Brasil estabelecido como Sul e Norte. Nesse sentido, o Sul era visto pela EMBRATUR como o lugar do trabalho, e o Norte como lazer, o que de certa forma favorecia o Nordeste. Em contraponto, as novelas, que passaram a ser um fenômeno da televisão, ajudaram a disseminar a imagem deturpada do Nordeste atrasado e bucólico.

A década de 1970 consolida o incremento do turismo na cidade por meio da inauguração do Estádio Rei Pelé, o Trapichão, em 1970; da criação da Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR), em 1971; da urbanização da Praia da Pajuçara³⁸, em 1974; e de ações voltadas para este novo fenômeno.

A valorização da paisagem marítima torna-se um elemento diferencial para o turismo da cidade, consoante o pensamento de Urry (1990), que ressalta a atração do turista por paisagens que o seu olhar não encontra habitualmente em outros lugares no seu dia a dia.

O turismo voltado basicamente para a exploração das belezas naturais do estado, representadas pelo mar e pelas lagoas, contribuiu para a criação da ideia de Alagoas ser o “Paraíso das Águas”. Isso levou à valorização da orla marítima em Maceió, pela atenção dispensada por parte do poder público e setor hoteleiro a essa região da cidade: “As praias, os mirantes, as lagoas Mundaú e Manguaba eram locais apontados como pontos importantes a serem desfrutados, com os passeios de lancha e a paradinha para tomar água de coco” (SARMENTO, 2002, p. 79).

Com o advento da atividade turística, a imagem de Maceió como cidade tropical – o “Paraíso das Águas” – foi crescendo e ultrapassou as divisas do estado. Um bom exemplo disso foi a preservação e melhoria do espaço onde se encontram dois conjuntos de coqueiros, que se originaram, segundo Veras Filho (1991), de “duas touceiras de sete coqueiros cada”, denominando a praia do seu entorno como praia dos Sete Coqueiros. Por muitos anos estes coqueiros definiram o limite urbano daquela região, sendo destaque como marco na paisagem e reconhecidos como um importante ponto turístico da cidade (Figura 96).

O início da década de 1970 apresenta a ocupação do espaço físico da costa marítima em Maceió ainda muito voltado para a praia de Avenida e para a zona portuária de Jaraguá. Esta localização direcionou uma ocupação no sentido sul da cidade, nos bairros do Prado, Trapiche da Barra e Pontal da Barra; e no sentido norte: a partir da urbanização da Pajuçara, as demais praias começaram aos poucos a despontar no cenário urbano (Figura 97).

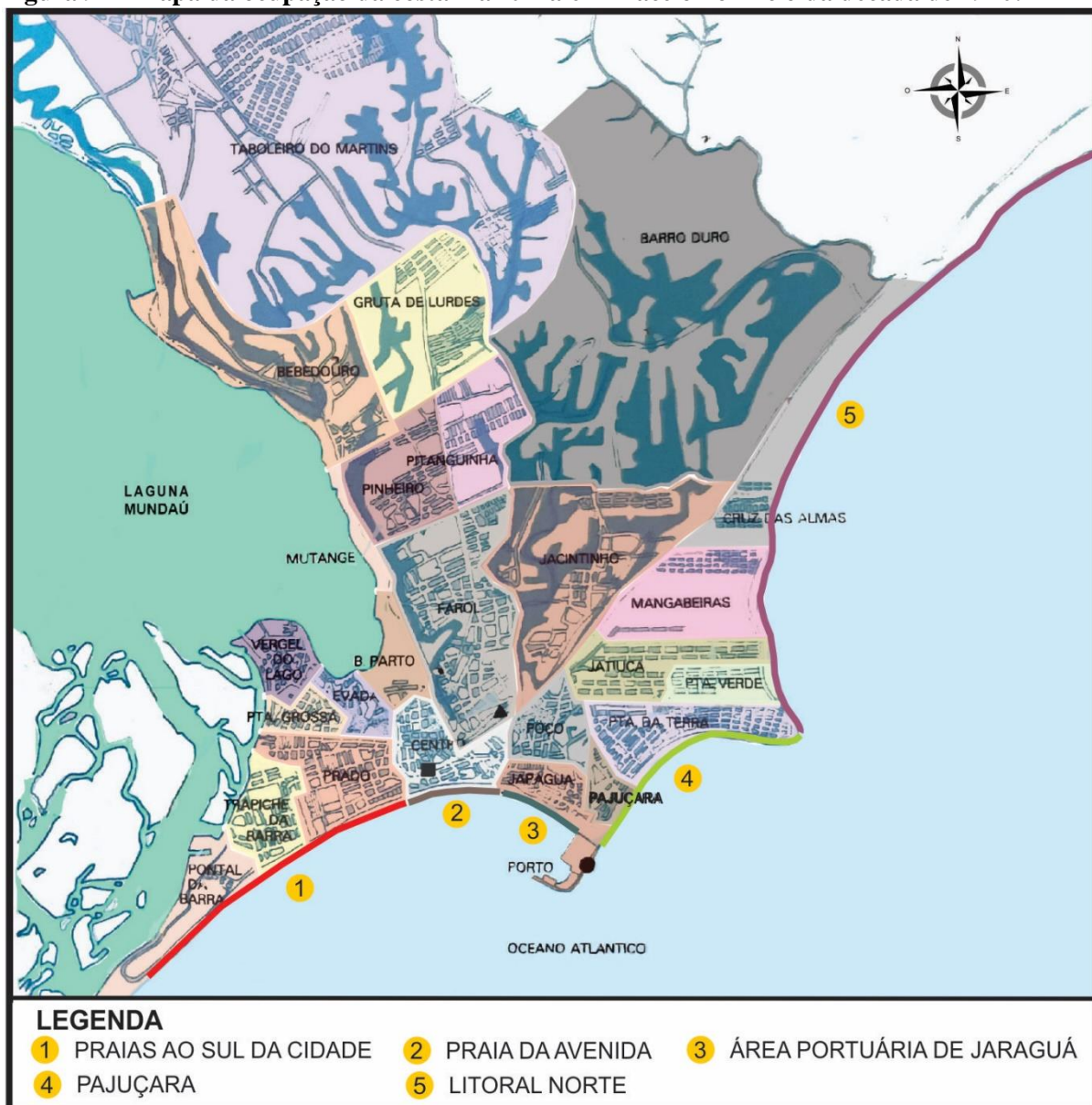
³⁸ Nesta década, veio à tona o potencial de urbanização das praias em várias cidades litorâneas do país, com um olhar voltado para a qualificação do espaço e direcionado ao turismo, a exemplo da urbanização da praia da Ponta d’Areia, em São Luís do Maranhão, iniciada também em 1974, conforme Coelho (2002).

Figura 96 – 7 Coqueiros em imagem ainda bem natural da Praia da Pajuçara nos anos 1980.



Fonte: Tenório e Dantas (2009, p. 101).

Figura 97 - Mapa da ocupação da costa marítima em Maceió no início da década de 1970.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (1975, p. 64 e 65), com edição do autor.

A praia da Pajuçara constitui um novo e amplo espaço de lazer na cidade, com cerca de 3 mil metros de extensão, cerca do dobro do comprimento da praia da Avenida. As duas orlas são separadas fisicamente pelo porto de Jaraguá. A Figura 98 mostra o porto como esse limite entre ambas.

Figura 98 - Localização das praias da Avenida e da Pajuçara, tendo-se o Porto de Jaraguá como limite entre ambas.



Fonte: Google Earth. Imagem Landsat, (2018), com edição do autor.

Essa descontinuidade parece evidenciar um interesse claro da gestão municipal de então em fomentar uma orla diferenciada, com o intuito de promoção política, negando a necessidade de requalificar a urbanização já existente ou de utilizar-se das praias do litoral sul para tal proposta. Essa atitude se justifica pelo fato de o poder social tornar-se maior quanto maior for a influência na produção do espaço, segundo Harvey (1992, p. 213). Para ele, “em termos materiais, isso significa que quem pode afetar a distribuição espacial de investimentos em transportes e comunicações e em infraestruturas físicas e sociais, ou a distribuição territorial de forças administrativas, políticas e econômicas, pode muitas vezes obter recompensas materiais”. Dessa forma, o cenário da cidade parecia já desenhar para a região marítima um *apartheid* urbano, compreendido, de um lado, pelas praias ao sul de Maceió, e do outro, pelas praias situadas a partir da Pajuçara.

Os registros gráficos do projeto do espaço criado originalmente não foram encontrados no desenrolar desta pesquisa, nas buscas realizadas nos órgãos da Prefeitura Municipal de Maceió, para uma maior precisão da proposta e do que realmente fora construído, mas o conjunto resultante pode ser entendido pelas imagens da época (Figura 99).

Figura 99 – A urbanização da Praia da Pajuçara em 1974.



Fonte: Cavalcante (2011).

A urbanização da praia da Pajuçara em 1974 possibilitou a criação de um novo vetor de crescimento da área urbana da cidade, influenciado efetivamente pelo ideal de modernidade vigente no país, o que proporcionou a consolidação daquela praia como a nova área de lazer local, fortalecendo o uso já existente como lugar de banho de mar. Esse ideal correspondeu ao conceito moderno, segundo Harvey (1992, p. 69), de “*planos* urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada”.

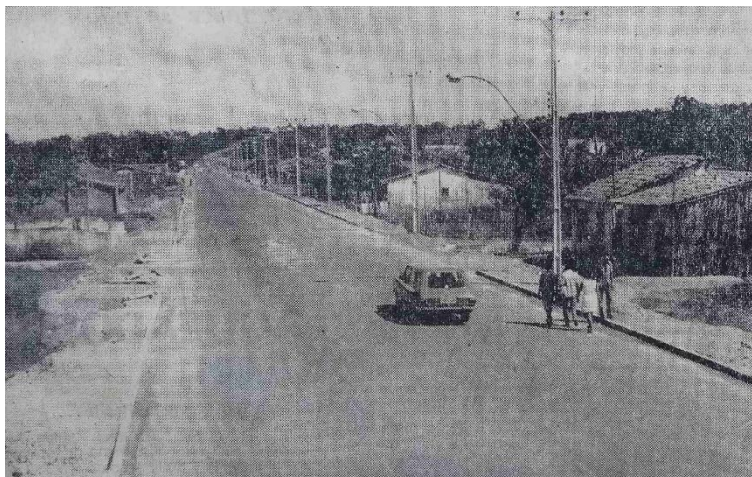
Nesse sentido, pretendia-se criar uma visibilidade para a região marítima da baixada norte da cidade, implantando-se infraestrutura urbana e criando condições para a expansão imobiliária e o turismo. O jornal *Gazeta de Alagoas* (PISTA..., 1974, p. 1) enfatiza a Jatiúca como “um dos bairros mais problemáticos” da cidade, e mostra numa foto a pavimentação da sua principal avenida como “mais uma estrada asfaltada em direção ao mar”, que, segundo a matéria, proporcionava a valorização dos terrenos e abria “novos caminhos para o turismo na cidade” (Figura 100).

Ainda na sequência do pensamento de Harvey, nessa década esboça-se o movimento pós-modernista, dissociando-se o espaço da sua função social – característica fundamental do modernismo. Assim, a urbanização incorpora os conceitos pós-modernistas “como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez, a consecução da intemporalidade e da beleza ‘desinteressada’ como fins em si mesmas” (IDEM, p. 69).

A produção daquele espaço da Pajuçara forma então o que Macedo e Sakata (2003, p.

13) definem como um parque linear, que cabe no conceito “como um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana (...) um elemento típico da grande cidade moderna, estando em constante processo de recodificação”, o que levou a população a elegê-la como o novo ponto de atração da cidade (Figura 101).

Figura 100 - A Avenida Jatiúca em 1974 na ocasião da sua pavimentação: "uma estrada asfaltada em direção ao mar".



Fonte: Pista... (1974, p.1).

Figura 101 – O ideal de modernidade da urbanização da Praia da Pajuçara na década de 1970.



Fonte: Cavalcante (2011).

Segundo Veras Filho (1991, p. 80), os principais jornais da época noticiaram como responsável pelo projeto o arquiteto Dilson Gestal Pereira, “autor do projeto de urbanização da praia de Copacabana e que também integrou a equipe de Oscar Niemayer quando da projeção de Brasília”.

Matéria do jornal *Gazeta de Alagoas* de 10 de novembro de 1974, por ocasião da inauguração da urbanização, esclarece o que contemplou a obra, segundo o discurso de João Sampaio, prefeito da cidade na época (Tabela 3). Entre outras intervenções na orla, explica que

ampliou a largura de toda a avenida onde foi feita a urbanização, em 4 metros, fez 90 mil m³ de aterro e realizou a drenagem daquele logradouro³⁹.

Tabela 3 - Elementos paisagísticos implantados na urbanização da Pajuçara em 1974

Quantidade	Descrição
04	Campos de futebol
09	Campos de basquete e voleibol
----	Estacionamento para 600 veículos
07	Abrigos de ônibus
11	Praças
03	Playground
11	Barracas de coco
03	Postos de salvamento
----	Postos de embarque
01	Balança de pescado
118	Postes de iluminação
7.000	Árvores plantadas
32.000 m ²	Área verde

Fonte: Jornal *Gazeta de Alagoas* (Edição de 10 de novembro de 1974).

A veiculação do jornal *Gazeta de Alagoas* de matérias no dia da inauguração da urbanização e no dia subsequente, um sábado e domingo respectivamente, procura mostrar a relevância do acontecimento. Evidenciava-se ali a clara intenção de se enaltecer a obra com objetivos políticos, ao destacar a presença de representante do Governo Federal – o ministro do Ministério das Minas e Energia. Sua presença se explica por a obra ter sido viabilizada pelos investimentos oriundos, em sua maior parte, da PETROBRAS, de acordo com matéria de capa (JOÃO..., 1974). Internamente, a divulgação no veículo de comunicação se dá em página dupla (MINISTRO..., 1974), com referências e imagens do local, sempre numa linguagem proativa e positiva.

O *Jornal de Alagoas*, concorrente direto daquele veículo de comunicação, nesse mesmo dia não apresentou nenhuma matéria em referência à propaganda novidade. Ficava clara a parcialidade daquele jornal em relação à gestão municipal, contra o empenho do outro jornal de promover politicamente o evento, com o objetivo de se galgar ganhos para o grupo político situacionista na eleição que se avizinhava: cinco dias depois ocorreria a eleição para senador, deputados federais e estaduais.

³⁹ A *Gazeta de Alagoas* circula no estado desde 1934, tendo sido adquirida nos anos 1950 pela Organização Arnon de Mello (OAM), pertencente ao então governador que deu nome à Organização (OAM, s.d.). É o jornal de maior circulação no estado, com maior poder de influência. É de propriedade de políticos situacionistas que sempre estiveram no poder em nível local ou nacional. Faz parte do grupo que detém a transmissão da rede Globo, com posturas políticas voltadas aos interesses das classes dominantes.

Contrariando o *marketing* político apresentado, o *Jornal de Alagoas* publicou uma reportagem de página inteira intitulada “Maceió em preto e branco: há muita coisa ainda a fazer em nossa cidade” (MACEIÓ..., 1974). A matéria expõe os diversos problemas da infraestrutura de Maceió, num claro questionamento da nova obra – à qual se refere como “obra de fachada”. Mostra a contradição da Vila Aratu, no Trapiche, onde as pessoas “vivem mergulhadas na lama”, ao lado do “majestoso Estádio Rei Pelé”, inaugurado havia menos de quatro anos; e a situação de miséria de Brasília Teimosa, a Vila Brejal, comunidade localizada na Levada. Os problemas se estendem pelos bairros, incluindo o Centro, o Farol e o Poço, com ruas inabitáveis. Aponta também a falta de saneamento como um grave problema da cidade, e como consequência, a poluição da praia da Avenida, “uma das praias mais lindas do Brasil”, pelo riacho Salgadinho.

Apesar da posição do jornal *Gazeta de Alagoas*, matérias veiculadas nesse mesmo ano por esse jornal, anteriormente à inauguração da urbanização da Pajuçara, mostram também as contradições da infraestrutura urbana da cidade voltada para as praias (Tabela 4).

O jornal *Gazeta de Alagoas* procurava apontar os problemas da cidade, mas deixava clara a parcela de responsabilidade da população sobre o que acontecia e o empenho e a preocupação do poder público em resolvê-los. Já o *Jornal de Alagoas* tinha uma acirrada visão crítica da situação e se empenhava em questionar a urbanização da Pajuçara como se fora a melhor alternativa para a cidade ou a melhor representação da imagem local. Nesse contexto, no propósito de direcionar o olhar para outras áreas de Maceió que não a Pajuçara, entre o mês que antecedeu a entrega da obra e o final do ano, o *Jornal de Alagoas* publicou artigos e matérias explicitando problemas ou potencialidades de outras regiões da cidade⁴⁰ (Tabela 5).

Os serviços implantados com a urbanização da Pajuçara mostram a dimensão do projeto para Maceió, uma vez que a sua implantação não representou a ampliação da orla existente da praia da Avenida, mas uma nova orla, com uma intervenção mais arrojada e com uma diversidade de espaços novos para o lazer e a prática esportiva. Dessa forma, a urbanização representou de fato a criação de um novo espaço na cidade, com a clara intenção de projetar politicamente o chefe do Poder Executivo municipal de então, por meio de um efetivo trabalho de *marketing*.

⁴⁰ O reconhecimento ao trabalho da gestão municipal também é ressaltado por esse veículo de comunicação no editorial do dia 13 de outubro desse ano, um domingo, intitulado “Maceió”. Ao tempo que enfatiza as belezas do mar e a importância das obras realizadas, menciona também os lugares pitorescos, que os leitores assíduos do jornal reconhecem tratar-se da região lagunar.

Tabela 4 – Os problemas da região marítima segundo matérias do jornal *Gazeta de Alagoas* antes da urbanização da Pajuçara

Data	Descrição	Conteúdo
05/05/1974	Salgadinho, o problema do Poço que se estende a toda a cidade	O riacho Salgadinho é mostrado como um elemento de grande constrangimento no bairro e na cidade, pelo mau cheiro da água estagnada e o lixo acumulado. Em relação à praia da Avenida, elenca dois problemas: causa uma péssima imagem para o turista e proporciona o perigo de contaminação dos banhistas.
27/05/1974	Pajuçara, o bairro em que a beleza natural encobre os seus problemas	A matéria enfatiza a urbanização da Pajuçara como um provável cartão de visita da cidade, em construção. Aponta, no entanto, o que ela chama “um segundo Salgadinho”, em referência ao riacho Salgadinho: a poluição da praia por esgotos e detritos carreados para o mar por meio de ligações feitas por moradores nas tubulações de águas da chuva ⁴¹ .
24/06/1974	Jaraguá: um bairro que vive para pagar impostos	Jaraguá aparece no texto como um bairro comercial e próspero. Contrastando com isso, cita-se a “favela marítima”, próxima ao porto, formada por pescadores. Refere-se ao baixo meretrício que existiu até pouco tempo no bairro, como lugar da “vida noturna irregular”, e sua transferência como algo que melhorou o “aspecto social” local. Ao mesmo tempo, denuncia o lixo, o mau cheiro provocado pelo lamaçal nas ruas e a ausência de um crescimento “urbanístico”.
25/06/1974	Poluição acaba beleza das praias de Maceió	O riacho Salgadinho e as ligações clandestinas feitas por moradores nas tubulações das galerias pluviais voltam como tema de problemas recorrentes da cidade: de um lado, a praia da Avenida é dada como “morta” pela poluição do riacho; do outro, a poluição também causa apreensão na Pajuçara e na Jatiúca. No Trapiche, a praia se ressentiu com a usina de tratamento de esgotos sanitários, que provoca lançamentos no mar. Conclui que todas as praias consideradas urbanas na época estão sendo afetadas e comprometem a imagem da cidade.

Fonte: Jornal *Gazeta de Alagoas* (mai./ jun. 1974).

Repetia-se, com a construção, a experiência de se inaugurar obras de grande vulto, desconsiderando-se as necessidades de áreas existentes na cidade.

A utilização das praias da região sul de Maceió manteve um uso mais voltado para a população dos bairros onde elas se localizam. Alguns fatores podem ser elencados para isso, principalmente a infraestrutura tardia de acesso à orla; a localização da Salgema à beira-mar, nos anos 1970; e a implantação do emissário submarino, nos anos 1980.

⁴¹ Ligações irregulares desse tipo são problemas que permanecem até os dias de hoje, poluindo as praias urbanas da cidade e provocando o que se chama de “línguas negras”, em referência ao esgoto escuro lançado no mar.

Tabela 5 - Publicações do Jornal de Alagoas sobre os problemas e potencialidades de áreas de Maceió externas à Pajuçara em 1974

Data	Descrição	Conteúdo
11/10/1974	Poluição na Praia da Avenida	Uma foto da poluição da praia da Avenida, causada pelo riacho Salgadinho, em sua foz, é mostrada em destaque. O texto enfatiza ser esta a principal praia da cidade, e aponta o problema como um grande risco para quem frequenta o lugar, que deveria ter uma urbanização como a que ocorria na Pajuçara.
24/10/1974	Motonautica – Um recanto tranquilo e atraente na mais prateada morada do sol	O texto apresenta as qualidades do Motonáutica Lagoa Clube, uma associação recreativa à beira da laguna e ao lado do mar do Trapiche da Barra. Seu ponto forte era a sua localização que proporcionava passeios lacustres, atraindo associados – donos de embarcações e turistas –, que faziam do lugar um dos pontos de maior visitação da cidade.
01/11/1974	Prefeitura precisa recuperar praças localizadas no Centro	A matéria aponta a necessidade de se recuperar as praças dos Palmares e Bráulio Cavalcante, antiga Montepio. Serviços que deveriam ser feitos concomitantemente com a urbanização da Pajuçara.
01/11/1974	Brasília Teimosa ou Vila Brejal: dois nomes para a própria miséria	Reportagem sobre a precariedade e as condições de miséria da vila com cerca de seiscentas famílias, localizada entre o mercado público e a laguna, estendendo-se por cerca de dois quilômetros.
14/11/1974	Serviço médico lacustre vai ser entregue hoje de manhã.	Inauguração, no porto da Lancha, no Trapiche da Barra, de uma embarcação para atendimento médico-odontológico destinado à população das margens das lagunas Mundaú e Manguaba.
30/11/1974	Entardecer na Praia da Avenida	Artigo escrito por José Montenegro Cavalcante que enaltece o pôr do sol na praia da Avenida, exaltando a beleza natural do mar.
30/11/1974	Lancha “Santa Rita”	O texto informa a inauguração nessa data de uma nova lancha, com o nome do título da matéria, para o transporte de passageiros, com destino a Pilar e Marechal Deodoro. O serviço é feito diariamente e prestado por uma firma particular com o auxílio do estado. Destaca a “elegância e seguridade” da embarcação e a sua capacidade para cerca de sessenta passageiros.
10/12/1974	Canais e Lagoas: onde o nosso Estado diferencia o turismo.	“Alagoas tem uma coisa que nenhuma outra terra tem: a belíssima região dos canais e lagoas. Ali a natureza está praticamente virgem, e o homem se sente livre e tranquilo”. Essa chamada da matéria de página inteira apresenta a região como um importante diferencial turístico da cidade, destacando a navegação comercial entre Maceió e Marechal Deodoro como um atrativo que possibilita a contemplação do lugar. Questiona se a melhoria do transporte para fins turísticos – com lancha com bar e boate –, poderia atrair turistas. Faz uma comparação com a Pajuçara e ressalta o desinteresse dos empresários e do estado em fomentar tal atividade.
24/12/1974	I Festival de canoas	Evento realizado com apoio da EMATUR e da Prefeitura Municipal de Maceió, partindo do Motonáutica Lagoa Clube até o bairro do Pontal. É mais um exemplo do protagonismo na cidade de então.

Fonte: *Jornal de Alagoas* (out./ nov./ dez. 1974).

Os fatos apresentados foram reunidos numa revista promocional da Prefeitura Municipal no último ano do mandato, que fez um balanço da administração. Como resultado do *marketing* político, enaltecera-se os feitos, atribuídos como “grandes transformações” para a cidade: “Pajuçara, à beira-mar, bela, solta ao vento, foi o arremate dessa revolução urbana” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, 1975, p. 3), representada por imagens do lugar que procuravam traduzir este sentimento de mudanças no espaço urbano (Figura 102).

Figura 102 - Vista aérea da Praia da Pajuçara no seu período de inauguração em 1974.



Fonte: Prefeitura Municipal de Maceió (1975, p. 14 e 15).

Gândara (2008, p. 2) afirma que “ao falar da imagem de um destino turístico, devemos ter claro que a imagem é a soma do produto global que se oferece (todos os distintos produtos que possam oferecer um destino), mais o conjunto de ações comunicativas de que é objeto este produto ou destino”. A imagem difundida da praia da Pajuçara pelas canções que se propagaram país afora desempenharam um papel muito importante como ação comunicativa. Estas canções se tornaram hinos simbólicos da cidade e fazem parte do repertório apresentado aos turistas que a visitam. “Maceió”, composição de Lourival Passos, de 1962, interpretada por cantores famosos como Luiz Gonzaga e Dominginhos, exemplifica tal afirmação (INSTITUTO MEMÓRIA MUSICAL BRASILEIRA, s.d. a):

(...) Alagoas
Têm joias tão caras
Que meus olhos
Não cansam de olhar
Uma delas és tu Pajuçara
Praia linda engastada no mar
Quando a lua no céu adormece
Pajuçara se enfeita ainda mais
Vem à brisa rezar uma prece
Entre as folhas dos seus coqueirais (...)

Outras canções seguem a mesma temática e enaltecem a praia como a imagem que melhor identifica a cidade, a exemplo da composição “Minha sereia”, de Carlos Moura, de 1982: “Mergulhar no azul piscina/ No mar de Pajuçara/ Deixar o sol bater no meu rosto/ Ai que gosto me dá (...)” (INSTITUTO MEMÓRIA MUSICAL BRASILEIRA, s.d. b).

O imaginário do mar na cidade também inspirou obras como a de Agélio Novaes, artista plástico alagoano, da cidade de Viçosa, que produziu “A criação do mar de Maceió” (Figura 103). Na sua representação são encontrados elementos da cultura indígena, representando os povos originários da costa alagoana; imagens de caravelas, provavelmente simbolizando os corsários e os primeiros exploradores da região; e paisagens que se reportam ao início do século XX, em que se avista o Gogó da Ema; e no período posterior – o farol de navegação –, ambos na Ponta Verde.

Figura 103 - A criação do mar de Maceió na visão do artista plástico Agélio Novaes.



Fonte: NOVAES (s.d.).

Se a Pajuçara direcionou o imaginário para o mar, o descompromisso da cidade com a região lagunar se deu ao tempo que se fortalecia o turismo marítimo. Lages *et al.* (1979, p. 73) anota que no final daquela década a cidade ainda tinha um olhar próximo da laguna – como se ainda estivesse presente uma sedução por parte da população e o seu protagonismo ainda relutasse em permanecer:

Perspectivas de Novas Praias ao longo do Dique Estrada – Com o aterro de terras alagadas e canais que marginavam os bairros do Vergel do Lago, do Trapiche da Barra, haverá perspectiva do surgimento de uma nova área turística. A construção deste Dique-Estrada pela URB (Companhia de Urbanização de Maceió), teve sua primeira etapa concluída na administração Dilton Simões. Seguir-se-á a execução de um projeto de urbanização do novo aterro, no qual serão implantadas casas populares, escolas, centro de assistência, parques de diversão, dentro de parques florestais e jardins. Quatro pistas asfálticas, partindo da Levada e indo até a Salgema – Indústrias Químicas S.A, no Trapiche da Barra possibilitarão um agradável passeio ao turista que terá oportunidade de acompanhar o por-do-sol, refletido nas águas calmas das lagoas e canais e desfrutar das praias lacustres com suas canoas e redes de pescar estendidas.

Não obstante essa demonstração de sedução, o descompromisso na cidade com suas áreas já consolidadas guardava uma relação direta com aquelas definidas pelo pensamento higienista como áreas insalubres da cidade. Isso ficará evidenciado nas próximas décadas desse século, pela relação de valorização/desvalorização desses lugares, pela implantação de construções e equipamentos urbanos ao longo da praia da Avenida e adjacências ou pela construção da estação de tratamento de esgoto e do emissário submarino, na praia do Sobral (Figura 104).

A praia do Sobral carrega o estigma de lugar desvalorizado desde o tempo do urbanismo higienista, quando no início do século XX era lugar de despejo de fezes do quartel da polícia e, pela localização nessa região da cidade, dos equipamentos urbanos indesejáveis que precisavam ser “invisibilizados” – cemitérios, matadouro etc. Seguiu com a formação da favela do Ouricuri na segunda metade daquele século – a ocupação de uma área desvalorizada justamente pelas pessoas que não podiam pagar pela “cidade legal”, com lotes legalizados, urbanizada.

O investimento na urbanização da orla da Pajuçara, no entanto, como a propulsora do turismo em Maceió e indutora da formação de uma “orla de fora, aquela de altíssimo investimento imobiliário” (ALMEIDA, 2017), definiu a ação de turistificação pela qual passou a cidade. Vasconcelos (2017, p. 13) a define como “um processo espacial de territorialização pelo e para o turismo, assentado em um viés de produção do espaço que tem por finalidade a (re)produção de atividade turística”.

Essa turistificação - importante movimento que se encontra em todas as cidades -, como a propulsora do turismo da cidade levou aos seguintes efeitos enquanto produção do espaço local: (1) morfológicos, (2) sociais, (3) econômicos, (4) ambientais e (5) na produção do espaço de consumo da cidade (DUARTE; MANHAS, 2017).

Figura 104 - Panorama das áreas valorizadas e desvalorizadas em Maceió no século XX.



Fonte: Manhas (2014).

(1) Efeitos morfológicos: houve uma alteração significativa da paisagem costeira da cidade, com o objetivo de se demarcar um contorno e um melhor acesso à praia, com aterros, asfaltamento da avenida beira-mar e a construção do Alagoas Iate Clube, o Alagoinhas, cujo projeto coube às arquitetas alagoanas Zélia Maia Nobre e Edy Marreta, representantes da arquitetura moderna em Alagoas. Sua construção se iniciou em 1977 (MENSAGEM..., 1977), e criou uma nova identidade do mar na cidade, reforçada pela urbanização da Pajuçara. Esta iniciativa gerou um marco para a paisagem local, realçando a simbologia da praia e da inserção de Maceió nos padrões da arquitetura vista como inovadora e de qualidade. Significou uma forma de representar a cidade a partir da praia, demonstrando a pujança da elite da época pelo seu caráter privado (Figura 105).

Figura 105 - O Alagoinhas como lugar de eventos e festas para a elite maceioense na segunda metade do século XX.



Desfile de moda: *Alagoinhas* marcou época entre a alta sociedade maceioense

Fonte: Pinto (2014).

A urbanização da Pajuçara deu continuidade ao litoral norte da cidade, com serviços que se estenderam por três quilômetros. A praia, que tinha um aspecto natural, com coqueirais e a avenida margeando a sua orla, e que se estendia até cerca de metade da sua extensão, recebeu asfalto e acessos para veículos. O conjunto da obra exigiu aterros para que comportasse todo o empreendimento, e possibilitou a criação de um novo vetor de crescimento da área urbana da cidade, influenciado pelo ideal de modernidade vigente no país. Proporcionou a consolidação daquela praia como a nova área de lazer local, fortalecendo o uso já existente como lugar de banho de mar.

(2) Efeitos sociais: a turistificação ocorrida na orla marítima viabilizou uma transformação do bairro da Pajuçara. Havia, segundo Normande, T. (2000, p. 86), duas ocupações distintas no

local: a da faixa litorânea e a parte que formava o interior da Ponta da Terra, próxima a Jaraguá e ao Poço. A primeira “compunha uma paisagem homogênea do ponto de vista da média e alta classe”, lugar do veraneio de famílias tradicionais. A outra abrigava a moradia dos “pescadores e trabalhadores de baixa renda”⁴². A implantação de loteamentos, já nas décadas de 1950 e 1960, levou a uma valorização e ao advento de novos usos daquela parte da cidade, culminando com a urbanização da orla marítima. No desenrolar deste processo, a região passa a receber os hotéis na orla e pousadas no interior do bairro, alcançando um *status* de bairro turístico, transformando a sua ocupação.

A limitação do número de leitos ofertados pela cadeia hoteleira era um dos entraves para o desenvolvimento do turismo na cidade na década de 1970. No primeiro ano desta década, os principais hotéis de Maceió se localizavam no Centro – Parque, Beiriz e Califórnia, totalizando 207 leitos, seguindo a tradição do início do século. Numa primeira fase, havia os hotéis próximos à Estação Central; noutra, nos arredores da Catedral. Com a construção do Estádio Rei Pelé em 1970, o “Trapichão”, às margens da laguna, no bairro do Trapiche da Barra, e a escassez de leitos, os alojamentos daquele estádio, no ano seguinte após a sua inauguração, passaram a funcionar como hospedagem, em apoio aos hotéis existentes, transformando-se no Lagoa Hotel.

A implantação do Lagoa Hotel no Estádio Rei Pelé revela o protagonismo da laguna nessa década. Esta singularidade contava com a relação de proximidade da laguna com a cidade, como se vê na Figura 106, que mostra o Trapichão, cuja importância local era indiscutível na época, e fora inserido no entorno da laguna, de forma objetiva e direta, vizinho ao canal do Trapiche - que partia do bairro do Trapiche da Barra até o Vergel do Lago - e as ilhas.

Com certeza, para a escolha do lugar – uma área de expansão do município – deve ter sido levada em conta a paisagem local e a relevância da laguna para a população. Isto fez prevalecer a escolha da localização sobre questões técnicas de se construir às margens de um mangue, uma dificuldade que seria superada pela tecnologia construtiva da época se fosse implantada em outro bairro, em distância equivalente à do Trapiche da Barra ao Centro, como o Farol, também área de expansão – onde o solo é muito mais resistente.

⁴² Normande, T (2000) afirma ainda que até o início do século XX, a Pajuçara era ocupada por pescadores. A partir de então, foi ocorrendo aos poucos o interesse das famílias das classes dominantes pelo lugar, e a transferência daqueles da faixa litorânea.

Figura 106 - O Trapichão nos primeiros anos da sua inauguração na década de 1970 e sua relação de proximidade com a laguna.



Fonte: Foto de José Ronaldo (s.d.), acervo de Ailton Pacheco. *In*: Duarte (2010, p. 55).

Ainda nesta década, a concentração hoteleira da cidade passou para a praia da Avenida, também no Centro. Já nos anos 1920, no entanto, nesta praia, às margens do então riacho Maceió, ocorrera a construção do Hotel Atlântico, possibilitando uma imponência ao lugar. Na década de 1970 inaugurava-se a “segunda fase da hotelaria da capital”, quando os seus principais hotéis não ocupam mais a área comercial do Centro, mas a orla da sua praia. Em 1973 é inaugurado o Luxor Hotel, com a construção de um prédio de nove pavimentos, contando com mais de 100 apartamentos; e no ano seguinte, o Hotel Beira-Mar, com 13 pavimentos e 75 apartamentos (BULGARELLI, 2012, p. 51).

A construção do Hotel Jatiúca⁴³, implantado na praia da Jatiúca em 1979, entretanto, fez os futuros hotéis de Maceió, a partir de então, instalarem-se definitivamente na região daquela praia, da Ponta Verde e Pajuçara, e viria a ser um marco do novo paradigma econômico do estado – o turismo (VERAS FILHO, 1991).

A nova localização dos hotéis e serviços da cidade firmou assim uma reestruturação urbana nos arredores da Pajuçara e das praias vizinhas, criando uma nova centralidade. A urbanização turística da orla local impulsionou o crescimento e despertou o interesse da população da cidade e dos turistas pelo lugar, possibilitando a multiplicação de serviços turísticos como bares, restaurantes, eventos, festividades e vida noturna.

Como consequência da turistificação ocorrida no local, a apropriação da orla foi ficando mais seletiva com o passar dos anos, elevando-se a valorização imobiliária.

⁴³ Atualmente sua denominação é Jatiúca Hotel & Resort; no entanto, será referenciado nesta tese com o seu nome inicial, conforme é conhecido na cidade.

A população de menor poder aquisitivo fixou-se cada vez mais no interior do bairro, mantendo uma proximidade com a orla marítima, muitas vezes pelo lazer público existente, incluindo-se aí o banho de mar; e pela relação de trabalho – a pesca, a prestação de serviço nos empreendimentos comerciais e apartamentos de maior poder aquisitivo, ou pelo comércio formal ou informal, principalmente de alimentos e artesanato. Uma parcela dos pescadores se integrara aos serviços turísticos, com a migração da pesca para o transporte de turistas em jangadas para a piscina natural existente no mar da Pajuçara, proporcionando uma nova atividade e captação de renda.

Essa população é denominada por Jessé de Souza⁴⁴ de a “ralé” brasileira: “uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação” (SOUZA, 2009, p. 21). Ele deixa claro que essa designação não tem o objetivo de ofender essas pessoas, mas sim o propósito de:

Chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc.

(3) Efeitos econômicos: investimentos e valorização da orla em detrimento da laguna e uma grande especulação imobiliária do bairro.

A compreensão da cidade - a partir da valorização do mar, como elemento designativo da imagem turística local, pelas ações a partir da década de 1970, já apresentadas neste trabalho, encontrou condições favoráveis para a sua real efetivação. Essas ações motivaram uma crescente desqualificação da imagem da laguna em Maceió.

O Dique-Estrada foi o aterro de parte da laguna com um ganho de território na cidade de cerca de 202 hectares - o equivalente a aproximadamente 202 campos de futebol em tamanho

⁴⁴ Jessé José Ferreira Freire, professor titular da Universidade Federal do ABC (UFABC), graduado em direito, mestre e doutor em sociologia, pós-doutor em filosofia e psicanálise. Escreve em vários idiomas “sobre teoria social, pensamento social brasileiro e estudos teórico/empíricos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo” (CNPQ, 2018 b).

oficial e impulsionou o uso do solo com uma conotação pejorativa e de degradação dessa região lagunar. A Figura 107 apresenta uma imagem atual desse contexto urbano após a consolidação da área com o aterro, num ângulo de visão semelhante ao da Figura 106, que mostra a situação anterior à intervenção. O Trapichão, em destaque em ambas, mostra o quanto a região foi ocupada.

Figura 107 – A ocupação da região do Dique-Estrada na atualidade.



Fonte: Google Earth. Imagem Landsat (2018), com edição do autor.

Duarte (2010) apresenta como o principal benefício decorrente da construção do Dique-Estrada a proteção dos bairros contra as enchentes periódicas. Aponta, no entanto, que a grande extensão territorial criada com o aterro teve uma apropriação de forma conjuntural e não planejada, de acordo com as demandas da época. A inexperiência do poder público para lidar com uma nova área bastante extensa na cidade e as discontinuidades administrativas dos gestores encontraram na habitação popular a sua melhor destinação. Isso levou a uma situação de grande precariedade e posterior marginalização das famílias ali instaladas, consolidando a área como lugar pobre na cidade.

A laguna, por sua vez, sofreu as consequências diretas desses fatos. A abertura da rodovia AL 101-sul, a partir do Pontal da Barra em direção a Marechal Deodoro, reduziu a importância da laguna como transporte e contribuiu para distanciar a população do seu meio, favorecendo o turismo de praia (DUARTE, 2010). Paralelamente a esses acontecimentos, a

expansão da urbanização da costa marítima nas décadas seguintes, a partir da Pajuçara, fortaleceu a região marítima com investimentos imobiliários.

(4) Efeitos ambientais: alterações no desenho natural da orla; descaso com o patrimônio histórico; impactos ambientais causados pelo lançamento de esgoto no mar, pelas ligações clandestinas na rede pública de águas pluviais, pelos moradores.

Com a consolidação da urbanização, as residências e construções de pequeno porte foram substituídas por prédios verticais para uso residencial ou comercial e o patrimônio histórico não foi preservado. Dois exemplos sobressaem nesse contexto: a demolição de uma construção conhecida por “casa rosada” (Figura 108), em 2005 (PORTAL DE ARQUITETURA ALAGOANA, 2015a) e do “Alagoinhas”, que teve sua deterioração iniciada a partir também deste ano, e a sua construção enquanto patrimônio da cidade não foi preservada (PINTO, 2015).

Figura 108 - Casa rosada.



Fonte: Pinto (2015).

A casa rosada possuía um estilo arquitetônico neocolonial e se encontrava em processo de tombamento estadual para a sua preservação como patrimônio histórico, quando foi demolida, sendo construído um prédio no local. Até a ocorrência da demolição da casa rosada não havia em Maceió um instrumento de proteção para construções históricas que estivessem fora dos bairros de Jaraguá e do Centro. O fato levou à criação desse instrumento pelo município por meio da instituição da Unidade Especial de Preservação (UEP)⁴⁵, para se evitar a repetição

⁴⁵ “As UEPs são imóveis e espaços urbanos públicos e privados cuja importância histórica e arquitetônica foi reconhecida como relevante para Maceió por constituírem expressão arquitetônica ou histórica do patrimônio cultural edificado da cidade, composta por uma ou mais de uma edificação

da destruição do patrimônio histórico da cidade (PORTAL DE ARQUITETURA ALAGOANA, 2015a).

(5) Efeitos na produção do espaço de consumo da cidade: momento em que a “geografia espacial” foi delimitada claramente em Maceió, tendo a orla marítima como lugar desejado para moradia e investimentos de alto padrão, contrariamente a todo o restante da cidade, que não é exibido durante o *city tour* propiciado pelas agências de turismo, e onde os “reais” problemas da cidade acontecem devido à falta de infraestrutura urbana.

Essa turistificação tem como lastro o turismo chamado de massa. Para Bastos (1998), esse modelo de turismo é o adotado na cidade, em consonância com o que se pratica na região Nordeste. O mar, neste caso, representa “o ‘Paraíso tropical’, onde vegetação abundante, sol e mar azul são os ingredientes ressaltados para a composição de um dos cenários de lazer mais conhecidos do país e amplamente divulgados como um dos nossos melhores produtos turísticos” (SILVA, 2004, p. 63).

Scocuglia, Chaves e Lins (2006) explicam que, de acordo com Lynch, os ambientes urbanos podem ser entendidos como “cidades únicas”. No caso de Maceió, a cidade seria “protegida” da inserção nesse modelo atual de turismo de massa, configurando um cenário de lazer que é praticamente igual para todas as cidades do Nordeste, a partir da ampla divulgação na mídia.

2.2 O descaminho de uma sedução: a perda de representatividade e o novo simbolismo da laguna em Maceió

A década de 1970 representa uma transição em Maceió, que vivenciava a laguna e a região que a cercava como um ambiente intrínseco à urbanidade local, contíguo ao bairro do Centro, para uma situação que aos poucos foi criando um distanciamento da população com aquele lugar. A relação de aproximação da cidade com a laguna se manifestava pelo protagonismo que ela assumia pela identificação dos moradores com a sua paisagem natural e

isolada e suporte físico de manifestações culturais e de tradições populares do município, especialmente a música e a dança folclórica, a culinária e o artesanato. Estão ainda incluídos os logradouros públicos que, pela importância da sua preservação cultural e/ou paisagística, sejam assim declarados pelo Plano Diretor de Maceió, bem como outros que, posteriormente, tenham reconhecida essa mesma importância pelo Poder Executivo Municipal” (PORTAL DE ARQUITETURA ALAGOANA, 2015a).

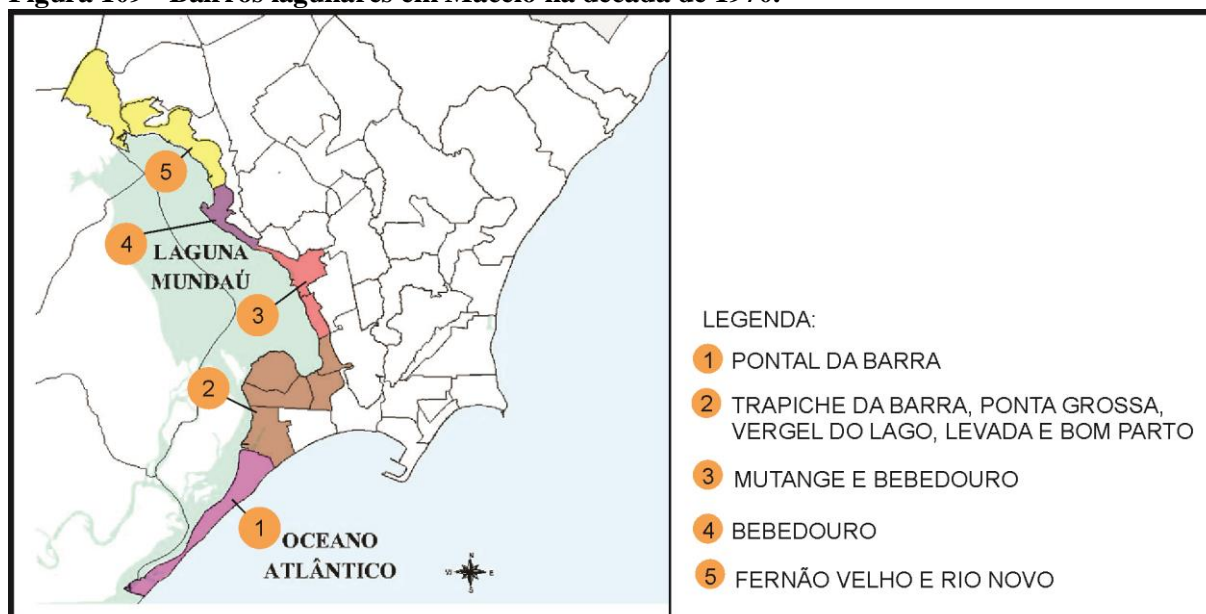
com sua proximidade ao Centro. Esta sedução se transferiu para os encantamentos da “nova” praia da cidade, que fortalecia o imaginário local em relação ao mar.

Esta década marcou o início de mudanças significativas no contexto urbano da região lagunar, que interferiu sobremaneira na relação da população com a laguna, sobretudo com a implantação da Salgema, e posteriormente, do Dique-Estrada.

Na região marítima, a urbanização da praia da Pajuçara foi fator preponderante para um novo olhar para Maceió, revestindo a cidade de uma nova roupagem urbana e uma dinâmica de lazer e atrativos peculiares ao novo espaço criado. A preparação daquele espaço como área de lazer da cidade, no entanto, já ocorrera antes mesmo da inauguração da obra de urbanização, com a primeira grande festa na Pajuçara, em 1973: a Festa Nacional da Cana-de-Açúcar, com 142 *stands*, shows artísticos, parque de diversão e conferências, e uma destacada participação de turistas no evento (VERAS FILHO, 1991).

A geografia existente no início da década de 1970 dividia de certa forma o contorno da laguna na cidade em áreas distintas, que podem ser assim agrupadas: (1) a do bairro do Pontal da Barra; (2) a que compreende os bairros do Trapiche da Barra, Ponta Grossa, Vergel do Lago, Levada e Bom Parto; (3) a área correspondente à extensão do Mutange até Bebedouro, onde existia o porto; (4) a área de expansão de Bebedouro até Fernão Velho; e (5) Fernão Velho e Rio Novo (Figura 109).

Figura 109 - Bairros lagunares em Maceió na década de 1970.



Fonte: Maceió, 2007, com edição do autor.

O Pontal da Barra era um núcleo afastado da cidade, sem relação direta com as demais áreas da laguna, tendo-se o canal do Trapiche como um limite físico em relação aos outros bairros lagunares. A faixa de laguna compreendida entre o Trapiche da Barra e o Bom Parto formava os bairros diretamente relacionados ao Centro, com vias que partiam destes até àquele, sem uma ligação direta entre eles. Não havia uma via às margens da laguna que fizesse uma ligação entre os bairros, formando uma orla, a exemplo do que ocorria no mar. As condições do terreno que margeavam a laguna impediam isso, por conta de suas características de mangue e áreas alagadiças.

Do Mutange até Bebedouro, as características da via que partia em direção ao núcleo central daquele bairro continuavam as mesmas, formando uma barreira de acesso até a laguna. De Bebedouro até Fernão Velho, tinha-se uma área que ia sendo ocupada por habitações de baixa renda entre a via que ligava um bairro ao outro, seguindo a via férrea e a laguna, passando esta a ser o quintal das habitações. Fernão Velho, por sua vez, continuava um núcleo urbano afastado do Centro.

Essa condição geográfica dificultava o acesso da população à laguna e parecia persistir ao pensamento de Paurílio (1938, p. 15). Embora ele deixe clara sua admiração pelo ambiente lagunar, ao mesmo tempo, transparece um distanciamento da laguna em relação à rotina da cidade:

A lagoa está muito perto e nós muito distante dela. Só um raro domingo, de corpo cansado e espírito sombrio, é que nos lembramos de suas águas claras e tranqüilas. Aproximamo-nos, então, de suas margens características, assustando os carangueijos teimosos e as jaçanans esquivas. Uma canoa sonolenta convida a um passeio a lugares aprazíveis, onde há banhos sadios, ar puro, frutas saborosas e liberdade.

A laguna continuava respondendo a uma configuração urbana voltada para o Centro e ainda sem obras físicas estruturantes, no início da década, que tirassem a feição de uma capital ainda pacata. As mudanças terão início ao longo dos anos seguintes, com a duplicação da avenida Fernandes Lima, na parte alta da cidade, em 1974 (VERAS FILHO, 1991), que passaria a ser a principal via de Maceió, e todo um conjunto de obras realizado na cidade.

A paisagem lagunar mostrava-se então muito próxima daquela que Lima (1997, p. 22) descrevera no romance ambientado nas primeiras décadas do século, com um apelo ao ambiente natural – que, de certa forma, atraía a atenção de moradores e visitantes, respondendo à simplicidade da população:

Lula dobrou à esquerda pela praia da lagoa. A água tinha roído a terra cavando uma ribanceira alta, de cima das quais os coqueiros pendiam com as copas humilhadas sujando as palmas verdes na salsugem do lago. Martins-pescadores, socós-bingas espreitavam peixinhos descuidados. Dos buracos dos mangues saíam caranguejos, uçás cabeludos parecendo vergonhas de mulatas.

Em 1973, a laguna e o mar em Maceió se encontraram como protagonistas no cenário maceioense, quando o filme *Joana, a francesa* teve como espaço de produção as terras alagoanas. A relevância deste fato se deu por a história ser dirigida por Cacá Diégues, cineasta nascido em Maceió e com produção cinematográfica de reconhecimento internacional, bem como por possuir no elenco personalidades estrangeiras como a atriz francesa Jeanne Moureau e o estilista italiano, naturalizado francês, Pierre Cardin.

Fora de cena, o estilista declarou à imprensa nacional, que voltava a atenção para a presença estrangeira na cidade, segundo Veras Filho (1991, p. 89), o encantamento com a beleza do mar e daquela que já despontava como a principal praia da cidade: “Pensava que Alagoas era um deserto, até que aqui cheguei, e vi de perto a beleza natural dessa terra, o verde de seus coqueirais e dessa água do mar que não tem definição”. E completa ainda, com relação à declaração do estilista: “Ele descreveu Pajuçara como ‘uma coisa indefinível’ (...)” (IDEM, p. 89). As jangadas o fascinaram, considerando-as as embarcações mais originais e mais belas que já vira em todo o mundo.

O filme se passa numa fazenda nas imediações da serra da Barriga, em União dos Palmares, município distante 73 quilômetros de Maceió – onde se instalou o Quilombo dos Palmares, uma das principais resistências dos escravos no Brasil colonial a partir do final do século XVI. A produção se desenvolveu naquele município e teve cenas passadas também na capital, o que levou os artistas a permanecerem na cidade por algum período, em contato com a população e a imprensa.

Se Pierre Cardin tornou público o seu encantamento com o mar, foi a laguna, no entanto, que ficou no registro cinematográfico como a paisagem natural representativa de Maceió, quando a personagem vivida por Jeanne Moureau passeia nas suas águas, a bordo da lancha *Esplanada* (Figura 110).

O percurso lacustre, feito entre Maceió e Marechal Deodoro, era através da lancha “Esplanada” (referência a um veículo de fabricação nacional de grande sucesso alguns anos antes), que, com seus dois andares comportava oitenta pessoas sentadas; era propulsionada por um motor Caterpillar de 80 cv, já fora

de linha na época, com sua velocidade máxima de 10 milhas marítimas por hora (mais ou menos 25 quilômetros), sendo conduzida por José Carneiro da Silva, que tinha 55 anos, dos quais 22 foram gastos levando embarcações pelas lagoas. O percurso era feito em duas horas e se obrigava a parar, em seu trajeto, em 14 lugares determinados e autorizados pela Capitania-dos-Portos (IDEM, p. 68).

Figura 110 – Cena do filme “Joana, a francesa” de 1973: passeio na lancha “Esplanada” na laguna Mundaú.



Fonte: Joana... (1973).

Este protagonismo da laguna deve-se, em parte, à implantação do Lagoa Hotel no Estádio Rei Pelé. Ainda em relação à importância dada à laguna na década de 1970, segundo Veras Filho (1991), o Hotel Jatiúca seria construído inicialmente no bairro do Vergel do Lago, próximo à laguna, conforme planejamento da empresa, e não no bairro onde se encontra. Isto implicava o reconhecimento das potencialidades naturais do lugar, assim como uma visão ainda sem dar conta das potencialidades da costa marítima, certamente reavaliada como área de expansão e consolidação turística da cidade dentro das novas exigências internacionais voltadas para o mar.

Este hotel viria a ser um marco do turismo em Alagoas, como afirma Veras Filho, símbolo do novo paradigma econômico do estado, iniciado naquela década. Sua localização incorporou a lagoa da Anta, numa evidência da simbologia das águas para a cidade (Figura 111).

No primeiro ano da década de 1970, teve início o Festival de Verão de Marechal Deodoro, na antiga capital, promovido pelo Governo Estadual, que procurou incrementar o turismo por meio de um evento de cunho cultural. A laguna desempenhou um papel importante

para a sua realização, servindo de via de transporte para muitos que partiam de Maceió até àquela cidade.

Figura 111 - O Hotel Jatiúca - localização entre a lagoa da Anta e o mar.



Fonte: Hotel Jatiúca (s.d.).

Ao tempo que o Trapichão atraía a população para os jogos de futebol ou recebia turistas no Lagoa Hotel, a importância do bairro do Trapiche, onde estava situado, dava-se também pela presença de restaurantes de referência na cidade: o Adegas do Trapiche e a Churrascaria e Boate Massayó, inaugurada conjuntamente com o Trapichão e situada nas dependências daquele estádio.

2.2.1 A Salgema e a construção do Dique-Estrada: significados da nova paisagem lagunar

A Salgema entrou em operação comercial em 23 de fevereiro de 1977, tendo a implantação da sua planta industrial sido iniciada no ano anterior. A viabilidade para a sua construção em Maceió teve como ponto de partida o ano de 1943, quando o empresário Euvaldo Luz descobriu jazidas em abundância de sal-gema – “matéria-prima básica para obtenção da soda cáustica e do cloro” –, a partir de perfurações de poços de petróleo para o Conselho Nacional de Petróleo – CNP (LUSTOSA, 1997, p. 9). O cloro participaria na indústria química nacional como matéria-prima de duas indústrias de Camaçari, na Bahia – a Dow Química e a Companhia Petroquímica de Camaçari – CPC, e “das indústrias de celulose do Sul do país” (IDEM, p. 10).

A localização da Salgema no bairro do Pontal da Barra foi justificada por Lustosa (1997, p. 12) por três fatores: a pouca distância ao porto de Jaraguá; as condições favoráveis para a construção de um píer em frente à indústria, para o escoamento da produção e da recepção

de insumos; e a localização da matéria-prima, no bairro de Bebedouro, a cerca de oito quilômetros.

Lustosa (1997, p. 55) levanta um questionamento sobre a real importância do Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA) e da Salgema para o desenvolvimento do estado de Alagoas. Ela afirma que é inegável o crescimento que o PCA proporcionou, mas isso não contribuiu para o desenvolvimento local capaz de fomentar uma nova “mentalidade da população” ou “mudanças sociais efetivas”, e que sua implementação não reduziu o desemprego e o subemprego, pois sem a participação de empresas locais na sua constituição, o capital local se posiciona à margem “do processo de valorização do capital industrial”.

A Salgema foi implantada numa área ambientalmente frágil, com grande possibilidade de riscos de acidentes e vazamentos de produtos químicos, comprometendo a segurança da população da cidade e, em especial, dos moradores do bairro onde se encontra. O seu porte de grande indústria criou um marco na paisagem da cidade, destoando do entorno onde foi inserida (Figura 112). Sua localização implica risco de poluição para o mar e a laguna e de degradação deste meio ambiente (VIEIRA, 2003).

Além destes, existem efeitos a médio e longo prazo, não tão visíveis, e por isso de maior periculosidade. Os organoclorados produzidos e/ou estocados às toneladas na área urbana e cercanias de Maceió detêm propriedades ecotoxicológicas, alternando ou acumulando efeitos biológicos destruidores, agudos e/ou crônicos, que começam com o efeito irritante sobre a pele e vão até o desencadeamento de processos cancerígenos. A epicloridrina é causadora de esterilidade e lesões no fígado, o dicloreto de Vinila provoca câncer no cérebro e outros órgãos, além de angiosarcoma do fígado (IDEM, p. 111).

As inquietações quanto às implicações para o meio urbano da implantação dessa indústria na cidade levaram Timóteo (1984) a estudar a imagem da estrutura urbana de Maceió percebida pelo maceioense, no início dos anos 1980. Utilizou como metodologia a concepção de Lynch (2009), para identificar o que a população percebia do espaço da cidade. Para isso, definiu uma amostra dos moradores e aplicou questionários. Além da Salgema, o fortalecimento do turismo como potencial atividade econômica da cidade, implicava uma perspectiva de alterações do espaço local. Sua pesquisa visava identificar “elementos significantes da estrutura urbana de Maceió que pudessem ser preservados, reconstituídos ou reorganizados” (IDEM, p. 2).

Figura 112 - A Salgema nos primeiros anos da sua implantação na década de 1970: a relação da planta industrial e o meio natural.



Fonte: História de Alagoas (2015a).

Como consequência direta da construção da Salgema para a infraestrutura da cidade, ocorreu a implantação do projeto Dique-Estrada, no mesmo ano de início da execução da planta da indústria, em 1976, conforme destaca Duarte (2010, p. 44):

O Projeto Dique-Estrada foi uma intervenção conjunta dos governos federal, estadual e municipal na porção leste da lagoa Mundaú, em Maceió, nas décadas de 1970 e 1980, com três propósitos: (i) a criação de uma via de escoamento da produção da Salgema Indústrias Químicas S/A (SALGEMA), implantada na cidade em 1976 no Trapiche, entre o mar e a lagoa; (ii) a solução definitiva contra as enchentes na região lagunar, que constou do aterro em parte da lagoa e (iii) a incorporação de ilhas ao continente.

O objetivo principal desta construção no entanto, conforme ficou evidenciado em suas pesquisas, foi proporcionar o escoamento da produção da Salgema por meio de uma ferrovia que se interligaria à malha já existente no bairro da Cambona, e daí seguiria até Camaçari (IDEM).

Se na prática a construção do Dique-Estrada atendia às necessidades da implementação da indústria química, no discurso político este projeto colocava-se como necessário para resolver as enchentes periódicas na região, com o aterro de parte da lagoa, acrescentando uma área à cidade de 202ha. Este aterro foi visto como a solução para as enchentes porque elevou o nível do sítio local em relação à lagoa. Proporcionou a construção de uma viadique,

criando uma barreira de proteção contra as enchentes, e resolveu um problema que atingia a região lagunar e comprometia a sua ocupação.

A intenção de se construir uma rodoferrovia foi seguramente a maior motivação para a execução do aterro, para se resolver tecnicamente a implantação da ferrovia. Sem esta necessidade, provavelmente o aterro, nas proporções que foi feito, fosse desnecessário, evitando-se a incorporação das ilhas ao continente e o estreitamento e canalização do Canal do Trapiche. O aterro dar-se-ia na parte continental, uma vez que a maior parte da orla da lagoa era inabitada; as ilhas continuariam então como áreas alagáveis, sem o incentivo à ocupação, caracterizando-se como áreas de preservação ambiental (DUARTE, 2010, p. 47).

A execução do projeto Dique-Estrada se estendeu por mais seis anos e teve a via inaugurada em 1982, o que fez a região passar a ser conhecida como Dique-Estrada. Neste ínterim decidiu-se abandonar o projeto original da ferrovia e viabilizar o escoamento da produção por um terminal portuário construído no mar, em frente à indústria. Foi concluído o aterro na laguna, pois o motivo divulgado para a população era a proteção dos bairros contra as enchentes (Figura 113).

Figura 113 - A Salgema e seu entorno em 1982.



Fonte: Google Earth (2018), com edição do autor.

O projeto não se restringiu à abertura da via, com cerca de cinco quilômetros, mas possibilitou uma reconfiguração urbana da cidade, com a abertura de outras vias de interligação à construída, drenagens de áreas adjacentes a canais, e construção de equipamentos urbanos como o mercado público - Mercado da Produção e o novo Terminal Rodoviário de Maceió (IDEM).

Além da função de rodoferrovia a que o Dique-Estrada atenderia, outra foi fundamental para a Salgema: servir de caminho entre a base de produção da salmoura – extraída no bairro

de Bebedouro às margens da laguna Mundaú – e a indústria. A salmoura, matéria-prima da Salgema, é transportada por meio de tubulação construída sob o aterro, por cerca de oito quilômetros, utilizando-se a via como base (Figura 114) (DUARTE, 2010).

Figura 114 - Localização da Salgema, Dique-Estrada e a extração de salmoura em Bebedouro.



Fonte: Duarte (2010, p.50).

A implantação da Salgema se deu num período ditatorial do país, e assim, sem espaço para questionamentos das consequências para a cidade. A relação de Maceió com a situação de risco de acidentes e comprometimento do meio ambiente resultou em várias críticas, suscitando incertezas e a desconfiança da população ao longo dos anos, o que se acentuou com a redemocratização do país nos anos 1980.

Andrade (2001) aponta a implantação da Salgema como impactante para os bairros componentes da baixada sul. Ressalta como os mais afetados o Pontal da Barra, pelo seu potencial turístico, e o Trapiche da Barra, pela abrupta desvalorização imobiliária que promoveu no bairro.

Problemas decorrentes da relação de vizinhança entre a Salgema e moradores do Pontal da Barra, associados às questões ecológicas, levaram a conflitos que ocorreram no final da década de 1980 e tiveram como personagens a população do bairro, movimentos sociais e políticos de esquerda. A indústria investia na pretensão de duplicar a sua planta industrial e

aumentar os limites territoriais de ocupação, e isso criou um temor junto aos moradores quanto à perda da posse das moradias em favor desta ampliação.

Já os movimentos sociais, representados principalmente pelo Movimento Pela Vida (MPV), estavam atentos às questões relacionadas ao meio ambiente e suas consequências para a cidade. Os políticos, por sua vez, representavam a força da resistência da recente democratização do país em favor das questões ecológicas (VIEIRA, 1997).

Se, por um lado, esses conflitos ilustram a relevância da atenção da sociedade quanto à iminência de riscos ambientais decorrentes da Salgema, ou como observa Lustosa (1997), é importante questionar o desempenho do PCA para a economia de Alagoas, por outro, Vieira (1997) aponta o papel da elite econômica do estado como propulsora de uma visão positiva em torno da indústria química, vista como a redenção econômica de Alagoas e identificada com os interesses desta elite decisória.

Machado e Lima (2016, p. 180) definem a indústria química em Alagoas “como elemento da complexificação tecnológica do parque industrial alagoano e sua relação dialética de dependência e complementação com o parque industrial brasileiro, mas não como mudança da sua estrutura produtiva secular”. Estrutura associada, conforme a afirmação desses autores, à produção açucareira, dos antigos engenhos transformados em usinas de açúcar, e com o princípio da agroexportação, que não proporcionou a redenção econômica do estado anunciada quando da sua implantação.

Essa forma de produção, definida como arcaica por Machado e Lima (2016), ecoou também de forma ultrapassada em relação à ambiência da laguna na cidade. Com a construção do Dique-Estrada, resultado direto da implantação da Salgema, conforme Duarte (2010), houve uma grande transformação do meio ambiente físico de parte da laguna em Maceió, e os gestores públicos não foram capazes de resolver ou minimizar os problemas daí decorrentes ou dividir responsabilidades em forma de contrapartida pela apropriação, por parte daquela empresa, do espaço construído. De um lado tem-se a questão ambiental, com aterros de mangues, retificação de canais – que se transformaram em esgoto a céu aberto – e incorporação de ilhas. De outro, o cenário socioeconômico do estado após a sua implantação levou a um processo de favelização do lugar, com grandes índices negativos de pobreza, violência e marginalização, criando uma imagem negativa da laguna para a cidade.

Os bairros que compunham a área de intervenção do Dique-Estrada passaram por uma reestruturação física significativa com a criação da via. A interligação deles, que não ocorria

pela margem da laguna no início dos anos 1970, passou a existir. O Centro deixou de ser o ponto de passagem obrigatória entre esses bairros e os demais das outras partes da cidade.

Contudo, conforme Timóteo (1984), a função de serviços do Centro – vista como hipótese para a sua afirmação –, fazia este bairro, no início dos anos 1980, bastante perceptível pela população – pelos calçadões, por suas vias e seus pontos de referência. Seguindo a destinação da maioria das cidades brasileiras, conforme Villaça (2001), esse bairro, enquanto ponto de convergência da cidade, permaneceu muito forte até o desenvolvimento de novas centralidades nas últimas décadas do século XX.

A função de serviços do bairro, levou em 1982, a área central de Maceió ser uma das localidades aventadas para a implantação do novo terminal rodoviário da cidade. Leonardo Bittencourt, professor da UFAL e um dos arquitetos que projetou o empreendimento, afirmou em entrevista para o autor desta tese, em março de 2019, que eram três as alternativas apresentadas pelo poder público, como possível localização: (1) nas imediações do Poço, próximo da estação rodoviária existente; (2) na Levada, nas adjacências do mercado público; e (3) no Feitosa, bairro ainda considerado afastado do Centro. Dentre as possibilidades, a Levada se mostrava muito interessante segundo o arquiteto, pois inseria no contexto urbano, o terminal rodoviário próximo ao transporte lagunar e à malha ferroviária, podendo haver interligação entre si. Contudo, as condições de solo turfoso onde seria implantado, inviabilizou a obra, uma vez que oneraria bastante o orçamento pelas exigências de uma fundação especial, conhecida por caixão flutuante. Os custos levantados desta fundação, foram suficientes para a construção completa do terminal no bairro do Feitosa. Abandonou-se também a construção no bairro onde ele já se encontrava, consolidando-se a expansão da cidade para além de sua área central, e proporcionando a abertura de novas vias e uma nova interligação do mar com a laguna.

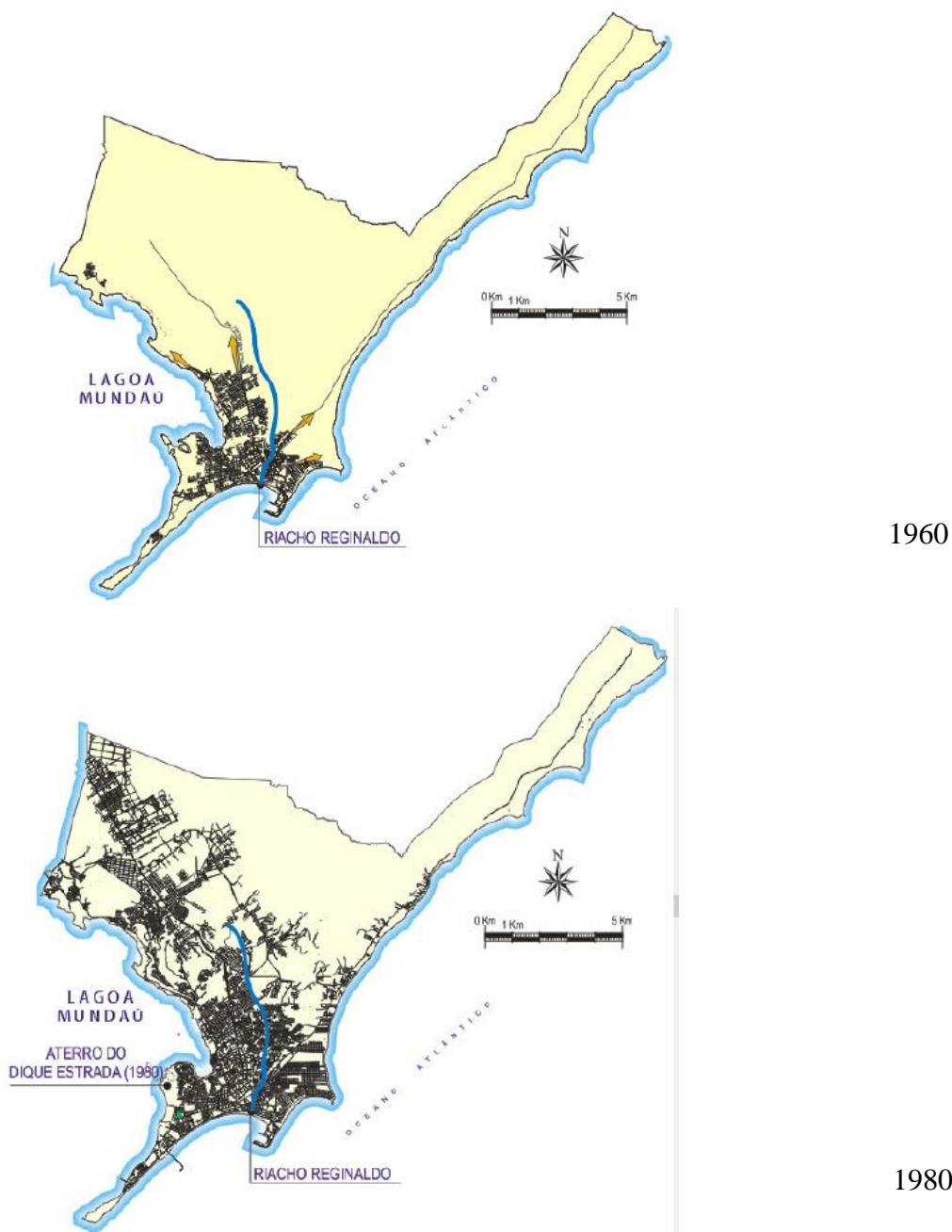
Timóteo (1984, p. 88) destaca como limites bastante percebidos para a população “as praias e a lagoa Mundaú em seu estado natural, como complemento à vida urbana, equilibrando o cenário da cidade”. Com a construção do Dique-Estrada era uma nova paisagem lagunar que se criava – uma orla construída contínua, com seu aspecto físico baseando-se na orla marítima.

2.2.2 A região lagunar a partir da década de 1980

Na década de 1980, a conformação urbana de Maceió define a base das regiões marítima e lagunar atuais: a orla marítima está consolidada, e a orla lagunar, com a construção do Dique-Estrada, redesenhada. Ao longo dos anos que se sucederão, esta situação será ajustada àquela

década. A Figura 115 apresenta a expansão urbana da cidade entre 1960 e 1980. Consta-se nesse período a ocupação da região do tabuleiro e da planície lagunar e marítima em boa parte da sua extensão.

Figura 115 - Expansão da ocupação urbana em Maceió - 1960 e 1980, respectivamente.



Fonte: Fernandes (2010, p. 107).

O lado norte da laguna encontra-se totalmente ocupado. Toda a extensão da antiga Estrada do Sul foi tomada por construções, que a exemplo do que ocorrera no início do século XX, contribuíram para a consolidação de uma barreira física e visual no lugar e impediram o acesso da população até sua margem. A via consolida-se como uma importante avenida na

cidade, seguindo ao lado da linha férrea, ligando o Centro a Bebedouro. Partindo-se do bairro do Bom Parto, onde se inicia o contato direto com a laguna, forma-se um importante caminho que, de um lado, se encontra ocupada entre a avenida e a laguna, e do outro, há os bairros que são conhecidos por comporem o que se chama de parte alta da cidade, até chegar ao lugar onde se encontrava a porta de entrada de Maceió, em Bebedouro do início do século (Figura 116).

Figura 116 – Bebedouro em relação à laguna na segunda década dos anos 2000.



Fonte: Google Earth. Imagem Landsat (2017), com edição do autor.

A construção do Dique-Estrada redesenhou o contorno da margem da laguna entre o Trapiche da Barra e a Levada. A década de 1980 foi o ponto de partida para uma conformação urbana que transitou até o final do século XX, da construção de um novo território na cidade à ocupação do lugar por favelas; da urbanização à ocupação desordenada e sem controle. No final desta década, a região passou por uma nova intervenção. Até 1988, a extensão do Dique-Estrada se encontrava com sua configuração inicial; sua avenida mantinha o traçado original com duas faixas para veículos e fluxos em sentido contrário, formando mão-dupla. Nesse ano, toda a margem da laguna se achava ocupada por habitações provenientes de invasões. Ocorreu uma forte enchente que desabrigou toda essa população. Como consequência, o governador do estado acomodou os desabrigados em área ainda não ocupada do Dique-Estrada e concluiu o projeto viário existente para a região, criando uma nova pista asfáltica, separada da existente por um canteiro central.

Esta ação criou um novo imaginário da laguna para a cidade: o projeto, inaugurado em 1989, não se limitou apenas a uma intervenção viária, mas eliminou a ocupação da sua margem

e implantou uma urbanização nos moldes da praia da Pajuçara. Isso levou o local a ser conhecido naquele momento por Pajuçara II, em referência à orla cartão-postal da cidade (Figura 117).

Figura 117 - Orla urbanizada do Dique-Estrada em 1989.



Fonte: Jornal *Gazeta de Alagoas* em 03/06/1989 in: Duarte (2010, p. 80).

A transformação da paisagem e o novo imaginário da laguna na cidade não foram suficientes para coibir o retorno de famílias para a ocupação da sua margem nos anos 1990, e esta década acaba com a orla novamente tomada pela invasão por favelas em toda a extensão da nova avenida. Duarte (2010) cita como motivos para isso: a economia de Alagoas, fixada na indústria canavieira; a ocupação de áreas ociosas de Maceió, com a migração de famílias vindas do interior; as dificuldades vividas pelo comércio local; e a descontinuidade de ações dos gestores públicos.

Os anos 1990, no entanto, desfizeram aquele ideal de apropriação e, aos poucos, a ocupação das margens da laguna foi sendo retomada pela população pobre. Maricato (2007) afirma que essa década correspondeu a um período de proliferação das favelas no Brasil; as cidades cresceram à margem da lei, ocupando áreas ambientalmente frágeis, como as áreas alagáveis. As extensas periferias resultantes dessas ocupações formaram o que ela classificou como *não cidades*, pela precariedade das habitações, transportes e serviços, fato que contribuiu para o agravamento do quadro local e encerrou os anos 1990 com toda a área ocupada por moradias novamente.

Neste contexto, a Prefeitura de Maceió, com o apoio do Governo Estadual, visualizou como alternativa para resolver estas questões o modelo de planejamento urbano desenvolvido a partir das Olimpíadas de Barcelona, em 1992. Nessa perspectiva, a empresa espanhola GFE desenvolveu o Plano Estratégico Cidade de Maceió a partir de 1997. Com base na gestão da

cidade como uma empresa, apresentou propostas para Maceió que abrangiam as orlas marítima e lagunar.

Nesta visão empresarial, coube um despertar para as potencialidades da laguna Mundaú, com a discussão para a solução da situação de precariedade do Dique-Estrada em pauta. A cidade se voltava novamente para a laguna, e não só os pesquisadores, estudiosos e a população local mostravam-se preocupados com aquele contexto. O seu protagonismo estava em evidência.

A primeira consequência do protagonismo que a laguna apresentava no momento, e da intenção de se criar uma imagem positiva do lugar, deu-se com a nova denominação conferida ao Dique-Estrada, que passou a se chamar de Orla Lagunar de Maceió ou simplesmente Orla Lagunar, visando ressignificar a imagem da região (Duarte, 2010). Foi uma maneira encontrada de se dissociar o lugar da sua imagem negativa – o Dique-Estrada, utilizando-se a nomenclatura original, no geral, quando se quer dar uma conotação pejorativa ao lugar, quando se procura evidenciar atitudes marginais, por exemplo. A partir de então, a cidade incorporou essa toponímia. Na atualidade, o termo aparece, em alguns casos, extensivo a toda a região lagunar da cidade, ou chamam-no de Dique-Estrada, ressaltando-se as colocações de cunho histórico⁴⁶.

Entre os atores desse processo encontravam-se os representantes dos empresários da construção civil e do turismo. A participação desses segmentos comungava com o pensamento da cidade vista como empresa, defendida pela proposta catalã. Associar-se ao governo do estado naquele momento pressupunha a possibilidade de abrir um novo mercado imobiliário e para o turismo na cidade, conforme justificativa do documento publicado pela equipe do Consórcio Plano Estratégico de Maceió (2003, p. 87), numa perspectiva do capital.

Trata-se de um projeto estruturante, porque esse é um dos locais da cidade de maior beleza paisagística e de enorme potencialidade para a implantação o (sic) de um novo projeto de urbanização que venha resgatar o valor do local e aproveitar as facilidades existentes para a criação de um pólo de atividades náuticas voltado para o lazer, promovendo dessa forma, o seu desenvolvimento e gerando novas oportunidades de negócios e de empregos para atender à demanda que se estabelecerá na região.

No bojo da proposta encontrava-se o verdadeiro objetivo dessas transformações de acordo com os parâmetros urbanísticos da orla marítima. Implicitamente, atendia ao apelo do

⁴⁶ Uma verificação desse fato pode ser constatada em *sites* de busca, utilizando-se uma ou outra denominação.

mercado imobiliário, que sentia a necessidade de se apropriar da região da orla lagunar. Isso ocorria porque já se percebia a saturação do espaço da região nobre das praias, e o litoral norte era protegido pela legislação municipal, com o impedimento de se estender as construções verticais até aquela área.

Nessa perspectiva, apesar de Maceió possuir outras áreas também com boa infraestrutura na parte alta, em especial no bairro do Farol ou na Santa Amélia (Figura 118), o apelo da beleza paisagística da laguna levou a que ela fosse percebida sob um novo olhar.

Figura 118 - Vista da laguna – no primeiro plano e, do mar – em segundo, a partir do Mirante de Bebedouro, no acesso ao bairro da Santa Amélia.



Fonte: Autor (2018).

A sedução pelo seu potencial paisagístico certamente motivou bastante a equipe estrangeira. E um olhar de fora naturalmente influenciou a visão daqueles que percebiam na ocasião uma boa oportunidade de negócios. Provavelmente vislumbravam ali uma nova apropriação, como ocorre com a lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro; a Pampulha, em Belo Horizonte; a lagoa da Jansen, em São Luiz; ou a lagoa Solon de Lucena, em João Pessoa, na Paraíba.

Nessa direção, Duarte (2010, p. 86) descreve as propostas: “espaços e itinerários para o Turismo, —eixo urbano ligando o Centro à Orla da Lagoa, requalificação dos Bairros das margens da Lagoa, linhas regulares de transporte hidroviário, melhoramento da atividade pesqueira, melhoramento da atividade artesanal e operação imobiliária na Orla da Lagoa”. E conclui: “Apresentaram para a Orla Lagunar uma proposta de cunho mercadológico, em particular quanto à operação imobiliária, que pretendia promover a transformação da região para área hoteleira e de edifícios residenciais de médio e grande porte”.

A proposta mostrava implicitamente uma intenção de se efetivar um processo de gentrificação e controle do espaço na região lagunar, pelo qual sua população pobre seria

subtraída, com remoção para áreas distantes da cidade. Em seu lugar, com a implantação de infraestrutura por parte do poder público, abrir-se-ia espaço para o investimento do capital. Nessa direção, Bitoun (2003, p. 303) *apud* Duarte (2010, p. 86) explica tal postura:

No Brasil, os atores envolvidos nessa identificação carregavam uma visão negativa do habitat popular, tão somente visto no prisma de áreas de risco ou áreas problemas. Não concebiam, até por falta de vivência ou despreparo acadêmico que, para os moradores, os lugares onde residem podem ser também um bom lugar onde acontece um cotidiano cujas condições poderiam ser melhoradas. Em geral, fortaleceu-se, renovando-o, o velho processo feito aos moradores pobres acusados de comprometer a qualidade ambiental da cidade e portanto a sua imagem no cenário da competição interurbana.

Os grupos dominantes procuravam incorporar a região lagunar, como uma regra simples assinalada por Harvey (1992, p. 213) sobre a dinâmica da luta de classes: “quem domina o espaço sempre pode controlar a política de lugar, mesmo que, e isso é um corolário crucial, primeiro assumo o controle de algum lugar para controlar o espaço”.

Brandão (2011) apresenta o questionamento dos colaboradores quanto ao processo de participação das instituições locais na elaboração do Plano. Entre os descontentes com os trabalhos, cita a professora Regina Dulce, da UFAL, e o professor Sávio de Almeida. A professora relata que as discussões se davam em três níveis: a Diretoria Executiva, a Coordenação Executiva e pessoas notáveis.

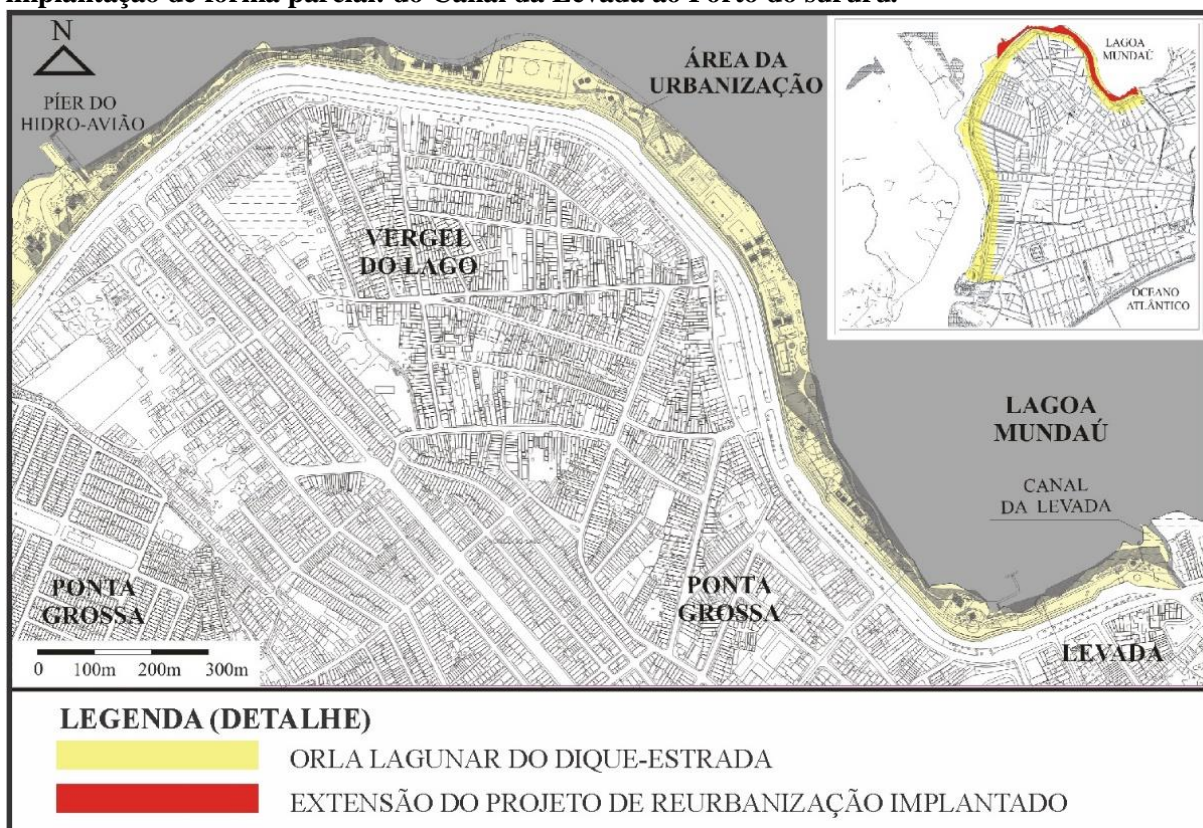
Ainda segundo a representante da UFAL, houve uma atuação permanente de alguns membros da Coordenação Executiva no sentido de propor abordagens mais progressistas e uma maior permeabilidade à participação popular ao longo do processo. Contudo, as decisões de fato ocorriam apenas dentro da Direção Executiva, que parecia querer legitimar suas ideias. O conjunto de notáveis reuniu-se poucas vezes e não participou de forma efetiva das discussões nem das decisões.

Apesar do empenho do governo estadual e municipal, o plano estratégico não logrou êxito. Segundo Brandão (2011), “o resultado desse processo foi um documento genérico, baseado em diagnósticos já feitos anteriormente e com propostas pouco detalhadas, que apenas reiteram tendências para ações já pensadas antes de sua elaboração”. Além disso, a intenção de transformar a área radicalmente encontrou um obstáculo de difícil resolução: o documento

resultante julgou necessário, para a implementação das propostas, a transferência da Salgema⁴⁷ para outro local, pelo risco de acidente que ela representa, algo que inviabilizou qualquer discussão.

Como resultado das discussões que ocorreram a partir daquele plano com o propósito de se resolver o problema da ocupação da margem da laguna no Dique-Estrada, foi iniciado em 2000 o Projeto de Reurbanização da Orla da Lagoa Mundaú. Este projeto foi implantado parcialmente entre 2000 e 2004, numa extensão aproximada de dois quilômetros a partir do canal da Levada, abrangendo parte dos bairros da Levada, Ponta Grossa e Vergel do Lago. Inicialmente, a proposta abrangeria os cerca de cinco quilômetros da orla lagunar. A área onde foi realizado o trabalho corresponde à faixa de solo menos ocupada da margem da laguna, uma vez que, neste local, a área existente entre a via e a margem lagunar é bem mais estreita que a área seguinte (DUARTE, 2010) (Figura 119).

Figura 119 - Área prevista para a Urbanização em 2000 da Orla Lagunar. No detalhe, planta da implantação de forma parcial: do Canal da Levada ao Porto do sururu.



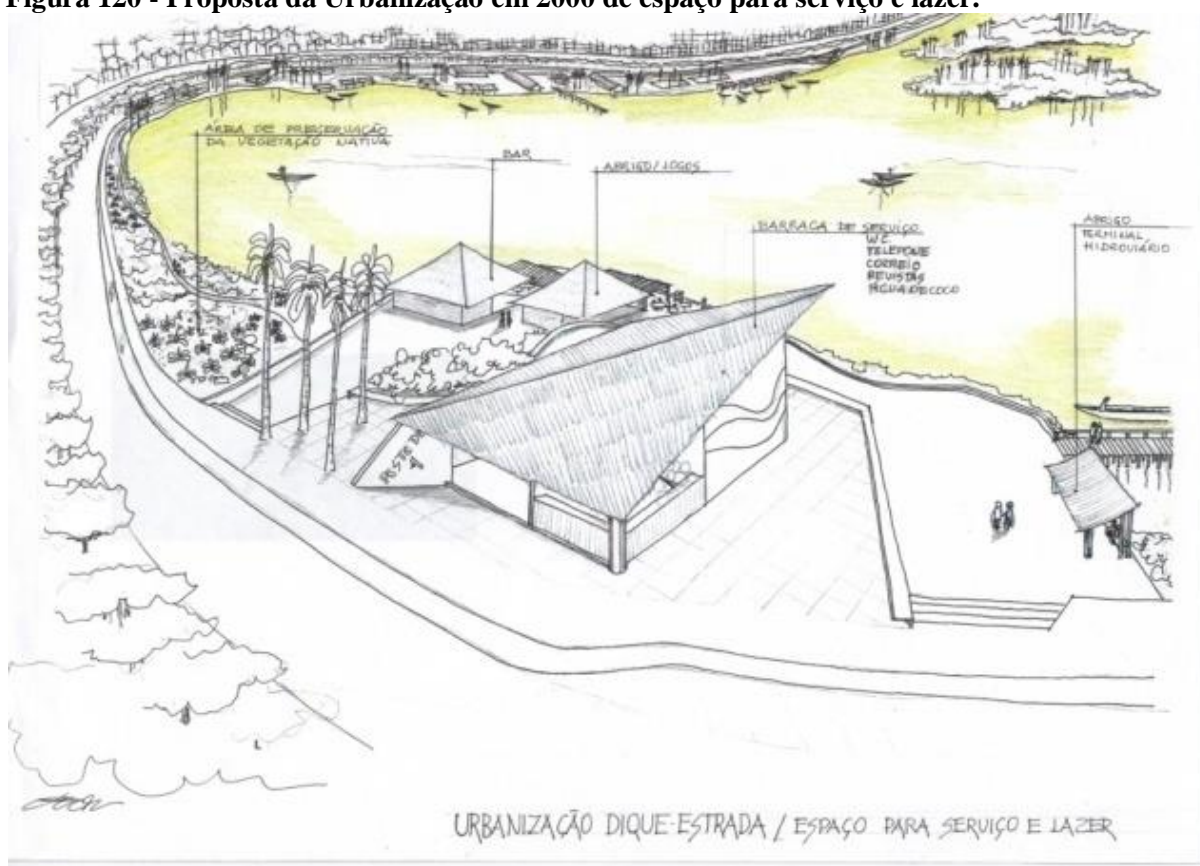
Fonte: Duarte (2010, p. 88), com edição do autor.

Havia uma intenção clara da proposta da requalificação urbanística voltada para o turismo (Figura 120). Os parâmetros construtivos dos equipamentos projetados continuaram

⁴⁷ Em 2002 a Salgema passou a se chamar Braskem.

com a visão do que se propunha para a orla marítima da cidade, fato que se justifica pela relação das arquitetas dos órgãos provedores do trabalho com a produção daquele espaço. Isso ocorria tanto na concepção formal – barracas de tijolo aparente com cobertura em sapé –, quanto conceitual – barracas de múltiplo uso: com a ocupação por mais de um prestador de serviço. Na prática, as barracas construídas foram ocupadas como bares individualizados, diferentemente do que fora proposto (DUARTE, 2010) (Figura 121).

Figura 120 - Proposta da Urbanização em 2000 de espaço para serviço e lazer.



Fonte: Duarte (2010, p. 90).

Como a requalificação da área ficou particionada – nem refez toda a margem da lagoa, nem considerou toda a extensão da orla –, os resultados não lograram êxito. Foi uma intervenção precária e ineficiente: no conjunto, o lugar não passou por uma transformação, apesar de ter tido passeios refeitos, a implantação de depósitos para materiais de pescadores e a construção de abrigos para canoas (DUARTE, 2010) (Figura 122). O poder público empenhou-se em requalificar o espaço físico, mesmo que de forma limitada – pois não contemplou o canteiro central ao longo da via-, e até procurou dar condições aos pescadores no desempenho de suas atividades laborais - com as construções de apoio a esses trabalhadores-, mas não atentou para promover uma requalificação social do espaço, que possibilitasse uma

maior aproximação da população local e da cidade com o lugar, no intuito de desfazer a imagem negativa associada àqueles bairros lagunares.

Figura 121 - Barraca construída na urbanização de 2000 na urbanização da Orla Lagunar.



Fonte: Duarte (2010, p. 90).

Figura 122 - obras realizadas na urbanização de 2000 na Orla Lagunar.



Fonte: Duarte (2010, p. 90 e 115).

As portas de entrada lacustre na atualidade

As transformações ao longo dos anos pelas quais passaram as portas de entrada lacustre (Figura 123), semelhante ao que ocorreu com as portas de entrada marítima, sintetizam o conceito de Lynch (1997, p. 2), para quem a cidade resulta da intervenção de diversos construtores, que estão sempre interagindo e alterando o espaço urbano:

A cidade não é apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de diversos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar sua estrutura. Se, em linhas gerais, ela pode ser estável por algum tempo, por outro lado está sempre se modificando nos detalhes.

Figura 123 - Localização das portas de entrada lacustre na atualidade.



Fonte: Prefeitura Municipal de Maceió (2007), com edição do autor.

Porta de Entrada de Bebedouro atualmente

A ambiência dessa porta de entrada, como resposta a uma cidade dinâmica, encontra-se bem diferente na realidade atual, em que não se percebe a relação do lugar com a lagoa, pela ocupação ao longo de século XX de toda a sua margem entre a via férrea e a área que correspondia ao local, nas imediações da estação do trem. O acesso de canoas se dá atualmente pelo que restou do riacho, ocupado também nas suas margens (Figura 124).

Não há também referências àquela situação simbólica do lugar existente até as primeiras décadas do século XX. O espaço se encontra caracterizado pelo cruzamento de vias com grande intensidade e uma concentração de pessoas proveniente do comércio local. Há um trânsito confuso, ocorrendo o cruzamento da via de automóveis com o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) – em substituição ao antigo trem –, comércio, construções e pedestres (Figura 125).

Figura 124 - A região da Porta de entrada de Bebedouro na atualidade.



Fonte: Google Earth Pro (2018), com edição do autor.

Figura 125 - A porta de entrada de Bebedouro na atualidade: ocupação de toda a área por comércio e feirantes.



Fonte: Autor (2017).

O riacho quase não é percebido, e seu acesso se limita a uma estreita passagem para a avenida principal, entre barracas de feirantes e as edificações em alvenaria, de caráter permanente. Ainda funciona como acesso de canoas à laguna, mas as construções que chegam até o seu leito comprometem a qualidade daquele meio ambiente, contribuindo para alagamentos em períodos de chuva na cidade. Observa-se uma precarização do espaço, seja pelas condições físicas do guarda-corpo de proteção da ponte que cruza a avenida, seja pelo

conjunto do seu entorno, bastante adensado e ocupado, sem se levar em consideração os efeitos negativos para o local (Figura 126).

Figura 126 - A Porta de entrada de Bebedouro no início do século XX e na atualidade.



Fonte: (1) MISA (s.d.); (2) Autor (2018).

Porto do Trapiche atualmente

É relevante a importância desse porto como porta de entrada da cidade. Tanto que o seu entorno, constituído da capela Nossa Senhora da Guia e da praça Pingo d'Água, onde ela se encontra, foi incorporado ao conjunto de UEP, implementadas no Plano Diretor de Maceió, de 2005 (MACEIÓ, 2005), entre os 56 conjuntos estabelecidos por essa lei.

Na atualidade, o contexto desse conjunto histórico não apresenta nenhuma representatividade no seu entorno. As margens do canal do Trapiche se encontram ocupadas por construções, e daí não se tem acesso à laguna, nem visão dela, anulando qualquer referência ao lugar que fora uma das portas de entrada da cidade (Figura 127).

Figura 127 – O entorno da Porta de entrada do porto da Lancha do Trapiche na atualidade.



Fonte: Google Earth. Imagem Landsat (2018).

Porto da Levada atualmente

Na atualidade, a espacialidade do lugar se compõe de um canal retificado, por onde escorre esgoto a céu aberto em direção à laguna, com uma intensa ocupação e bastante sujeira - que não guarda nada do que já representou um dia para a cidade (Figura 128).

Figura 128 – O Porto da Levada na atualidade.



Fonte: Autor (2018).

Região do hidroavião atualmente

Esse espaço representou, na primeira metade do século XX, um importante lugar na cidade, concentrador de um serviço especializado, atraindo uma concentração de pessoas pela sua função de “aeroporto”, bem como pelo espaço físico do hidroporto. Na atualidade, o espaço e o entorno de onde se encontrava o hidroavião não possuem nenhum significado para a cidade. A área do píer de concreto, apesar da sua importância histórica, está ocupada por um galpão pré-fabricado, sobre a responsabilidade da UFAL, sem nenhuma referência ao simbolismo que o espaço poderia representar⁴⁸ (Figura 129).

⁴⁸ Fato que se repete em outros espaços históricos da cidade, ocupados pela UFAL, como o prédio onde funciona atualmente o Museu de História Natural, antiga Faculdade de Medicina, sem a sua história e valor simbólico evidenciados.

Figura 129 - A espacialidade atual que representa o entorno de onde existiu o hidroavião.



Fonte: Autor (2018).

2.2.3 A região marítima a partir da década de 1980

A preocupação do poder público com a orla marítima construída pode ser entendida pela permanente manutenção destes espaços e pelas constantes intervenções propostas e/ou implementadas nas décadas seguintes à sua implantação, como forma de ajustar o espaço às demandas de cada período. Nesse sentido, o poder público se empenhou em fazer jus a este papel do espaço, e os arquitetos da Prefeitura Municipal buscaram atender às necessidades que o espaço demandava. Propostas para o local – de projetos ou intervenções para reformas e melhorias – foram levantadas junto ao setor de arquivamento da SEMINFRA, conforme a Tabela 6, encontradas em pesquisa naquele órgão. Entre as propostas constam: projeto para construção de um anfiteatro, reforma da balança do peixe e implantação de ciclovias. São propostas que mostram a intensa produção de intervenções ou pretensões de qualificação do espaço nos anos 1980 e 1990.

Enquanto produção imobiliária, a região marítima criada se adequou bem aos interesses desse setor produtivo. Acerca disso, Cavalcante (2015, p. 35) afirma:

No contexto da cidade de Maceió, a década de 80 assinalou, com o final da ditadura militar, um momento profícuo para o mercado imobiliário, o que coincide com a projeção da mesma no mercado nacional/internacional, enquanto cidade turística (...). O processo de verticalização na cidade foi acentuado [na década seguinte] e vários prédios erguidos, principalmente nos bairros de Ponta Verde e de Pajuçara (o bairro da Jatiúca seria o próximo na expansão).

Tabela 6 - Plantas e projetos da década de 1980 arquivados na SEMINFRA

Data	Órgão	Projeto/ Planta/ Descrição/ Autor
Outubro/1984	URB ⁴⁹	Urbanização da praia da Pajuçara. Projeto para construção de um anfiteatro.
Fevereiro/1985	URB	Urbanização da Pajuçara. Urbanização da área onde foi implantada a agência Bradesco.
Agosto/1985	URB	Urbanização da Pajuçara. Balança do peixe – reforma.
Abril/1987	URB	Urbanização da Pajuçara. Locação e detalhe do banco das quadras da praia de Pajuçara.
Novembro/1993	COMURB ⁵⁰	Estudo de implantação de mão única e ampliação da ciclovia nas avenidas Antônio Gouveia e Robert Kennedy. Trecho: praia Pajuçara/ praia Ponta Verde.
Novembro/1994	COMURB	Urbanização da praia de Pajuçara. Reforma. Ciclovia Pajuçara: trecho Sete Coqueiros – Atlantic.
Dezembro/1994	COMURB	Ciclovia Pajuçara: trecho Sete Coqueiros – Atlantic.
Abril/1995	COMURB	Urbanização da Praia de Pajuçara. Proposta de ocupação de área disponível. Área de eventos. Estacionamento privativo.
Junho/1995	COMURB	Urbanização da praia de Pajuçara. Proposta de implantação de “bolsão de estacionamento”.
Junho/1995	COMURB	Urbanização da praia de Pajuçara. Propostas de reformas. Trechos: estacionamento balança/ parque infantil/ estacionamento “Feirinha” [de artesanato].
Junho/1995	COMURB	Urbanização da praia de Pajuçara. Propostas implantação de parque infantil.
Junho/1995	COMURB	Projeto de implantação de equipamentos de ginástica em uma quadra esportiva desativada na Urbanização da praia de Pajuçara.
Julho/1995	COMURB	Projeto Urbanização da Pajuçara. Rink de patinação – grade – arquibancada e canteiro.
Agosto/1995	COMURB	Urbanização da praia de Pajuçara. Feirinha da Pajuçara. Locação.
Setembro/1995	COMURB	Urbanização da praia de Pajuçara. Projeto de reforma e ampliação dos banheiros públicos junto à casa do guincho do Iate Clube Pajuçara.
Setembro/1995	COMURB	Urbanização da praia de Pajuçara. Camarim/palco (Praça Multieventos)
Outubro/1995	COMURB	Iluminação da orla marítima do Detran até Cruz das Almas
Novembro/1998	SMCU COMURB	Proposta de melhoria da urbanização entre as praias de Pajuçara e de Ponta Verde – Passagem no Alagoas Iate Clube (área do Alagoinhas)

Fonte: Setor de arquivo da SEMINFRA. Pesquisa feita em 25/11/2016

Timóteo (1984) observa que no início dos anos 1980, os elementos mais significativos para a população de Maceió são as praias, a laguna e os mirantes situados na parte alta da cidade – estes, vistos como pontos de visualização. Ainda se percebe a laguna como um relevante componente local, que junto aos dois outros espaços, segundo o seu ponto de vista, merece uma preservação rigorosa.

⁴⁹ Companhia de Urbanização de Maceió. Órgão municipal extinto e absorvido pela SEMINFRA.

⁵⁰ Companhia de Urbanização de Maceió, em substituição à URB.

Basicamente um espaço urbano deve distinguir-se por algumas características que lhes são peculiares. No caso de Maceió, a forma territorial, a topografia ondulada, as praias e a lagoa Mundaú se complementam, compondo a forma arquitetônica e urbana (IDEM, p.87).

A professora Josemary Ferrare, em sua análise da tese como examinadora, corrobora a afirmação de Timóteo (1984):

Quando eu cursava arquitetura, entre 1974 e 1979, às vezes me organizava juntamente com os colegas de turma para irmos olhar o pôr do sol na laguna, no Pontal da Barra. Depois de aberta a rodovia AL 101- Sul, íamos olhar na Massagueira. Não havia restaurante logo que abriu. Era o desfrute da paisagem lagunar. A laguna evocava o pôr do sol.

A partir da década de 1990, no entanto, um novo conceito de cidade começa a se estabelecer: a cidade-empresa, que fomentou o planejamento estratégico como a saída da crise nas cidades e a mudança do modelo das relações comerciais, numa busca de redefinição do espaço e do tempo.

Harvey (1996) aponta o ano de 1985 como a base da discussão sobre o empresariamento das cidades. Reporta-se a um colóquio que discutiu, em Orleans, a direção a ser tomada por sete países do capitalismo avançado para reverter a crise nas cidades. Em consenso, encontraram na inovação e no empreendedorismo direcionados para a conquista de investimentos empresariais a alternativa para solucionar tais problemas. Nos Estados Unidos, isso já ocorria desde 1972. Harvey (1996) alerta que as práticas espaciais nas cidades mudaram com essa transição do modelo de administração:

Por um lado, presenciamos uma maior fragmentação do espaço social urbano em bairros, comunidades e uma variedade de “grupos de esquina” e, por outro lado, a ligação eletrônica casa-trabalho e o transporte rápido tornam sem sentido o conceito de cidade enquanto unidade física rigidamente delimitada ou mesmo um domínio administrativo coerentemente organizado.

Nessa década, o fenômeno da turistificação na cidade tem como destaque a revitalização do bairro de Jaraguá, que acentuou a sua decadência a partir da década anterior. Contraditoriamente, enquanto as orlas da Ponta Verde e Jatiúca são valorizadas, Jaraguá é revitalizado visando ao turismo, mas é abandonado a seguir pelo mau uso do solo, de acordo com o projeto de revitalização.

Andrade (2005, p. 103) aponta como objetivos da reestruturação do bairro histórico a implantação de um centro turístico no local, onde se fomentassem a cultura e o lazer, a complementar o “turismo de sol e mar”. Apesar de se localizar à beira-mar, algumas barreiras físicas constituíam empecilhos para uma relação direta com a praia: no local inexistia uma orla voltada diretamente para o mar; a faixa marítima é ocupada pelo porto e por ocupações particulares, entre elas uma área remanescente ainda da primeira metade do século XX, ocupada por pescadores e moradores de baixa-renda, conhecida por Vila dos Pescadores ou Favela do Jaraguá.

Em 1999 a área revitalizada foi liberada e entrou em funcionamento como “um tipo de desenvolvimento local empresarialista”, com participação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), setores públicos e empresários (ANDRADE, 2005, p. 168). O sucesso extemporâneo da nova área de lazer da cidade voltou-se para uma classe de alta renda, com restaurantes, casas de shows e espaços voltados para um grupo seletivo de moradores e turistas. Contudo, o espaço criado não resistiu às adversidades impostas pela operacionalização daquela nova experiência, e em 2004 sucumbiu. Isso se deveu: à não desvinculação do setor turístico da oferta de Maceió como “Paraíso das Águas”; à apatia da população e dos turistas pelo patrimônio histórico; à estruturação do bairro além das áreas específicas voltadas para a revitalização; à intervenção no riacho Salgadinho para uma consequente despoluição da praia da Avenida; e à permanência da Vila dos Pescadores, gerando na percepção local uma sensação de insegurança (IDEM).

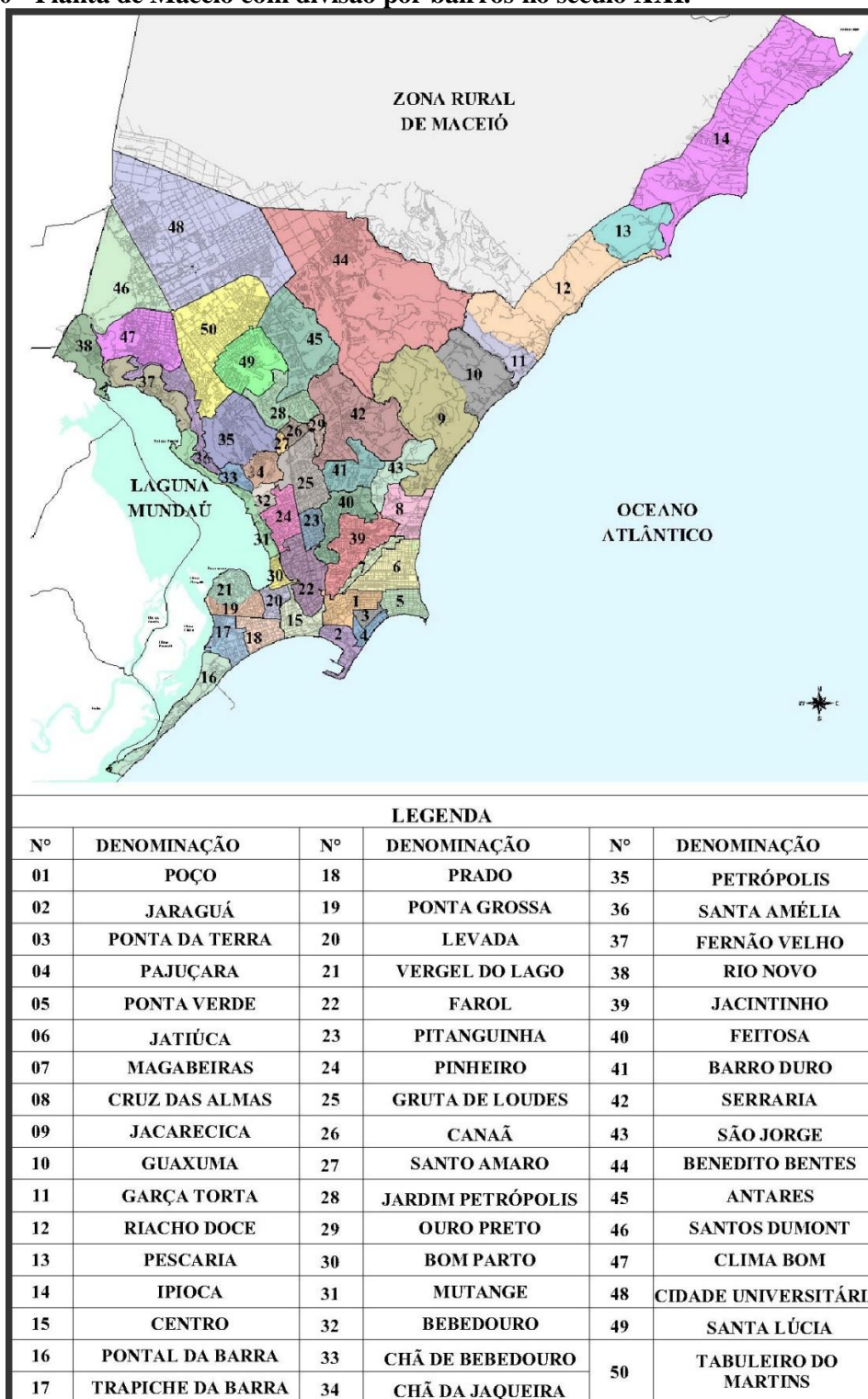
A transferência da Vila dos Pescadores continuou na pauta do empresariado local nos anos seguintes, e terminou ocorrendo em 2015, para a praia do Sobral, num processo de gentrificação promovido pela Prefeitura Municipal. No local, deveria ser implantado o Centro Pesqueiro, para apoio aos antigos moradores, visando à produção e à venda dos seus produtos. Até o fechamento desta tese, as obras não avançaram, e o local continua isolado por um tapume, criando-se uma expectativa quanto à sua conclusão.

A quantidade de produções voltadas para a costa marítima, a partir da urbanização da Pajuçara até a última década do século XX, ressalta a pouca atenção dispensada, ante o desenvolvimento maciço do *marketing* turístico voltado para as praias. Isso fez Maceió encerrar o século com um mar bastante valorizado, e a laguna com uma imagem depreciada e desvalorizada.

3 MACEIÓ DO SÉCULO XXI: DO MAR! E A LAGUNA?

Maceió chega ao século XXI com uma população de cerca de oitocentos mil habitantes – 796.842, exatamente, segundo o Censo Demográfico do IBGE, e cinquenta bairros (Figura 130).

Figura 130 - Planta de Maceió com divisão por bairros no século XXI.



Fonte: Maceió (2007), com edição do autor.

Esta seção pretende analisar e compreender qual é a relação direta do mar e da laguna com a cidade na atualidade – o que resultou do protagonismo e da sedução de ambos na formação do imaginário das águas na cidade atual. Para responder a essas questões, serão usados como pontos da pesquisa: (1) os projetos e ações relacionados às duas regiões no período; (2) a atividade turística e; (3) o mercado imobiliário.

Em cem anos a população de Maceió cresceu mais de 20 vezes, o equivalente a mais de 2.000%. As relações sociais passaram por mudanças significativas. A conformação urbana da cidade se desvinculou do Centro e suas adjacências ganharam novos contornos e significação. Nesta direção, o mar e a laguna se realinharam às novas demandas locais e ganharam nova simbologia no imaginário do maceioense, definindo novos papéis e nuances quanto ao protagonismo e sedução.

Nesta trajetória, o protagonismo do mar na cidade aparece cada vez com mais evidência, numa sucessão de ações que sempre buscam valorizar a sua presença na cidade, reforçando o estigma de uma cidade tropical. Nesse sentido, em 2005, a população elegeu o coqueiro como a “árvore” símbolo da cidade, numa campanha promovida pela Prefeitura Municipal. Cabe registrar a incoerência da campanha – que se intitulava como a escolha de uma árvore, uma vez que foram elencadas dez espécies vegetais para a seleção –, sendo nove espécies arbóreas e o coqueiro, que na classificação botânica é uma palmeira (LORENZI, 2004).

Foram disponibilizadas no período de 7 a 19 de dezembro 300 urnas para a votação em supermercados, escolas e locais públicos (Alagoas 24 horas, 2005). Certamente, a abundância histórica dessa palmeira na paisagem da cidade e sua associação ao imaginário do mar (Gogó da Ema, Sete Coqueiros) influenciaram na escolha, assim como o desconhecimento pela população de boa parte das espécies - apresentadas na Tabela 7.

Tabela 7 – Espécies apresentadas como “árvores” para a escolha da árvore símbolo de Maceió			
NOME POPULAR	NOME BOTÂNICO	NOME POPULAR	NOME BOTÂNICO
Coqueiro	<i>Cocos nucifera</i>	Oitizeiro	<i>Licania tomentosa</i>
Ipê-roxo	<i>Tabebuia heptaphylla</i>	Mangabeira	<i>Hancornia speciosa</i>
Sucupira	<i>Bowdichia virgilioides</i>	Mungubeira	<i>Bombax munguba</i>
Pitombeira	<i>Talisia esculenta</i>	Jenipapeiro	<i>Genipa americana</i>
Murici	<i>Byrsonima sericea</i>	Jaqueira	<i>Artocarpus intergrifolia</i>

Fonte: Alagoas 24 horas, 2005.

Se a atitude da população em reconhecer a influência do mar e seus elementos na cidade é bastante visível, o distanciamento em relação à região lagunar torna cada vez maior a infinidade de problemas ali existentes, na direção do que Tuan (1980, p. 4) define como “primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo”.

Bezerra (2014, p. 52), em seu discurso incisivo contra a opção da burguesia local de ocupar este novo espaço na cidade e negar a existência da região lagunar, afirma: “Mas aconteceu que *Maceió fugiu da Mundaú*. Pensou que a lama e os caranguejos e os homens-caranguejos iam engolir ela!!!!”. E esclarece esta postura das elites como consequência da modernidade empreendida na cidade.

Esta modernidade procura excluir a laguna do contexto da cidade, mesmo que não seja de maneira intencional, ou represente o imaginário das águas na cidade absorvido apenas pelo mar. Este imaginário crescente é uma realidade presente nas cidades litorâneas e revela uma tendência no Brasil no tocante ao lugar de desejo de consumo. O turismo é um exemplo forte dessa afirmação, como aponta Silva (2004, p. 63):

A praia talvez seja a imagem mais recorrente da paisagem turística brasileira, fortemente ancorada pela ideia de “paraíso tropical”, onde vegetação abundante, sol e mar azul são os ingredientes ressaltados para a composição de um dos cenários de lazer mais conhecidos do país e amplamente divulgados como um dos nossos melhores ‘produtos turísticos’.

ALAGOAS (2015, p. 26) aponta que “o segmento turístico intitulado de ‘sol e praia’ é o mais explorado no estado de Alagoas”. Dos 102 municípios existentes no território alagoano, 15 são litorâneos⁵¹. E neles estão 70% da hospedagem ofertada em terras alagoanas. Apesar desse percentual bastante elevado, os municípios lagunares como Marechal Deodoro, Pilar e Maceió, não exploram suas lagunas com esse objetivo: a capital não possui nenhum hotel voltado para a laguna Mundaú, dentro do conceito do MTur, que realça a definição de praia extensiva a rios, lagoas e lagunas, algo que o senso comum encontra realce no mar ou em lugares a ele associados (IDEM, p. 20):

⁵¹ Esses municípios compreendem aqueles que margeiam o oceano Atlântico. O “turismo sol e praia”, no entanto, segundo o conceito do Ministério do Turismo (MTur), não acontece apenas nesses municípios, mas em outros localizados no interior do estado, como, por exemplo, em Piranhas, às margens do rio São Francisco.

O MTur conceitua o Turismo de Sol e Praia como aquelas atividades turísticas ligadas à recreação, entretenimento e/ou descanso em praias, sendo desejável a presença conjunta de água, sol e calor. Neste caso, a praia é considerada como a área ao longo de um corpo d'água, podendo ser praia marítima, praia fluvial ou lacustre (próxima a rios ou lagoas) e praias artificiais.

O turismo como atividade econômica não foi suficiente para mudar o quadro econômico de Alagoas, e reverter os índices de precarização econômica do estado. Souza (2009, p. 464) faz um mapeamento das classes destituídas do Brasil, buscando uma “conceituação e mensuração das posições das pessoas na estrutura social”, tendo como base “o princípio de exclusão do controle de ativos ou recursos econômicos”.

Em seu estudo, conforme quadro de Santos (2009), apresenta as principais classes destituídas no país, no qual Alagoas aparece em segundo lugar com 51,57% de destituídos, perdendo apenas para o Maranhão, com 51,58%. Nessa perspectiva, pode-se perceber a dimensão da ralé brasileira, definida por ele, bem presente no estado.

O turismo caminha *pari passu* com o mercado imobiliário. Araújo (2014) aponta o encontro entre ambos no Brasil a partir da globalização oriunda entre 1979 e 1982. Este fenômeno foi crescente no país, nos anos seguintes, como oportunidade de diversificação de investimentos e o entrelaçamento destes dois setores, o que levou à implantação de novas tipologias hoteleiras como os *flats* e os *resorts*. Maceió também se inseriu neste contexto com o turismo sol e praia e direcionou parte dos visitantes para o seu litoral norte, fora da efervescência de suas praias urbanas, com os *resorts* Village Pratagy, construído no início dos anos 1990 e, o Salinas Maceió Beach Resort, em 2008.

O protagonismo e a sedução do mar e da laguna em Maceió no século XXI resultam assim do processo socioeconômico de toda a história da cidade, que levou à sua conformação atual, tendo sido muito importante toda a conjuntura posterior à década de 1970. O imaginário das águas resultante desta linha do tempo, as potencialidades e os problemas relativos às duas regiões serão assim abordados nesta seção, numa busca de se encontrar nuances deste protagonismo e desta sedução a partir dos anos 2000, focando-se em quatro aspectos: (1) os projetos e ações que norteiam as intervenções de melhoria da região marítima e da laguna no século XXI; (2) o protagonismo e a sedução do mar e da laguna na atividade turística em Maceió a partir dos anos 2000; (3) o mercado imobiliário e a especulação entre o mar e a laguna; (4) parâmetros econômicos da valorização/desvalorização do mar e da laguna na cidade; e (5) Da Salgema ao Pinheiro: o drama de um bairro.

Essa seção estuda as questões que envolvem o imaginário do mar e da laguna em Maceió no século XXI. A valorização da costa marítima, na área urbana da cidade, torna-se evidente, enquanto a laguna e os bairros que compõem a região lagunar não recebem a mesma atenção. Na primeira década do novo século, no entanto, o poder público inclui a laguna e região entre as ações pautadas para a cidade. Estas ações são apresentadas por Duarte (2010), e não resultaram na mudança da realidade ou na amenização dos diversos problemas existentes: o Plano Diretor do Município de Maceió, em 2005; o Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba – CELMM, em 2006; e o Projeto Integrado da Orla Lagunar “Sururu de Capote”, em 2007.

Com os anos 2000, a cidade passou a contar com outras requalificações na orla marítima, integrando ao espaço urbanizado a praia de Cruz das Almas. Na sequência, outras praias formam o que é chamado o litoral norte da cidade, compreendendo núcleos afastados da área urbana, com um uso ora voltado para os seus moradores, ora para moradores da cidade ou turistas que buscam lugares mais distantes daqueles frequentados pela população em geral.

Em 2010 o IBGE tornou público o censo realizado naquele ano, quando Maceió passou a contar 936.116 habitantes. A Tabela 8 apresenta a concentração populacional distribuída nos bairros da cidade, onde se observa uma grande variação do percentual da população do seu território. A região marítima possui o bairro de Garça Torta como o de menor percentual na região e na cidade, com 1.635 habitantes; o de maior percentual é Jatiúca, com 38.027. Na região lagunar, o Pontal da Barra conta 2.478 habitantes, enquanto o Vergel do Lago possui 31.538. O bairro com maior população na cidade é Benedito Bentes, com 88.084 habitantes, na região do Tabuleiro.

Em 2015 ocorreu a publicação do ADH sobre o IDH, referente a quatro regiões metropolitanas do Brasil, dentre elas a Região Metropolitana (RM) de Maceió, composta por onze municípios. O IDH é uma pesquisa que abrange as dimensões longevidade, educação e renda, e no Brasil foi adaptado como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), visando estudar todos os municípios do país. O trabalho realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), busca prover subsídios para ações da gestão pública e demais setores da sociedade que trabalham na temática do desenvolvimento humano (ATLAS..., 2015).

A pesquisa sobre Maceió tem como base de dados índices relativos ao período de 2000 a 2010. Os estudos comprovam uma grande variação no IDH da RM, numa escala que varia de 0

a 1. Nos bairros marítimos voltados para a “Maceió de fora” – Ponta Verde, Pajuçara e Jatiúca -, sua pontuação chega a 0,956, comparando-se aos índices de países desenvolvidos, superior ao da Suécia naquele ano. Por outro lado, é mostrado um baixo IDH na laguna, apresentada de forma generalizada, tanto em Maceió quanto nas demais cidades, com pontuação 0,563, próximo ao do Haiti (Figura 131).

Tabela 8 - Concentração populacional dos bairros de Maceió

	Bairro	Popul.	CP* %		Bairro	Popul.	CP* %
1	POÇO	20776	2,23	26	CANAÃ	5025	0,54
2	JARAGUÁ	3211	0,34	27	SANTO AMARO	1927	0,21
3	PONTA DA TERRA	8403	0,90	28	JARDIM PETRÓPOLIS	5081	0,55
4	PAJUÇARA	3711	0,40	29	OURO PRETO	6224	0,67
5	PONTA VERDE	24402	2,62	30	BOM PARTO	12841	1,38
6	JATIÚCA	38027	4,08	31	MUTANGE	2632	0,28
7	MANGABEIRAS	4166	0,45	32	BEBEDOURO	10103	1,08
8	CRUZ DAS ALMAS	11708	1,26	33	CHÃ DE BEBEDOURO	10541	1,13
9	JACARECICA	5742	0,62	34	CHÃ DE JAQUEIRA	16617	1,78
10	GUAXUMA	2481	0,27	35	PETRÓPOLIS	23675	2,54
11	GARÇA TORTA	1635	0,18	36	SANTA AMÉLIA	10649	1,14%
12	RIACHO DOCE	5218	0,56	37	FERNÃO VELHO	5752	0,62%
13	PESCARIA	2784	0,30	38	RIO NOVO	7310	0,78%
14	IPIOCA	7580	0,81	39	JACINTINHO	86514	9,28%
15	CENTRO	2812	0,30	40	FEITOSA	30336	3,25%
16	PONTAL DA BARRA	2478	0,27	41	BARRO DURO	14431	1,55%
17	TRAPICHE DA BARRA	25303	2,71	42	SERRARIA	22675	2,43%
18	PRADO	17763	1,91	43	SÃO JORGE	8445	0,91%
19	PONTA GROSSA	21796	2,34	44	BENEDITO BENTES	88084	9,45%
20	LEVADA	10882	1,17	45	ANTARES	17165	1,84%
21	VERGEL DO LAGO	31538	3,38	46	SANTOS DUMONT	20471	2,20%
22	FAROL	16859	1,81	47	CLIMA BOM	55952	6,00%
23	PITANGUINHA	4789	0,51	48	CIDADE UNIVERSITÁRIA	71441	7,66%
24	PINHEIRO	19062	2,05	49	SANTA LÚCIA	26061	2,80%
25	GRUTA DE LOURDES	14283	1,53	50	TABULEIRO DOS MARTINS	64755	6,95%

* Concentração populacional - percentagem em relação ao total da população de Maceió

Fonte: IBGE (2010).

Para a análise da relação de valorização e desvalorização das áreas costeiras e lagunar na cidade, buscou-se quantificar esse fenômeno por meio da pesquisa de valores imobiliários: (1) por meio da análise da Planta Genérica de Valores de Terrenos (PGVT) da Prefeitura Municipal de Maceió, planta base para o cálculo do valor imobiliário na cidade; (2) pela pesquisa do valor

de terrenos praticados no presente; (3) pelo valor de imóveis novos e usados pesquisados pela Revista Exame, com base em 2017; (4) por meio da pesquisa hemerográfica, para encontrar os valores de terrenos na década de 1970, quando a urbanização da praia da Pajuçara motivou uma valorização do mar na cidade, com o objetivo de fazer uma avaliação na atualidade.

Figura 131 - Os maiores e os menores IDHMs da RM de Maceió

UDHs com maior IDHM	
UDH	IDHM
Ponta Verde	0,956
Aldebaran	0,956
Pajuçara	0,939
Jatiúca	0,939
Farol	0,939
UDHs com menor IDHM	
UDH	IDHM
Vales do Benedito	0,522
Município de Barra de Santo Antônio	0,557
Taperagua / Cajueiro / Everaldo Lopes / Loteamento Búzios do Francês / Loteamento El Dourado / Lagoa Mandau / Barro Vermelho / Tuquanduba	0,563
Conjunto Residencial Recanto da Ilha / Rodovia AL-101	0,563
Escola Desembargador / Escola de Ensino Fundamental Professora Ineide Nogueira Rocha / Avícola Vitor	0,565

Fonte: ATLAS (2015, p.48).

3.1 Os projetos e ações que norteiam as intervenções de melhoria da região marítima e da laguna no século XXI

3.1.1 A região marítima

O espaço das metrópoles no século XXI, com a mundialização do capitalismo, reproduz uma nova forma de produção do capital, com a transformação da produção industrial em capital financeiro. Essa renovação da produção capitalista encontra no setor imobiliário, e no setor turístico, o caminho para a produção do espaço como mercadoria, interferindo na configuração espacial das cidades, com o objetivo de lucros (CARLOS, 2015).

Esse contexto influenciou a aprovação do Plano Diretor de Maceió em 2005, que definiu um novo direcionamento da ocupação da costa marítima na cidade no sentido do litoral norte por pressão do mercado imobiliário. A liberação de construção de edifícios verticais à beira-mar nos bairros até então protegidos pela legislação respondeu ao *lobby* de empreendedores da construção civil e do mercado imobiliário junto à administração municipal e viabilizou a demanda deste setor por uma nova área a ser explorada. Os bairros de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca, em plena ocupação, já não comportavam todas as novas ofertas destes setores, que se empenharam efetivamente nessa mudança.

A área no bairro de Cruz das Almas, onde se localizava o depósito e tratamento do lixo produzido na cidade, conhecido popularmente como lixão, era uma barreira para este esperado crescimento. Em 2010 foi removido definitivamente da região, e em sua substituição foi construído no Benedito Bentes, bairro da periferia, um aterro sanitário. Obras viárias foram ou estão sendo executadas, criando um cenário para essa expansão. A primeira, a avenida Josefa de Melo, ligando a parte alta da cidade a esta região da praia; e a segunda, a duplicação da parte urbana, localizada neste eixo de expansão, da rodovia AL-101 Norte – a Via Azul, entre Cruz das Almas e Garça Torta.

Em novembro de 2013 foi inaugurado o terceiro *shopping center* da cidade – o Parque Shopping Maceió, nas imediações de onde existia o lixão. Isto confirma a tendência de crescimento da cidade nesta direção e cria uma nova área de exploração imobiliária, com a construção de novos prédios residenciais e a existência de vários projetos em andamento.

Essas intervenções resultam das chamadas operações urbanas. Para Carlos (2015, p. 27), trata-se do resultado da ação do estado:

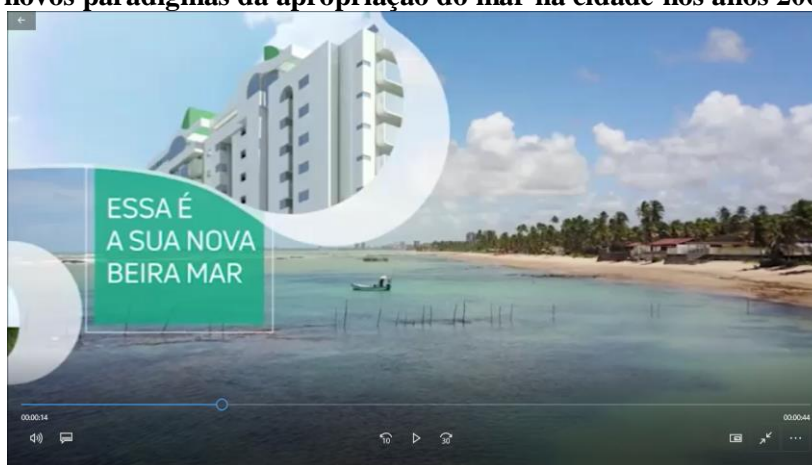
A ação do Estado – através do poder local – intervindo no processo de produção da metrópole, reforça a hierarquia dos lugares, criando novas centralidades, expulsando para a periferia os antigos habitantes, recriando um espaço de dominação e impondo sua presença em todos os lugares, agora sob controle e vigilância (seja direta ou indireta).

Os novos empreendimentos à beira-mar, beneficiados a partir das intervenções públicas na região, diferenciam-se pela localização denominada pelas construtoras como “pé na areia”, uma vez que os prédios localizam-se na faixa de terreno existente entre o mar e a avenida que está sendo duplicada. Desta maneira, o morador tem acesso à praia de forma direta ao sair do seu condomínio residencial, sem ter de atravessar nenhuma rua ou avenida.

O lançamento de um edifício de apartamento nestas condições em novembro de 2017 exemplifica estes novos paradigmas criados de apropriação do mar na cidade e enfatiza o bairro da Garça Torta como a nova beira-mar de Maceió, segundo texto inicial de vídeo publicitário: “Imagina a sorte de quem investiu na Ponta Verde nos anos 70. Hoje é um dos bairros mais desejados e com o metro quadrado mais valorizado da cidade. Garça Torta – você ganhou uma nova chance; venha viver na nova beira-mar de Maceió” (MÁRCIO RAPOSO IMÓVEIS, 2017), (Figura 132).

As perspectivas de mudanças na apropriação dos bairros da costa norte da cidade a partir da alteração do Plano Diretor e da efetiva implantação das construções permitidas pela lei suscitaram reações de moradores da região, do Ministério Público, de órgãos ambientais e de setores ligados à preservação do patrimônio material e imaterial, no sentido de proteger a região da especulação imobiliária.

Figura 132: Os novos paradigmas da apropriação do mar na cidade nos anos 2000.



Fonte: MÁRCIO RAPOSO IMÓVEIS (2017).

Uma petição *on-line*, postada desde 2015, exige a mudança do gabarito dos prédios a serem construídos, dos atuais 20 pavimentos para quatro. A argumentação se baseia no fato de a alteração da paisagem local e o provável adensamento do território comprometerem o “patrimônio ambiental, paisagístico e cultural, aquilo que hoje é chamado o Turismo de Experiência do Lugar”, segundo T., Laura. (s.d.), uma prática existente nesses bairros.

A Prefeitura assegura que realizará um projeto de urbanização na orla de Guaxuma, onde pretende construir o Parque da Salsa, conjuntamente com a iniciativa privada. A intervenção abrangerá uma extensão de 1.700 metros, à beira-mar, com diversos atrativos para o desfrute da população. Esta iniciativa parece uma resposta às críticas das comunidades à ação das construtoras, cujas parcerias com o poder público são vistas com desconfiança.

3.1.2 A região lagunar

O século XXI reservou à laguna Mundaú uma situação de precariedade e de expectativas em relação ao seu futuro, enquanto elemento de grande importância para a capital – pelos seus aspectos socioeconômicos e pela perspectiva do seu valor simbólico. A ação antrópica ocorrida nas últimas décadas, que se exterioriza além dos limites de Maceió, contribui para uma reflexão sobre o que a laguna realmente representa no imaginário local, e por esse viés, como todo o processo histórico pode mudar essa realidade.

Vários pesquisadores e estudiosos se debruçam sobre o panorama dessa questão neste novo século: Normande, A. (2000), Torres (2004), Duarte (2010), Bezerra (2014), entre outros. Torres (2004, p. 74) mostra a influência da “pressão antrópica sobre a laguna” em sua dissertação de mestrado e aponta as consequências sobre a qualidade da água proveniente de lançamento de esgoto doméstico, hospitalar e industrial; do acúmulo de sedimentos no fundo da laguna, causando assoreamento; e da alteração da salinidade pela redução da entrada de água do mar.

Edson Bezerra, no seu “Manifesto Sururu”, de 2004, retrata uma manifestação de afeto à terra, pela sua gente e sua cultura, num questionamento premente contra a “cultura sol e mar”, fortalecida após a década de 1970:

Quando escrevi o manifesto – eu, a exemplo de muitos, embora não saibam ou sintam – não sabia que existia em mim, esta Alagoas no texto, deflagrada a palpitar através de *negros e negritudes*, e também, não imaginava haver em mim, as imagens das águas, das águas que são muitas e que, muito embora existam em demasia nas *lacustres, marinhas e fluviais*, no que me fiz apenas foi me abrir às Alagoas e deixar que ela me falasse através do coração (BEZERRA, 2014, p. 9).

Com a publicação do “Manifesto Sururu” no jornal *Tribuna de Alagoas*, jornal matutino de circulação em todo o estado, quando a sedução pelo mar tornou-se mais evidente, Edson Bezerra, sociólogo e compositor, procurou evidenciar o simbolismo do sururu na cultura local, como representante das classes excluídas no imaginário da cidade, e a necessidade de se valorizar a contracultura e a periferia, numa resposta àquela posição. Em 2014, duas publicações do mesmo autor retomam a questão e ampliam as discussões, enfatizando o distanciamento da elite da cidade em relação à região lagunar.

Bezerra (2014) apresenta o sururu como um patrimônio imaterial local, e mostra o seu significado não apenas como fonte de alimento para parte da população, mas como elemento de forte identidade de Alagoas. Seu aspecto cultural e simbólico agrega valor às regiões das “lagoas”, em contraponto ao paradigma de se associar sempre o estado à cultura do “Sol e Mar”, que alimenta a percepção da imagem de Maceió como exclusivamente marítima.

A professora Josemary Ferrare exemplifica o sururu como essa forte identidade do estado entre as décadas de 1960/1970: “ia muito a João Pessoa visitar parentes de meu pai – todos paraibanos, e eu era assim apresentada aos demais que chegavam nas casas onde me hospedavam: essa é a Josy, filha do “Zequinha do Sururu”. Era a informação que meu pai era “Das Alagoas”, terra do sururu”.

Bezerra e Silva Neto (2014, p. 112) chamam a atenção para a relação de distanciamento das elites locais em relação à cultura popular e à periferia, ambas associadas às “lagoas” e ao sururu. Isto aponta para o que ele denomina de uma “geografia do *apartheid*” na cidade, que de certa forma direciona para as distintas nuances da sua conformação urbana.

Essa “geografia do *apartheid*” a que Edson Bezerra se refere pode ser mais bem compreendida pelas condições de trabalho existentes na produção do sururu. Coutinho *et al.* (2014, p. 13) assevera que as famílias envolvidas na produção do sururu encontram-se abaixo da linha de pobreza, “em condições de trabalho inadequadas e de baixo rendimento”. Afirma que para cada quilo do molusco pronto para ser comercializado, necessita-se de 8 a 20 kg *in natura*, com casca, dependendo do período do ano e das condições da laguna, num processo que engloba dez procedimentos, “que muitas vezes são realizados pelo mesmo trabalhador ao longo do dia (...): pesca/extração; ‘despincagem’; preparo do fogo; cozimento; catagem; transporte dentro da cadeia produtiva; embalagem; venda ao atravessador; venda ao consumidor final; transporte para outros estados” (IDEM, p. 28).

A qualidade da sua publicação, com textos, gráficos e imagens coloridas de excelente qualidade técnica e elaborada composição gráfica, torna o tema poético, apesar da realidade bastante apurada e de uma pesquisa extensa sobre o tema e os problemas recorrentes no CELMM. Numa outra direção, com linguagem jornalística, e com o efeito real das imagens produzidas por vídeo, Correia (2017) volta-se para o tema específico da produção do sururu, na sua reportagem em quatro episódios, e assim apresenta o seu trabalho:

Ao longo da semana vamos mostrar como se dá o trabalho na maior cadeia produtiva da grande Maceió: longas jornadas de trabalho, que começam à noite e duram dez e até doze horas; falta de equipamentos adequados; riscos constantes; trabalhadores expostos; machucados; trabalho manual que fere dezenas de pessoas de todos os sexos e idades. Um trabalho infantil, de adolescentes, crianças, que impede os estudos, machuca... machuca muito. A juventude perdida na lama do sururu.

Apesar dessas constatações, em Normande, A. (2000), tem-se que os problemas da laguna Mundaú e do CELMM são tratados com certo cuidado, e ações foram tomadas ao longo dos anos para reduzi-los. Passados quase 20 anos do advento do novo século, entretanto, os problemas são recorrentes. Nas palavras do autor (IDEM, p. 10), que se mostram atuais, a tarefa do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA), autarquia responsável pela “execução da política ambiental de Alagoas, compatibilizando desenvolvimento com proteção do meio ambiente”, não é fácil, pois, “apesar de ser privilegiado no que diz respeito a seus recursos naturais, Alagoas é um dos estados mais pobres do país”.

O assoreamento da laguna é um grave problema apontado nas diversas pesquisas. Como ação efetiva para se avaliar tecnicamente esta questão, só em 2012 foram feitos estudos de batimetria na laguna. Este trabalho consiste na medição da profundidade do seu leito, calculando o nível da água existente. O último estudo havia sido feito em 1985, havia 27 anos, considerado um longo intervalo para um monitoramento adequado. Observou-se que a situação de assoreamento cada vez fica mais agravada, provocando consequências para a produção do sururu, para a navegabilidade e para a sobrevivência do ambiente como ecossistema lagunar.

Carlos Ruberto⁵² explica que a laguna Mundaú – caracterizada como um ecossistema lagunar –, já teve o seu processo de transformação para o ecossistema tipo banhado, com a transformação da área de mangue em vegetação formada por baronesa (*Eichornia crassipes*) e junco (*Eleocharis sp.*), que crescem em áreas rasas e úmidas, com cerca de 15 centímetros de profundidade. Isto se dá na parte norte da laguna, em Fernão Velho. Essa mudança afeta a produção do sururu e do pescado. Se providências não forem tomadas, o que ocorre naquele bairro poderá se estender por toda a laguna, transformando-a num pântano em cem anos (FRAGOSO JR., 2014a).

⁵² Carlos Ruberto Fragoso Júnior: professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas, doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Brasil – 2009.

A retirada dos sedimentos do fundo da laguna é feito por um processo chamado de dragagem. Essa alternativa, por si só, segundo o professor Carlos Ruberto, não é suficiente para resolver o problema. Para ele, seria necessário solucionar o carreamento do solo levado pela bacia hidrográfica que alimenta o complexo estuarino, o que é possível com um conjunto de medidas composto por “educação ambiental, saneamento básico, revitalização das matas ciliares, manejo do solo e agricultura sustentável” (Alagoas na Net, 2013).

Já Alder Flores⁵³, aponta que diante das dificuldades de se implementar um planejamento eficaz e definitivo e pelo elevado aporte de recursos necessário, a dragagem das áreas mais críticas do estuário significa ganhos para a laguna e até para a navegabilidade (FRAGOSO JR., 2014b).

O assoreamento da laguna está na pauta de preocupação dos que vivem diretamente do ecossistema lagunar ou têm um olhar diferenciado sobre ela: pescadores, marisqueiros, moradores, pesquisadores, ambientalistas e formadores de opinião. O cidadão comum, entretanto, não atenta para esta pauta. Outra questão, no entanto, mostra ter maior visibilidade: a ocupação das margens da laguna.

A virada do século passado para o atual manteve o *status* de região pobre da cidade. As condições precárias existentes permanecem, com toda a margem da laguna ocupada por moradias, apesar de este período ter protagonizado uma tentativa de mudanças desta situação, com ações que enfatizam as potencialidades da paisagem da região e buscam uma nova apropriação do espaço local. Essas tentativas se iniciaram ainda no final do século XX, com o lançamento do Consórcio Plano Estratégico Cidade de Maceió, que não conseguiu o êxito esperado, e com o Projeto de Reurbanização da Orla da Lagoa Mundaú, iniciado em 2000. Outras ações se sucederam no novo século: em 2005, o Plano Diretor do Município de Maceió; em 2006, o Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba – CELMM; e no ano seguinte, o Projeto Integrado da Orla Lagunar “Sururu de Capote” (DUARTE, 2010).

Num *continuum* desses acontecimentos, Maceió aprovou o seu Plano Diretor em 2005. O protagonismo da laguna, que há quase uma década estava na pauta das ações da cidade com o Consórcio Plano Estratégico de Maceió e a Urbanização de 2000, provavelmente contribuiu para que um viés mais prevencionista e de proteção ao meio ambiente natural da laguna fosse observado, no tocante à legislação. Assim, instituiu-se a laguna e suas ilhas, e os remanescentes

⁵³ Consultor ambiental do IMA.

de mata de restinga, de manguezais e de várzeas, como elementos do patrimônio natural de Maceió (MACEIÓ, 2005).

No ano seguinte, acontece mais uma ação proativa para o CELMM: o Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba – CELMM. Essa ação “foi uma iniciativa conjunta dos Governos Federal e Estadual, para a elaboração de propostas com o objetivo de proteger e controlar o complexo estuarino, a curto, médio e longo prazos, numa extensão de até dez anos” (DUARTE, 2010, p. 95). O passar do tempo mostrou que, na prática, essas ações não se efetivaram em Maceió, mas que podem ter sido o ponto de partida para ações como o Projeto Integrado da Orla Lagunar “Sururu de Capote”, em 2007, e o estudo de batimetria, elaborado pelo estado em 2012.

Este projeto de 2007 foi uma das primeiras ações do governador Teotônio Brandão Vilela Filho ao assumir o Poder Executivo estadual e incluir no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, a requalificação da orla lagunar. A ideia inicial propunha urbanizar uma área de mais de 210 mil m², voltada para o lazer, com equipamentos de apoio aos pescadores. Seria uma resposta à urbanização inacabada da gestão anterior. As diretrizes criadas com a Política Habitacional do Plano Diretor possibilitariam a remoção da população que ocupava as margens da laguna, pelo risco à vida, decorrente das enchentes no local.

Durante os oito anos do mandato do governador, no entanto, o projeto não foi concluído. Como ação efetiva, algumas famílias foram transferidas para apartamentos construídos na margem oposta da via que limita a margem da laguna. No mais, as condições de precariedade continuaram as mesmas, com uma permanente sujeira na região e a desconfiguração e falta de manutenção dos prédios entregues, dadas as condições das famílias ali instaladas.

Nos últimos dois anos que o governador permaneceu no poder, foi eleito para prefeito de Maceió Rui Palmeira, do mesmo partido, reeleito em 2016. A ligação partidária existente entre ambos não foi suficiente para oxigenar o projeto e efetivar a sua execução. Com o final de mandato de Teotônio Vilela, o projeto foi abandonado, e o governador atual não o menciona em suas intenções políticas.

A desocupação da margem da laguna, no entanto, continuou na pauta do governo municipal, numa busca de se promover uma solução para o lugar. Nesse intuito, um projeto foi elaborado pela Prefeitura de Maceió para se construir 1.776 unidades habitacionais no local e reurbanizar a área. O custo inicial da obra supera 140 milhões de reais e pretende transferir as

peças que habitam as margens da laguna, em situação de risco, para moradias a serem construídas sobre a atual avenida. Essa deverá ser reconstruída bem mais próxima à laguna, evitando assim futuras ocupações irregulares. Nas palavras do prefeito: “A concretização desse projeto muda não somente a vida de quem vive ali em condições subumanas, mas traz uma nova paisagem para a nossa orla lagunar, uma das mais belas do país” (TNH1, 2018).

A área onde deverá ser executada a reurbanização, cerca de 50 hectares, equivale a um quarto da que fora implantada com o aterro do Dique-Estrada na década de 1980 e se encontra ocupada por moradias em toda a margem da laguna (Figura 133). As tentativas de se manter o traçado original da via com o projeto inicial e a perspectiva de se ter no lugar um grande parque linear, como assim foi viabilizado na reurbanização de 1989, desfazem-se com essa nova intervenção, pela incapacidade do poder público ao longo dos anos pós-implantação do Dique-Estrada de gerir o local e se apropriar desse espaço com esse objetivo.

Figura 133 - Ocupação da margem da laguna na Orla Lagunar de Maceió.



Fonte: Autor (2018).

Reportagem do jornal *Gazeta de Alagoas* (FERREIRA, 2018) retrata essa situação. O texto descreve o quadro de miséria que assola o estado e enfatiza a condição de miserabilidade da região lagunar em Maceió, em particular sua parte mais visível, na baixada sul. Soma-se agora o início de uma nova favela às outras existentes – a favela do Ponto –, no bairro da Levada, “na área mais fétida da lagoa Mundaú’, onde se instalaram mais de 15 famílias em condição de extrema pobreza” (IDEM, p. A13). Se, de um lado, o quadro social é grave, por outro, aponta para a fragilidade daquele espaço como uma permanente alternativa de opção de apropriação para moradia pela população mais vulnerável. Observa-se, de forma repetitiva, certa omissão do poder público diante da situação, pelas questões aqui amplamente levantadas.

A amplitude que essa área livre urbana representa para o desfrute de uma região bastante adensada e carente de área de lazer deverá sofrer uma significativa redução com essa nova

intervenção. Como ponto positivo da obra a ser executada, no entanto, tem-se que a proposta procura incluir os moradores que ali habitam, com as moradias construídas na mesma região, e afirma ter uma preocupação com a inserção da paisagem naquele contexto urbano, o que pode aproximar a laguna do imaginário das águas na cidade.

Outro projeto, intitulado “Maceió de frente pra lagoa”, põe a laguna novamente em evidência, com uma proposta que pretende ser o maior investimento da prefeitura nos últimos anos na cidade. O seu custo elevado e a conjuntura político-econômica do país não permitiram a sua implantação até o momento.

Este projeto tem como nome oficial “Programa de Requalificação Urbana e Ambiental da Orla Lagunar de Maceió”. Inicia-se na Levada, conectando a via existente da atual orla lagunar a uma nova via que deverá passar pelos bairros do Bom Parto, Mutange e Bebedouro, constituindo uma intervenção na margem ocupada da laguna e no entorno destes lugares (Figura 134).

Figura 134 - A área de abrangência do Projeto "Maceió de Frente pra lagoa".



Fonte: MACEIÓ (2017 a, p.27), com edição do autor.

Em 2017 dois documentos se tornaram públicos: o Resumo Executivo da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) e o Plano de Reassentamento Involuntário (PRI). Ambos serviram de base para o conhecimento e a análise da intervenção proposta. A AIA é um instrumento necessário para o licenciamento ambiental da obra. O PRI, por sua vez, deve ser uma diretriz que possibilite reassentar as famílias atingidas pela remoção de suas moradias, de forma que

atenda da melhor maneira possível estas pessoas. Este programa tem como objetivo, segundo a Prefeitura Municipal de Maceió (MACEIÓ, 2017b, p. 1):

Promover a inclusão social, melhoria da infraestrutura, de acessibilidade e mobilidade urbana; melhoria da qualidade de vida; sustentabilidade econômica, ambiental e social que ao favorecer a recuperação ambiental gerará uma valorização na paisagem e conseqüentemente valorizará as potencialidades turísticas.

Não é à toa que um projeto desse porte é a principal proposta de intervenção na cidade da atual gestão municipal, conforme Tabela 9. A sua área de abrangência representa muito mais do que a extensão dos bairros atingidos pela obra, com cerca de quase 100 mil m², e vai além do atendimento às famílias ali instaladas. Mais uma vez constrói-se uma perspectiva de se inserir a laguna no contexto urbano da cidade, com a proposta de uma via dando continuidade à orla lagunar existente, ao tempo que se propõe melhorar o trânsito na região e implantar um parque lagunar.

Tabela 9 - Obras a serem realizadas pelo Programa de Requalificação Urbana e Ambiental da Orla Lagunar de Maceió

Intervenção	Quantitativo	Unid.
Áreas de reurbanização (Intervenção nos bairros existentes)	99.400	m ²
Áreas de remoção: unidade residencial, comercial, misto – residencial/comercial, terreno.	2.489	Unid.
Habitações a serem construídas	1.722	Unid.
Equipamentos comunitários		
• Escola Municipal	1	Unid.
• Creche	3	Unid.
• Quadra poliesportiva	1	Unid.
• Campo de futebol	1	Unid.
• Edifício de Apoio da Prefeitura	1	Unid.
• Centro Comunitário	1	Unid.
• Áreas para estacionamento de veículos (total de vagas para carro)	279	Unid.
• Áreas para estacionamento de veículos (total de vagas para bicicletas)	508	Unid.
• Praças	s/quant.	Unid.
Parque Lagunar	9.000	m ²
	1.000	m
Via Lagunar	3.415	m

Fonte: Maceió (2017 a).

As exigências legais a fim de se mitigar as consequências negativas sobre o meio ambiente e sobre as pessoas afetadas, por meio dos instrumentos para licenciamento ambiental e do reassentamento das famílias, são passos importantes para se tentar evitar tais efeitos, atendendo às necessidades de moradias, escolas e creches, presentes no projeto.

Reportagem de Rios (2018) aponta falhas por parte da Prefeitura Municipal na condução do processo para a aquisição de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a execução da obra. Questiona-se também na sua matéria implicações socioambientais relativas à supressão de área de mangue e à ausência de benefícios para os pescadores e pessoas que dependem da laguna.

É importante frisar a dificuldade de se implantar um projeto de tal envergadura, dada a abrangência que se pretende alcançar no campo ambiental, estrutural e social. O programa atende, segundo os documentos disponibilizados pela Prefeitura, a uma demanda ambiental – com projetos de esgotamento e abastecimento sanitário e de micro e macrodrenagem; a uma demanda estrutural – com a criação de uma nova via e a elaboração de projeto de paisagismo; e uma demanda social – com a construção de equipamentos comunitários e a urbanização e execução de conjuntos habitacionais.

O próprio PRI elenca as dificuldades encontradas no âmbito social para a sua efetivação (MACEIÓ, 2017 b, p. 55): (1) resistência à remoção, (2) fonte de renda da família vinculada ao comércio exercido no imóvel e impacto junto à economia local, (3) a violência urbana, (4) a vida em conjuntos habitacionais, (5) adensamento das áreas, ampliando o universo de atendimento.

O documento não aponta a resistência à remoção como fato real ainda, mas mostra isso como uma realidade previsível, e vislumbra na comunicação eficaz junto às famílias e comunidade um meio de mitigar esta questão. Uma dessas resistências advém do uso comercial do imóvel. Nesse caso, o PRI vê a assistência às famílias por ações de proteção social, com a implantação de programas de geração de emprego e renda, como fundamental.

A violência urbana, por sua vez, está relacionada ao tráfico de drogas. O planejamento urbano a ser empregado no local, com ações como a melhoria e abertura de novos acessos, ações sociais e uma parceria a ser estabelecida entre as equipes de acompanhamento social e os moradores, é um caminho apontado como alternativa. Outro desafio tem cunho cultural: a mudança de paradigma entre o morar em habitação individual e térrea *versus* a moradia em conjunto habitacional verticalizado.

Um projeto desta monta cria uma expectativa nos moradores em relação à sua real efetivação. É previsível um adensamento maior da área com novos moradores, na busca de benefícios, principalmente de uma moradia em melhores condições de habitabilidade. Isso amplia o universo de atendimento e implica uma maior alocação de recursos, o que pode inviabilizar o empreendimento.

São 6.917 famílias beneficiárias⁵⁴ atendidas pela proposta, segundo a Prefeitura Municipal de Maceió (MACEIÓ, 2017 b), sendo 2.018 destas a ser reassentadas. Deste total, 1.758 unidades devem se situar nas proximidades da laguna, na área de implantação da proposta. Até 218 unidades devem ser atendidas pela compra assistida de moradia, que será feita pela Prefeitura Municipal, em áreas consolidadas e que possam ser regularizadas. As 260 restantes serão disponibilizadas em unidades remanescentes do programa de habitação popular do município, ficando a critério de escolha do interessado. A construção total do projeto prevê 42 meses, em três etapas.

Os problemas tão evidentes e recorrentes na laguna e região, que exigem um esforço bastante aguçado do poder público e da sociedade como um todo para resolvê-los, levaram nos últimos anos à criação de movimentos locais, por meios diferentes e diversos de expressão, numa manifestação do que Lefebvre (2001, p. 117) denomina “como um apelo, como uma exigência” ao “*direito à cidade*”. Aqui são apresentados os que se mostram com maior evidência, dado que não é objetivo desta tese fazer o levantamento de todos aqueles que participam desse processo, mas enfatizar a importância da sua ocorrência, enquanto mobilizadores da população ou trabalhos que realizam em sua comunidade, buscando-se uma representação da região lagunar. Os pesquisados foram: a) a Organização Não Governamental (ONG) Viva Mundaú, estabelecida em Fernão Velho desde 2014; b) o Instituto Manda Ver, no Vergel do Lago, desenvolvido a partir de 2015; c) o movimento de moradores do Bom Parto, denominado Lagoa Aberta e Movimento dos Povos das Lagoas, de 2017; e d) o documentário fílmico “Saneamento trágico. O abandono da Orla Lagunar de Maceió”, produzido por um morador da Vila Brejal, na Levada, em 2018.

a) A ONG Viva Mundaú – esta organização tem sede em Fernão Velho. Além da sua localização às margens da laguna, o bairro se caracteriza, na atualidade, por se encontrar na

⁵⁴ A Prefeitura Municipal de Maceió (MACEIÓ, 2017 b, p. 5) define família beneficiária como um “grupo de indivíduos que residem em uma mesma unidade habitacional, possuem vínculos afetivos, relações de interdependência e cujas rendas somadas compõem a renda familiar”.

Área de Proteção Ambiental – APA do Catolé, área de preservação de mata atlântica. A sua população está entre uma das mais pobres da cidade, segundo o Mapa da Distribuição da Pobreza em Maceió, elaborado por Alencar (2007, p. 30). Esse indicativo social, o distanciamento do poder público no provimento das carências dos moradores e a questão ambiental levaram à sua criação em 2014 por Sandro Accioly, morador do local, fazendo da sua própria residência a sede da instituição, com o objetivo de somar esforços junto aos moradores na solução de problemas da comunidade. Em 16 de novembro de 2017, foi decretada de utilidade pública pela Lei 6.709, aprovada na Câmara Municipal de Maceió e sancionada pelo prefeito do município.

b) O Instituto Manda Ver – com sede no Vergel do Lago (Figura 135), partiu da iniciativa de um morador do bairro, Carlos Jorge da Silva Santos, que começou as atividades em 2005 e, no final do ano seguinte, promoveu uma campanha, pelas redes sociais, a favor da favela Sururu de Capote, para o combate de um surto de bicho-de-pé que atingia os seus moradores. Com iniciativa dessa natureza e outras em favor da população da orla lagunar, de cunho assistencialista – como apoio cultural às crianças e fomento ao esporte, com construção de espaço adequado para isso –, conquistou em 2018 o apoio institucional, financeiro e de transferência de *know-how* da ONG Gerando Falcões, de São Paulo, além de empresas locais e outras instituições.

Figura 135 – Sede do Instituto Manda Ver, na Orla Lagunar de Maceió, no Vergel do Lago.



Fonte: Autor (2018).

A ONG foi fundada como Instituto em 25 de abril de 2018. Não possui fins lucrativos nem filiação partidária. Visa combater a pobreza e fomentar atividades de voluntariado, por meio da inclusão social, com trabalhos voltados para a educação, cultura, assistência social e renda (INSTITUTO MANDA VER, 2018). Como instituição de apoio à comunidade, possui

aspirações ambiciosas: a criação de uma biblioteca para a população, uma cooperativa de marisqueiras e um banco social para apoio aos trabalhadores que sobrevivem da pesca.

c) O Movimento Lagoa Aberta – esse movimento de iniciativa do Instituto Quintal Cultural⁵⁵, localizado em Bom Parto, conta com o apoio de moradores do entorno da região lagunar e simpatizantes. Coloca-se a favor da proteção e valorização da laguna na cidade, com uma boa inserção na mídia, pondo-se em evidência quanto à busca de soluções para os problemas socioambientais ali evidenciados e a promoção da cultura e lazer local. Dois eventos de maior amplitude aconteceram nos meses de setembro e dezembro de 2017; ambos tiveram como ambiente a Orla Lagunar de Maceió. O primeiro se deu no dia 16 de setembro daquele ano, data simbólica para Alagoas, quando se comemoravam os duzentos anos da Emancipação Política do estado. Dez ações marcaram a pauta de reivindicações (VIEIRA, 2017):

Revitalizar a estrutura da orla lagunar, incluindo o Papódromo⁵⁶; providenciar uma estrutura de iluminação adequada; linha de crédito para reestruturar as barracas da orla lagunar; desenvolvimento de políticas públicas para as famílias que vivem da pesca e do sururu; recolhimento regular do lixo; inclusão da orla lagunar no ciclo festivo da cidade (carnaval, São João, Natal e ano-novo); estruturação de ações efetivas e permanentes de segurança pública; estruturação de um programa habitacional e de inclusão social para os moradores das favelas da lagoa; estruturação de uma política pública permanente de desenvolvimento territorial de todos os bairros inseridos no circuito da lagoa, incluindo a melhoria da estrutura de transporte público; reestruturação dos equipamentos de esporte e lazer da beira da lagoa e construção de uma ciclovia conectando todos os bairros da lagoa.

O movimento fomenta uma integração da laguna à cidade, com o objetivo de banir a sua invisibilidade no contexto local. Acreditam os seus organizadores que as ações promoverão mudanças no espaço de forma positiva e possibilitarão melhoria para a qualidade de vida dos moradores e pessoas que sobrevivem da laguna.

As propostas têm uma abrangência para a laguna em Maceió como um todo, embora tenha um direcionamento objetivo para a orla lagunar. Essa relação se dá, provavelmente, pela

⁵⁵ O Quintal Cultural é um espaço de fomento da cultura da periferia, criado em 2007 como forma de possibilitar a produção artística e cultural da comunidade local e da cidade. Em seu trajeto conquistou o reconhecimento, como Ponto Cultural do Estado, da Secretaria de Cultura; O Prêmio de Hip Hop Preto Goes, em 2010; e ajuda de custo do Ministério da Cultura (Minc) (ALVES, 2014).

⁵⁶ O Papódromo é um espaço localizado na Orla Lagunar, implantado em 1991, por ocasião da visita do Papa João Paulo II a Maceió. No local foi erguida uma construção onde o papa celebrou uma missa. De lá para cá, o poder público abandonou o lugar, proporcionando a marginalidade e descaracterização daquele espaço com uma subutilização do local.

visibilidade dos problemas desse espaço na cidade, uma vez que a sua localização no contexto urbano favorece isso. A comparação com a orla marítima, nesse caso, torna-se inevitável. As diferenças entre ambas são postas nos diversos detalhes, num comparativo de ações proativas existentes num espaço, e na evidência da sua inexistência no outro. Nessa direção, busca-se um tratamento equitativo, que possibilite ações que favoreçam o cotidiano da região, como a celebração dos festejos tradicionais da cidade, que são concentrados na região marítima e em outros locais de Maceió.

O movimento agrega o apoio de várias instituições e comunidades – de Maceió e de outras cidades, consolidando-se na defesa da cultura e dos “povos das lagoas”. O fechamento de parte da avenida da orla lagunar no primeiro domingo de cada mês – que passou a acontecer regularmente nos últimos meses – para a realização de eventos culturais e educativos, fortalece os objetivos pretendidos, procurando imprimir na cidade uma visibilidade positiva daquele espaço, e proporcionar lazer para a população local.

Cunhou-se a denominação Lagoa Aberta como uma referência à chamada Rua Fechada – nome dado ao trecho da orla da praia da Ponta Verde, que é fechada ao trânsito de veículos aos domingos, para o lazer de maceioenses e turistas. Nesse caso, uma forma de evidenciar as diferenças de apropriação das duas orlas, no sentido de proporcionar lazer, cultura e visibilidade. Isso demonstra um maior pertencimento da população junto ao lugar, uma aceitação a mais da comunidade com as ações que empreendem uma nova forma de ver a região. Representa uma manifestação de grupos locais ainda não visto anteriormente, com força de atração para a valorização da região por moradores de outros pontos da cidade.

d) O documentário “Saneamento trágico. O abandono da Orla Lagunar de Maceió” – esse longa-metragem se diferencia dos demais movimentos pela sua linguagem em forma de filme. Converte para o que os demais pretendem alcançar: a visibilidade para a população de Maceió dos problemas que afligem os bairros lagunares. Faz um recorte físico na Levada, apresentando uma questão socioambiental, na forma de exclusão social, da pobreza e da violência, bem como em outras áreas circunvizinhas (Figura 136).

É um documentário da situação de exclusão retratada no subtítulo do filme: o abandono da orla lagunar de Maceió. Conforme anuncia o cartaz publicitário: “A história e o drama das pessoas que moram na Levada/Vila Brejal às margens da lagoa Mundaú”. O título evidencia um problema particular daquela localidade, que por falta de saneamento e infraestrutura urbana, sofre com enchentes e transtornos que se somam a sérios problemas sociais, como baixa escolaridade dos moradores, desemprego ou subemprego, precariedade das moradias,

enfermidades e violência (Figura 137). Conforme debate ocorrido no seu lançamento, pretende-se torná-lo uma voz da comunidade, e conscientizar os seus moradores da necessidade de lutar pelos direitos às condições básicas de habitabilidade e saúde.

Figura 136 - Cartaz publicitário do documentário Saneamento trágico - o abandono da Orla Lagunar de Maceió, de 2018.



Fonte: SILVA (2018).

Figura 137 – Cena do documentário Saneamento trágico, de 2018: enchente na Levada, proveniente da falta de saneamento.



Fonte: Saneamento... (2018).

Além dessas representações das comunidades locais, no Pontal da Barra encontra-se o Instituto Lagoa Viva. Ele se diferencia dos demais por seu caráter institucional. Originou-se em 2001, por iniciativa da Braskem e da Secretaria Municipal de Educação e Desportos de Maceió (SEMED), com o objetivo de “minimizar os impactos ambientais” das lagoas Mundaú e

Manguaba (INSTITUTO LAGOA VIVA, s.d.). Seu foco é a educação ambiental, atendendo professores e as comunidades com quem trabalha. O projeto inicial foi ampliado e atende não só à região lagunar que compreende o CELMM, mas a 30 municípios do Estado, “contemplando áreas de domínio total e parcial do Bioma Mata Atlântica e Bioma Caatinga” (IDEM).

Outras iniciativas, também de cunho institucional, ocorrem na região lagunar junto às marisqueiras da laguna, com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Alagoas. O projeto “Qualificação da Cadeia Produtiva do Sururu”, em curso a partir do primeiro semestre de 2018, tem como objetivo organizar a atividade dessas profissionais e a produção do sururu por elas desenvolvida. Pretende combater o trabalho infantil na região, com a estruturação das famílias envolvidas. Para isso, conta com os trabalhos da ONG Visão Mundial e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), organizações internacionais com atividades na cidade. Participam ainda como apoiadores o Instituto São Bartolomeu, com atuação na Bahia e em Alagoas, e a Braskem (ALAGOAS 24 HORAS, 2018).

3.2 O protagonismo e sedução do mar e da laguna na atividade turística em Maceió a partir dos anos 2000

A atividade turística em Alagoas no século XXI resulta de um trabalho de *marketing* já consolidado no século anterior, e procura esconder a realidade da cidade quanto aos seus diversos problemas urbanos existentes, corroborando a reflexão de Maricato (2018): “A realidade das cidades, aliás, é muito oculta. Ela é muito dissimulada. Ela é muito escondida por um discurso que está ligado a uma simbologia de cartões-postais”.

O mar e a laguna em Maceió, nos primórdios do turismo na cidade, destacavam-se por um protagonismo espontâneo, por suas qualidades naturais. A população local era parte integrante desses espaços. Na atualidade, no entanto, a política pública do turismo e as empresas privadas voltam-se para a orla marítima cartão-postal, estabelecendo o imaginário do mar como meio de promoção turística da cidade. O mar encontra nas ações de efetivação da oferta turística e na divulgação maciça e profissionalizada o pilar desse protagonismo – indiferente ao restante da cidade e na contramão do que Lefebvre (2001, p. 117) preconiza como um direito à cidade: esse direito “não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada”.

“*Marketing* é praticar o mercado ou fazer o mercado, ou numa interpretação mais técnica, trabalhar o mercado” (MADEIRA, 2010, p. 18). Entre outras funções, preconiza o

delineamento do mercado à comunicação do produto, algo bem apropriado pelo *marketing* turístico. Nessa visão, as praias representam o produto turístico por excelência de Maceió, com um apelo de sedução criado com o objetivo de fomentar a imagem da cidade como “Paraíso das Águas” (Figura 138). Nesse sentido, Fernandes (2010, p. 15), acrescenta:

Não obstante e apesar de ser divulgada como ‘paraíso das águas’, Maceió representa um paradoxo: uma realidade de excesso e escassez no que diz respeito aos corpos de água. Há mar, laguna, rios e riachos, mas a péssima qualidade dessas águas revela sua outra face, o que compromete também a qualidade da paisagem urbana. Se por um lado há água em abundância, por outro produz-se a escassez, na medida em que grande parte dessa água não é adequada para uso, quer seja para o abastecimento humano, ou mesmo para atividades de recreação.

Figura 138 - A Pajuçara nos anos 2000: “Praia da Pajuçara e Av. Silvio Viana”.



Praia da Pajuçara
Maceió - Alagoas - Brasil

Fonte: Praia da Pajuçara... (s.d.).

A escassez citada por Fernandes (2010) reflete diretamente no espaço urbano voltado às águas urbanas de Maceió. Existem assim, segundo Almeida (2017), duas cidades: a de fora e a de dentro. A primeira apresenta uma cidade pujante, aquela para o turista ver, com uma elevada infraestrutura. A outra, a cidade do morador, a do cotidiano, a precarizada. Da mesma forma, encontram-se as orlas de fora – em referência às praias da Avenida, Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca – e as de dentro – que não fazem parte do circuito turístico, como as das praias do Sobral e do Pontal, por exemplo.

Em 2013 foi criado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo 2013-2023 como suporte aos programas e projetos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento

Econômico e Turismo (SEDETUR). Este plano dividiu o estado em sete regiões turísticas, seguindo o Programa Nacional de Regionalização do Turismo, do MTur: (1) Sertão Alagoano; (2) Caminhos do São Francisco; (3) Celeiros de Tradições; (4) Quilombo; (5) Costas dos Corais; (6) Metropolitana; (7) Lagoas e Mares do Sul (ALAGOAS, 2015) (Figura 139).

Figura 139: Regiões turísticas de Alagoas.



Fonte: ALAGOAS (2015), com edição do autor.

Maceió se encontra na Região Metropolitana e é o mais importante de todos os destinos turísticos, por concentrar a maior quantidade de serviços e oferta de hospedagem. O “turismo sol e praia” é a base do produto turístico ofertado e está em consonância com as demais cidades que compõem a costa litorânea. Na direção norte, Maceió está a 130 km de distância de Maragogi, o segundo destino turístico do estado; e a 140 km de Piaçabuçu, a cidade mais longínqua do litoral sul. Isso permite uma situação de conforto para a capital, porque faz desses destinos uma extensão da oferta turística de Maceió.

Intervenções pontuais ocorridas na orla marítima nos últimos anos reforçam o imaginário do ambiente do mar na cidade, com a inauguração de uma nova modalidade de proposições para o local a partir de 2014, por meio da promoção do lugar pela implantação de esculturas com temas variados. Essa atitude reflete, por um lado, o modismo da espetacularização das cidades, em que se procura induzir o turista à fixação de uma imagem

que identifique o lugar, mas que se utiliza de uma linguagem encontrada em vários destinos turísticos; por outro, busca uma identidade própria da cidade, ressignificando-se para a cultura local (Tabela 10).

Tabela 10 - Arte urbana inserida na orla marítima de Maceió entre 2014 e 2018.

Ano	Intervenção	Local	Iniciativa
2014	Totem artístico Eu amo Maceió	Ponta Verde	Prefeitura de Maceió
2015	Escultura de Graciliano Ramos	Pajuçara	Prefeitura de Maceió
2015	Escultura de Aurélio Buarque de Holanda	Ponta Verde	Prefeitura de Maceió
2017	Escultura de Paulo Gracindo	Pajuçara	Prefeitura de Maceió
2018	Escultura Sereia da Pajuçara	Pajuçara	SEDETUR
2018	Monumento Jangada Independência	Ponta Verde	Prefeitura de Maceió
2018	Escultura Poisedon- deus do mar	Riacho Doce	Moradores de Riacho Doce
2018	Monumento Colibri	Ponta Verde	CRECI-AL
2018	Escultura O beijo	Jatiúca	SEDETUR
2018	Escultura O Boi	Jaraguá	SEDETUR
2018	Escultura O Leão	Pontal da Barra	SEDETUR

Fonte: Autor (2018).

A Figura 140 localiza a inserção dessas esculturas na orla da cidade. Os pontos escolhidos são locais de grande visibilidade pelo turista, apesar de o discurso público enfatizar a importância para a população do conhecimento da cultura popular por meio da divulgação de trabalhos de artesãos locais. Fica bastante clara a intenção de valorização do mar enquanto espaço público e de visibilidade da cidade, uma vez que se contempla a “Maceió de fora”, a cidade para o turista ver. O restante da cidade não parece importar nesse contexto. De qualquer forma, é uma iniciativa bastante plausível do ponto de vista sociocultural.

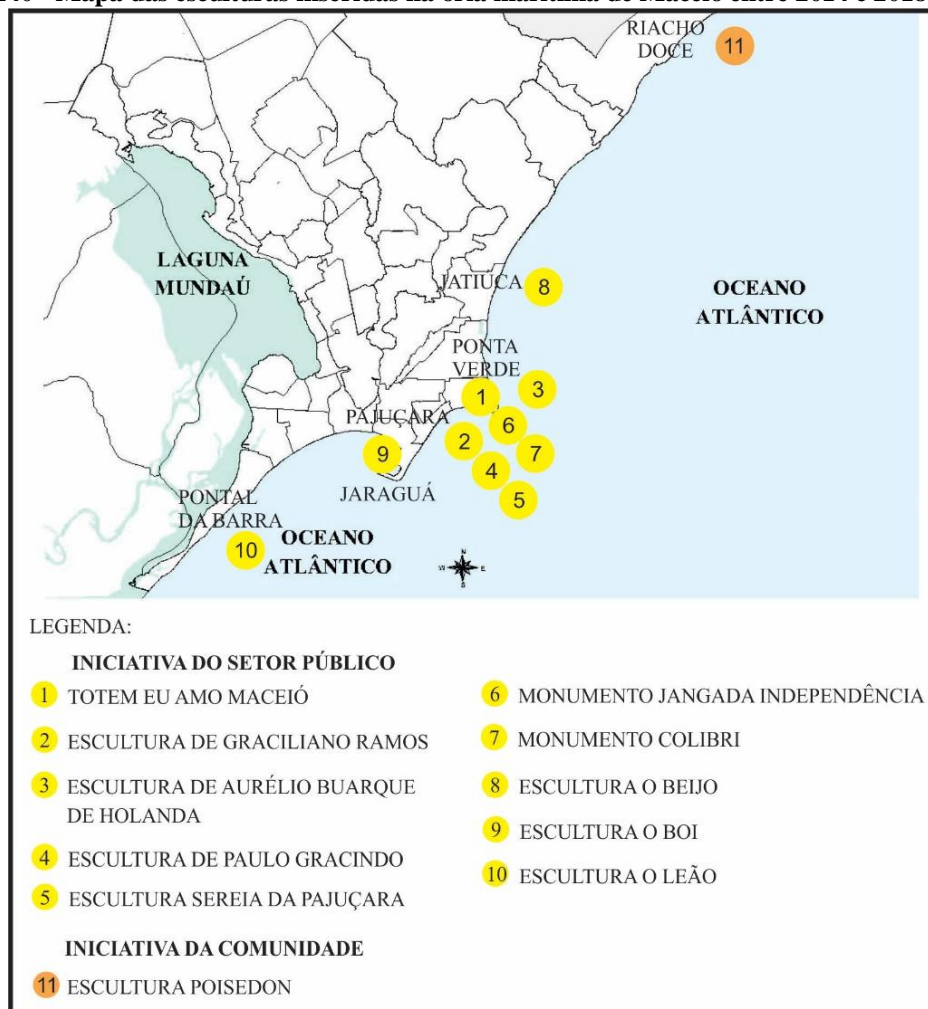
Essas esculturas geraram uma interação com o entorno e imprimiram uma nova relação da população com a paisagem e com a produção da arte feita no Estado, o que pode despertar a possibilidade de um novo olhar do turista e do maceioense em relação à cidade e a produção artística local.

Isso se iniciou com a implantação de um totem artístico, em formato horizontal, fixado sobre o passeio, homenageando a cidade (Figura 141), e a inserção, a partir do ano seguinte, de três esculturas em bronze, em tamanho real, de personalidades do estado; e uma escultura homenageando a cultura popular. A motivação para essas homenagens se justificou pela comemoração dos 200 anos de Maceió, em 2015, acompanhada da iniciativa de fortalecer o turismo.

Os primeiros homenageados foram Graciliano Ramos e Aurélio Buarque de Holanda, ambos de reconhecimento internacional – escritor e dicionarista, respectivamente. Em 2017,

Pelópidas Guimarães Brandão Gracindo, o ator Paulo Gracindo, recebeu uma estátua no calçadão da Pajuçara, completando a tríade (Figura 142).

Figura 140 - Mapa das esculturas inseridas na orla marítima de Maceió entre 2014 e 2018.



Fonte: Autor (2018).

Nessa perspectiva de fortalecer o turismo, em 2017 foi inaugurada, por iniciativa da SEDETUR, a escultura de uma sereia, produzida por um artesão alagoano (Figura 143). Aloísio Alves assim se pronunciou em matéria escrita na ocasião da inauguração (ALVES, 2017):

Maceió acordou com o Canto de Bela, a sereia da Pajuçara. Uma enorme escultura criada pelo talentoso Mestre Zezinho, moço de Campo Alegre que já espalhou mundão afora inúmeras obras do seu trabalho popular como artesão reconhecidamente diferenciado. (...) Bela, como a batizei, foi o centro das atenções do final de semana e protagonizou dezenas de visitas ansiosamente curiosas para conhecê-la. Direcionar os olhos para o alto, admirar ou censurar aquela estátua gigante, colorida e sensual, como as sereias escritas nas lendas de pescadores. Sim, o sensual está nos olhos e na imaginação de cada um! Entre postagens lúcidas ou simplesmente pejorativas, elogiosas ou críticas contundentes, as redes sociais proporcionaram significativo espaço para a nova moradora da majestática Pajuçara.

Figura 141: Eu amo Maceió: escultura, implantada em 2014, em homenagem ao bicentenário da cidade.



Fonte: Autor (2017).

Figura 142: Paulo Gracindo: homenagem de Maceió, em 2015, em escultura de bronze em tamanho natural.



Fonte: Autor (2017).

Figura 143: A sereia do mestre Zezito: a nova atração turística da Pajuçara a partir de 2017.



Fonte: Autor (2017).

Outra escultura foi inserida também na praia da Ponta Verde em 27 de agosto de 2018 – um monumento representando a jangada *Independência*, que procura resgatar a história de quatro jangadeiros de Alagoas, que partiram de Maceió até o Rio de Janeiro em 1922, com o objetivo de participarem dos festejos da comemoração do centenário da independência do Brasil (Figura 144).

Figura 144 - Monumento à Jangada Independência, inaugurado em agosto de 2018, na Orla da Ponta Verde.



Fonte: Autor (2018).

De outros estados partiram também outras embarcações em direção à capital federal. Todavia, a iniciativa desses pescadores se transformou numa aventura, dada a singeleza da jangada de seis paus que eles mesmos construíram e lhes serviu de transporte. Passados 98 dias no mar e após nove tempestades, chegaram à baía de Guanabara em 2 de dezembro daquele ano. Retornaram a Maceió no vapor *Santos*, portando medalhas de ouro, como forma de reconhecimento no Rio de Janeiro daquele feito. Foram recebidos na volta com honrarias militares e festejos em Jaraguá (UMA EPOPEIA, 2018).

A inserção desses elementos na orla marítima aponta para o pensamento de Harvey (1992, p. 82), para quem existe uma intenção deliberada na atualidade de se fomentar o fetichismo nas cidades, pela disseminação da cultura e do gosto. Isso leva ao “fascínio pelo embelezamento, pela ornamentação e pela decoração como códigos e símbolos de distinção social”. Nesse aspecto, as administrações municipais cumprem o papel de alimentar o imaginário local com esses elementos de arte urbana que remetem a uma representação superficial da cidade em torno dos seus personagens e elementos representativos da cultura popular e da cidade, como forma de tornar estas figurações pertencentes ao imaginário da população – quando não o são.

A sereia da Pajuçara sofreu inúmeras críticas na ocasião da sua inauguração. Dividiu opiniões nas redes sociais a seu favor e contra a sua implantação, o que é compreensível pela

facilidade de manifestação do pensamento, devido às redes sociais, na atualidade. Saíram em sua defesa representantes do poder público e a artista plástica Maria Amélia Vieira, atuante na cidade desde os anos 1980, que enalteceu o significado da obra como algo “oculto da nossa identidade”. Os contrários à sua presença na orla como elemento da representação artística local manifestaram críticas à sua “beleza” ou definiram sua execução como mau emprego do dinheiro público, que poderia ter sido utilizado para restaurar a estátua existente no Mirante da Sereia ou em suprimentos para hospitais públicos (MAREZIA, 2017).

Na direção de firmar também uma representação da cidade, enquanto lugar do mar, o artista plástico Amarílio Rosalino da Silva, conhecido como Tiago, Artiago ou Arte, construiu em novembro, com o apoio da comunidade, uma escultura à beira-mar de Riacho Doce, num terreno onde funcionou o clube recreativo dos magistrados de Alagoas, demolido como consequência do avanço das marés. O local, atualmente ermo, encontra-se entre a faixa de praia e a avenida principal do bairro – a rodovia estadual AL-101 Norte, que o separa de uma comunidade onde mora o escultor. O lugar funciona como espaço de lazer daqueles moradores, com um campinho de futebol, e está sendo apropriado por eles também com essa representação de Poseidon – o deus do mar –, segundo a definição do seu autor, chamando a atenção dos banhistas e da população mais atenta que por ali transita (Figura 145).

Ainda no dia 25 do mesmo mês, a orla da Ponta Verde passou a contar com uma nova escultura – em aço inox, sobre pedestal revestido de granito – denominada de Monumento Colibri (Figura 146). Trata-se de uma homenagem do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – Alagoas (CRECI/AL) à categoria, por meio da representação do símbolo que a representa: o colibri.

Para concluir um ciclo de quatro anos consecutivos de intervenção na orla marítima com a implantação de esculturas, a SEDETUR encerrou 2018 inaugurando mais outras três no seu espaço público. Desta vez, seguindo a iniciativa anterior de fomentar a divulgação da cultura alagoana, reproduziu peças de reconhecidos artesãos do estado, em isopor naval e fibra de vidro, com seis metros de altura. Ao conjunto da obra denominou de Circuito Alagoas Feita à Mão, com a intenção de que o turista se sinta motivado para conhecê-las e alcance o núcleo de artesanato do Pontal da Barra, segundo o secretário de turismo⁵⁷ (RÉPLICAS..., 2018).

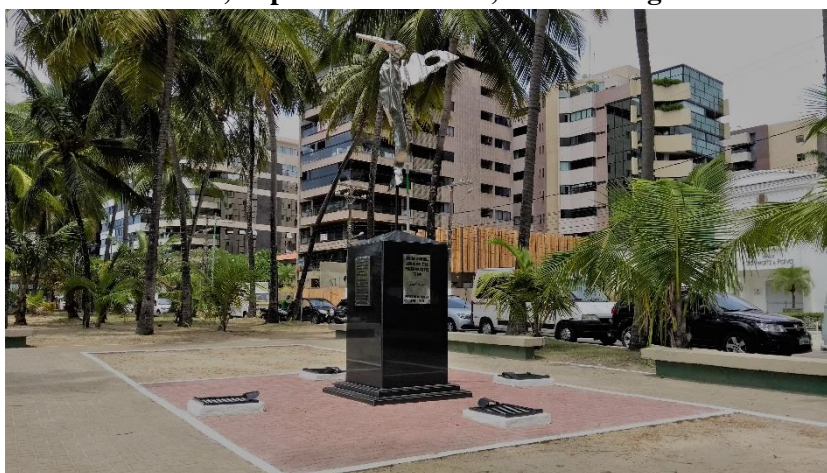
⁵⁷ Ele afirma que as obras dialogam entre si, e encaminham os turistas para o artesanato do Pontal da Barra. Entretanto, a escultura “O Leão”, está localizada fora da área de comercialização do bairro, voltada para o mar, e há dificuldades para quem tentar acessar o núcleo de vendas do artesanato, uma

Figura 145 – Poseidon, escultura à beira-mar de Riacho Doce, erguida em 2018.



Fonte: Autor (2018).

Figura 146 - Monumento Colibri, implantado em 2018, em homenagem aos corretores de imóveis.



Fonte: Autor (2018).

A primeira escultura foi implantada na Lagoa da Anta, na Praia da Jatiúca, no acesso do Hotel Jatiúca. A obra foi inspirada em uma peça de barro da mestra Dona Irineia, denominada “O Beijo”. A segunda, do mestre ceramista João das Alagoas, recebeu o nome de “O Boi”, e foi implantada à beira-mar do sítio histórico de Jaraguá. A terceira, fechando o circuito, representou “O Leão”, do mestre André da Marinheira, escultor de animais em madeira (Figura 147).

vez que a via de acesso tem sentido de fluxo de veículos contrário ao local, o que certamente pode desestimular tal ação. Além do que, isso não está claro para quem visita o circuito.

Figura 147 - Esculturas do Circuito Alagoas Feita a Mão implantadas em 2018.



Fonte: Autor (2018).

3.3 O mercado imobiliário e a especulação entre o mar e a laguna

O mercado imobiliário é outro elemento importante a ser destacado nesta seção, atuando como sujeito de valorização da região marítima da cidade e como agente da especulação imobiliária; tem como principal objeto de sedução o mar e a exploração da paisagem distante da laguna, como forma de valorizar seus empreendimentos, implantados em bairros valorizados ou em via de valorização, no alto do tabuleiro. No sentido da especulação, segundo Maricato (2007, p. 165), colabora com o aprofundamento da concentração de renda e da desigualdade, em conjunto com “a gestão urbana e os investimentos públicos”.

Mas a representação da “cidade” é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa captação não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação de renda imobiliária.

A construção de empreendimentos imobiliários às margens da laguna não é uma prática adotada em Maceió pelas razões históricas que levaram a cidade a um imaginário negativo em

relação ao lugar, com um distanciamento da população de maior poder aquisitivo e pelas ações do poder público que culminaram na ocupação local por uma população de baixa renda. A legislação municipal restringe a construção de edifícios verticais na planície lagunar, o que desestimula o mercado imobiliário a investir na região.

O Código de Urbanismo da cidade, como lei regulamentadora, determina a ocupação da extensão que margeia a laguna com várias restrições quanto às novas construções, no sentido de compatibilizar o meio físico natural ali existente às características tradicionais de seu uso e ocupação das áreas consolidadas. Dessa forma, há uma limitação do número de pavimentos das novas construções, sendo na sua maior parte permitidos dois pavimentos, depois quatro, e numa pequena faixa, no bairro da Ponta Grossa, até seis (MACEIÓ, 2007), contribuindo para a região não fazer parte do rol de lugares atrativos da cidade para tais investimentos.

Desta forma, a laguna desempenha um papel de referência de contemplação visual, mantendo um distanciamento físico para empreendimentos imobiliários já a partir do século XX. Algumas construções se materializam assim por meio da implantação de loteamentos e condomínios residenciais na região do tabuleiro, contígua às margens da planície lagunar, na extensão do bairro da Chã de Bebedouro, acima de Bebedouro, até as proximidades de Fernão Velho, onde se encontra o bairro de Santa Amélia, ou no bairro do Farol, com pequenos prédios residenciais (Figura 148).

Se a vista da laguna é possível e desejável, a realidade do que se avista em primeiro plano de quem está no alto, à distância, no entanto, não é aceita pela população, pois essas construções se aproximam do bairro do Centro: o espaço lagunar compreendido de uma população pobre e de ocupações irregulares e construções precárias.

Outro desafio para as construções no tabuleiro, no sentido de desfrutar da vista da laguna, refere-se à questão projetual: essa visualização está voltada para a insolação poente, e isso dificulta a colocação dos ambientes de permanência das moradias – salas e quartos – como locais de desfrute da paisagem, na maioria dos casos, uma vez que fere uma condição de conforto das edificações.⁵⁸

O nome de alguns empreendimentos relaciona-se com a laguna, a exemplo do Residencial Riviera da Lagoa, de 2013. Este condomínio comporta um conjunto de edifícios situados no bairro de Santa Amélia, mas não existe nenhuma relação direta entre ambos. O próprio nome “Riviera” faz referência à região costeira, distante da realidade do bairro. Apesar

⁵⁸ Argumento levantado pelo autor pela sua experiência como arquiteto e urbanista.

da altura do local em relação à planície lagunar, nem todos os apartamentos desfrutam da vista, conforme apresenta o panfleto publicitário, correspondendo a um forte apelo para a venda, como consta na propaganda: “Viva entre o azul da lagoa e o verde da mata atlântica” ou “Na melhor área da Santa Amélia, com vista para a lagoa Mundaú” (Figura 149).

Figura 148 – Localização dos empreendimentos imobiliários na região do tabuleiro a partir do século XX.



Fonte: Google Earth. Imagem Landsat (2014), com edição do autor.

Um dos edifícios mais emblemáticos, em fase adiantada de construção, localiza-se no bairro do Farol e tem como ponto forte o conceito do projeto arquitetônico que proporciona a exploração da vista da laguna – o Mirante Clube Stratégia. Os apartamentos têm seus ambientes principais – salas e quartos – voltados para a vista do mar ou para a laguna, onde se tem a melhor insolação e ventilação para os ambientes, o que tecnicamente é o mais coerente. A fachada que possui a maior visualização da laguna corresponde à orientação magnética oeste, com incidência da insolação no período da tarde, indesejável para o conforto ambiental dos ambientes de maior permanência. Assim, para tal situação, esta fachada se compõe das áreas de serviço, banheiros, escadas e elevadores. A vista da laguna é propiciada também pela área de lazer do prédio, na forma de mirante, socializando-se a contemplação da paisagem. A divulgação desse conceito encontrado num vídeo postado no *youtube* reforça o apelo pela opção da vista panorâmica da parte baixa da cidade – pelo mar e “lagoa”, com a implantação da edificação no terreno, privilegiando a vista dessas paisagens (Figura 150).

Figura 149 - Residencial Riviera da Lagoa: a exploração da vista da laguna como marketing de venda.



Fonte: Panfleto publicitário (2013).

Figura 150 – Mirante Clube Estratégia, empreendimento em construção que tem como proposta a vista panorâmica da parte baixa da cidade, do mar e da laguna.



Fonte: Bonon (2017).

Ao mirar a laguna tem-se, num primeiro plano da vista panorâmica, uma situação de pobreza. Pode ser uma aposta de que essa situação possa mudar um dia, valorizando mais a intenção de propiciar a paisagem como elemento importante do dia a dia das pessoas, mas o ponto forte da localização se fundamentou na consolidação do lugar como um mirante, realçado

como ponto de contemplação da laguna, a partir da casa de eventos que ali existia e deu origem ao nome do empreendimento. Sua localização no Farol, no alto do tabuleiro, o faz um marco referencial, como elemento que modifica e interfere na paisagem, sendo avistado com destaque em vários pontos da cidade baixa, como mostra a Figura 151 - uma fotografia tirada às margens da laguna, no bairro do Vergel do Lago.

Figura 151 - O Mirante Clube Estratégia visto da laguna, no bairro do Vergel do Lago.



Fonte: Autor (2017).

Este e outros empreendimentos reforçam a relação da cidade com a laguna como uma forma de fortalecer o apelo da propaganda e reforçar a ideia de ambiente natural que se quer atingir, contudo, apenas pelo desfrute e ênfase ao valor da vista ou pela toponímia dada aos empreendimentos, relacionando-os ao ambiente lagunar – “vista, mirante etc.”. A exploração dessa vista dá-se a distância, sem que ocorram construções nas proximidades da laguna ou na sua orla, pela desvalorização imobiliária do lugar.

O lago, o tanque, a água dormente nos detém em suas margens. Ele diz ao querer: não irás mais longe; tens o dever de contemplar as coisas distantes, coisas além! Enquanto corrias, alguma coisa aqui, já, olhava. O lago [a laguna] é um grande olho tranquilo. O lago recebe toda a luz e com ela faz um mundo. Por ele o mundo é contemplado, o mundo é representado. Também ele pode dizer: o mundo é a minha representação. Ao pé do lago, compreende-se a velha teoria fisiológica da *visão ativa*. Para a visão ativa, parece que o olho projeta luz, que ele próprio ilumina suas imagens. Compreende-se então que o olho tenha vontade de ver suas visões, que a contemplação seja, também ela, vontade (Bachelard, p. 30).

3.4 Parâmetros econômicos da valorização/desvalorização do mar e da laguna na cidade

A quantificação da valorização/desvalorização da região marítima e lagunar em Maceió partiu de parâmetros reais que compõem o valor monetário da terra e dos bens imóveis –

construções novas e usadas. O fenômeno dessa diferenciação do espaço físico encontrado nos fatores históricos, na distribuição da infraestrutura, nas condições sociais e na visibilidade de investimentos públicos e privados, leva ao desafio de se encontrar dados que confirmem ou neguem tal condição.

O registro do depoimento de um dos mais antigos moradores da Jatiúca, feito por Normande, T. (2000, p. 122), evidencia esta relação valorização x desvalorização da baixada norte em relação à baixada sul na cidade. A fala faz um comparativo daquele bairro com a Ponta Grossa e o Vergel do Lago, bairros populares na cidade, quando o morador adquiriu o seu terreno na década de 1960, por ocasião da implantação de loteamentos na Jatiúca, ainda considerado sem valor e distante do Centro.

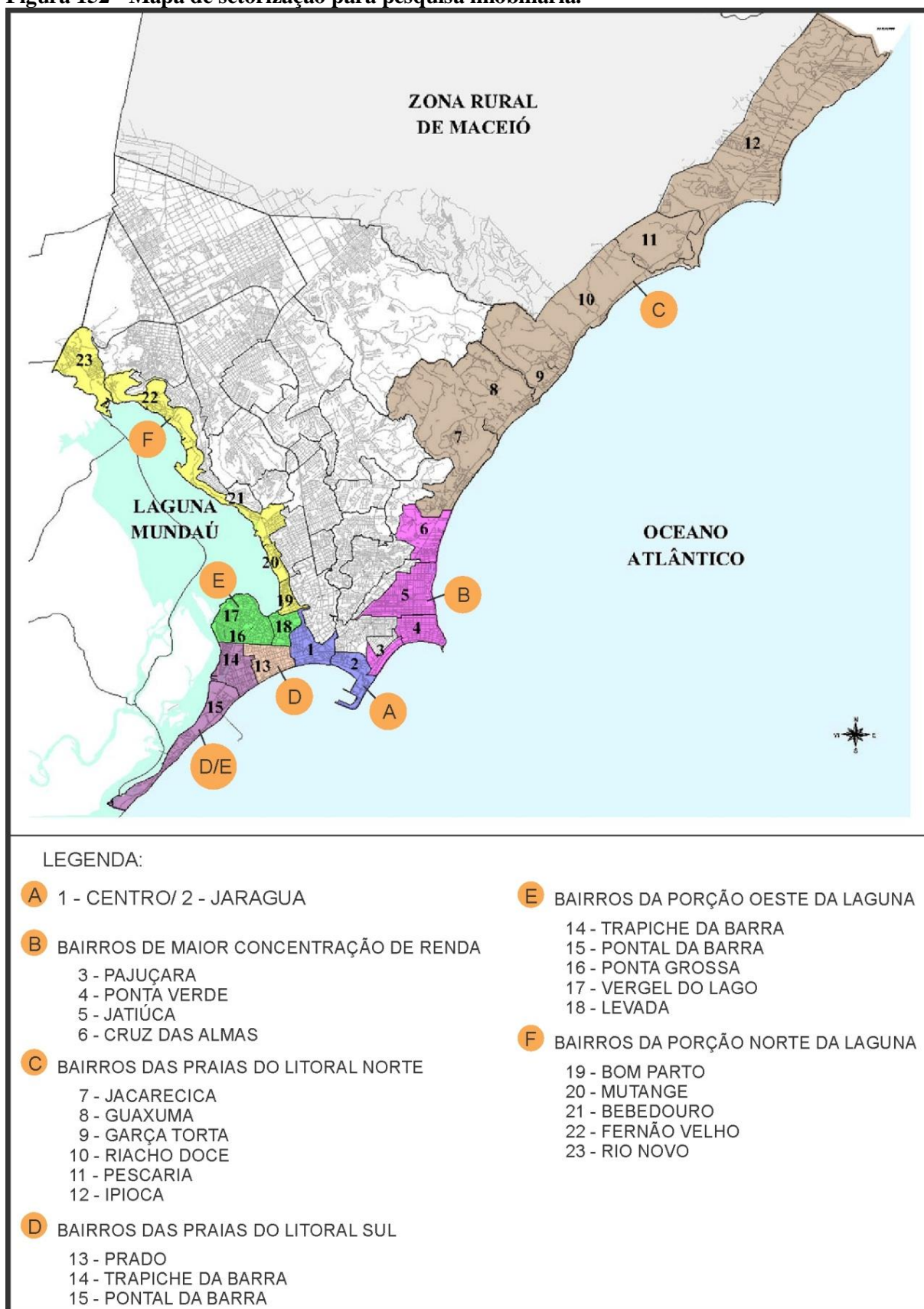
Se eu não tivesse comprado [o terreno] naquela época não podia mais comprar, não tinha mais condições, e naquela, pagando devagarzinho, devagarzinho né, (...) era fácil de comprar (...) quase ninguém queria. Aqui eu comprei o terreno (...) a prazo, se fosse comprar um terreno no Vergel ou na Ponta Grossa eu não tinha dinheiro, eu não tinha condições (...); o pagamento na época era 7.500 por mês (...) passei 5 anos pagando.

A pesquisadora realça ainda o cunho popular desses parcelamentos, notadamente dirigidos a uma população de baixa renda, localizados no interior do bairro, e de acordo com as descrições desses empreendimentos nos documentos de aprovação junto à Prefeitura Municipal de Maceió, datados de 1969: “Projeto de um loteamento junto ao loteamento popular Jatiúca – Maceió – AL (Loteamento São Francisco, antiga Bomba – Poço)”, e “Projeto para um loteamento popular com lotes localizados em zona reconhecidamente pobre cujo lote A, e B, lote A com uma área de 297,60 m², lote B com uma área de 198,40 m²” (IDEM, p. 122).

Para a quantificação desse fenômeno de mudanças de parâmetros e valores financeiros, elaborou-se um mapa das áreas que compõem os bairros que formam as duas regiões estudadas, de acordo com a Figura 152. Esse iconográfico, denominado Mapa de setorização para pesquisa imobiliária, balizará a investigação nas pesquisas empreendidas. Esse mapa faz uma classificação de quatro grupos de bairros voltados para a região marítima, que correspondem a 14,31% da população de Maceió; e dois voltados para a região lagunar, com 12,52% do total de habitantes. Os bairros Pontal da Barra e Trapiche da Barra são comuns a ambos.

O agrupamento dos bairros por região no Mapa de setorização para pesquisa imobiliária seguiu a seguinte justificativa:

Figura 152 - Mapa de setorização para pesquisa imobiliária.



Fonte: Maceió (2007), com edição do autor.

- a) Região A: Centro e Jaraguá – esse agrupamento se justifica pela contiguidade dos dois bairros e suas características de comércio e serviços. Ambos estão situados na costa marítima, formando limites entre a região marítima sul e a norte;
- b) Região B: bairros de maior concentração de renda – Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca e Cruz das Almas. Nesses bairros estão as praias mais valorizadas de Maceió, com as orlas símbolo do turismo, pontos nodais da cidade. Segundo Alencar (2007), compreende uma das regiões de maior concentração de renda da cidade;
- c) Região C: bairros das praias do litoral norte – Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipioca. Representam a área de expansão da orla marítima, com investimentos públicos e privados;
- d) Região D: bairros das praias do litoral sul – Prado, Trapiche da Barra e Pontal da Barra. São os bairros que se limitam com o mar e que tiveram inibição do crescimento após a década de 1970;
- e) Região E: bairros da porção sul da laguna – Pontal da Barra, Trapiche da Barra, Ponta Grossa, Vergel do Lago e Levada. Representam bairros cuja ambiência da cidade com a laguna se deu ou se dá mediante uma apropriação mais direta. Estes bairros, juntamente com os que compõem o litoral sul da cidade, formam a baixada sul de Maceió.
- f) Região F: bairros da porção norte da laguna – Bom Parto, Mutange, Bebedouro, Fernão Velho e Rio Novo. São bairros onde a laguna está voltada para a população local ou com acesso privado, pela apropriação por grandes lotes ou fundos de construções.

3.4.1 A pesquisa a partir da Planta Genérica de Valores de Terrenos

A Lei nº 3.959, de 29 de dezembro de 1989, institui a Planta Genérica de Valores de Imobiliários (PGVI), com o objetivo de calcular o valor venal dos imóveis, por meio do valor do metro quadrado dos terrenos⁵⁹ (MACEIÓ, 1989). A lei criou uma comissão para a elaboração da PGVI e determinou reajustes dos seus valores, a serem estabelecidos periodicamente, utilizando-se a Unidade Fiscal de Referência (UFR) – unidade de cobrança dos serviços prestados pelo município, com fins para a quantificação. Na ocasião, a cidade foi setorizada e delimitada na planta, definindo valores com variação dentro de um mesmo bairro, com os

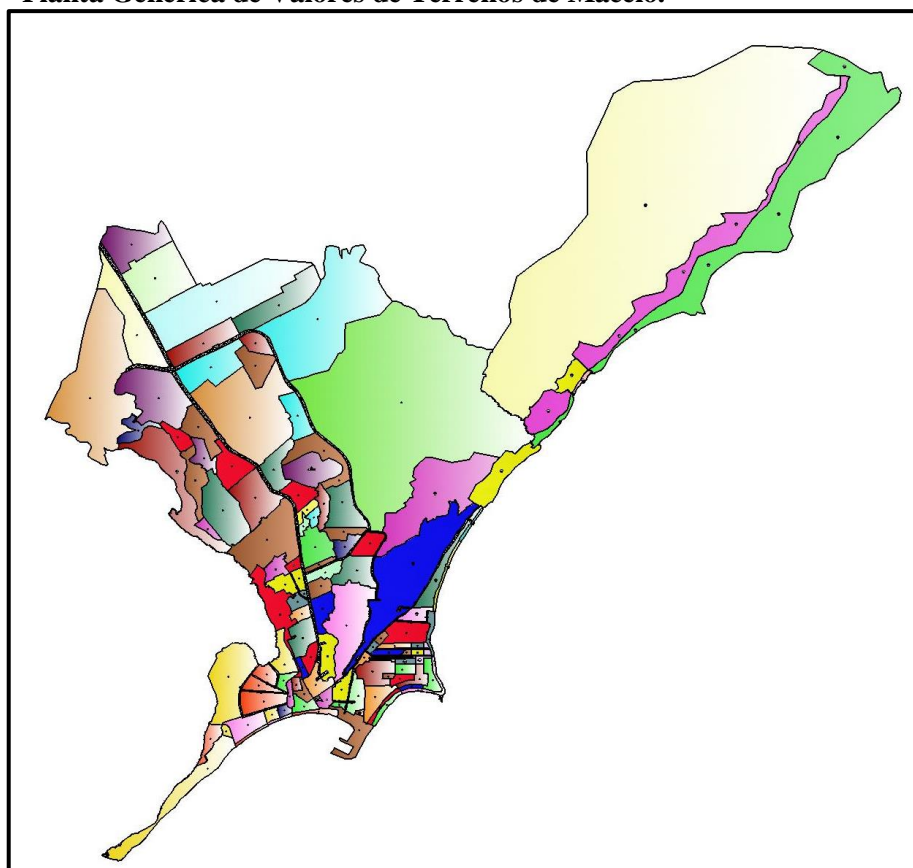
⁵⁹ A partir dessa planta, conjuntamente com parâmetros relativos às construções, define-se também por essa lei o valor do metro quadrado de bens imóveis no município.

parâmetros de acordo com a referida lei, a localização, a oferta de serviços públicos existentes no setor, índices de valorização de acordo com o mercado imobiliário e outros dados do logradouro não explicitados no seu conteúdo.

A Lei nº 6.685, de 2017, instituiu a Planta Genérica de Valores de Terrenos (PGVT), para definir o valor do metro quadrado de terreno em Maceió. De acordo com informações da Secretaria Municipal de Economia (SEMEC), a PGVT utiliza a divisão de setores da PGVI, de 1989, e conseqüentemente os seus valores em UFR, com a atualização de poucos setores, apesar de a cidade, daquele ano para cá, ter passado por diversas mudanças na sua conformação urbana. A referência de valor dos terrenos tem como parâmetro a cidade de quase 30 anos atrás, cujo espaço urbano se encontrava bastante diferente do atual, sem a existência de áreas que foram incorporadas à cidade.

Atualmente o território do município está dividido em 129 setores, denominados zonas ou trechos, com variação da UFR entre 0,15 e 18,7 (Figura 153). A Lei nº 6.685 (MACEIÓ, 2017 c) atualizou o Código Tributário Municipal, revogando as leis anteriores e estabelecendo uma correção anual do valor em reais da UFR pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ficando o valor em 2018 igual a R\$ 61,06.

Figura 153 - Planta Genérica de Valores de Terrenos de Maceió.



Fonte: SEMEC (2018).

A Tabela 11 apresenta as zonas ou trechos da PGVT em Maceió, com os seus respectivos valores em UFR. A zona de menor valor da cidade – 0,15 UFR corresponde à área onde estão implantados a UFAL e os presídios da cidade.

Tabela 11 – Zonas ou trechos da PGVT em Maceió com valores em UFR

Zo na	UF R	Zo na	UF R	Zo na	UF R	Zo na	UF R	Zo na	UF R	Zo na	UFR
1	1	23	1,3	46	0,6	70	2,8	92	1	133	3,1
2	2,5	24	2,6	47	0,7 1	71	1,2	93	11	134	4,2
3	1,5	25	2,9	48	0,7 5	72	3	94	3,2	135	3,7
4	1,1	26	1,2	49	0,9	73	3,4 3	95	3,6	137	2,2
5	1,8	27	2,5	50	0,8	74	2,2	96	17	138	2
6	1,3	28	0,8	51	1,1 8	75	2,8	96- A	7	139	2
7	1,5	29	0,4	52	1,7	76	13	97	4	140	2
6	1,3	29- A	0,5	53	1,1 8	77	11	99	4,2	141	2
7	1,5	30	1,6 4	54	1,7	78- A	2,2	100	3	142	10
8	3,2	31	0,6 5	55	2,9	79	2,7 5	101	1,15	143	2,9
9	2,1	32	0,7 4	56	0,6 5	80	3,1	106	1,7	144	1
10	8,5	33	1,6 4	57	0,9 5	81	7	109	1,35	145	1,2
11	4	34	0,7	58	3,8	82	18, 7	110	0,6	146	1,3
12	6	35	1,1 3	59	1,5	83	12	111	1,2	147	8
13	12	36	1,4	60	10	84	9	112	1,6	148	5
14	5	37	1,1	61	1	84- A	8	113	1	149	2
15	8	38	0,9	62	3,0 6	85	13	114	3	150	3,4
16	2,8 4	39	0,7	63	2,5	86	2,7	115	3,6	151	2,5
17	3,1	40	0,5	64	1,3	87	6	127	5	152	4,5
18	0,5 3	41	0,5 5	65	2,5	87- A	5	128	3,8	153	3
19	4,5	42	0,8	66	1,3 5	88	3	129	1,4	155	8,5
20	3	43	0,1 5	67	2,5	89	2,8	130	1,85		
21	6	44	1	68	6	90	3,1	131	1,7		
22	3,5	45	0,9	69	1,5	91	3,5	132	1,4		

Fonte: SEMEC (2018).

A partir da PGVT chegou-se à Tabela 12, com os valores dos terrenos em UFR nas regiões marítima e lagunar. A quantidade de zonas ou trechos é variável em cada bairro, a

depender da sua extensão, das atividades locais e do uso do solo que existia no final da década de 1980. A UFR que retrata o valor estipulado da terra possui uma diferença acentuada entre o menos valorizado e o de maior valor – variando de 0,4 a 18,7, representando Rio Novo e Ponta Verde, respectivamente –, de quase 50 vezes mais. Pela pesquisa, constatou-se uma valorização da região marítima sobre a lagunar, expressa pelos valores médios da UFR aplicado à primeira, de 3,833, contra 1,254 da segunda (três vezes menor).

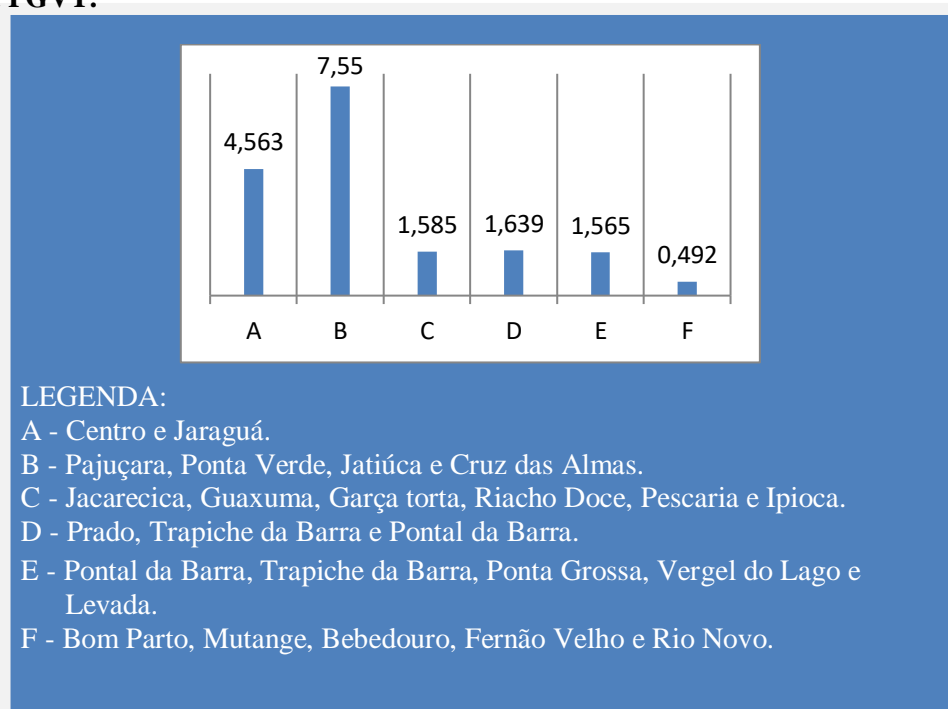
Tabela 12 - Os valores dos terrenos em UFR nas regiões marítima e lagunar

Regiões	Quantidade de zonas ou trechos	Variação da UFR		Valor médio da UFR	Valor médio da UFR por região
		Menor valor	Maior valor		
Centro	10	2,84	12	6,394	
Jaraguá	5	1	3,43	2,732	4,563
Pajuçara	3	2,8	13	8,9333	
Ponta Verde	6	6	18,7	10,95	
Jatiúca	20	2,7	17	5,05	7,55
Cruz das Almas	2	2,5	8	5,25	
Jacarecica	8	0,9	8	2,816	
Guaxuma	3	0,9	1,8	1,293	
Garça Torta	3	0,6	1,6	1,133	
Riacho Doce	5	0,6	3,6	2	1,585
Pescaria	3	0,6	1,6	1,133	
Ipioca	3	0,6	1,6	1,133	
Prado	7	1,3	3,2	2,086	
Trapiche da Barra	5	1,1	2,5	1,58	1,639
Pontal da Barra	2	1	1,5	1,25	
Pontal da Barra	2	1	1,5	1,25	
Trapiche da Barra	5	1,1	2,5	1,58	
Ponta Grossa	5	1,1	2	2	1,565
Vergel do Lago	2	1,1	2	1,55	
Levada	5	0,53	2	1,57	
Bom Parto	3	0,53	3	1,61	
Mutange	1	1,3	1,3	1,3	
Bebedouro	4	0,5	1,3	0,95	0,492
Fernão Velho	2	0,4	0,5	0,45	
Rio Novo	1	0,4	0,4	0,4	
Valor médio da UFR na região marítima					3,833
Valor médio da UFR na região lagunar					1,254
Valor médio da UFR nas regiões marítima/ lagunar					2,544

Fonte: SEMEC (2018).

Os bairros que compõem a região B – os de maior concentração de renda – constituem também o maior percentual de população da região marítima, mas correspondem apenas a 8,36% da população da cidade, segundo o Censo de 2010 do IBGE. Lideram o valor do metro quadrado dos terrenos, seguidos por Centro e Jaraguá, os bairros do litoral sul e os bairros do litoral norte. Estes correspondem apenas a 1,93% da população de Maceió, caracterizando-se como reserva especulativa para o mercado imobiliário, já em expansão na região, favorecida pela localização dos terrenos e seu baixo valor oficial, definido por uma UFR desatualizada. Os bairros do litoral sul e os que compõem a porção sul da laguna, por sua vez, equivalem-se em valor oficial e correspondem aos do litoral norte, justificando os investimentos nessa nova área de especulação da cidade. Os bairros da porção norte da laguna, por sua vez, representam efetivamente a desvalorização dessa região na cidade (Gráfico 1).

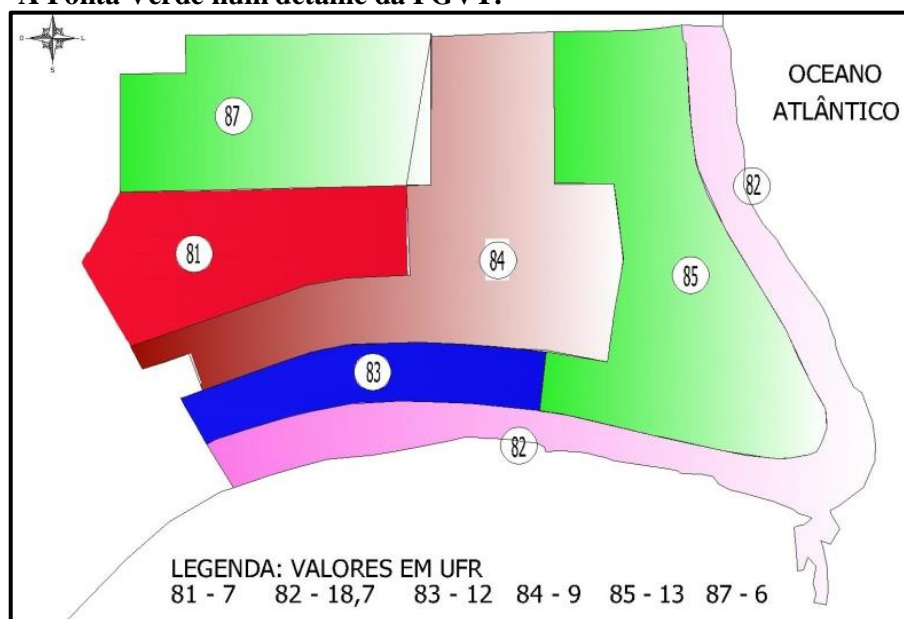
Gráfico 1 – Valor médio em UFR do metro quadrado de terrenos das regiões marítima e lagunar a partir da PGVT.



Fonte:SEMEC (2018).

Um detalhe da PGVT apresenta a área beira-mar da Ponta Verde onde se aplica o maior valor da UFR na cidade, mostrando a relação do mar com a valorização da terra em Maceió. A setorização do bairro, de acordo com a representação em cores diferentes da Figura 154, mostra que quanto mais próxima a zona está do oceano, maior o valor do terreno, dado em UFR, variando entre 6 – a área mais interior do bairro-, e 18,7 -, as quadras localizadas de frente para o mar.

Figura 154 - A Ponta Verde num detalhe da PGVT.



Fonte: SEMEC (2018), com edição do autor.

3.4.2 Qual o valor de mercado dos terrenos nas regiões marítima e lagunar na atualidade?

A pesquisa dos terrenos pelo valor praticado pelo mercado imobiliário⁶⁰ é uma alternativa para se saber o real valor dos terrenos na cidade. A opção de se pesquisar o valor de terrenos, e não imóveis novos e usados, ou um desses, justifica-se pela diversidade de padrão existente nas construções, dificultando assim o uso de um filtro para a obtenção de dados mais homogêneos. Quanto aos terrenos, embora pese na composição do seu valor a infraestrutura do ambiente que o cerca e questões como sua orientação solar, alguma benfeitoria nele existente, a forma e o relevo, um dado que se leva muito em consideração para definir seu preço é a sua superfície (área). A partir daí, pode-se definir o custo do metro quadrado, fator relevante para definir a venda. Com base no Mapa de setorização para pesquisa imobiliária, buscaram-se anúncios de venda realizados por meio da internet, mediante *sites* de busca, no período de 14 a 19 de maio de 2018. Pesquisou-se então o valor de terrenos nos bairros estudados, com o objetivo de se obter o valor médio do metro quadrado praticado pelo mercado imobiliário.

Consultaram-se os seguintes *sites*, considerando-se a ordem de maior quantidade de oferta: a) vivareal.com.br, b) al.olx.com.br, c) bonom.com.br e d) al.mgfimoveis.com.br. Com

⁶⁰ Nesse caso, considera-se o mercado imobiliário não só aquele que envolve profissionais ou empresas do setor, uma vez que muitos anúncios são iniciativas dos proprietários desses terrenos.

os valores levantados, calculou-se o valor do metro quadrado de cada terreno, dividindo-se o valor ofertado por sua área. Daí se obteve o valor médio de cada região, conforme a Tabela 13.

Tabela 13 - Valor do m ² de terrenos nas regiões marítima e lagunar					
Região	Quantidade de anúncios	Variação m ² (R\$)		Valor médio do m ² (R\$)	Valor médio do m ² por região
		Menor valor	Maior valor		
Centro	3	209,21	1.124,57	819,45	
Jaraguá	1	758,07	758,07	758,07	804,10
Pajuçara	1	941,07	941,07	941,07	
Ponta Verde	----	----	----	----	
Jatiúca	5	166,67	4.111,11	2.111,83	1.692,42
Cruz das Almas	2	1.000,00	1.041,67	1.020,83	
Jacarecica	5	466,67	822,37	679,47	
Guaxuma	6	52,75	910,82	369,39	
Garça Torta	11	266,67	1.047,62	639,05	
Riacho Doce	2	133,33	430,11	281,72	524,93
Pescaria	----	----	----	----	
Ipioca	4	43,72	818,18	372,87	
Prado	1	142,86	142,86	142,86	
Trapiche da Barra	----	----	----	----	142,86
Pontal da Barra	----	----	----	----	
Pontal da Barra	----	----	----	----	
Trapiche da Barra	----	----	----	----	
Ponta Grossa	1	187,50	187,50	187,50	197,06
Vergel do Lago	1	206,61	206,61	206,61	
Levada	----	----	----	----	
Bom Parto	----	----	----	----	
Mutange	1	185,39	185,39	185,39	
Bebedouro	----	----	----	----	153,46
Fernão Velho	1	108,33	108,33	108,33	
Rio Novo	1	166,67	166,67	166,67	
Valor médio do m ² na região marítima					791,08
Valor médio do m ² na região lagunar					175,26
Valor médio m ² nas regiões marítima/ lagunar					483,17

Fonte: SEMEC (2018).

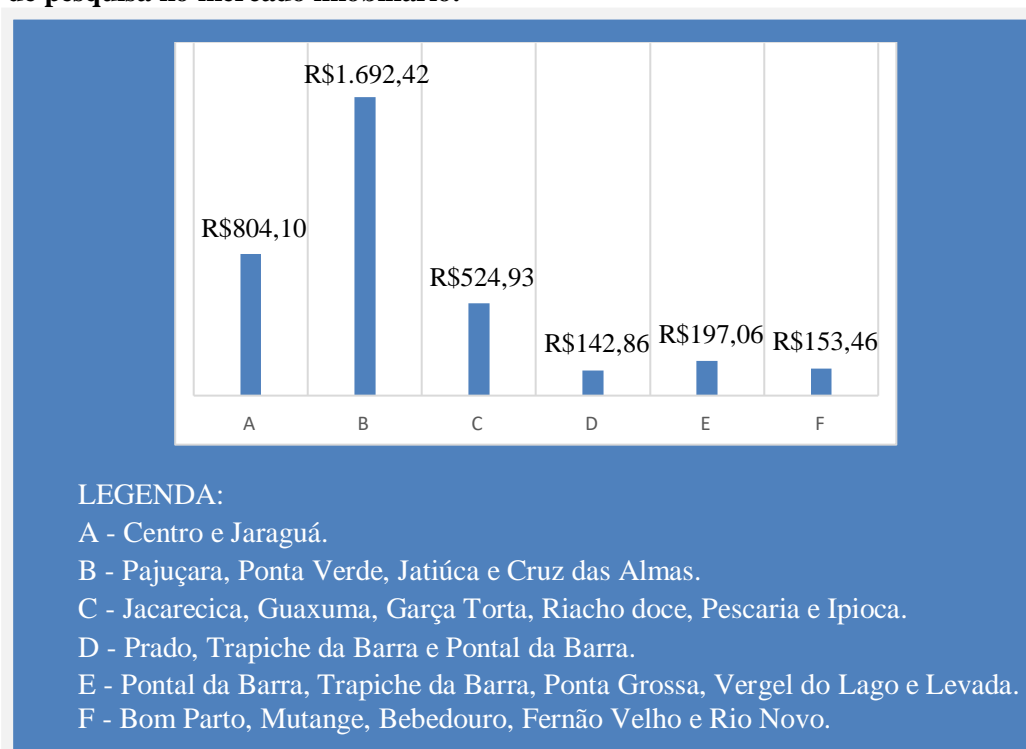
A maior quantidade de anúncios se deu na região C, dos bairros das praias do litoral norte. As áreas encontradas variaram de 90 m² a 1800 m². A menor quantidade foi encontrada

na região D, que se compõe dos bairros do litoral sul, onde apenas um terreno com 126 m² foi localizado. A diferença entre ambos está na ocupação dos bairros: os do primeiro agrupamento estão em expansão, e os outros possuem um adensamento acentuado, com o solo já bastante construído.

Ao se analisar os valores do metro quadrado, observa-se que o agrupamento de bairros mais valorizados é o da região B, uma das áreas de maior concentração de renda da cidade, em consonância com a PGVT; e o mais desvalorizado é o D, em desacordo com aquela planta. O primeiro possui o valor do metro quadrado do terreno alcançando quase R\$ 1.700,00, enquanto o mais desvalorizado tem o valor de R\$ 142,86. A diferença deste para os dois anteriores não é grande, e juntos distam bastante do primeiro colocado em valorização.

Os bairros de maior concentração de renda mantêm-se como os mais valorizados, seguidos do Centro e Jaraguá, em ambos os casos. Os bairros do litoral sul, no início dos anos 2000 aparecem em terceiro lugar, com uma queda acentuada no seu valor, sendo substituídos pelos bairros das praias do litoral norte, que representam a nova área litorânea de expansão da cidade. Os bairros da porção sul da laguna têm uma desvalorização bem visível, enquanto os bairros da porção norte da laguna mantêm-se como os últimos colocados na classificação (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 – Valor médio do m² de terrenos nas regiões marítima e lagunar em Maceió em 2018 a partir de pesquisa no mercado imobiliário.



Fonte: Anúncios em *sites* de imóveis (2018)

A partir dos valores do metro quadrado de terrenos encontrados pela pesquisa no mercado imobiliário nas regiões estudadas, fez-se um comparativo com aqueles da PGVT (Tabela 14). As unidades em UFR foram transformadas para a quantia em reais correspondente, considerando-se o valor unitário praticado em 2018, com o objetivo de se avaliar a relação entre ambos. Como resultado, tem-se que existe uma defasagem entre o que se adota na PGVT e o que se verifica no mercado imobiliário. Isso sinaliza para uma desatualização do valor das terras na cidade, visto que a PGVT tem como base uma definição de áreas de cerca de 30 anos atrás, quando a cidade dispunha de outra conformação urbana.

Tabela 14 - Valores comparativos do metro quadrado de terrenos entre a PGVT e o mercado imobiliário

Região	PGVT		Valor de mercado R\$	Relação Valor de mercado x UFR
	UFR	Valor em R\$		
Centro/ Jaraguá	4,563	278,65	804,10	2,88
Bairros de maior concentração de renda	7,55	461,06	1.692,42	3,67
Bairros das praias do litoral norte	1,585	96,79	524,93	5,42
Bairros das praias do litoral sul	1,639	100,09	142,86	1,42
Bairros da porção sul da laguna	1,565	95,57	197,06	2,06
Bairros da porção norte da laguna	0,942	57,53	153,46	2,73

Fonte: Anúncios em *sites* de imóveis/ SEMEC (2018).

Em todas as regiões, essa diferença aparece. Nos bairros das praias do litoral sul, ela é menos evidente, o que indica que nesses anos que se passaram desde a elaboração daquela planta, a região não sofreu grandes alterações. No sentido inverso, os bairros das praias do litoral norte tiveram uma valorização bem maior em relação aos demais, tendo em vista os investimentos públicos e privados na região.

Como consequência, mesmo com as atualizações financeiras da UFR, há uma defasagem dos valores praticados pela PGVT em relação aos valores de mercado. Seria necessária uma reavaliação desses setores para uma adequação mais próxima à atual realidade.

A situação dos principais condomínios residenciais torna-se bem pragmática na cidade, uma vez que eles surgiram após a aplicação da lei. São áreas extensas com moradia de alto padrão, cujo valor da UFR é comparado ao de áreas consideradas populares na cidade. Como exemplo, tem-se o condomínio Aldebaran, com o valor da UFR igual a 2,9, abaixo dos valores de parte dos bairros do Centro, com 3,1, e do Prado, com 3,2, considerados populares. Esse condomínio situado na parte alta da cidade é apontado por Alencar (2007) como um dos lugares

de maior concentração da riqueza em Maceió. Da mesma forma, a Ponta Verde, cuja UFR é mais de seis vezes maior.

3.4.3 Revista Exame

Em Guia... (2018) foi publicada a pesquisa imobiliária em 259 cidades brasileiras, com o objetivo de avaliar o mercado imobiliário no país a partir do valor do metro quadrado das ofertas de imóveis novos e usados em 2017. Maceió entrou nessa amostragem na qual foi constatado o preço médio praticado igual a R\$ 4.082,00. A pesquisa foi encomendada à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Os preços para os imóveis usados foram buscados no ZAP Viva Real; e os novos foram consultados na Geimóvel, empresa de pesquisa do setor, com base em dados de dezembro de 2016.

Dos cinquenta bairros da cidade, apenas vinte e sete fazem parte da lista apresentada. A metodologia empregada explica como objetivo possibilitar uma estimativa de preços para imóveis “tipicamente ofertados” no Brasil (GUIA..., 2018). Por esse critério, nem os bairros que compõem a baixada sul da cidade, nem os bairros que margeiam a laguna são contemplados⁶¹. Dessa forma, não é possível realizar um comparativo entre esses bairros e os demais da costa marítima na cidade. Dos cinquenta bairros da cidade, apenas vinte e sete fazem parte da lista apresentada. A metodologia empregada explica como objetivo possibilitar um estimativa de preços para imóveis “tipicamente ofertados” no Brasil (GUIA..., 2018).

A Tabela 15⁶² resume os valores apresentados e aponta os bairros do litoral norte com os valores mais altos, seguidos dos bairros da Pajuçara a Cruz das Almas, e na sequência, o Centro e Jaraguá. Todos estes com preço médio acima do valor médio na cidade, de R\$ 4.082,00. A ausência dos demais bairros de Maceió na pesquisa da revista denota sinais da invisibilidade dessas regiões no mercado imobiliário, como resultado de uma desvalorização que aumenta a cada dia, reflexo de uma política de investimentos em infraestrutura e de uma atividade turística pautada pelo *marketing* do mar cartão-postal.

⁶¹ Na pesquisa constam também bairros populares com valores médios variando de R\$ 2.150,00 a R\$ 3.450,50, abaixo do valor médio do metro quadrado dos imóveis na cidade. Entre eles foram pesquisados Benedito Bentes, Santa Lúcia e Antares.

⁶² Para a construção dessa tabela ordenou-se os bairros de acordo com a classificação elaborada nesta tese para a pesquisa do valor do metro quadrado de terrenos, organizando-se os valores disponibilizados para os mesmos de acordo com as faixas de preços encontrados na pesquisa da FIPE.

Tabela 15 - Valores médios de imóveis novos e usados em Maceió em 2016

Bairro	Valor médio do m ²	Valor médio do m ²
Centro, Jaraguá	4.300,50	4.300,50
Pajuçara	5.500,50	
Ponta Verde, Jatiúca	4.950,50	4.917,17
Cruz das Almas	4.300,50	
Jacarecica, Garça Torta	4.950,50	5.225,50
Guaxuma, Riacho Doce	5.500,00	

Fonte: Guia... (2018).

3.4.4 De 1974 a 2018: registro de valorização e desvalorização

Para uma análise da valorização imobiliária nas áreas estudadas, outra pesquisa foi feita nos classificados do jornal *Gazeta de Alagoas*, em publicações desse jornal no ano de 1974, buscando-se os valores de terrenos. Esse recorte se justifica por compreender o período de inauguração da urbanização da praia da Pajuçara e por representar um redirecionamento do crescimento da cidade em direção à sua nova praia. Optou-se pelo terreno como elemento de pesquisa, e não construções, por motivos já expostos.

A pesquisa hemerográfica foi o meio mais efetivo de se conseguir esses dados, porque o anúncio em jornais era a forma de divulgação mais comum da época, e ainda possível de ser localizada nos dias atuais⁶³. Buscou-se responder a uma questão: qual o valor dos terrenos em Maceió naquele ano, e o que representam esses valores quando comparados aos atuais? A pesquisa identificou os seguintes problemas: 1. Nos 12 meses vistos diariamente, muitos anúncios se repetiam; 2. Os dados da maioria foram insuficientes para permitir uma comparação, com a ausência das dimensões do terreno ou do valor; informava-se o número telefônico ou o endereço do vendedor para o interessado entrar em contato, diferentemente dos dias atuais, quando esses dados são bem explícitos. Sem essas informações, não é possível se definir o valor do metro quadrado, não se alcançando os parâmetros desejáveis para uma comparação e análise, uma vez que a medida da área do terreno e o valor divulgado para venda são elementos necessários para se estipular o valor do metro quadrado. A Tabela 16 resume o quantitativo de terrenos encontrados.

⁶³ Pesquisa feita na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

Tabela 16 - Valores de terrenos na região marítima e lagunar em 1974

Data	Bairro	Valor Cr\$	Dimensões m x m	Área m ²	Valor p/m ² Cr\$
02/02/1974	Centro (próximo ao Riacho Salgadinho)	6.000,00	6 x 25	150	40,00
15/02/1974	Trapiche da Barra	8.000,00	10 x 30	300	26,67
12/05/1974	Guaxuma	10.000,00	12 x 30	360	27,77
12/05/1974	Ponta Verde – Rua Sandoval Arroxelas	70.000,00	---	750	93,33
12/05/1974	Trapiche da Barra	25.000,00	20 x 25	500	50,00
20/10/1974	Ponta Verde ⁶⁴	25.000,00	24 x 24	576	43,40
19/10/1974	Trapiche da Barra	25.000,00	15 x 30	450	55,55
25/09/1974	Trapiche da Barra	9.000,00	10 x 30	300	30,00

Fonte: Jornal *Gazeta de Alagoas* (1974).

Fazendo-se um estudo comparativo entre os valores encontrados, estima-se que a Ponta Verde, enquanto bairro da baixada norte, e o Trapiche da Barra, bairro da baixada sul, tinham valorização imobiliária equivalente em 1974. Apesar das poucas amostras coletadas e de o valor médio do metro quadrado do terreno no primeiro encontrar-se em Cr\$ 68,37, e o outro, Cr\$ 40,56, quando se analisa isoladamente a relação direta do valor dos terrenos nos dois bairros, vê-se certo equilíbrio nos preços, sem grande distanciamento nos valores. O Trapiche da Barra encontra-se na média de valor de um terreno no Centro, próximo ao mar, e superior ao localizado em Guaxuma. Foram encontrados dois terrenos no bairro do Farol, um dos quais com iguais dimensões nesse bairro e no Trapiche da Barra, possuindo os dois o mesmo valor, o que denota uma equiparação imobiliária nesses bairros. O outro apresentou o valor do metro quadrado igual a Cr\$ 69,44, bem superior à maioria encontrada na pesquisa ⁶⁵.

Trazendo-se para os dias atuais, de acordo com os gráficos 1 e 2, houve uma alteração significativa do valor imobiliário do Trapiche da Barra, e conseqüentemente nos bairros do seu entorno, em relação ao bairro da Ponta Verde e adjacências, explicitando uma grande desvalorização da região.

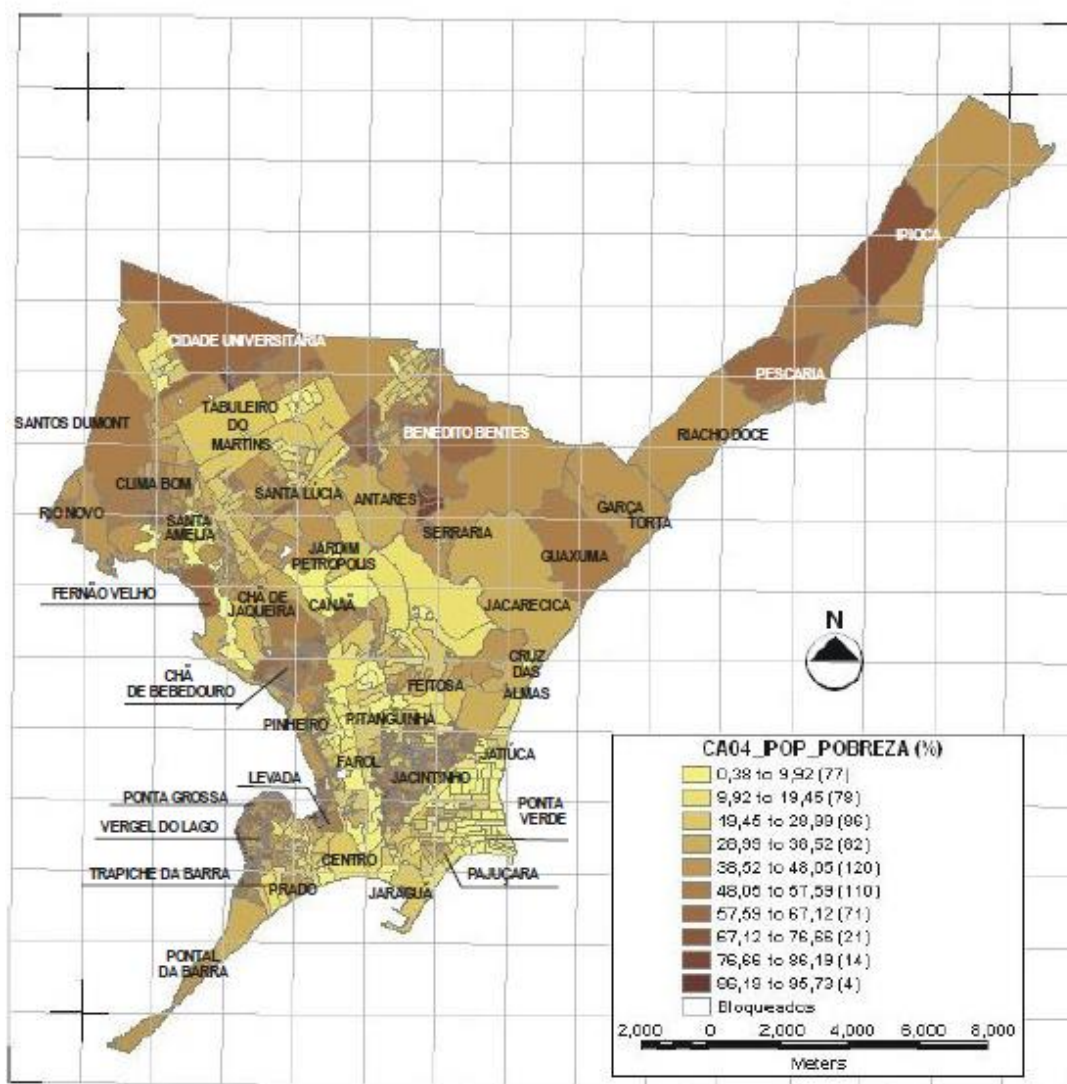
⁶⁴ Terreno localizado a 310 metros da praia, segundo o anúncio.

⁶⁵ O anúncio se referia a dois terrenos juntos, deixando uma dubiedade de interpretação se o valor pedido comportava as duas unidades, ou apenas uma – o que aferiria ao metro quadrado o valor de Cr\$34,72, mas coerente com o valor praticado na cidade.

O gráfico 1 mostra que já no início dos anos 2000 a desvalorização da região na cidade era recorrente. A valorização imobiliária dos bairros da baixada sul foi pesquisada por Andrade (2001), utilizando a PGVT.

Alencar (2007) estudou as desigualdades sociais em Maceió sob os aspectos da infraestrutura, da renda e da densidade populacional, de acordo com o fornecimento de água, a coleta de lixo e o esgotamento sanitário, a partir dos dados censitários de 2000⁶⁶ (Figura 155). Concluiu que nas áreas ocupadas pela população de maior renda, a infraestrutura é mais concentrada; ocorre o inverso nas áreas onde estão aqueles de baixa renda, com uma maior densidade populacional.

Figura 155 - O mapa da distribuição da pobreza em Maceió.



Fonte: Alencar (2007, pag. 130).

⁶⁶ Essa pesquisa foi tomada como referência pela inexistência de outra com esses dados atualizados e por não ter havido fatos relevantes que tenham mudado o quadro analisado pela autora. Exceções serão apresentadas no decorrer desta tese.

Os valores do metro quadrado de terreno em Maceió levantados nas pesquisas condizem com o seu estudo, no sentido de refletir o quadro de desigualdade social na cidade. Nessa direção, os bairros do Trapiche da Barra, do Vergel do Lago, da Levada e do Bom Parto correspondem aos mais adensados de Maceió, variando de 445,97 hab/ha a 1.064,39 hab/ha, bem distantes da média da cidade, de 160,21 hab/ha. Da mesma forma, esses bairros, juntamente com Ponta Grossa, Fernão Velho, Rio Novo, Pescaria e Ipioca, estão entre os que se destacam em relação à pobreza na cidade.

3.5 Da Salgema ao Pinheiro: o drama de um bairro⁶⁷

O Pinheiro se localiza na parte alta da cidade, e faz divisa com a planície lagunar, onde estão os bairros de Bom Parto, Mutange e Bebedouro, formando encostas ocupadas por moradias no limite entre ambos. A sua relação com a região da laguna, além da sua contiguidade física, dá-se por abrigar minas, cavernas ou poços de extração de salgema, matéria-prima da Braskem. A laguna, no Mutange, abriga o maior número de pontos de extração do mineral, existentes desde a implantação da indústria, com o objetivo de abastecê-la, onde se encontra a Braskem Mineração, transformando-a num ambiente de pesquisas geológicas, para a averiguação do problema. O posicionamento destes locais, distantes cerca de oito quilômetros da planta industrial da empresa, favoreceram a implantação do Dique-Estrada, conforme já descrito por Duarte (2010).

O Pinheiro é um bairro residencial de classe média, com uma crescente ascensão de comércio e serviços, e verticalização das construções. O abalo sísmico causou rachaduras em construções e no solo, provocando muito medo e apreensão. A população associou o fenômeno à Braskem, dado informações que o bairro iria ceder, e a área ser ambiente de extração da sua matéria-prima em seu subsolo.

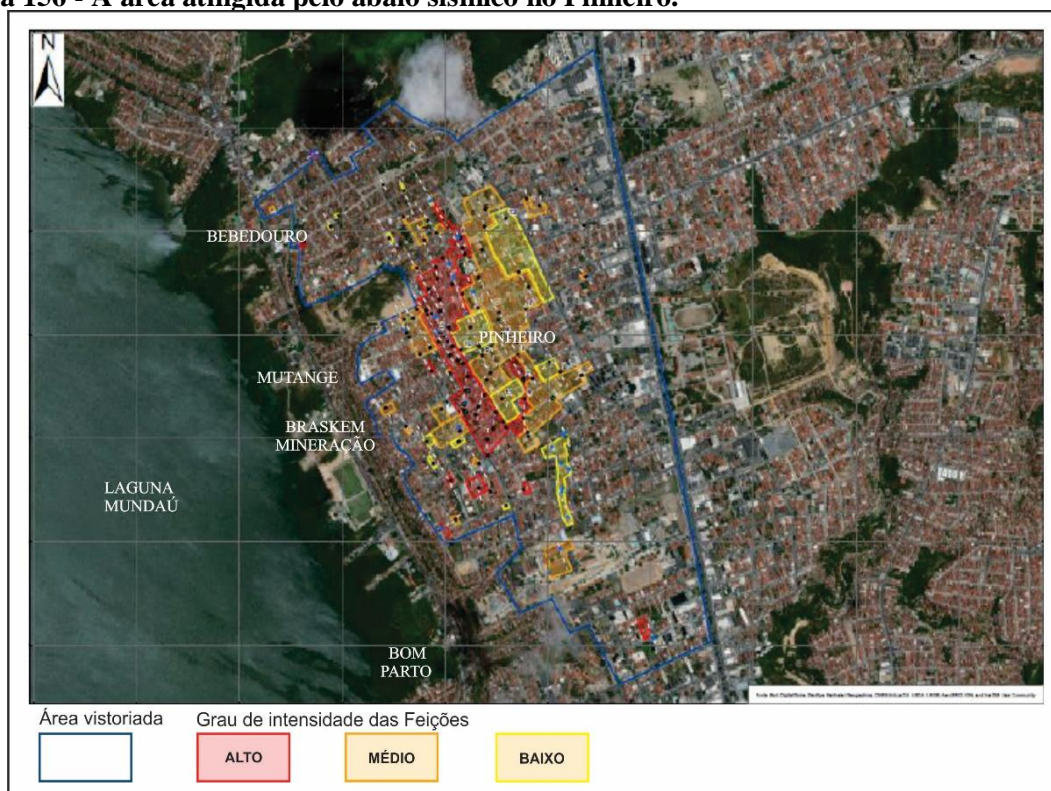
No restante do ano, embora não tenha havido novos abalos, novas construções sofreram com rachaduras, e as que existiam, aumentaram. Só no início do ano seguinte, por pressão da

⁶⁷ Em março de 2018 aconteceu um abalo sísmico no bairro do Pinheiro, que mediu 2.4 na escala Richter, causando rachaduras no bairro e consequências para os moradores. Apesar de ter ocorrido ainda dentro do recorte temporal desta tese, o assunto não foi abordado, por haver neste período, apenas especulações quanto à relação desse fenômeno com o tema em estudo. Nas primeiras semanas de 2019, no entanto, no fechamento do trabalho final, evidenciou-se uma grande possibilidade de a extração de matéria-prima da Braskem ser a responsável pelo que ocorreu no bairro, e evidenciou-se uma repercussão do assunto na cidade. Dessa forma, fez-se necessário o registro desse fenômeno, embora apresentado de forma sucinta e sem dados conclusivos, pela sua relação direta com a região lagunar – área do recorte da pesquisa.

população e pelo aumento da gravidade do problema, foi divulgado um relatório realizado pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia, intitulado Levantamento das Feições de Instabilidade do Terreno no Bairro Pinheiro, Maceió-AL, com data de atualização de setembro de 2018, e a questão passou a ser noticiada e acompanhada mais de perto pela imprensa e pela população.

Após pesquisas no local, no decorrer do período após o ocorrido, foi quantificado o grau de intensidade das fissuras e trincas decorrentes do evento nas construções e no solo, que foi apresentado numa imagem identificando três zonas atingidas, classificando-o como baixo, médio e alto (Figura 156).

Figura 156 - A área atingida pelo abalo sísmico no Pinheiro.



Fonte: Brasil (2018), com edição do autor.

O documento do Ministério das Minas e Energia não aponta a origem do problema, e tece algumas sugestões para a sua solução, dentre as quais:

Desenvolver estudos hidrogeológicos, com o intuito entender as características do aquífero existente na região, bem como suas possíveis influências no processo instalado;

Desenvolver estudos geofísicos, com finalidade de investigar possíveis estruturas em subsuperfície que possam ter influência na desestabilização do terreno;

Execução de ensaios geotécnicos (SPT, infiltração, caracterização de solos – LL, LP, granulometria e Raio X) em áreas do Bairro Pinheiro, afetadas pelo processo instalado e em áreas sem registro de deformação (BRASIL, 2018).

O engenheiro civil, professor aposentado da UFAL, Abel Galindo Marques aponta como possíveis causas das rachaduras a “reativação de falhas geológicas na área de extração da Salgema” (Figura 157)⁶⁸. A Figura 158, por ele apresentada, mostra 35 poços de extração do mineral, localizados no bairro e na planície lagunar. Ele aponta como as causas dessa reativação:

1. Localização das falhas;
2. Grande quantidade de poços de extração do salgema;
3. Grande volume de água retirado do subsolo;
4. Presença de uma camada de rochas muito fraturadas de 200m de espessura logo acima do salgema.

Figura 157 - "Falhas geológicas que passam pelas minas de salgema".



Fonte: MARQUES (2019).

Em meio às especulações sobre as responsabilidades da Braskem com o caso, reportagem de janeiro de 2019 mostra que já em 1985, essa questão foi levantada por dois estudantes de jornalismo da UFAL – Érico Abreu e Mário Lima. A motivação para a pesquisa se deu pela implantação recente da Salgema na cidade, e em 1984 ter havido em Bhopal, na Índia, um acidente com uma indústria química, no qual morreram 3 mil pessoas. Esse desastre,

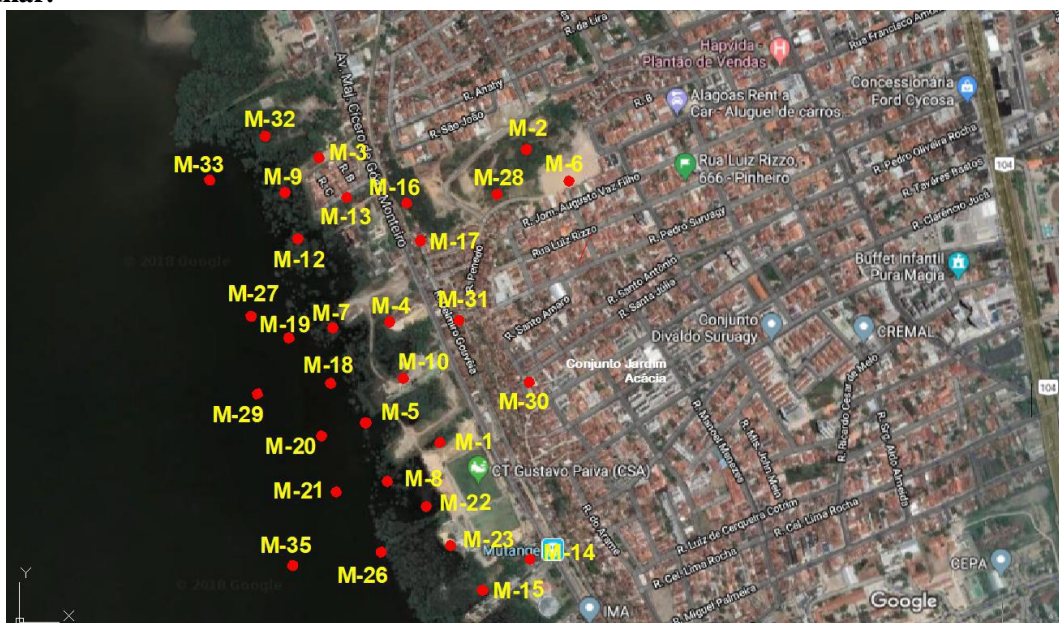
⁶⁸ A opinião pública de Abel Galindo, tendo a extração de muita água e salgema como a principal suspeita como causa principal das rachaduras, data de 10 de março de 2018, em apresentação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas (CREA-AL). Naquele momento participaram cinco expositores, sendo quatro do lado da mineradora e o professor contra.

no entanto, não foi noticiado nem questionado na imprensa local naquele ano. Os estudantes investigaram que nesse período, os investimentos em publicidade da Salgema nos jornais locais, cresceram dez vezes mais, o que pode ter sido uma forma de evitar a divulgação do caso e uma possível repercussão negativa em torno da presença daquela indústria na cidade (TRIBUNA HOJE, 2019).

A reportagem abordou ainda a ocorrência de um fato semelhante na Bahia em 2018. O caso ocorreu em uma região de mata onde também há exploração de salgema. Houve um afundamento de terreno, com extensão inicial de quase 90 metros, 34 de largura e uma profundidade de 41. Dessa vez, sem vítimas fatais.

A empresa DOW Química incorporou a Union Carbide, do “Desastre de Bhopal”, e é responsável pela exploração na Bahia (TRIBUNA HOJE, 2019). Esta empresa participou na implantação da Salgema, na década de 1970, como uma indústria para qual a produção local seria fornecida, segundo Lustosa (1997).

Figura 158 - Poços de extração de salgema na região que compreende o Pinheiro e a planície lagunar.



Fonte: MARQUES (2019).

O jornal *Gazeta de Alagoas* (PINHEIRO..., 2019), elaborou um amplo levantamento dos fatos ocorridos no Pinheiro, com reportagem de capa (Figura 159). Os vários desdobramentos do que foi noticiado, mostraram as investigações em andamento, pela Agência Nacional de Mineração (ANM), pelo Serviço Brasileiro de Geologia (SGB) e pela comissão

Nacional de Defesa Civil, abrangendo aproximadamente 60 técnicos, dada a complexidade da situação.

Figura 159 - Reportagem em destaque no jornal *Gazeta de Alagoas* em 2019.



Fonte: Pinheiro... (2019).

Ferreira (2019) aponta que não há uma avaliação conclusiva sobre as causas do fenômeno, mas que a Braskem e a Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL) aparecem como suspeitas de terem provocado o problema. A primeira, pela extração do salgema, e a segunda, pelo “rebaixamento do aquífero por conta da exploração desordenada de água por sistema de poços, falhas no sistema de saneamento da região com vazamentos de tubulações”. Durante a exploração da área, desde a implantação da indústria química, foram implantados 35 pontos de extração. Apenas três se encontram em atividade, segundo informações da empresa, no Mutange. O bairro do Pinheiro, abriga cinco do total, que se localizam justamente nas proximidades da área mais crítica do evento.

Um cronograma desse fenômeno elaborado pelo jornal *Gazeta de Alagoas* (PROBLEMA..., 2019), registra como início dos acontecimentos o dia 15 de fevereiro de 2018, quando apareceram rachaduras em três quarteirões do bairro, após fortes chuvas. Os estudos para pesquisar a causa do abalo sísmico ocorrido no mês seguinte, iniciaram-se logo após o fato, com os trabalhos de geólogos da UFAL e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A partir de junho do mesmo ano, equipes da CPRM, juntamente com outros órgãos nacionais e locais, engajaram-se na questão. Em dezembro foi decretada situação de emergência pela Prefeitura Municipal de Maceió, e no início de 2019, o mesmo se deu com a União, o que reforçou a gravidade da situação. A partir de então, intensificaram-se os trabalhos de investigação, que se revelaram inconclusos até a conclusão desta tese. Para a proteção dos moradores, algumas medidas estão sendo adotadas, como a desocupação de casas com problemas de rachadura com maior gravidade, a elaboração de um plano de emergência para o

bairro para treinar a população em caso de ocorrerem novos fatos, além de acompanhamento psicológico para a população e auxílio moradia para cerca de 400 famílias que já se mudaram do local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação inicial do território maceioense, enquanto assentamento de uma população que formaria um núcleo urbano, deu-se num sítio geográfico onde o protagonismo do mar e da laguna era bastante evidente. O papel de ancoradouro natural de Jaraguá foi fundamental para o início do povoamento. Por outro lado, a laguna com a sua função de transporte foi de grande importância para a consolidação do território. Esse protagonismo das águas na cidade soma-se a todos os fatores econômicos e históricos que precederam e motivaram tal ocupação, formando um contexto favorável para os fatos. Seria ingênuo ou leviano creditar exclusivamente ao mar e à laguna o curso dado aos acontecimentos, porquanto a condição geográfica favoreceu e foi determinante para que Maceió passasse a ser povoada e, posteriormente, assumisse um papel protagonista em Alagoas.

Maceió foi distrito da vila de Alagoas até 1815, quando alcançou o *status* de vila. Em 1839 passou a ser cidade e capital da província, e se revestiu de uma grande transformação urbana, identificada na construção de seus prédios imponentes. Nesse século, o desenvolvimento de Jaraguá ao lado do porto e a construção do canal da Ponta Grossa, na região da laguna, segundo Cavalcanti (1998), desvelam o protagonismo das águas na cidade, representando as mais importantes transformações do espaço urbano em Maceió entre 1820 e 1841. A partir de 1859 o farol de navegação do Alto do Jacutinga reforça o imaginário do mar na cidade.

O pensamento higienista reforçava um imaginário negativo das águas. Essa reação contra os espaços alagadiços, tidos como insalubres, desenhava o espaço urbano, recomendando o distanciamento das pessoas em relação a essas áreas ou colocando os equipamentos indesejáveis próximos a estes ambientes, como asilos de loucos e cemitérios. A situação da saúde em Maceió era muito precária, e atribuía-se uma relação direta com as condições sanitárias da cidade e o seu sítio geográfico – associado ao mar e à laguna.

No início do século [XX], os médicos consideravam o litoral uma região doentia e lá estava Jaraguá com suas febres palustres, intermitentes e biliares, erisipelas, defluxos, coqueluches, e ainda tuberculose, varíola e beribéri. Tudo seria consequência dos pântanos que marcavam a paisagem, tanto os naturais como os formados pelo escoamento das águas fluviais e esgotos, das casas sem fossa que lançavam fezes e urina nas sarjetas a céu aberto, situação agravada pelas enxurradas de inverno, inundando ruas, quintais e pátios ... (PEDROSA, 1998, p. 69).

As portas de entrada da cidade tinham uma relação direta com suas águas nesse período pesquisado até a década de 1960, fosse pelo porto marítimo, pelos portos lacustres do Trapiche da Barra, de Bebedouro e da Levada; fosse pelo pouso do hidroavião, no Vergel do Lago. Essa relação de proximidade exprimia uma relação de protagonismo e de sedução.

A presença da arquitetura imponente das construções públicas notáveis do século XIX e início do século XX sobrepôs-se ao imaginário das águas na representação da cidade dos cartões-postais. A cidade que queria se apresentar como “uma Maceió republicana” (CAMPELLO, 2011) priorizou a arquitetura ante a paisagem, retratando as suas águas num segundo momento. Essa Maceió que se queria mostrar imponente, era, em verdade, “uma aldeia grande”, nas palavras de Lima Junior (2014).

O século XX aponta o mar e a laguna como protagonistas a partir da descoberta destes espaços pelas suas potencialidades paisagísticas e de contemplação. No final do século anterior, já se iniciava o banho de mar na cidade. A urbanização da praia da Avenida inseriu o hábito do banho salgado e criou novos costumes. O filme *Casamento é negócio?* encontra na laguna o cenário para representar as águas da cidade. Os primeiros edifícios verticais também exploraram as vistas do mar e da laguna em sua concepção.

No aspecto da conformação urbana, cabe lembrar o papel de Bebedouro como um arrabalde importante na transição dos dois séculos e abrigo da aristocracia da época. Ou o papel da Levada, com sua relação direta entre o Centro e a laguna e como ambiente onde amerissavam os hidroaviões.

No aspecto simbólico, a literatura e as artes ampliam esse papel de protagonismo e sedução do mar e da laguna na cidade, pela obra de Jorge de Lima e pela pintura de José Paulino. Mesmo com a dura realidade transcrita em obras como *Calunga*, ou nos escritos de Otávio Brandão ou Graciliano Ramos, o protagonismo se faz presente como parte desses ambientes no cotidiano local.

Os anos 1960 encerram uma fase em que a relevância do mar e da laguna na cidade os colocam em situação de similaridade, quando o diálogo da população com o imaginário desses corpos d'água ainda transita numa relação ora de proximidade, ora de afastamento. Esta década ainda abriga uma cidade com ares interioranos, no conceito de lugar de Augé (1994), ainda buscando superar sua simplicidade na modernidade da qual se revestia o país, com os diversos exemplos que tinham por modelo o movimento modernista. Nesse contexto, cabia ainda um

olhar para o mar e a laguna, numa aparente relação de convivência menos excludente da população.

A década de 1970 em Maceió implica a transição de um imaginário das águas, que tinha no mar e na laguna uma referência de similaridade. Com as ações empreendidas a partir da urbanização da praia da Pajuçara, em 1974, e a implementação de uma política de turismo, esse imaginário foi se ressignificando, valorizando-se o mar como *locus* do lazer e cartão-postal da cidade. A experiência de Copacabana, no Rio de Janeiro, e a valorização das praias, ocorrida em outras costas marítimas, como em João Pessoa e Recife, expõem o forte apelo do mar no país.

Neste contexto, o imaginário da laguna ainda mostra força com a construção do Trapichão, em 1970, e do hotel ali localizado, e como integrante do cenário do filme *Joana, a Francesa*, em 1973. A região lagunar é representada pelos restaurantes e bares de grande aceitação na cidade.

A construção da Salgema na região sul da cidade em 1976 inicia uma mudança de paradigma: de declínio do imaginário da laguna na cidade em benefício do mar. A implantação do Projeto Dique-Estrada, a partir também deste ano, a abertura da rodovia AL-101-Sul, e como consequência, a extinção da função de transporte da laguna, são fatores que contribuiram na construção deste declínio. Some-se a isso o valor da terra, *locus* de problemas socioambientais, com reflexo direto na conformação urbana da orla da laguna.

Nessa direção, o imaginário construído a partir da década de 1970 em Maceió em relação às suas águas apagou a imagem de uma cidade que convivia com o mar e a laguna em condições semelhantes: de aproximação, admiração e respeito. É o período de uma cidade em transição, cenário de contradições urbanas que aos poucos vão se desvelando e fortalecendo o que Augé (1994) denomina de não-lugar. A relação mar/laguna/morador passa por transformações que resultam num novo olhar para esses espaços e fortalece o que Almeida (2017) identifica como a Maceió de fora e a Maceió de dentro.

A criação de novas centralidades após a década de 1980, resultado da expansão urbana, foi aos poucos desfazendo a relação direta da cidade com a região da laguna, embora ainda se enxergasse a região central como possibilidade de localização de um importante equipamento urbano, no caso o novo terminal rodoviário. A transferência dos hotéis para a região marítima e o crescimento imobiliário da região das praias reconfiguraram a cidade nos anos seguintes. A

urbanização das orlas da Ponta Verde e Jatiúca, na década de 1990, fortaleceu o *marketing* da turistificação da cidade como “Paraíso das Águas”.

Ao findar o século XX, a imagem de uma cidade onde as águas coabitavam numa similaridade de atenção pela população ficou no passado. Não há mais um reconhecimento da totalidade dessas águas da cidade no imaginário local, comungando com o pensamento de Benjamin (1987, p. 224): “A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento que é reconhecido”.

Assim, o passado para Benjamin não se deixa fixar; não há espaço para reconhecer a história da cidade e se equacionar os problemas que levaram, ao longo dos anos, à situação de precariedade da laguna, e de favorecimento e enaltecimento do mar. Fixar-se seria um termo bem empregado, não como meio de refazer o passado, mas como forma de reconstruir a história presente, como “objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (IDEM, p. 229). E estes “agoras” estão a perdurar a cada ano que passa, numa sistêmica situação de fazer prevalecer o que já está posto.

O século XXI consolidou uma população que, em sua maioria, habita distante do mar e da laguna; cerca de 27% apenas ocupa os bairros dessas duas regiões. Do restante, uma pequena parte desfruta da sua vista. A grande maioria não tem uma influência direta dessa proximidade física. O percentual da população das duas regiões é praticamente o mesmo. Paradoxalmente, não é a relação física que determina o imaginário que se tem das águas em Maceió, mas a ação dos agentes promotores da sua imagem, na mídia e nos setores públicos e privados, interessados na promoção da cidade, que veem o mar como o espaço de sedução local e definem o imaginário das águas na cidade.

Nessa direção, o *marketing* turístico associa Maceió, no novo século, ao imaginário da cidade das belas praias, algo que transcende as fronteiras alagoanas. O mar cumpre então um papel especial de protagonismo e sedução. A turistificação da cidade voltada para esse produto turístico é reforçada cada vez mais com a inserção de elementos urbanísticos à beira-mar capazes de atrair os turistas e criar uma identidade local, seja pela implantação das esculturas na orla marítima, seja pela extensão da urbanização da orla – de Cruz das Almas a Jacarecica.

O mercado imobiliário forma um binômio com o turismo e se amplia a cada ano. Há uma inter-relação de ambos, num crescente fortalecimento das duas atividades. A construção do novo *shopping center* e a ampliação da infraestrutura viária no litoral norte direcionam naquele sentido da cidade a nova exploração da área costeira. A viabilização legal sobrepõe-se

às questões socioambientais levantadas por moradores daquela região e segmentos da sociedade organizada. Como consequência, surgem os empreendimentos denominados “pé na areia”.

A falta de zelo e cuidado com o espaço público, na promoção do lazer e de uma identidade local nas demais áreas da cidade, é prática costumeira dos gestores públicos ao longo dos anos. Algo que não acompanha o dinamismo do que acontece na orla marítima, apesar do empenho em se melhorar nos últimos anos a mobilidade urbana – com a abertura de novas vias, requalificação de praças existentes e ações visando fomentar novos espaços para a cidade distante do mar – como a manutenção do Parque Municipal, em Bebedouro, e a abertura à população do Parque do Horto, na Gruta de Lourdes.

Algo semelhante acontece em relação à história e à memória. Como reflexo disso, a formulação do imaginário coletivo sobre a cidade reflete sobremaneira na produção do espaço e no esquecimento dos acontecimentos que norteiam a conformação urbana em toda a evolução geo-histórica de Maceió e suas águas como lugares simbólicos.

Como resposta a isso, a população em geral desconhece os percursos e o contexto das nuances do protagonismo e da sedução pelos quais passaram o mar e a laguna na cidade, o que leva o senso comum, a crer que a população sempre se relacionou com esses dois espaços como eles se apresentam na atualidade: um, em permanente valorização – o marítimo –, e o outro, segregado e marginalizado – o lagunar.


Há uma relação entre a memória coletiva e a apropriação do espaço urbano enquanto lugares simbólicos que definirão o sentimento de pertencimento do indivíduo e sua interação com o lugar. Os aspectos socioculturais devem ser levados em conta na produção e na criação de espaços públicos, de acordo com as diferentes experiências de cada um com o meio (SCOCUGLIA; CHAVES; LINS, 2006).

Na campanha política para a reeleição em 2016, o prefeito da cidade assim se expressou, exprimindo o sentimento que faz parte desse senso comum da população: “A cidade sempre virou as costas para a lagoa”. Assim justificou o projeto, lançado por ele, “Maceió de frente pra lagoa” (CAMPANHA..., 2016). Isso parece ser uma forte assertiva nos últimos anos, mas não é verdade, pois teve início a partir dos anos de 1970, e numa trajetória crescente, intensificou-se no século XXI.

No sentido de melhor explicar esse desfecho, a Tabela 17 apresenta uma síntese do percurso do mar e da laguna na cidade, desde o sítio que originou Maceió até 2018. Pode-se afirmar que a trajetória de ambos na construção do imaginário das águas na cidade manteve um

paralelismo até a década de 1960, passou por um período de transição na década de 1970, e a partir daí firmou-se uma imagem de Maceió voltada praticamente para o mar, notadamente para as orlas da “Maceió de fora”.

Tabela 17 – Cronologia do imaginário das águas em Maceió

CRONOLOGIA	MAR	LAGUNA
Início da ocupação	Repulsa das águas da cidade	
Séc. XIX (Higienismo)	Descoberta do banho salgado	Função de transporte
	Lugar de trabalho - pesca	Fonte de alimento e subsistência
	Jaraguá: Portas de entrada da cidade	Portos lacustres
	Urbanização da Praia da Avenida	Hidroavião/ paisagem contemplativa
Década de 1960	Imaginário das águas	
	Pintura	Literatura
	Primeiro edifício residencial vertical	Vista da laguna pelo edifícios verticais
Década de 1970	Estádio Rei Pelé	
	Urbanização da Pajuçara	Filme “Joana, a francesa”. Restaurantes e bares.
Década de 1980  Anos 2000	Implantação da Salgema	
	Marketing da turistificação	Construção do Dique-Estrada Afirmção do Pontal da Barra como núcleo turístico.
	Turismo sol e praia	Favelização (moradia)
	Especulação imobiliária	Precarização da infraestrutura
	Supervalorização	Desvalorização Problema geológico do Pinheiro

Fonte: Autor (2018).

A busca de uma identidade para Maceió parte, de um lado, da visão do mar como o elemento que melhor representa a cidade, como visto pelo *trade* turístico e percebido pelo senso comum; por outro, deseja-se atribuir ao sururu o *status* de elemento forte da identidade local, tendo-se como pano de fundo a laguna. Entretanto, a objetivação de uma unanimidade não corresponde à realidade de uma cidade plural, que cria barreiras imaginárias permeadas pelas suas diferentes camadas sociais existentes, pela concentração de renda e pela estratificação social. Nesta direção, Albuquerque Júnior (2011, p. 344) afirma:

O perigo do discurso identitário é, exatamente, o de rebaixar o histórico ao natural, reificando determinados elementos e aspectos da vida social, desconhecendo que cada gesto humano, cada forma de usar seus sentidos, cada fibra de sua musculatura, cada calo em suas mãos conta uma história, assim como cada sentimento, cada paixão, cada medo, cada sonho recolhe elementos desta historicidade.

Estes discursos identitários quase sempre confundem as elaborações discursivas, que nos criam como identidades, com “o que realmente somos”, vivendo a procura constante de reconciliar um ser empírico com um ser transcendental.

“O *sururu*, ele mesmo é o alimento e a caloria de milhares de vidas. *O sururu é vida*” (BEZERRA, 2014, p. 40). Sem dúvida, a relação de Maceió com o *sururu*, “enquanto uma *alegoria da mestiçagem alagoana*”, segundo Bezerra (2014, p. 53), está associada à precariedade dos pobres que moram na região lacustre da cidade e ao papel do molusco como alimento e fonte de sobrevivência desde os registros remotos da laguna na cidade: “Para os sem-barcos há o mangue e o *sururu*. Esse marisco inesgotável engorda o pobre na sua pobreza e faz com que êle guarde na memória as histórias mais remotas da lagoa” (PAURÍLIO, 1938, p. 15).

A imagem de Maceió por suas águas, associada na atualidade diretamente ao mar, pode ser amparada devido ao fato de a imagem das cidades ser formada, segundo Lynch (1997), por um conjunto de sensações experimentadas ao se observar e se viver em determinado ambiente. Estas sensações representam uma questão diretamente ligada à negação da laguna, uma vez que a população não mais experimenta sensações ao observar e vivenciar o seu ambiente como pertencente a ela: a função de transporte não existe mais, o Bar das Ostras não faz parte mais da lembrança das novas gerações, não há mais uma relação de empatia e sedução com o espaço.

O *sururu* é visto nos tempos atuais como um importante representante da gastronomia local – provavelmente, o mais notável. Mas a imagem construída da laguna no imaginário maceioense nos últimos anos tem um cunho negativo muito forte. Os miasmas do século XXI – a pobreza e a violência – pairam arraigadamente sobre a sedução outrora presente naquele lugar. Não se alcança o valor social do *sururu*, e a população em geral não parece preocupada com essa questão.

Apesar de a paisagem lagunar ser ainda motivo de exploração de sua vista pelo mercado imobiliário, mesmo que se buscando uma distância; ou que o turismo ainda se preocupe em preservar o ar bucólico do Pontal da Barra; ou que o poder público procure uma aproximação

com o lugar, a sua imagem não faz mais parte do imaginário positivo da cidade. Maceió deu sim “as costas para a laguna” nos últimos anos, apesar de tentativas no sentido contrário.

Embora essa afirmação seja pertinente, Maceió dá as costas não só para a laguna, mas para tudo o que não representa a modernidade pretendida pela elite econômica da cidade, que não esteja em consonância com os espaços produzidos para a classe dominante e o interesse do turismo e do mercado imobiliário: a periferia e os espaços públicos que se consolidaram como dirigidos às classes populares – as praças, as feiras, a região do principal mercado público na Levada etc.

Ressalta-se ainda a gama de problemas existentes na cidade que é capital de um dos estados mais pobres da federação – a ocupação de áreas inadequadas para habitação, a precariedade do saneamento, entre outros –, que cresceu refém dos interesses privados, comprometendo a infraestrutura urbana e a redução da desigualdade social.

É importante citar a urbanização de vales ocupados por população de baixa renda na cidade, com ações, separadamente, da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado⁶⁹. Este último, propagando alcançar as 76 grotas, como são conhecidos localmente os vales existentes na cidade. Como ação proativa, é pertinente a ponderação de Gândara (2008, p. 14): “A qualidade das cidades, refletida na qualidade de vida da população local, deve ser um elemento utilizado como instrumento fortalecedor da imagem desta cidade. Isto, além de facilitar a projeção da cidade, proporcionará elementos que permitirão a captação de inversões para ela”.

A fala de um morador numa peça publicitária do governo do estado para a televisão, em 2017, do Programa Pequenas Obras Grandes Mudanças, mostra o imaginário da região marítima tida como a área de lazer da cidade pela população. Assim, ele declarou: “Antes eu precisava ir para a praia, agora a minha praia é aqui [na grota reurbanizada]”. Isso é o que precisa ser mostrado dos dois lados. Ações desse tipo consolidam a segregação espacial na cidade, firmando a estratificação social, acomodando cada população no seu *habitat* e buscando ordenar os interesses do uso seletivo do espaço urbano.

As águas da cidade que não atendem aos interesses das classes que detêm o poder também são negligenciadas: as praias ocupadas pela população da camada popular – a praia do Mirante da Sereia, as praias dos bairros da região sul – formam ambientes que não são

⁶⁹ O governo de Alagoas iniciou em 2016 o programa Pequenas Obras Grandes Mudanças, ação de urbanização em grotas de Maceió. Pelo trabalho realizado, conseguiu posteriormente o apoio da Organização das Nações Unidas – ONU para ampliar a implementação de intervenções urbanas nessas áreas carentes da cidade.

contemplados por infraestrutura urbana, ou quando o são, têm uma manutenção precária e sem relevância.

Na atualidade, como consequência da falta de expressão da laguna, ela quase não é vista em cartão-postal. Ermínia Maricato em *Cidades...* (2018) afirma que a cidade do cartão-postal é a cidade formal – a cidade do mercado imobiliário. “Em oposição à cidade invisível, à cidade oculta, periférica, segregada”.

Um dos poucos cartões-postais que ainda a representam a associa ao mar, e se torna bastante relevante porque dá uma ideia da restinga formada ao sul da cidade, que representa uma importante porta de entrada de Maceió, pois aquele que chega à cidade pelo litoral sul do estado, ao passar pela ponte sobre a laguna, é recepcionado pelos principais componentes de suas águas, podendo fortalecer esse imaginário como uma identidade local (Figura 160).

Figura 160 - Praia do Pontal da Barra. Lagoa Mundaú com passeio das 9 Ilhas e Ponte Divaldo Suruagy – cartão-postal disponível em 2018.



Praia do Pontal da Barra
Maceió - Alagoas - Brasil

Fonte: Praia do Pontal... (s.d.).

A imagem atual de Maceió representada prioritariamente pelas águas do mar desconstrói o contexto real da cidade, que compreende também outras águas, formadas pelos riachos, canais e a laguna. Dessa forma, a imagem veiculada da cidade descumpre, segundo Mesquista e Silva (2004, p. 121) o seu papel de reprodução do real, “secundada pela memória, com sua possibilidade de convocar o *lugar* ao tempo presente, pelas nossas lembranças”. Dessa forma, atribui-se um olhar seletivo ao espaço habitado: a cidade é o “Paraíso das Águas”, mas nega a sua totalidade, a sua história e a memória. Nesse contexto, cabe a afirmação: “as imagens também permitem que vejamos o lugar ‘de fora’ e o cotejemos com novas experiências. Em outras palavras: o lugar, a paisagem ou a sua imagem reapresentam em nós e para nós emoções

guardadas no baú do pretérito, isto é: preteridas no agora, mas guardadas com a “aura” com que as revestimos em nossas lembranças” (IDEM, p. 117).

Isso levanta a seguinte afirmação: historicamente, houve protagonismo e sedução da laguna e do mar na cidade, que ora se alternaram, ora se sobrepuseram. A década de 1970 foi a inflexão para uma mudança, com um novo olhar para a cidade comprometendo o valor da laguna e o protagonismo lagunar. E por que se investiu na região marítima e não na lagunar? Cabem duas respostas para essa indagação: (1) o momento pelo qual passava o turismo naquela década, no Brasil e no mundo, despertava o olhar para as praias como importante produto turístico; e (2) a grande densidade populacional da região lagunar, ao contrário do que ocorria no então litoral norte da cidade, a partir da praia da Pajuçara, apresentava-se como um obstáculo para uma ocupação e possível expansão urbana. Esse contexto levou o poder público a vislumbrar a construção de um novo lugar, com possibilidades de expansão territorial, e com a colaboração do setor empresarial da cidade, que já se antevia nessa ocupação, com a implantação de loteamentos à beira-mar.

A região lagunar teve o seu apogeu no início do século XX como lugar de moradia da burguesia de Maceió, apresentou momentos de grande relação com a cidade, como quando serviu de “aeroporto” com o hidroavião, foi cenário do filme *Casamento é negócio?*, ou abrigou um dos mais famosos restaurantes da cidade a partir da década de 1940 – o Bar das Ostras. Outros acontecimentos privilegiaram o seu protagonismo e sedução na cidade – enquanto lugar escolhido para a implantação do primeiro e principal estádio de futebol de Maceió – o Trapichão -, ou suas funções de transporte e de fonte de alimento, e também como ambiente para o filme *Joana, a francesa*, em 1973.

A partir da consolidação da Pajuçara como o novo atrativo da cidade, a implantação da Salgema e consequente construção do Dique-Estrada, esse protagonismo se esmaeceu, porque de fato a região lagunar se distanciou do que passou a representar e representa - ainda mais com o passar dos anos - a orla marítima. Apesar de na sua evolução urbana a laguna ter abrigado algumas pequenas orlas, ou o Dique-Estrada ter criado uma orla construída contínua, e após isso, ter havido tentativas de aproximar aquele espaço do existente na orla marítima, de acordo com Duarte (2010), com a urbanização de 1989; o Consórcio Plano Estratégico Cidade de Maceió, do final dos anos 1990; a reurbanização de 2000 -, não houve efetivamente, um empenho do poder público para que a região se transformasse numa Pajuçara ou Ponta Verde, por exemplo, que fosse o ponto de partida para novos investimentos como hotéis e restaurantes. Por outro lado, os turistas estão na orla marítima, sem ter que se deslocar para o lazer ou

contemplação da paisagem, e fazem uso dela. Moradores de Maceió se deslocam para lá e não para a região lagunar. No máximo, se deslocavam para ir ao Bar das Ostras, para utilizar o hidroavião ou para ir ao Rei Pelé, mas não para contemplar ou vivenciar uma orla como acontece na praia. Tudo isso direcionou a praia, a partir da década de 1970 a posicionar-se como um novo lugar na cidade – de contemplação, de serviços, de *status* e cobiça.

O empenho na construção desse novo lugar, direcionou uma supervalorização dessa região marítima da cidade. Assim, nas últimas décadas tem se imposto, cada vez mais, um jogo de interesses da classe dominante – que detém o poder político e de decisão –, como forma de privilegiar as áreas reconhecidamente ditas como nobres, para articular melhorias de infraestruturas e fomentar investimentos que valorizem cada vez mais esses lugares. As áreas turísticas dos bairros das praias cartão-postal são o alvo de interesse.

Contudo, a atividade do turismo não se reflete na qualidade de vida da população em geral, e consolida a desigualdade social, alimentando as diferenças do espaço urbano, tanto entre o mar e a laguna, como na própria costa marítima, que possui tratamento diferenciado conforme o interesse turístico; ou entre esta e o interior dos bairros.

Essas posturas do poder público requalificam o protagonismo e a sedução do mar e da laguna na cidade, fortalecendo tendenciosamente a valorização do mar, conforme se observa no valor imobiliário dessas áreas. A qualidade do espaço público – enquanto lugar com uma manutenção cuidadosa de seus equipamentos e elementos construídos como bancos, passeio público e jardins – não é uma regra –, caracterizando-se, nos olhares mais atentos, pela falta de cuidado em relação a esses elementos que enaltecem a paisagem construída.

As políticas que articulam intervenções no espaço urbano procuram atender à demanda do capital no decorrer da história recente da cidade, como a construção do Dique-Estrada, construído para beneficiar o escoamento da produção da Salgema, ou a atual duplicação da rodovia AL 101- Norte, para fomentar o turismo e o mercado imobiliário nas praias do litoral norte.

Esse conjunto de atitudes induz ao valor da terra na cidade, numa desproporcionalidade de investimentos públicos na infraestrutura urbana. A PGVT, enquanto base oficial para a Prefeitura Municipal, referenda o valor imobiliário na cidade, institucionalizando o valor da terra em Maceió e explicitando quais áreas possuem menor ou maior valor em seu território.

A valorização da cidade, no recorte estudado, acha-se concentrada nos quatro bairros marítimos – Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca e Cruz das Almas –, a exprimir “uma diferenciação

de produtos no projeto urbano”, enfatizada pelo consumo dos ricos e pelos que definem e operam no espaço, levando, segundo Harvey (1992, p. 80), ao consumo de bem suntuosos.

O “consumo dos ricos” ocupa lugares com excelência em infraestrutura ou áreas vazias da cidade, pois elas são transformadas no que se quiser, criando-se “ilhas” de riqueza e especulação – o que se aplica à orla marítima “de fora”. O entorno de pobreza que não se pode eliminar de vez – o da orla marítima “de dentro” e o da lagunar –, apresenta-se como obstáculo a uma possível valorização dessas áreas, a realimentar o imaginário de uma segregação espacial na cidade, diferenciando seus dois principais corpos d’água: o marítimo e o lagunar.

Os últimos quatro anos (2014-2018) caracterizam-se pelo empenho de se imprimir na paisagem da cidade o realce do mar sobre a laguna. Totalizam 11 intervenções de arte urbana ao longo das praias de Maceió, desde Riacho Doce até o Pontal da Barra. Todas expressam a inserção na paisagem local elementos contemplativos para a população e o turista, na busca de uma identidade da cidade em espaços de maior visibilidade. Do total, dez foram realizadas pelo setor público, mesmo que algumas com participação da iniciativa privada. Curiosamente, no mesmo período, a orla da laguna não foi contemplada com nenhuma iniciativa nesse sentido, reforçando a invisibilidade desse espaço para Maceió. Não será difícil buscar elementos do protagonismo da laguna na cidade que mereçam também uma representatividade; basta buscar a sua história na cultura local e na formação urbana da cidade.

O ano de 2018, período que finaliza o recorte temporal desta pesquisa, encerra-se com dois acontecimentos que levantam questões sobre a região lagunar e podem apontar um novo olhar para o lugar: a assinatura da Ordem de Serviço, em 30 de dezembro de 2018, para o início das obras de reurbanização da orla lagunar; e a realização da queima de fogos sobre as águas da laguna, na comemoração da passagem do ano de 2018 para 2019. Foi um fato inédito, de iniciativa da população, sem o apoio do poder público. Esse evento é comum nas principais cidades do país, e em Maceió ocorre com maior ênfase em boa parte da orla marítima. É um acontecimento importante pelo seu cunho simbólico e que procura dar visibilidade à região.

Esses fatos apontam iniciativas, tanto do poder público quanto da população, de se tentar mitigar ou equacionar os problemas ali existentes. Voltando-se no tempo, especialmente ao final da década de 1980, quando ocorreu a intervenção urbana de 1989 na região lagunar (DUARTE, 2010), cabe agora aguardar a concretização da obra a ser iniciada e prover meios para que a história, neste caso, não se repita: faz-se a obra, e passada a gestão pública que a realizou, a seguinte não dá continuidade para a manutenção do que foi conquistado.

A mudança de paradigma do imaginário das águas na cidade, a partir da implantação da Salgema, pode tomar uma nova proporção em relação aos fatos que estão ocorrendo no Pinheiro. Se as preocupações naquela época se voltavam ao poder ecotoxológico dos seus produtos, agora, as possibilidades de uma tragédia geológica amedrontam toda a população de Maceió, em particular a que se encontra neste bairro e adjacências. Se a década de 1980 presenciou a desvalorização do Trapiche da Barra, e colocou em maior risco o Pontal da Barra, desta vez, o Pinheiro vê também a iminência de uma tragédia de grande escala, colocando em cheque a segurança do local e sua vizinhança, com reflexos para toda a cidade, e certamente, para a região lagunar. Na ausência dela, no mínimo, também vivencia a desvalorização do bairro, já em curso.

Algumas consequências já são evidentes, como a estagnação dos empreendimentos imobiliários, parando a verticalização que estava em curso, e o comprometimento de projetos de melhoria da mobilidade urbana. O Eixo CEPA, obra viária para melhorar o tráfego na avenida Fernandes Lima - principal via dos bairros da parte alta da cidade-, encontrava-se em fase adiantada de execução e foi suspenso; e o projeto “Maceió de Frente pra lagoa”, em fase de viabilização de recursos para melhoria de acesso aos bairros lagunares, pode se tornar inviável.

Faz-se necessário observar com maior atenção as iniciativas que buscam intervir na cidade em busca de minimizar as desigualdades, sejam pela ação do poder público, sejam pelo trabalho dos moradores e comunidades. As iniciativas aqui elencadas e o percurso histórico aqui pesquisado podem gerar uma mudança do olhar da população para a construção de um novo imaginário das águas da cidade, representando um ponto de partida para que fomente outras pesquisas sobre o tema e proporcione novas atitudes e posturas do poder público e da sociedade a favor da reconstrução de um novo lugar, com mais oportunidades para os seus moradores, e maior convivência para toda Maceió.

REFERÊNCIAS

ABI-RAMIA, Jeanne. A Revolução Pernambucana. Nov. 2016. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/11641-revolu%C3%A7%C3%A3o-pernambucana-de-1817>. Acesso em: 16 dez. 2016.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ. **História do porto**. [2017]. Disponível em: <http://www.portodemaceio.com.br/historia.php>. Acesso em: 01 mar. 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba – CELMM**, Brasília, 2006.

AGENDA A. Como era Maceió em 1859? Mapa digitalizado pela Biblioteca Nacional revela detalhes da cidade. Jun. 2016. Disponível em: <http://www.agendaa.com.br/vida/gente/6584/2017/06/16/como-era-maceio-em-1859-mapa-digitalizado-pela-biblioteca-nacional-revela-detalhes-da-cidade>. Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. Artista que esculpiu famosa sereia de Maceió morreu aos 94 anos no Recife. Mar. 2018. Disponível em: <http://www.agendaa.tnh1.com.br/vida/gente/7010/2018/03/12/artista-que-esculpiu-famosa-sereia-de-maceio-morreu-aos-94-anos-no-recife>. Acesso em 22 mar. 2018.

ALAGOAS. **Propostas para o desenvolvimento de um turismo sustentável em Alagoas**. Maceió: SEPLAG, 2015.

ALAGOAS e sua iconografia. **Graciliano**: revista da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Maceió, ano V, n. 14, p. 92, mai.-jun. 2012.

ALAGOAS NA NET. Especialista da Ufal alerta que a Lagoa Mundaú pode virar pântano por causa do assoreamento. Ago. 2013. Disponível em: <http://www.alagoasnet.com.br/v3/especialista-da-ufal-alerta-que-a-lagoa-mundau-pode- virar-pantano-por-causa-do-assoreamento/>. Acesso em: 07 dez. 2017.

ALAGOAS 24 HORAS. População escolhe árvore símbolo de Maceió. Dez. 2005. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/833332/populacao-escolhe-arvore-simbolo-de-maceio/>. Acesso em: 07 mai. 2017.

_____. Maceió. Projeto realizado com apoio do MPT irá estruturar atividade de marisqueiras da Orla Lagunar. Mar. 2018. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/1135674/projeto-realizado-com-apoio-mpt-ira-estruturar-atividade-de-marisqueiras-da-orla-lagunar/#.WqeKEnY5o.whatsapp>. 2018. Acesso em: 13 out. 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, Ana Paula Acioli. **A expressão das desigualdades urbanas**: análise espacial da distribuição da infra-estrutura na cidade de Maceió, Alagoas. 2007. Dissertação (Mestrado em

Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

ALMEIDA, Leda. DANIEL, Flávio. **Maceió, de ancoradouro a cidade**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção nossa capital: Alagoas).

ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). **Traços e troças: literatura e mudança social em Alagoas: estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel**. Maceió: EDUFAL, 2011.

_____. Artigos. Fotografia. Vídeos. Índios. Maceió, jan. 2012. Disponível em: http://contextotribuna.blogspot.com.br/2012_01_24_archive.html. Acesso em: 24 fev. 2017.

_____. O capital e suas atualizações em uma economia provincial. Um pouco sobre a construção de Maceió. Jun. 2016. Disponível em: <http://luizsavioidealmeida.blogspot.com.br/2016/06/o-capital-e-suas-atualizacoes-em-uma.html>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. A Maceió: a Praia do Sobral e o rapaz acorrentado. Nov. 2017. Disponível em: <http://luizsavioidealmeida.blogspot.com/2017/11/a-modesta-praia-do-sobral-em-maceio.html>. Acesso em: 06 jul. 2018.

ALMEIDA FILHO, Japson M. *et al.* (org). **Japson Almeida: fragmentos de um olhar**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015.

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. 5 ed. rev. e anot. pelo autor. Maceió: Instituto Histórico de Alagoas, 1967.

_____. Pescador de sururu. **Alagoas: mensário ilustrado**, n. 2, p. 9, Maceió, set. 1938. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/356905/per356905_1938_00002.pdf. Acesso em: 12 ago. 2016.

ALVES, Aloísio. Bela, a sereia da Pajuçara. Out. 2017. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=313513>. Acesso em: 09 dez. 2017.

ALVES, Andressa. Um lugar na rua Sol Nascente. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, ed. 23 nov. 2014. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=256119>. Acesso em: 27 set. 2018.

AMARAL, Vanine Borges. **Expressões arquitetônicas de modernidade em Maceió: uma perspectiva de preservação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

ANDRADE, Fernando Gomes de. MONTEIRO, Márcia Rocha. **A saúde em Alagoas no Brasil Império: caminhos e descaminhos**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2013.

ANDRADE, Lourdes Magalhães Corrêa de Oliveira. **Jogos de poder na revitalização dos centros históricos: o caso do bairro de Jaraguá em Maceió**. Dissertação (Mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, 2005.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopes, Tatiana Longo Figueiredo. Leandro Raniero Fernandes (Colab.). Brasília: Iphan, 2015.

ANDRADE, Umbelino Oliveira de. **A baixada sul de Maceió-AL sob a influência da Salgema /Trikem**: a questão do espaço sustentável. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2001.

ARAÚJO, Cristina Pereira de. Investimentos imobiliários e meios de hospedagem. *In: Arquitetura e mercado imobiliário*. VARGAS, Heliana Comin; ARAÚJO, Cristina Pereira de (org.). Barueri, SP: Manoele, 2014.

Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras: Baixada Santista, Campinas, Maceió e Vale do Paraíba. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/atlasdodesenvolvimentohumanorms.pdf>. Acesso em 31 mar 2019.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção Travessia do Século).

AVIAÇÃO COMERCIAL. PANAIR. s.d. Disponível em: <http://www.aviacaocomercial.net/panair.htm>. Acesso em: 09 mar.2017.

AZEVEDO, Thales. **O cotidiano e seus ritos**: praia, namoro e ciclos da vida. Recife: Editora Massangana, 2004.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1977. (Coleção Tópicos).

BARROS, Carlina R. de A.; SANTOS, Caroline G. dos. A produção territorial de Maceió documentada: reflexões sobre intervenções de embelezamento no riacho Maceió e seus rebatimentos no espaço urbano. *In: III ENAMPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*. São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-CDR-013_BARROS_DOSSANTOS.pdf. Acesso em: 12 ago. 2017.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2006. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2211/1691>. Acesso em: 06 mai. 2016.

BARROS, Nilson Cortez Crocia. **Manual de geografia do turismo**: meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BARROS, Theodyr Augusto de. **O processo de mudança de capital (Alagoas-Maceió)**: uma abordagem histórica 1919-1959. Maceió: Imprensa Universitária, 1991.

BASTOS, Fernando. **Para onde vai o turismo de Maceió?** Uma discussão sob a ótica da sustentabilidade. Maceió: Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, 1998. (Série Técnica Ibirapitanga).

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. **Espaço & Debates: Revista de estudos regionais e urbanos**, São Paulo: SCT/PR, FAPESP, FINEP, NERU, ano XI, n. 34, 1991.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política. Ensaaios sobre literatura e história da cultura**. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1.

BONON. Mirante Clube Estratégia Maceió/AL, 2017. 1 vídeo (2min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0aHNm11z1QM>. Acesso em: 19 mai. 2017.

BERGAMINI. Cláudio Estevão. **Paisagismo contemporâneo: estratégias para o projeto de praças**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2009.

BEZERRA, Edson de Gouveia. **Imaginário sururu: por uma antropofagia das coisas alagoanas**. Maceió: Viva Editora, 2014.

BEZERRA, Edson de Gouveia; SILVA NETO, Ernani Viana da. Imaginário sururu: um patrimônio a contrapelo. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, jan. - mar., p. 96 – 116, 2014.

BRANDÃO, Luiz Felipe Leão Maia. O Planejamento Estratégico da Cidade de Maceió: um convite à pesquisa. In: ALMEIDA, Luiz Sávio. Artigos. Fotografia. Vídeos. Índios. Maceió, dez. 2011. Disponível em: <http://contextotribuna.blogspot.com.br/2011/12/historia-e-urbanismo-luiz-felipe-leao.html>. Acesso em: 08 dez. 2017.

BRANDÃO, Moreno. **Vade-meccum do turista em Alagoas**. Maceió: imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

BRANDÃO, Octávio. **Canais e lagoas**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2001. (Coleção Nordeste). v. 8.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Levantamento das Feições de Instabilidade do Terreno no Bairro Pinheiro, Maceió - AL**. Relatório Técnico N° 2. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2018, 14 p.

BUCKHAM, Alfred G. **Maceió: rum and railroads**. 1 fotografia. 1931. Disponível em: www.ebay.ie/itm/1931-Maceio-Rum-Railroads-Captain-Alfred-G-Buckham-Antique-Vtg-Print-14x11-/182004989754?hash=item2a6057bf3a. Acesso em: 06 fev. 2018.

_____. Central & South America Tour Articles. In: The Official Site For Capt Alfred Buckham. Dez. 1933. Disponível em: <http://alfredbuckham.co.uk/index.php/central-south-america-tour-articles/5-a-flying-photographer>. Acesso em: 06 fev. 2018.

BULGARELLI, Claudio. **História da Hotelaria em Alagoas**. Maceió: Ideias de Comunicação, 2012.

CAMPANHA de Rui Palmeira à reeleição. Maceió de frente pra lagoa. 2016. Disponível em: [youtube.com/watch?v=IFpQddXbN3o&feature=em-share_video_user](https://www.youtube.com/watch?v=IFpQddXbN3o&feature=em-share_video_user). Acesso em: 05 mar. 2017.

CAMPELLO, Maria de Fátima de Mello Barreto. **Cartões postais: a construção coletiva da imagem de Maceió – 1903-1934**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos/ CEPAL, 2011.

CANAIS e Lagoas: onde o nosso Estado diferencia o Turismo. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 2º Caderno, p. 5, 10 dez. 1974.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**. São Paulo: Nobel, 1993.

CARDOSO, Joaquim. Observações em torno da História da cidade do Recife no período holandês. **Revista do IPHAN**. Rio de Janeiro, n. 4, p. 383-406, 1940. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat04_m.pdf. Acesso em: 17 jun. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARVALHO, Cícero Pérciles de Oliveira. **Formação histórica de Alagoas**. 3 ed. ver. e ampl. Maceió: EDUFAL, 2015.

_____. O Desenvolvimento da Região Nordeste nos Anos Pós-Sudene (2000-2016). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v.39, n.134, p.21-36, jan./jun. 2018.

CARVALHO, Tom. **Cores de Alagoas**. Maceió, s.d. Facebook: Tom Carvalho – Webdesign studio. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/tomcarvalho.agenciaweb/photos/?tab=album&album_id=1308016945960074. Acesso em: 21 abril 2017.

CASAMENTO é negócio? Produção de Guilherme Rogato. Maceió: Gáudio Filmes, 1933. (42 min.): sem son., preto e branco. Legendado. Sem narrativa. Drama.

CASA RAMALHO. Maceió aos domingos. **Alagoas: mensário ilustrado**. Maceió, n. 2, p. 14-15, set. 1938. 1938a. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/356905/per356905_1938_00002.pdf. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. O convite das praias. **Alagoas: mensário ilustrado**. Maceió, n. 3, p. 16-17, out. 1938. 1938b. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/356905/per356905_1938_00003.pdf. Acesso em: 12 ago. 2016.

CAVALCANTE, Morgana Maria Pitta Duarte. **Diálogos da forma na orla de Maceió: edifícios verticais 1980-2012**. Maceió: EDUFAL, 2015.

CAVALCANTE, Toni. Máquina do tempo - Um saudoso passeio pela Maceió dos anos 60 e 70. 2011. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1652719>. Acesso em: 16 mai. 2018.

_____. Alagoas! Maceió antiga 2. 2012. Disponível em:
<http://alagoasbytonicavalcante.blogspot.com.br/2012/02/maceio-antiga-2.html>. Acesso em: 16 mai 2018.

CAVALCANTI, Isadora Padilha de Holanda. **Levada à Margem**: A importância do lugar na memória da cidade de Maceió. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CAVALCANTI, Verônica Robalinho. **La production de l'espace à Maceió (1800-1930)**. 1998. Tese (Doutorado) - Universidade de Paris I, Panthéon, Sorbone, 1998.

_____. O imaginário local e a concepção higienista: os (des)caminhos da construção da paisagem maceioense. *In*: VI ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo, 2002, Recife. **Anais [...]**. Recife, 2002. 1 CD-ROM.

CHAVES, Alexandre da Silva. Geografia médica e regulamentação do espaço carioca oitocentista. s. d. Disponível em:
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiamedica/05.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

CIDADES brasileiras: Invisibilidade, expansão e mobilidade. Diálogo com Ermínia Maricato. Publicado pela TV UFSC, 2018. 1 vídeo (31min.). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?timecontinue=430&v=9MvqeZi1Qko>. Acesso em: 14 abr. 2018.

CNPQ. Ermínia Terezinha Menon Maricato. Currículo *Lattes*. 2018a. Disponível em:
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. Jessé Ferreira de Souza. Currículo *Lattes*. 2018b. Disponível em:
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 05 jul. 2018.

COELHO, Maria Teresinha de Medeiros. **Avaliação da eficácia da lei de uso e ocupação do solo em São Luís**: O caso da Lagoa da Jansen. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CONSÓRCIO PLANO ESTRATÉGICO CIDADE DE MACEIÓ. **Projetos estruturantes**: uma contribuição para o desenvolvimento sustentável de Maceió. Maceió: GFE Associats, 2003.

CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORREIA, Mário. ARAÚJO, Alferes Yann. Dois Homens Valentes “Two brave chaps”¹ – O resgate de Sacadura Cabral e Gago Coutinho pelo Comandante Albert Edward Tamlyn”. s.d. Disponível em: http://www.emfa.pt/www/po/musar/conteudos/galeria/pioneiros/pdf/35a40-dois-valentes-parte-i-e-ii-dr_2387.pdf. Acesso em: 23 fev. 2017.

CORREIA, Thiago. **Sururu**: A cadeia produtiva da miséria. Reportagem. Maceió: TV Pajuçara, 2017.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSTA, Craveiro. **A emancipação das Alagoas**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1967.

_____. **Maceió**. Maceió: Catavento, 2001.

COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (org.). **Indicador geral do estado de Alagoas**. Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016.

COSTA, Lúcia Maria Sá Antunes (org.). **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana e Mosley: Ed. PROURB, 2006.

COSTA, Murillo Leite da Silva. **Lembrança de Maceió**. 2. ed. Maceió: Estado de Alagoas, 1970.

COUTINHO, Mauro Knupfer *et al.* **A cada lata**: A Extração do Sururu na Lagoa Mundaú - Alagoas. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Governo do Estado de Alagoas / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2014.

DIAS, Juliana M. M. Identidade cultural e contemporaneidade: debate a partir da noção de referências culturais. *In*: MENDES JR., Walcler de Lima. **Inter (e) referências**: referências culturais em perspectiva. Maceió: Edufal, 2017.

DIAS, Morena Melo. Culinária de sentidos. **Graciliano**: revista da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Maceió: ano VII, n.22, 2014.

_____. Entre o mar e o mangue. **Graciliano**: revista da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Maceió: ano VIII, n.25, 2015.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. Evolução urbana e social de Maceió no período republicano. *In*: CRAVEIRO COSTA. **Maceió**. 1939. Maceió: SERGASA, 1981. Reedição.

_____. **O banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

DUARTE, Rubens de Oliveira. **Orla Lagunar de Maceió**: apropriação e paisagem (1960/2009). 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

_____. Maceió: mar e laguna. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, p. A3, 01 fev 2014.

DUARTE, Rubens de O; MANHAS, Adriana Capretz B. S. Pajuçara – da primeira moradia a cartão-postal: a urbanização turística em Maceió e a criação de um novo olhar para a cidade. *In*: Araújo, Cristina Pereira de. *et. al.* (org.). **Caderno de resumos**. I Colóquio Nacional sobre Cidades Litorâneas e Turismo. Recife: UFPE, 2017. Disponível em: http://cilitur.com.br/cilitur/arquivos/CADERNO_DE_RESUMOS_CILITUR_MESAS.pdf. Acesso em: 08 jul. 2018.

ESTADO DE ALAGOAS. Brasão dos Municípios Alagoanos. s.d. Disponível em: http://www.cultura.al.gov.br/municipios/bandeiras-e-brasoes/brasoes-dos-municipios/atct_album_view?b_start:int=24&-C=. Acesso em: 14 dez. 2018.

FALCÃO, Ib Gatto. Prefácio. *In*: ANDRADE, Fernando Gomes de; MONTEIRO, Márcia Rocha. **A saúde em Alagoas no Brasil Império**: caminhos e descaminhos. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2013.

FEIJÃO, Rosane. As praias cariocas no início do século XX: sociabilidade e espetáculo do corpo. **Revista Escritos**, Ano 7, n. 7, 2013. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero07/artigo09.php>. Acesso em: 03 nov. 2017.

FERNANDES, Nadja Barros. **Planejamento territorial e águas urbanas em Maceió**: o Plano Bacia Hidrográfica Urbana do Riacho Reginaldo. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **A Preservação do patrimônio histórico**: Um RE-pensar, a partir da experiência da Cidade de Marechal Deodoro. 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

_____. 2011. Sandoval Caju - além do conversador. (P. d. Rocha, Entrevistador). Maceió: Boca da noite.

_____. **A cidade Marechal Deodoro**: do projeto colonizador português à imagem do “Lugar Colonial”. Maceió: EDUFAL, 2014.

FERRARE, Josemary Omena Passos; LEÃO, Tharcila Maia Soares. “Jardim público do Jaraguá”, porta de entrada de Maceió no século XIX e XX. *In*: 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectivas, 15 a 17 set. 2014, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/artigos/pdf/63.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2017.

FERREIRA, Arnaldo. Pobreza aumenta em Alagoas e atinge mais de 800 mil pessoas. **Jornal Gazeta de Alagoas**. Maceió, ano LXXXIV, n. 4532, p. A13, 15 a 21 dez. 2018.

_____. Braskem e Casal são investigadas por problemas no bairro do Pinheiro. **Jornal Gazeta de Alagoas**. Maceió, ano LXXXIV, n. 4536, p. C1, 19 a 25 jan. 2019.

FERREIRA, Vítor Matias. Protagonismo Urbano e Projecto de Cidade. A Condição Pública e Patrimonial das Cidades. **Cidades - Comunidades e Territórios**, n. 2, p. 33-45, jun. 2001. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9116/6563>. Acesso em: 08 nov. 2018.

FIGUEIREDO, Luiz Carlos. O inesquecível Gogó da Ema. **Graciliano**: revista da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Maceió, ano IV, n.9, jun.- jul., 2011.

FONSECA, Edson Nery de. **Banho salgado e banho inglês**. Jornal pequeno, 22 e 23 fev. 1949. [Recife: Fundação Joaquim Nabuco - Museu do Homem do Nordeste]. Exposição. 2017. Texto adesivado sobre parede.

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. **Para além do guia dos navegantes: o Farol de Maceió (1827-1951)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

_____. **Um porto atlântico colonial da América Portuguesa: a participação de Jaraguá na formação do território alagoano e na gênese da cidade de Maceió**. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

FORTES, C. N. R.; FERRARE, J. O. P. Entre o porto dos franceses e o porto de Jaraguá: navegar, comercializar e fortificar em águas alagoanas (1712-1821). *In*: 3. Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa. **Arquitetura e Urbanismo na Geografia e Cultura**. Lisboa: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2014. v. 1. p. 536-546.

FRAGOSO JR, Carlos Ruberto. Assoreamento CELMM. TV Gazeta – Parte 2. 2014a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7MSgiZ4dphg>. Acesso em: 6 dez. 2017.

_____. Assoreamento CELMM. TV Gazeta – Parte 5. 2014b. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=Eqlt7wdNa-4. Acesso em: 6 dez. 2017.

FREITAS, A. J de C. *et al.* **Se essa praça fosse minha**: notas sobre uma proposta de revitalização para a Praça Sinimbu e seu entorno – Maceió - AL. 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável – Contrastes, Contradições e Complexidades. Maceió: 2016.

GAMBARRA-SOARES, Thaise. COSTA, Francisco de Assis da. O mar e a transformação do imaginário da praia de Tambaú em João Pessoa – PB. *In*: XII SHCU – Seminário de História, Cidade, Urbanismo - A circulação das ideias na construção da cidade: uma via de mão dupla. Porto Alegre, 15 A 18 out. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/11645149/O_mar_e_a_transforma%C3%A7%C3%A3o_do_imaginan%C3%A1rio_na_praia_de_Tamba%C3%BA_em_Jo%C3%A3o_Pessoa-PB?auto=download. Acesso em 12 out. 2017.

GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. A imagem dos destinos turísticos urbanos. **Revista eletrônica de turismo cultural**, São Paulo: ECA/USP, n. especial, 2008. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/aimagem.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIESBRECHT, Ralph M. Estações ferroviárias do Brasil. Bebedouro. 2016. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/alagoas/rfn.htm>. Acesso em: 8 abr. 2017.

GUIA de imóveis 2018. **Revista Exame**. São Paulo, ed. 1161, ano 52, n. 9, 2018.

GUSMÃO, Ana Caroline Sarmiento Cavalcanti de. **O lugar da paisagem nos olhares do pensamento:** de Alagoas a Maceió, narrativas e visualidades. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: SILVA, Luís Octávio da; LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Espaço & debates* 39. *Revistas de estudos regionais e urbanos. Cidades: estratégias gerenciais*. v. 39. 1ª ed., NERU, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3870347/mod_resource/content/1/Harvey_Do%20gerenciamento%20ao%20empresariamento%20%281%29.pdf. Acesso em: 6 abr. 2018.

HISTÓRIA DE ALAGOAS. Descoberta da sal-gema em Alagoas foi por acaso. 2015a. Disponível em: <http://www.historiadealagoas.com.br/descoberta-da-sal-gema-em-alagoas-foi-por-acaso.html>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. Trapiche da Barra e a proposta de “Plano Diretor” de 1917. 2015b. Disponível em: <http://www.historiadealagoas.com.br/trapiche-da-barra-e-a-proposta-de-plano-diretor-de-1917.html>. Acesso em: 04 mar. 2017.

_____. Aeroclube e a história da aviação alagoana. 2017. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/aeroclube-e-a-historia-da-aviacao-alagoana.html>. Acesso em: 14 mar. 2017.

HISTÓRIA DO CINEMA BRASILEIRO. Casamento é negócio? Site de Difusão da História do cinema brasileiro na Internet. 2014. Disponível em: http://www.historiadocinemabrasileiro.com.br/casamento-e-negocio/#postTabs_ul_21463. Acesso em: 12 mar. 2016.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1986.

HOTEL JATIÚCA. Imagens aéreas. s.d. Disponível em: <http://www.hoteljatiuca.com.br/galeria/>. Acesso em: 09 jan. 2018.

INSTITUTO LAGOA VIVA. Instituto Lagoa Viva. s.d. Disponível em: <http://institutolagoaviva.org/nos.html>. Acesso em: 11 out. 2017.

INSTITUTO MANDA VER. Estatuto Social Consolidado do Instituto Manda Ver. 2018.

INSTITUTO MEMÓRIA MUSICAL BRASILEIRA. Maceió. s.d.a. Disponível em: <http://immub.org/album/78-rpm-62410>. Acesso em: 31 dez. 2017.

INSTITUTO MEMÓRIA MUSICAL BRASILEIRA. Minha sereia. s.d.b. Disponível em: <http://immub.org/album/rosa-de-sol>. Acesso em: 31 dez. 2017.

ITB. **Maceió** - 180 anos de história. Maceió: Instituto Théo Brandão, 1995.

IVO, Lêdo. **Ninho de cobras**: uma história mal contada. Rio de Janeiro: Record, 1980.

_____. **Confissões de um poeta**. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2004.

IWATA, Nara. O Rio e o mar. A influência da orla marítima na formação do imaginário da cidade do Rio de Janeiro. *Arquitextos*, São Paulo, ano 01, n. 012.06, Vitruvius, mai. 2001. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.012/892>. Acesso em: 03 jan. 2018.

JAMBO, Arnaldo. Maceió – fins do século XIX. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). **Traços e troças**: literatura e mudança social em Alagoas: estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel. Maceió: EDUFAL, 2011.

JOÃO Sampaio entregou com festa a urbanização de Pajuçara ao povo. **Jornal Gazeta de Alagoas**. Maceió, p. A3, 10 out. 1974.

JOANA francesa. Produção de Cacá Diégues. São Paulo: Zoom Cinematográfica e Nei Sroulevich. Co-produção Brasil/França, 1973. (110min.): son., color. Drama.

JOLY, Martine. **Introdução à análise de imagens**. Lisboa: Ed. 70, 2005.

LAGES, Solange Berard *et al.* **Alagoas**: roteiro cultural e turístico. Maceió: 1979.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003. *E-book*. (Coleção Primeiros Passos).

LEAL, Oscar. **Indicador Commercial do Estado de Alagôas** (org.). ed. 1923-1924. Maceió: Empresa de Publicações e Informações Commerciaes, 1923. v. 1.

LEÃO. Tharcila Maria Soares. **A história da paisagem da Praça Dom Pedro II em Maceió** – AL. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2010.

LEÃO. Tharcila Maria Soares. FERRARE, Josemary Omena Passos. As praças como símbolos da modernidade e os projetos de Rosalvo Ribeiro durante a Era Maltina (1900-1912) em Maceió – AL. **InSitu**: Revista Científica do Programa de Mestrado Profissional em Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano, São Paulo, v.2, n. 2, p. 133-153, jul.- dez. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/situs/article/view/453>. Acesso em 12 mar. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauros, 2001.

LEITE JÚNIOR, Bráulio. **Outras Histórias de Maceió**. Maceió: Gráfica Graciliano Ramos, 2004.

LEMOS, João R. **Bebedouro**: Comunidade de história e de fé. Maceió: Grafcerta e Editora Ltda, 2003.

LESSA, Golbery. **Maceió: entre a Estátua da Liberdade e o Zeppelin**. Pcbalagoas: Alagoanidades 21. Espaço de reflexão e debate sobre a formação social alagoana, 13 jul. 2011. Disponível em: <http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/07/artigo-maceio-entre-estatua-da.html>. Acesso em: 10 abr. 2018.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província**: estudo da cultura alagoana. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

LIMA *et al.* Estudo sedimentológico, geológico e das unidades geoambientais do sistema estuarino lagunar Mundaú. *In*: ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de (org.). **Geografia**: espaço, tempo e planejamento. Maceió: Edufal, 2004.

LIMA JÚNIOR, Félix. Festejos populares em Maceió de outrora. **Cadernos AABB**, Rio de Janeiro, n. 13, 1956 a.

_____. Fenix Alagoana. **Revista Fenix Alagoana**, Maceió, 1956 b.

_____. **Memória da minha rua**. Maceió: TELASA, 1981.

_____. **Maceió de outrora**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2014. v. 1. (Coleção Pensar Alagoas).

LIMA, Ivan Fernandes. **Maceió, a cidade restinga**: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos - Cepal, 2010.

LIMA, Jorge de. **Calunga**. 4 ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. Meditação de cambembe. **Revista Esso**, Rio de Janeiro, Standard Oil Co. of Brazil, mai.-jun., 1950.

LORENZI, Harri *et al.* **Palmeiras brasileiras e exóticas cultivadas**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2004.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **O Pólo Cloroquímico de Alagoas**. Maceió: Edufal, 1997.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo, 1999. v.1. (Coleção Quapá).

_____. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século**: 1990-2010. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MACEDO, Silvio Soares. SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Coleção Quapá).

MACEIÓ em preto e branco: há muita coisa ainda a fazer em nossa cidade. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p. 1, 10 nov. 1974.

MACEIÓ. Lei n. 3.959, de 29 de dezembro de 1989. Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Maceió e dá outras providências. **Maceió.al.gov.br**. Disponível em <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/admin/documento/2013/11/Lei-Municipal-3.959-de-29-de-Dezembro-de-1989-C%3%93DIGO-TRIBUT%3%81RIO-DE-MACEI%3%93.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **Plano Diretor de Maceió**. 2005.

_____. **Código de Urbanismo e Edificações do Município de Maceió**. Lei nº 5.593. Maceió: 2007.

_____. **Programa de Requalificação Ambiental da Orla Lagunar de Maceió**. Avaliação de Impactos Ambientais – AIA. Resumo Executivo, 2017 a.

_____. **Programa de Requalificação Ambiental da Orla Lagunar de Maceió**. Plano de Reassentamento Involuntário. PRI. Tomo II, Volume 2, 2017 b.

_____. **Lei Nº. 6.685**. Maceió: 2017 c.

MACHADO, Fabiano Duarte. LIMA, Matheus Carlos Oliveira de. **História econômica de Alagoas**: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência. Maceió: EDUFAL, 2016.

MADEIRA, Nuno. **Marketing e comercialização de produtos e destinos**. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, 2010.

MAJELLA, Geraldo de. **Panorama Cultural de Maceió**. Maceió: Instituto Lumeeiro, 2016.

MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva. **Panorama das áreas valorizadas e desvalorizadas em Maceió no século XX**. Apointamentos de aula. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió: UFAL, 2014.

MÁRCIO RAPOSO IMÓVEIS. Vista da Garça Residence. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kcL7b-IZEAw>. Acesso em: 07 dez. 2017.

MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Dicionário da Comunicação**. 2 ed. São Paulo: PAULUS Editora, 2014.

MAREZIA, Jonathas. Sereia em homenagem aos 200 anos de Alagoas divide opiniões. Out. 2017. Disponível em: http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/10/sereia-em-homenagem-aos-200-anos-de-alagoas-divide-opinioes_41503.php. Acesso em: 08 jul. 2018. 2017.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, Oflia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARROQUIM, A. D. **Terra das Alagoas**. Almanaque ilustrado. Roma: Maglioni&Strini, 1922.

MARQUES, Abel Galindo. Rachaduras no Pinheiro. Apresentação em slides. Maceió: AGM Geotécnica Ltda, 2019.

MARQUES, Regina Coeli Carneiros. **Geomorfologia e evolução da região costeira do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba**. 1987. Tese (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

MEDEIROS, Elaine de Albuquerque. FERRARE, Josemary Omena Passos. As praias da Avenida da Paz e Jaraguá em registros de imagens urbanas de valorização e (des)valorização sócio-ambiental. *In*: Urbecentos: Morte e vida dos Centros Urbanos, 2010, João Pessoa.

MENEZES, Afranio Farias de (org.). **Biodiversidade recifal e lagunar no estado de Alagoas**. Maceió: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, PETROBRAS, 2014.

MENEZES, José Luiz Mota. **Inventário da Arquitetura Histórica em Alagoas**. II Parte: Monumentos de Interesse. Maceió: Governo do Estado de Alagoas. Secretaria do Estado dos Negócios da Educação e Cultura. 1970.

MENSAGEM do Comodoro. **Revista do Alagoas Iate Clube**, Maceió: Indústria Gráfica Alagoana – IGASA, n. 4, p. 3, 1977.

MESQUITA, Zilá. SILVA, Valéria Pereira da. Lugar e imagem: desvelando significados. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, nº. 34, 2004.

MINISTRO Ueki hoje em Maceió para inauguração de Pajuçara. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, 09 out. 1974.

MONTEIRO, Márcia Rocha. **Hospital do Açúcar de Alagoas**: arquitetura e assistência à saúde: 50 anos de história. Maceió: EDUFAL, 2015.

NASCIMENTO, Bárbara Thomaz Lins do. **A imagem do lugar e seus reflexos**: um estudo do bairro da Levada. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

NORMANDE, A. C. (org.). **Apoio à proteção ambiental em Alagoas** – uma experiência de cooperação técnica. Maceió: Projeto SEPLAN/IMA/GTZ, 2000.

NORMANDE, Taís Bentes. **História de uma permanência**: a Jatiúca Velha. Pobres e ricos na orla marítima de Maceió. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2000.

NOVAES, Agélio. **A criação do mar de Maceió**. [s.d.]. 1 original de arte, tela, 80cm x 80cm. Coleção particular.

OAM. Gazeta de Alagoas. s.d. Disponível em: <http://www.oam.com.br/institucional/gazeta-de-alagoas/>. Acesso em: 2 mai. 2018.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Fórum Nacional Um Projeto para as Cidades do Brasil. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) do CNPq, 2018. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/forum-nacional-um-projeto-para-as-cidades-do-brasil/#>. Acesso em: 8 nov 2018.

PACHECO, Lafayette. **O Bacurau**. Semanário impresso. Diretor. Anno VI, Número 143. Maceió: Livraria Machado, 1925.

_____. **O Bacurau**. Semanário impresso. Diretor. Anno VI, Número 144. Maceió: Livraria Machado, 1925 (a).

_____. **Almanach d’o Bacurau para 1927**. Diretor. Maceió: Livraria Machado, 1926.

_____. **O Bacurau**. Semanário impresso. Diretor. Anno X, Número 223. Maceió: Livraria Machado, 1930.

PAURILIO, Carlos. Lagoas. **Alagoas**: mensário ilustrado. Maceió, n. 3, p. 15, out. 1938. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/356905/per356905_1938_00003.pdf. Acesso em: 12 ago. 2017.

PEDROSA, José Fernando de Maya. **Histórias do velho Jaraguá**. Maceió, 1998.

_____. **O enigma dos submarinos** – Nordeste do Brasil, 1942. Maceió: Edições Catavento, 2001.

_____. **A Marinha para os alagoanos**. Maceió: Editora Nomeriano, 2004.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia**: contribuições da vilegiatura à metropolização no nordeste do Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PEREIRA, Mariana Aline Barbosa. **Ecletismo e Hotéis em Maceió, alguma relação?** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

PINHEIRO sob ameaça de colapso – Braskem e CASAL são investigadas. **Jornal Gazeta de Alagoas**. Maceió, ano LXXXIV, n. 4436, p. A1, 19 a 25 jan. 2019.

PINTO, Ivaldo. Todos os encantos das belezas naturais de Maceió, paraíso das águas. 2014. Disponível em: <http://alagoasboreal.com.br/imprimir/post/14/23/ivaldo-pinto/todos-os-encantos-das-belezas-naturais-de-maceio-paraíso-das-aguas>. Acesso em: 06 jun. 2018.

_____. Casa rosada, que abrigou a Setures, chamava a atenção de maceioenses e turistas pela beleza arquitetônica. 2015. Disponível em:

<http://www.alagoasboreal.com.br/post/14/98/ivaldo-pinto/casa-rosada-que-abrigou-a-setures-chamava-a-atencao-de-maceioenses-e-turistas-pela-beleza-arquitetonica>. Acesso em: 12 set. 2017.

PISTA asfaltada em Jatiuca será este mês entregue ao tráfego. **Jornal Gazeta de Alagoas**. Maceió, p. A1, 15 jan. 1974.

PORTAL DE ARQUITETURA ALAGOANA. UEP. 2015a. Disponível em: <http://www.arquiteturaalagoana.al.org.br/index.php/tema/uep>. Acesso em: 28 nov. 2016.

_____. Igreja de Nossa Senhora da Guia. 2015b. Disponível em: <http://www.arquiteturaalagoana.al.org.br/index.php/tema/igrejas/item/igreja-de-nossa-senhora-da-guia>. Acesso em 03 mar. 2018.

_____. Maceió – passado e presente. 2017. Disponível em: <http://arquiteturaalagoana.al.org.br/index.php/memoria/passado-e-presente/jaragua/>. Acesso em: 03 mar. 2018.

PRAIA DA PAJUÇARA E AV. SILVIO VIANA. Maceió. Assistel Turismo Distribuidora. s.d. 1 Cartão postal: color.

PRAIA DO PONTAL DA BARRA. LAGOA MUNDAÚ COM PASSEIO DAS 9 ILHAS E PONTE DIVALDO SURUAGY. Maceió. Assistel Turismo Distribuidora. s.d. 1 Cartão postal: color.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ. **Maceió**: modelo urbanístico do Nordeste. Rio de Janeiro: 1975.

_____. Base Cartográfica de Maceió. Planta em CAD, Maceió: 2007.

PROBLEMA começou após chuva e tremor. **Jornal Gazeta de Alagoas**. Maceió, ano LXXXIV, n. 4436, p. C5, 19 a 25 jan. 2019.

RAMOS, Daniel da Rocha. **A invenção da praia e a produção do espaço**: dinâmica de uso e ocupação do litoral do ES. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

RAMOS, Graciliano. **Angústia**. 15 ed. Rio, São Paulo: Distribuidora Record, Livraria Martins Editora, 1975.

RAYNAUD, Flaviana Vieira. O rio Sanhauá e a cidade de João Pessoa. *In*: COSTA, Lúcia Maria Sá Antunes (org.). **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana e Mosley: Ed. PROURB, 2006.

RECLUS, Élisée. **Amazônia and La Plata**. London: J. S. Virtue & Co., v. XIX, s.d. (The Universal Geography: The Earth and its inhabitants).

RÉPLICAS gigantes: Circuito Alagoas Feita à Mão lança três novos monumentos artísticos na orla de Maceió. 2018. Disponível em:

<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/28263-circuito-alagoas-feita-a-mao-lanca-tres-novos-monumentos-artisticos-na-orla-de-maceio>. Acesso em: 19 dez. 2018.

RIOS, Odilon. Erros da equipe de Rui Palmeira ameaçam megaprojeto DE FRENTE PRA LAGOA. **Extra**. Maceió, 2018. Ano XIX, Nº 954.

ROBBA, Fabio. MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras**. 2. Ed.– São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Coleção Quapá).

SALLES, Valéria. **Guia do meio ambiente**: litoral de Alagoas. (Coord.). Alagoas: Projeto IMA-GTZ, 1993.

SANDOVAL Cajú - O personagem, o povo e a cidade. **Graciliano**: revista da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Maceió, ano IV, n. 8, abr.-mai. 2011.

SANEAMENTO trágico. O abandono da Orla Lagunar de Maceió. **Produção de Jairo Silva**. Maceió: Aprovevídeo-AL; Kzebre Filmes, 2018. 1 Videocassete (78 min.): son., color. Narrativa de Chico de Assis. Documentário.

SANT'ANA. Moacir Medeiros de. **Uma associação centenária**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1966.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Marcos Antonio dos. **Brasília, o lago Paranoá e o tombamento**: natureza e especulação na cidade modernista. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Os números dos destituídos no Brasil. *In*: SOUZA, Jessé et. al. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. **Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009**.

SARMENTO, Maria Emília de Gusmão Couto. **A imagem do lugar**: da veiculação à experimentação dos fronts turísticos de Maceió – Alagoas. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em: 28 mai. 2016.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti; CHAVES, Carolina; LINS, Juliane. Percepção e memória da cidade: o Ponto de Cem Réis. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 068.07, Vitruvius, jan. 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.068/393>. Acesso em: 02 out. 2017.

SIGNIFICADO de Protagonismo. 2017. Disponível em: <https://www.significados.com.br/protagonismo/>. Acesso em: 02 dez. 2018.

SILVA, Gian Carlo de Melo; LIMA, Wilma Maria Nóbrega (org.). **Olhares de Maceió por Luiz Lavenère**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

SILVA, Jairo, 2018. **Saneamento trágico. O abandono da Orla Lagunar de Maceió**. [Maceió: APROTEVÍDEO-AL; KZEBRE FILMES], 2018. 1 cartaz.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004. (Série Turismo).

SILVA, Maria Angélica da. **Arquitetura moderna: a atitude alagoana**. Maceió: SERGASA, 1991.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Marciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOJA, Edward W. **Postmetrópolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Tradução: Verónica Hendel y Mónica Cifuentes. Madri: Traficantes de Sueños, 2008.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Colaboradores André Grillo *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

T., Laura. Em defesa dos bairros do litoral norte de Maceió. s.d.

Disponível em:

https://secure.avaaz.org/po/petition/Poder_Publico_Ministerio_Publico_Orgaos_Ambientais_e_Iphan_EM_DEFESA_DOS_BAIRROS_DO_LITORAL_NORTE_DE_MACEIO/. Acesso em: 01 dez. 2017.

TENÓRIO, Douglas A. Regresso ao passado e identificação objetiva da história. *In*: **Redescobrimo o passado**: Cartofilia alagoana. Com ensaio de Elysio Oliveira Belchior. 2. ed. Maceió: Sebrae-AL, 2009.

_____. Maceió: da elevação a vila às turbulentas primeiras décadas republicanas. **Graciliano**: revista da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Maceió, ano IV, n.9, jun.-jul., 2011.

TENÓRIO, Douglas A, DANTAS, Cármen L. **Redescobrimo o passado**: Cartofilia alagoana. Com ensaio de Elysio Oliveira Belchior. 2. ed. Maceió: Sebrae-AL, 2009.

TICIANELI, Edberto. A queda do gogó da ema. 2015a. Disponível em:

<http://www.historiadealagoas.com.br/gogo-da-ema.html>. Acesso em: 08 abr. 2018.

_____. História de uma praça chamada Martírios. 2015b. Disponível em:

<http://www.historiadealagoas.com.br/gogo-da-ema.html>. Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. Trabalhadores em educação criam o Sinteal em 1988. 2015c. Disponível

em: <http://www.historiadealagoas.com.br/trabalhadores-em-educacao-criam-o-sinteal-em-1988.html>. Acesso em: 08 abr. 2018.

TIMÓTIO, Edy Marrêta. **Percepções coletivas da estrutura urbana de Maceió**. 1984. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1984.

TNH1. Rui Palmeira anuncia liberação de área para construção de novas moradias. 2018. Disponível em: <http://www.tnh1.com.br/noticias/noticias-detalle/maceio/rui-palmeira-anuncia-liberacao-de-area-para-construcao-de-novas-moradias/?cHash=d6223a815b6c341acff2405653c79d0c>. Acesso em: 10 jul. 2018.

TORRES, Carlos Alexandre Angelo. **A expansão urbana de Maceió e seus reflexos ambientais na Laguna Mundaú**. 2004. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

TRIBUNA HOJE. Reportagem de 1985 fez alerta sobre situação no Pinheiro. 2019. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2019/01/12/reportagem-de-1985-fez-alerta-sobre-situacao-no-pinheiro/#.XDvhKY3ITgo.whatsapp>. Acesso em 15 jan. 2019.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TV BRASIL. **Protagonismo das cidades frente às mudanças climáticas**. Café Filosófico apresentado em 09 jul. 2017. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/cafe-filosofico/2017/07/protagonismo-das-cidades-frente-mudancas-climaticas>. Acesso em: 08 nov. 2018.

UMA EPOPEIA. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, p. A3, 15 set. 2018.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: SESC/NOBEL, 1990.

VALE, Mário. Globalização e competitividade das cidades. Uma crítica teórica na perspectiva urbana. Universidade de Lisboa. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mario_Vale/publication/272681301_Globalizacao_e_competitividade_das_cidades_Uma_critica_teorica_na_perspectiva_da_politica_urbana/links/54eb9f0d0cf2082851be402e/Globalizacao-e-competitividade-das-cidades-Uma-critica-teorica-na-perspectiva-da-politica-urbana.pdf. Acesso em: 08 nov. 2018.

VARGAS, Heliana Comin. Turismo: reflexões disciplinares. *In*: Heliana Comin Vargas, Ricardo Alexandre Paiva (org.). **Turismo, arquitetura e cidade**. Barueri: Manoele, 2016. (Série intervenções urbanas).

VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa de. **Sol, praia e a “destinação” da cidade**: compreendendo a turistificação de Maceió – Alagoas – Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

VAZ, Domingos M. Protagonismo urbano em territórios de baixa densidade: Uma reflexão sobre o caso da Beira Interior. *In*: Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier: Cidades, Campos e Territórios, 12 a 15 mai. 2004, Braga. **ACTAS DOS ATELIERS** [...]. Braga: Universidade do Minho, 2004. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR460f8d1bdbbb5_1.pdf. Acesso em: 08 nov. 2018.

VERAS FILHO, Luiz. **História do turismo em Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1991.

VIEIRA, Alessandra. Da Mundaú para onde houver lagoas. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, ano LXXXI, n. 4292, p. A3, 16 e 17 dez. 2017.

VIEIRA, Maria do Carmo. **“Daqui só saio pó”**: conflitos urbanos e mobilização popular: a Salgema e o Pontal da Barra. Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. **Meio ambiente** – nova cidadania ou utopia de poucos? Maceió: EDUFAL, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VIRGINIO, Roseane Monteiro. **O espaço lagunar na filmografia de Celso Brandão (1975-1989)**: Mundaú-Manguaba. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

ZAAR, Mirian Hermi. Élisée Reclus e o seu método geográfico. **Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales**: Universidad de Barcelona, Barcelona, v. XX, n. 1.123, 2015. Disponível em:
<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1123.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2018.